



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA**

LAURA MILENA GUERRERO CARDOZO

**ENREDDANDO AGRICULTORES FLORESTAS E CARBONO
Análise do processo de tradução do projeto REDD de San Nicolas, Colômbia**

**Florianópolis
2013**

LAURA MILENA GUERRERO CARDOZO

ENREDDANDO AGRICULTORES FLORESTAS E CARBONO
Análise do processo de tradução do projeto REDD de San Nicolas, Colômbia

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção de Grau de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Julia Guivant

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cardozo, Laura Milena Guerrero
EnREDDando agricultores florestas e carbono. : Análise
do processo de tradução do projeto REDD de San Nicolas,
Colômbia. / Laura Milena Guerrero Cardozo ; orientadora,
Julia Guivant - Florianópolis, SC, 2013.
200 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Mudança Climática. 3. ANT. 4.
San Nicolas Colômbia. 5. Ator-Orientado. I. Guivant, Julia.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Laura Milena Guerrero Cardozo

**ENREDDANDO AGRICULTORES, FLORESTAS E CARBONO.
ANÁLISE DO PROCESSO DE TRADUÇÃO DO PROJETO REDD DE
SAN NICOLAS, COLÔMBIA**

Esta Dissertação foi julgada aprovada para a obtenção do Título de “Mestre em Sociologia Política”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Florianópolis, 13 de Março 2013.

Banca Examinadora:

Dra. Julia Guivant
Presidente

Dra. Julia Guivant
Orientador

Dra. Tamara Benakouche

A meu avô Carlos Guerrero que renasceu das cinzas enquanto eu fazia esta dissertação, a minha avó Elsa Garzón e às pessoas guerreiras e belas do Cânion do rio Melcocho, que já renasceram e reviveram muitas vezes apesar de tudo.

AGRADECIMENTOS

Fazer uma dissertação é como tecer uma pulseira de miçangas. Primeiro há que colocar os fios de urdidura, esses são os que seguram todo o tecido e que vão de lado a lado no tear, eles são esses valores, esses impulsos, essas ideias e essas pessoas que seguram, suportam e dão forma a todo o trabalho. Por cima desses fios tece-se a trama, aquele fio às vezes chamado de razão, que vai juntando uma a uma as pequenas pepitas de cores que formam desenhos e formas. Miçangas como autores, teorias, mapas, entrevistas, palavras, figuras, hipóteses e ideias novas, que vão sendo tecidas cuidadosamente até conseguir um desenho único e próprio. No final ainda que sejam os fios de urdidura os que suportam todo o desenho, eles não são vistos, mas são os que fazem possível toda a “arte”.

Quero então agradecer aqui a todas essas pessoas que me ajudaram para forjar uma urdidura forte e segura sem a qual esta dissertação não seria possível e ainda que não apareçam nos capítulos desta dissertação, estão no fundo de cada uma das páginas e das palavras aqui escritas.

Primeiro agradeço profundamente às pessoas de San Nicolas e, especialmente, do Cânion do rio Melcocho por dedicar seu tempo, emprestar-me suas palavras, oferecer-me suas histórias e me receber em suas casas e em suas vidas com tanto carinho. Também faço um agradecimento especial ao pessoal da Masbosques e pontualmente a Adriana e a Carlos Andres por toda sua ajuda, sua amabilidade e sua disposição.

A Julia Guivant, agradeço muito especialmente por ter me acolhido no IRIS no PPGSP e no Brasil com tanto entusiasmo e carinho. Agradeço-lhe por sua confiança, ajuda, conversas e conselhos, assim como por seu compromisso e empenho com minha pesquisa, formação e bem-estar.

Aos meus pais Carlos Omar e Luisa e também a minha irmã Feri agradeço-lhes do fundo do meu coração, sem seu apoio, amor, força e bom humor esta pesquisa, o mestrado e muitas outras coisas, não seriam possíveis.

A todo o pessoal do IRIS pela paciência e colaboração, especialmente a Lucas, Victor, Carol e Ricardo.

A Albertina e Fátima por sua paciência, disposição e colaboração.

A Olandina, Neto e Renan por sua leitura cuidadosa e pelas correções do meu “portunhol”.

A Adilson Alves e a Luis Carlos Mior pelos aportes e sugestões na qualificação.

A Julian (meu anjo da guarda) e a Luciane (minha irmã-mãe) que viraram minha família, meus cúmplices e parceiros nesta aventura da dissertação, do mestrado e da vida em Floripa e no Brasil.

E, finalmente, a Leono embora não lhe agradeça sua importante contribuição com o atraso na finalização desta dissertação (devido a seus convites para

Carnaval, cinema, pizza e cerveja, praia e viagens) agradeço-lhe infinitamente por segurar minha mão durante este tempo e ter-me lembrado que nada faz sentido se não é compartilhado.

“Há muitas maneiras de jogar o jogo. A questão não está em negar os jogos de outras pessoas, e sim em se ter uma ideia clara das regras do próprio jogo”

Peter L. Berger.

RESUMO

Esta pesquisa é um estudo de caso do projeto de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação REDD, desenvolvido na região de San Nicolas, no departamento de Antioquia, Colômbia, desde 2004. Buscando compreender as relações, lutas e acomodações que acontecem nas interfaces entre os atores locais e globais que interagem no projeto, a investigação tem como objetivo analisar o processo de tradução que acontece nas interfaces entre os habitantes das florestas e os demais atores relevantes no cenário local da iniciativa florestal. Apoiada nas perspectivas teóricas do ator-rede (Actor Network theory) proposta por Bruno Latour e Michel Callon, do Ator-orientado de Norman Long e da sociologia ambiental de John Hannigan a pesquisa analisa como a instituição governamental Cornare, através da ONG Masbosques, tenta se estabelecer como ator-mundo da rede procurando traduzir os interesses dos diversos atores e se tornar seu porta-voz legítimo. Constatou-se que a interface entre a Cornare/Masbosques e os habitantes das florestas envolve temas e visões de mundo em conflito e muita dissonância, enquanto a interface entre Cornare/Masbosques e os atores-globais ocorre facilmente. A Cornare/Masbosques conseguiu envolver os atores globais (como a OIMT, a EMPA e o Banco Mundial) ao se orientar nos interesses deles, porém, essa virada levou a uma perda do alistamento dos atores locais conseguida até o ano de 2004. Nesse sentido, constatou-se que atualmente não há uma rede do REDD estável em San Nicolas e a que Cornare/Masbosques está distante de se estabelecer como ator-mundo.

Palavras-chave: Mudança Climática. REDD. San Nicolas Colômbia. ANT. Ator-Orientado.

ABSTRACT

This research is a case study of the project for Reducing Emissions from Deforestation and Degradation REDD, developed in the region of San Nicolas, in the department of Antioquia, Colombia, since 2004. Trying to understand the relationships, struggles and accommodations that take place at the interfaces between the local and global actors who interact in the project, the research aims at analyzing the translation process that takes place at the interfaces between forest dwellers and other parties involved in the local scene forestry initiative. Supported by the theoretical perspectives of actor-network (Actor Network Theory) proposed by Bruno Latour and Michel Callon, the Actor-oriented of Norman Long and Environmental Sociology of John Hanningan this research analyzes how the government institution Cornare through NGOs Masbosques tries to establish himself as an actor-world network seeking to translate the interests of various actors and become their spokesperson legitimate. It was found that the interface between Cornare/Masbosques and forest dwellers involves themes and worldviews in conflict and a lot of dissonance, while the interface between Cornare/Masbosques and global actors occurs easily. The Cornare/Masbosques could involve global players (such as OIMT, EMPA and the World Bank) to orient themselves in their interests, but this turn led to a loss of enrollment of local actors achieved by the year 2004. Accordingly, it was found that there is currently a network of REDD stable in San Nicolas and that Cornare/Masbosques is far from establishing himself as an actor-world.

Keywords: Climate Change. REDD. San Nicolas Colombia. ANT. Actor-oriented.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da sub-região dos Vales de San Nicolas	37
Figura 2	Florestas do mundo	49
Figura 3	Tipos de projetos negociados no mercado voluntário	56
Figura 4	Oportunidades e riscos para a biodiversidade com REDD	62
Figura 5	Ilustração contra o REDD	64
Figura 6	Localização das represas e hidroelétricas do Oriente de Antioquia	69
Figura 7	Bacias hidrográficas em jurisdição da Cornare	71
Figura 8	Zonas definidas pelo Acordo 019 de 1990	73
Figura 9	Áreas florestais e de conservação segundo o Acordo 016 de 1998	75
Figura 10	Mapa de usos do solo em 1986	77
Figura 11	Mapa de usos do solo em 2000	78
Figura 12	Mapa de usos do solo em 2005	79
Figura 13	Principais objetivos e resultados do projeto realizado com a OIMT	81
Figura 14	Projetos realizados nas florestas de San Nicolas	84
Figura 15	Linha do tempo dos projetos desenvolvidos nas florestas de San Nicolas	85
Figura 16	Áreas e nodos de preservação do projeto REDD	90
Figura 17	Arenas de negociação do REDD	100
Figura 18	Arenas locais e atores do REDD de San Nicolas	103
Figura 19	Vista geral de El Porvenir	107
Figura 20	Vista geral de La Cristalina	108
Figura 21	Organograma de MASBOSQUES	112
Figura 22	Localização dos atores armados ilegais no Oriente de Antioquia até 2006	114
Figura 23	Número de ações armadas realizadas pelas FARC entre 1997 e 2010 na Colômbia	117
Figura 24	Presença dos paramilitares no Oriente de Antioquia 1998 - 2006	121
Figura 25	Ações unilaterais de grupos armados no Oriente de Antioquia entre 1997 e 2007	124

Figura 26	Porcentagem das emissões de GEE para Colômbia em 2004..	131
Figura 27	Atores, interfaces e temas de conflito do REDD de San Nicolas	141
Figura 28	Tipos de florestas e práticas de conservação e desmatamento .	149
Figura 29	Classificação das florestas segundo Masbosques e Cornare . . .	151
Figura 30	Florestas de San Nicolas representadas no Inventário Florestal	152
Figura 31	Eventos do conflito armado no Oriente de Antioquia	157
Figura 32	Redes de atores que disputam a identidade dos proprietários das florestas.	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Entrevistados	35
Quadro 2	Dados gerais dos municípios de San Nicolas	38
Quadro 3	Fundos de financiamento de REDD	52
Quadro 4	Volumes e valores globais transacionados no mercado voluntário de carbono	55
Quadro 5	Pessoas deslocadas forçadamente do Cânion do Rio Melcocho por veredas	161

LISTA DE SIGLAS

GEE	Gases de Efeito Estufa
LULUCF	<i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i> (Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Atividades Florestais)
COP	Conferências das Partes
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática
SBTSA	<i>Subsidiary Body for Scientific and Technical Advisor</i> (Órgão Subsidiário de Assessoria Técnica e Científica)
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
OMM	Organização Meteorológica Mundial
CORNARE	Corporação Regional dos Rios Negro e Nare
CO₂eq	Carbono equivalente
CO₂	Dióxido de Carbono
OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
EMPA	Instituto Suíço de Pesquisa em Tecnologia em Ciência de Materiais
R-PP	Proposta de Preparação para REDD
FCPF	<i>Forest Carbon Partnership Facility</i> (Parceria para o Carbono Florestal)
ANT	<i>Actor-Network Theory</i>
IPCC	Painel Internacional de Mudança Climática
WWF	<i>World Wild Found for Nature</i>
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
RED	Redução de Emissões do Desmatamento

- REDD+** Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação, conservação, manejo sustentável e melhoramento do estoque de carbono das florestas
- CER** *Certified Emission Reductions*
- VER** *Verified Emission Reductions*
- RCEts** Reduções Certificadas de Emissões temporais
- PPM** Partes Por Milhão
- JAC** *Junta de Acción Comunal*
- FNC** *Federación Nacional de Cafeteros*
- ASOCOMUNAL** *Asociación Municipal de Juntas de Acción Comunal*
- MFAGSF** Modelos de Financiamento Alternativo para a Gestão Sustentável das Florestas de San Nicolas
- SCREA** Sequestro de Carbono e recuperação de espécies Arbóreas em San Nicolas
- CFU** Unidade de Financiamento de Carbono

SUMÁRIO

Introdução	23
<i>Referencial teórico-metodológico</i>	30
<i>Trabalho de campo e fontes de informação</i>	31
<i>A região de San Nicolas</i>	36
<i>Estrutura da dissertação</i>	39
1 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO REDD EM SAN NICOLAS: ENTRE O AQUECIMENTO GLOBAL E O DESMATAMENTO E A DEGRADAÇÃO DAS FLORESTAS	41
1.1 O REDD COMO UM MECANISMO EM CONSTRUÇÃO PARA “SOLUCIONAR” O PROBLEMA AMBIENTAL DO AQUECI- MENTO GLOBAL	41
1.1.1 O desmatamento e a Mudança Climática	48
1.1.2 Os incentivos econômicos	51
1.1.3 As controvérsias abertas sobre REDD	55
1.1.3.1 Sobre a implementação de REDD	59
1.1.3.2 Sobre a biodiversidade e a gestão sustentável das florestas ...	60
1.1.3.3 Sobre os beneficiários e a propriedade das florestas	61
1.1.3.4 Sobre o REDD como compensação e não como mitigação ...	63
1.1.4 A execução de projetos REDD	65
1.2 A EMERGÊNCIA DO “PROBLEMA” AMBIENTAL EM SAN NICOLAS: A PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS	66
1.2.1 Da preservação das águas à preservação das florestas: a des- coberta inicial	72
1.2.2 Juntando e apresentando o argumento	74
1.2.2.1 Legitimando o problema do desmatamento	76
1.3 CONTESTANDO O PROBLEMA AMBIENTAL: OS PROJE- TOS FLORESTAIS DE CARBONO	78
1.3.1 “Sequestro de Carbono e recuperação de espécies Arbóreas em San Nicolas”	82
1.3.1.1 O MDL de San Nicolas	83
1.3.1.2 O componente “Áreas não Quioto”	87
1.3.2 O REDD	88
1.3.3 A inter-definição dos atores	91
2 AS ARENAS DE CONFLITO E OS ATORES DO REDD	95
2.1 AS ARENAS DO PROJETO	98
2.1.1 Os atores e suas relações nas arenas	102
<i>Os atores da arena do “Planejamento e financiamento”</i>	102

<i>Os atores da arena da “Assistência Técnica”</i>	104
<i>Os atores da arena “Municipal”</i>	104
<i>Os atores da Arena das “Veredas”</i>	105
2.2 OS ATORES DA ARENA LOCAL	105
2.2.1 Proprietários e habitantes das florestas	105
<i>2.2.1.0.1 Os habitantes das veredas de El Porvenir e La Cristanila</i> ...	106
2.2.2 JAC e ASOCOMUNAL	109
2.2.3 MASBOSQUES	110
2.2.4 Atores armados	113
2.2.4.1 FARC.....	115
2.2.4.2 O ELN.....	118
2.2.4.3 Paramilitares	119
2.2.4.4 Forças militares da Colômbia	122
2.2.5 O Banco Mundial	123
2.2.6 Federación Nacional de Cafeteros (FNC)	126
2.2.7 As florestas	127
2.2.8 O Dióxido de Carbono	129
2.2.9 O Café	132
2.2.10 A Mesa de Direitos Humanos e Proteção Humanitária do Oriente de Antioquia	133
3 INTERFACES E TRADUÇÕES DO REDD DE SAN NICOLAS 135	
<i>O processo de tradução e a interface</i>	137
<i>A tentativa da Cornare e da Masbosques para ser ator-mundo</i>	139
3.1 A INTERFACE ENTRE A MASBOSQUES, A CORNARE, AS FLORESTAS E OS AGRICULTORES	140
3.1.1 Propriedade, valor e usos da terra	140
3.1.2 Conhecimentos, usos e práticas sobre as florestas	146
3.1.3 Práticas de conservação e desmatamento	153
3.1.3.1 A ação dos atores armados no REDD	156
3.1.3.2 Conservação florestal num contexto de guerra	159
3.2 INTERFACE ENTRE A MASBOSQUES, A CORNARE E OS AGRICULTORES	167
3.2.1 Conhecimento e relevância do REDD: EnREDDado e nebuloso 167	
3.2.2 Benefícios do REDD	171
3.3 IDENTIDADES EM DISPUTA	176
3.3.1 A rede dos cafeicultores	176
3.3.2 A rede de defensores dos Direitos Humanos	182
Considerações finais	187
Referências Bibliográficas	193

INTRODUÇÃO

Até finais dos anos 90 a vida de alguns agricultores e das florestas das pequenas vilas rurais de San Nicolas no departamento de Antioquia na Colômbia era alheia e distante dos representantes do Banco Mundial, dos especialistas em mudança climática da ONU e até do Dióxido de Carbono emitido na atmosfera pelas empresas dos países altamente industrializados.

Com a consolidação do consenso sobre o problema ambiental do aquecimento global no começo do século XXI, e da homogeneidade dos discursos sobre sua origem antrópica, começou a se desenvolver um conjunto de estratégias de mitigação ou solução do problema no mundo. Algumas dessas estratégias centram-se na redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)¹ originadas pela queima de combustíveis fósseis, enquanto outras procuram reduzir as originadas pelo desmatamento das florestas que, segundo o Painel Internacional de Mudança Climática (IPCC)², representam aproximadamente 20% do total das emissões de carbono na atmosfera (IPCC, 2007).

Uma das estratégias implantadas para reduzir o desmatamento como fonte de GEE é o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), também conhecido como REDD+, que inclui a conservação, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono. Com isto espera-se que os países com grandes extensões de florestas recebam uma compensação financeira por realizarem projetos de longo prazo que evitem o desmatamento ou conservem e melhorem a qualidade de suas florestas.

Tendo como motor de confluência o cada vez mais consensual problema do aquecimento global, a sua recente vinculação com o desmatamento das florestas tropicais e a construção do mecanismo REDD criou-se um projeto florestal em San Nicolas que tenta reduzir as emissões de carbono por desmatamento e degradação das florestas com a intermediação de uma instituição ambiental governamental e de uma ONG da região. Projeto que por sua vez tenta se constituir como a solução para um problema ambiental local percebido e construído pelos atores envolvidos. Ele possibilitou a aproxima-

¹São os gases integrantes da atmosfera que absorvem e emitem radiação de tipo infravermelha, causadores do efeito estufa. Entre eles encontram-se o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), entre outros em menor proporção como os halocarbonos e substâncias que contém cloro e brometo (IPCC, 2001). Segundo diversos cientistas o aumento destes gases na atmosfera potencializou o fenômeno do efeito estufa, aumentando a temperatura do planeta.

²O IPCC foi formado em 1988 pelos países membros das Nações Unidas e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Propõe organizar, centralizar e reunir informações científicas, técnicas e socioeconômicas que permitam o entendimento sobre as mudanças climáticas. O IPCC publicou quatro relatórios (1990, 1995, 2001 e 2007).

ção dos agricultores e das florestas, com diferentes atores vindos de cenários nacionais e internacionais.

Os pequenos agricultores de San Nicolas chegaram na região no final do século XIX procurando novas terras para cultivar. Durante quase todo o século XX fundaram pequenas vilas movidas pela cultura do café, que foi a principal atividade produtiva da região e o maior produto de exportação da Colômbia durante muitos anos. Desde sua chegada mantiveram diferentes tipos de relações com as florestas que ali se encontravam, desmatando para cultivar e manter o gado, conservando para manter as fontes de água, cortando algumas árvores para vende-las nos centros urbanos ou para a construção de casas e cercas. Com a crise do café na Colômbia no final da década de 90 e devido a diversas situações particulares do cultivo em San Nicolas, estas famílias deixaram de viver do café e dedicaram-se à agricultura de subsistência e à criação de gado, sem maiores conexões com o mercado nacional ou até mesmo local e ficaram quase esquecidos no meio das florestas que lhes cercavam.

Com o desenvolvimento do projeto REDD esses agricultores e as florestas com as que conviviam há muito tempo, defrontaram-se com informações e atores vindos de mundos distantes da sua realidade imediata. Esta situação começou a definir e mudar suas ações, a redefinir suas identidades e a criar um conjunto de tensões e situações de conflito, assim como também de acordos e de alianças. A pesquisa que aqui apresentamos analisa esse processo de encontro e desencontro entre esses atores em San Nicolas, a partir da perspectiva da sociologia ambiental construtivista.

Nosso trabalho é um estudo de caso do projeto particular que acontece em San Nicolas, porém consideramos que sua relevância vai além do contexto local ou nacional, pois projetos florestais de Redução de Emissões de carbono por Desmatamento e Degradação, como o analisado aqui, estão sendo desenvolvidos em vários países da América Latina, Ásia e África. Recentemente foram documentados 340 projetos REDD+ em 52 países (KSHATRIYA et al., 2012) e, apesar das diferenças e das particularidades contextuais, há elementos e princípios presentes em todos os projetos que possibilitam sua análise e comparação. Um elemento comum, por exemplo, é que nestes projetos há emergentes encontros e conexões entre atores de cenários locais e globais que confluem em relação a temas como o desmatamento, o aquecimento global e a mudança de práticas de subsistência das pessoas que moram nas florestas.

Apesar desta pesquisa ser um estudo de caso, acreditamos que pode contribuir de maneira relevante à compreensão de como acontece este tipo de projeto no plano local. Além disso, pode ajudar a entender como se entrelaçam os diferentes interesses, discursos, objetivos e projetos dos atores locais (como agricultores, proprietários das áreas florestais, organizações sociais,

ONGs ambientais e instituições governamentais) com atores relevantes do cenário internacional que atuam e influenciam e, também são influenciados pelas ações dos atores locais.

Seguindo a proposta da sociologia ambiental que enfatiza o caráter socialmente construído dos problemas ambientais, esforçamos-nos por abordar o REDD como parte do problema ambiental em construção do aquecimento global e, dessa forma, focamos nossa análise no processo mesmo de construção do mecanismo tanto no cenário global das negociações internacionais, quanto no contexto particular de San Nicolas.

É relevante entender que devido ao mecanismo REDD não fazer parte do Protocolo de Quioto, em 2005 teve início um processo de negociação no interior das Conferências das Partes (COP)³ para decidir os detalhes de sua inclusão num acordo pós-Quito. Desta forma, os países participantes organizaram rotas de trabalho, ou seja, planos de ação para a definição de um marco metodológico de consolidação do mecanismo, assim como uma estratégia de financiamento de atividades demonstrativas nos países com grandes extensões florestais.

Há quase uma década que começaram a ser desenvolvidas diversas iniciativas que procuram evitar o desmatamento e assim reduzir as emissões de GEE. Algumas delas eram exatamente iguais ao que hoje é chamado de REDD. Outras possuem certas diferenças, porém, todas com o mesmo princípio de evitar o desmatamento nos países florestais, reduzir emissões de Gases de Efeito Estufa, e sendo financiadas pelos países ditos desenvolvidos.

Os projetos REDD são financiados de diversas formas, mas principalmente pelo mercado voluntário internacional de carbono (MURDIYARSO; HERAWATI, 2005), no qual constituem aproximadamente 33% do total dos projetos negociados, seguidos dos projetos de captação de metano (21%) e de energias renováveis (21%) (DIAZ et al., 2011). Apesar de fazer vários anos que estes projetos estejam sendo desenvolvidos em diversos países, eles só começaram a ser visíveis e avaliados a partir das negociações internacionais e da possível inclusão do mecanismo REDD num novo acordo pós-Quito. Gerou-se uma necessidade urgente de construção de orientações detalhadas sobre como projetar e implementar atividades florestais que “efetivamente” evitem as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

Há uma grande quantidade de projetos florestais em desenvolvimento que podem ser considerados dentro do REDD (WERTZ-KANOUNNIKOFF;

³As Conferências das Partes são as reuniões anuais dos países que ratificaram a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CQNUMC) que surgiu na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em Rio de Janeiro em 1992. A Convenção tem como objetivo discutir e definir ações internacionais para estabilizar o nível de concentração de gases do efeito estufa na atmosfera que podem gerar alterações no sistema climático mundial.

KINGPHAN-APIRAK, 2009; CERBU et al., 2009; HAMILTON et al., 2009; HARVEY et al., 2010; The Katoomba Group, Ecosystem Marketplace and Forest Trends, 2011; KSHATRIYA et al., 2012) concentrando-se principalmente na Ásia, no Pacífico Oriental e na América Latina e o Caribe – entre os quais somam mais de 60% do total dos projetos mundiais (CERBU et al., 2009). Em muitos países está sendo realizado um conjunto de ações e atividades destinadas a gerar e fortalecer as capacidades nacionais para desenvolver projetos deste tipo, assim como para avaliar e divulgar as iniciativas piloto existentes.

Centramos nossa análise na iniciativa que se desenvolve em San Nicolas, ao leste do departamento⁴ de Antioquia, na Colômbia, chamada “Projeto de redução de emissões por desmatamento e degradação nos Bosques de San Nicolas” desenvolvida pela associação mista (público-privada) sem fins lucrativos MASBOSQUES e pela Corporação Regional dos Rios Negro e Nare (CORNARE)⁵ e financiada pelo Fundo BioCarbono do Banco Mundial. Este projeto procura evitar o desmatamento de 14.646 hectares e reduzir as emissões de 1.148.084 toneladas de Carbono equivalente (CO₂eq)⁶ num período de 20 anos. Ainda que a iniciativa seja chamada como REDD desde o ano 2009, ela teve início em 2004 como parte de um projeto mais abrangente chamado “Modelo de Financiamento Alternativo para a Gestão Sustentável dos Bosques de San Nicolas”, financiado até 2007 pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT) e pelo Instituto Suíço de Pesquisa em Tecnologia em Ciência de Materiais (EMPA).

Escolhemos este caso em particular, pois é considerado, nos diferentes cenários, como o projeto piloto mais representativo de REDD na Colômbia (GARCÍA-GUERRERO et al., 2010; CENAMO et al., 2010), além de ser o mais antigo. Aliás tem servido de referência para o surgimento de outros projetos, assim como para a Proposta de Preparação para REDD (R-PP)⁷ que o

⁴Colômbia está dividida política e administrativamente em 32 departamentos, que estariam representando territorialmente o que os estados são para o Brasil.

⁵As Corporações Autônomas Regionais CAR são a máxima autoridade ambiental regional na Colômbia. Foram criadas pela lei 99 de 1993 que criou o Ministério do Meio Ambiente, e definiu a organização do setor público encarregado da gestão e conservação do meio ambiente e os recursos naturais renováveis do país. Segundo o contemplado no artigo 23 da lei 99 de 1993 as CAR “são entidades autônomas de carácter público, integradas pelos entes territoriais que conformam uma unidade geopolítica, biogeográfica ou hidro-geográfica. Estão encarregadas de administrar dentro de sua jurisdição, o meio ambiente, os recursos naturais renováveis e não renováveis, e de propender pelo desenvolvimento sustentável na sua área”. Existem 34 CAR no país.

⁶O CO₂e ou CO₂eq é uma medida aceita internacionalmente que faz referência à quantidade de Gases de Efeito Estufa em termos equivalentes à quantidade de dióxido de carbono CO₂ (IPCC, 2007)

⁷O R-PP é um programa por meio do qual o Banco Mundial financia o desenvolvimento do que foi definido na COP-16 como a primeira fase para REDD, chamada de *Readiness* ou

governo colombiano está construindo com o financiamento da *Forest Carbon Partnership Facility* (FCPF) do Banco Mundial, através do qual o país está definindo as bases nacionais para o desenvolvimento deste tipo de projeto.

Esta iniciativa acontece numa região tradicionalmente agrícola, baseada numa produção de tipo familiar bastante ligada à produção de café, mas que nos últimos 30 anos vem passando por diversas transformações relacionadas com o crescimento urbano, a industrialização, e à construção de grandes obras de infraestrutura. Situações que levaram a grandes mudanças no uso da terra e também ao desmatamento das florestas que, até final do século XIX ocupavam boa parte do território, mas, no final do século XX, encontravam-se relegadas às zonas rurais mais afastadas. Porém, até esse momento o desmatamento não era considerado um problema no plano local ou nacional. Ao contrário, as instituições governamentais, empresas e atores em geral ocupavam-se em apoiar de todas as formas possíveis o crescimento urbano e a industrialização.

A conservação das florestas ganhou relevância significativa depois que foi construído um complexo hidroelétrico próximo a San Nicolas que gera atualmente 33% da energia do país. A bacia alta do rio Negro, que alimenta esse complexo, encontra-se em San Nicolas e, vertiginosamente, a conservação destas fontes de água passou a ser um objetivo de interesse nacional. Criou-se uma entidade ambiental chamada Cornare focada principalmente na conservação da bacia, com autoridade para incidir em todo o território e na conservação das florestas, como estratégia para conservar as fontes de água. Isto passou a ser um dos principais propósitos da região para as autoridades ambientais.

No final dos anos 90 foi criado o projeto florestal em San Nicolas pela Cornare com o fim de ajudar a cumprir o objetivo de conservação das florestas aproveitando a inversão internacional que surgia do problema do aquecimento global e sua relação com o desmatamento nas florestas tropicais. Com o passar dos anos a Cornare foi acoplando o projeto ao discurso e às fontes de cooperação internacional definidas no cenário internacional e, especificamente, aos alinhamentos do IPCC e da CQNUMC, e foi ajustando e redefinindo-o até construir o REDD de San Nicolas. Esta iniciativa procura conservar as florestas de algumas áreas de San Nicolas enriquecendo as florestas com espécies nativas, com tratamentos silvícolas e, principalmente, criando acordos contratuais com os proprietários dos terrenos que receberão pagamento por manter as árvores em pé durante um mínimo de 20 anos.

Porém, o REDD não está perfeitamente definido e consolidado como mecanismo de mitigação do aquecimento global. Ele está sendo construído e

preparação, em alguns países da Ásia, América Latina e África. Uma descrição e análise maior sobre o R-PP serão feitas no Capítulo 2.

reconstruído em diferentes contextos e cenários, tanto nas COP – no âmbito das negociações internacionais –, como também no mercado de carbono e nos projetos específicos que se desenvolvem nos países florestais. O projeto executado em San Nicolas é um desses espaços de construção e reconstrução do REDD. Sua análise permite detalhar as diversas questões que estão em pauta e que estão sendo negociadas e definidas nas relações entre os espaços locais e globais.

Muito pouco se conhece ainda sobre a forma em que os projetos REDD têm lugar no plano local e, especialmente, como o mecanismo afeta e é afetado pelas diferentes pessoas que moram nas florestas tropicais ou próximas delas. Aliás, há pouca atenção nas reuniões internacionais sobre questões relacionadas com as particularidades destas pessoas e sobre suas percepções do mecanismo. Ainda que essas pessoas sejam um dos principais atores envolvidos nos projetos. No REDD de San Nicolas, elas têm um papel central, pois são proprietárias legais das terras com florestas, fazem uso da madeira e de outros de seus recursos para sobreviver e, em muitos casos, foram elas as que possibilitaram sua conservação durante muitos anos.

Considerando esta falta de análise dos atores locais, nossa pesquisa foca especificamente no cenário local do projeto REDD de San Nicolas, espaço estratégico do processo de desenvolvimento do projeto, já que ali acontecem as atividades diretas que afetam as florestas. Além disto, é no plano local onde confluem atores do plano global, nacional, regional e local. Nossa análise começará nas pessoas que moram nas florestas dos Vales de San Nicolas ou próximas delas e na maneira como elas apropriam, negociam e recriam o projeto de redução de emissões florestais que acontece na região, nos encontros com outros atores que atuam no cenário local.

Entendemos que no desenvolvimento do Projeto REDD de San Nicolas estão em conflito um conjunto de questões a serem definidas, como: o propósito da iniciativa, o escopo do programa, os procedimentos e distribuição dos recursos, os atores que farão e fazem parte, os papéis e funções que esses atores terão e têm, assim como a forma em que se relacionam entre eles; ou seja, que não pode ser entendido como um processo linear de formulação de um plano de intervenção, de implementação e de geração de resultados. Isso porque todos os atores que fazem parte do projeto exercem algum grau de agência política⁸, por meio da qual dão significados diferentes a questões que parecem homogêneas e negociam continuamente os escopos e procedimentos do projeto. O REDD San Nicolas, assim como outros projetos

⁸É a capacidade de um ator para modificar e se modificar dentro de uma rede de atores. A agência emerge nas relações sociais e reside na conformação de uma rede de atores que são parcialmente alistados no projeto de um ou uns dos elementos da rede. Este conceito será detalhado no segundo capítulo desta dissertação.

deste tipo, se “redesenham” (implícita ou explicitamente) ao longo de seu desenvolvimento, porque os distintos agentes presentes atuam reflexivamente, reinterpretam, aprendem, reagem e atuam sobre os planos e programas.

O REDD é entendido nesta pesquisa como um processo de contínuos e diversos espaços sociais de interação ou interfaces (LONG, 1992, 2007, 2002), nos quais confluem um conjunto de instituições governamentais, ONGs, atores da sociedade civil, teorias e modelos, no plano local, nacional e internacional, e nos quais entram em conflito valores, interesses, crenças e recursos diferentes e às vezes contraditórios. São nesses espaços sociais em que um conjunto de atores se acomodam, apropriam, transformam e negociam os projetos e programas, adaptando-os a seus interesses e necessidades, que implicam lutas sobre conceitos, significados, prioridades e práticas. Nas interfaces, os atores se definem, associam e criam estratégias para se manter fiéis ou escapar de suas alianças. E é aqui onde os valores e projetos divergentes dos atores se entrelaçam através de um complexo processo de tradução de interesses, papéis, valores e recursos, estabelecendo uma rede de atores (CALLON, 1986b, 1986a; LATOUR, 2000).

O objetivo deste estudo é analisar o processo de tradução que acontece nas interfaces entre os habitantes das florestas e os demais atores relevantes no cenário local do projeto REDD de San Nicolas. Entendemos a tradução, segundo a teoria do Ator-Rede ou *Actor-Network Theory* (ANT)⁹, em dois sentidos. Um deles é o de transladar os atores de um espaço, uma teoria, um interesse e uma visão de mundo para outra. É o processo através do qual um ator particular, chamado de ator-mundo seduz, articula e envolve aos demais atores dispersos no seu redor. Com isto ele se torna essencial, ou seja, um ponto de passagem obrigatório. Esse ator-mundo vira o porta-voz dos demais atores ao classificar, unificar e deslocar esses atores em novas realidades e papéis.

O outro sentido refere-se a oferecer novas interpretações, à transposição de uma língua para outra, a dar um novo significado a esses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes (LATOUR, 2000). Traduzir, então, quer dizer colocar na linguagem própria o que outros dizem e querem (CALLON, 1986b).

Nas interfaces do projeto REDD há lutas de poder entre agentes, em que alguns atores tentam envolver os outros em seus próprios “projetos”, levando-os a aceitar marcos de significados particulares e fazendo que esses projetos alheios sejam traduzidos, ou seja, expressados numa linguagem própria, fazendo-os próximos aos próprios pontos de vista. Ainda que esse processo de tradução no projeto desenvolvido em San Nicolas seja bastante

⁹A ANT foi desenvolvida principalmente pelos franceses Bruno Latour e Michel Callon, e pelo inglês John Law na década dos anos 80 dentro dos estudos de ciência e tecnologia.

amplo e complexo, esta pesquisa centra-se, como mencionamos, nos habitantes das florestas e naqueles que moram muito próximos delas, e na sua interação com outros atores relevantes do projeto no cenário local. Assim, o estudo visa analisar como essas pessoas, que habitam as florestas, traduzem os projetos dos demais atores com os quais interatuam.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta pesquisa usamos o referencial teórico-metodológico principalmente de três fontes: a Sociologia Ambiental e sua abordagem construtivista dos problemas ambientais a partir do enfoque proposto por John Hannigan (HANNIGAN, 2009), a teoria do Ator-orientado desenvolvida principalmente por Norman Long (LONG, 1992, 2002, 2007), e a teoria do Ator-Rede ANT representada sobretudo pelo trabalho de Bruno Latour (LATOUR, 2000, 2001, 2008) e de Michael Callon (CALLON, 1986b, 1986a). Estas abordagens têm em comum, ou pelo menos aqui enfatizaremos essa visão, a perspectiva construtivista seja dos problemas ambientais, como no caso do Hannigan, dos artefatos e fatos científicos, como Latour e Callon, e do conhecimento nos diferentes espaços e encontros sociais, como Long.

Este marco analítico é apropriado para este estudo, pois partimos da consideração que a relação entre o problema do aquecimento global e o desmatamento, o surgimento do REDD como uma solução do problema, e o desenvolvimento do projeto San Nicolas não é um processo linear, mas está marcado por um contexto de lutas e conflitos fundamentalmente simbólicos. Ou seja, é o produto de um processo de definição, negociação e legitimação de diversas alternativas entre vários atores: cientistas, jornalistas, comunidades locais, ativistas ambientais, políticos, funcionários públicos, organizações civis, habitantes e usuários das florestas, entre outros. Deste ponto de vista, consideramos que a perspectiva teórico analítica construtivista permite desnaturalizar esta dinâmica, privilegiando os conflitos sociais entre os atores, para assim compreender de que forma está acontecendo o processo de construção tanto do projeto San Nicolas, quanto do mecanismo REDD. Este é o plano de fundo e o fio condutor da pesquisa aqui apresentada.

Adotamos a sugestão metodológica da teoria do Ator-rede de “seguir os atores sociais locais e ouvir o que eles têm para contar” (LATOUR, 2000). Por isto, realizamos entrevistas com vários atores envolvidos no projeto REDD, com o propósito de que eles colocassem em palavras seus pontos de vista e suas percepções em relação a diversas questões relacionadas com o projeto de San Nicolas. Os atores foram considerados participantes ativos com a capacidade de processar e remodelar diversas informações e situações

de acordo com seus conhecimentos e sua vida cotidiana (GUIVANT, 1992; LONG, 1992). Mas, conforme a ANT, também são considerados como atores da rede do projeto os elemento não-humanos. Para escutar esses atores que não podem falar, no sentido estrito da expressão, como por exemplo as florestas, foi necessário encontrar os seus “porta-vozes”, ou seja, aqueles que podem/pretendem falar por eles (CALLON, 1986a).

TRABALHO DE CAMPO E FONTES DE INFORMAÇÃO

As florestas tropicais, como relatavam os europeus quando “descobriram” o novo mundo, são agrestes e quase inacessíveis para quem não convive cotidianamente com elas. Por isso mesmo, são pouquíssimos os trabalhos que vão até elas para realizar suas pesquisas¹⁰. Mas, esta situação não só acontece com os pesquisadores, como também com os delegados e representantes de instituições internacionais e de cooperação que fazem parte dos projetos REDD. Eles não costumam chegar até os lugares onde se encontram as florestas que querem proteger. Pois isso implica em diversas dificuldades como: estradas ruins (ou inexistentes); incomodidades de alojamento e moradia devido à falta de serviços públicos básicos ou de estrutura; e, em alguns casos, também envolvem situações perigosas que chegam a ameaçar a saúde e até a vida das pessoas, seja porque se desenvolvam em zonas de conflito armado ou pela possibilidade de contrair diversas doenças.

No trabalho de campo desta pesquisa fomos até as zonas florestais e convivemos com as pessoas que habitam estas áreas, sendo nosso interesse escutar e conversar com esses atores que de outra maneira seriam impossíveis de contatar. O acesso até as florestas de San Nicolas não é fácil. Para chegar às vilas de El Porvenir e La Cristalina no El Carmen de Viboral, onde foi realizada a maioria das entrevistas, foi necessário pegar um ônibus que vai da cidade de Medellín para Bogotá e descer daquele duas horas depois, num lugar na estrada chamado *La Piñuela*, pertencente ao município de Cocorná. Ali pegamos um veículo público rural que vai até El Retiro, uma vila do município de El Carmen de Viboral, que é o ponto mais próximo até onde é possível chegar de carro ou moto. Depois desse lugar é necessário andar ou ir

¹⁰Ressaltamos aqui dois estudos recentemente publicados que realizaram um trabalho de campo extenso e detalhado nas áreas florestais. O primeiro é a dissertação de Sébastien de Royer do programa de Sociologia do Desenvolvimento Rural da Universidade de Wageningen na Holanda (ROYER, 2011), que ficou durante seis semanas em duas vilas do leste de Kalimantan na Malásia. E o segundo é o trabalho de mestrado de Cecilie Dyngeland e Håvard Almeida Eriksson do programa Estudos Ambientais Internacionais da *Norwegian University of Life Sciences* (DYNGELAND; ERIKSSON, 2011), que realizaram sua pesquisa nas vilas do distrito de Kilosa, Morogoro na Tanzânia.

a cavalo, pois só existem trilhas que conduzem às vilas onde se encontram as florestas. Andamos entre 4 e 5 horas atravessando as montanhas do Cânion do rio Melcocho antes de chegar a El Porvenir, onde ficamos a maior parte do tempo.

Entre os meses de julho e setembro de 2011 ficamos alguns dias por várias ocasiões, na casa de algumas das famílias que habitam estas vilas. Durante este tempo aproveitamos todas as oportunidades possíveis para seguir as pessoas em suas atividades cotidianas. Assim, acompanhamos seu trabalho no campo como ordenhar as vacas, pastoreio do gado, expedições de caça, colheita de produtos florestais, preparação de sub-produtos de laticínios para a venda, reuniões comunitárias, entre outras atividades do dia a dia. Espaços nos quais foi possível não só entrar em contato com as pessoas e realizar discussões informais e entrevistas, mas também participar de algumas dessas atividades, desses mundos e dessas vidas. Tentamos percorrer o máximo possível as vilas e as áreas florestais a fim de contatar algumas das pessoas que se encontravam mais distantes de onde estávamos ficando. Tínhamos o propósito de conhecer melhor os terrenos dessas famílias e a distribuição, propriedade e titulação das florestas.

Como analisaremos no segundo e terceiro capítulo desta dissertação, uma das situações que fazem parte do projeto REDD de San Nicolas, ainda que não tenha sido de forma planejada ou mesmo pretendida, é a presença de diversos atores armados nas áreas com florestas, a interação deles com outros atores envolvidos na iniciativa e o desenvolvimento do REDD num contexto marcado pelo conflito armado. No momento que realizamos o trabalho de campo, as famílias que nos receberam e nos ofereceram entrevistas disseram que a situação em relação ao conflito estava muito melhor do que em outros momentos. Mas, ainda há presença de alguns atores armados legais e ilegais na zona, áreas com minas antipessoais¹¹, ameaças, assassinatos e outros atos violentos contra atores envolvidos no projeto REDD.

Entre o ano 2002 e 2010 a situação foi muito mais complexa. A presença dos atores armados foi muito maior, especialmente de grupos armados fora da lei. Houve permanentes embates entre grupos, assassinatos seletivos,

¹¹ A mina antipessoal é um artefato explosivo terrestre usado para evitar ou dificultar o avanço das tropas inimigas. Seu objetivo é ferir a uma ou várias pessoas sem produzir a morte. Elas procuram que o alvo do ataque fique acordado sofrendo intensas dores pela maior quantidade de tempo possível. Seu uso está proibido pelo Tratado de Ottawa que foi assinado por 157 países em 1997. Na Colômbia os grupos armados ilegais, especialmente as FARC, constroem estas minas artesanalmente e as usam indiscriminadamente. Segundo o Observatório de minas da vice-presidência da Colômbia 10.042 pessoas foram vítimas deste explosivo entre 1990 até setembro de 2012. Antioquia é o departamento que mais vítimas de mina antipessoal registra com 22% do total dos casos do país. (<http://www.accioncontraminas.gov.co> consultada em outubro 23 de 2012)

ameaças, deslocamentos forçados¹², retenção e controle de alimentos nas entradas às vilas e outro tipo de situações que apresentamos no último capítulo. Porém a situação não está tão “tranquila”.

Em abril de 2011 (três meses antes de nossa chegada em San Nicolas) foi assassinado perto da sua casa, em El Porvenir, o vice-presidente da associação comunitária desta vila. Tanto ele como a presidente eram alvos de ameaças contra sua vida desde finais de 2009, depois que os habitantes de El Porvenir denunciaram publicamente a violação de seus direitos fundamentais por parte de membros da Quarta Brigada do Exército¹³. Segundo a denúncia pública, eles estavam atuando em companhia de membros de grupos armados ilegais (paramilitares¹⁴) ingressando materiais para fabricação de minas antipessoais, com o propósito de realizar falsas descobertas¹⁵ e, assim serem beneficiados pelos incentivos concedidos pelo governo nacional. Enquanto realizávamos o trabalho de campo, a presidente da associação comunitária, também ameaçada, encontrava-se protegida pelas autoridades nacionais e só foi possível falar com ela pelo telefone, pois ela não podia ingressar em San Nicolas e sua localização não podia ser revelada por questões de segurança.

Embora a maioria dos entrevistados considerasse que havia uma melhora em termos de segurança na zona, fazer um trabalho de campo em um contexto como esse não é fácil. Além dos perigos que podíamos estar expostos só pelo fato de estarmos ali perguntando, indagando e conversando com as pessoas, havia um ambiente de insegurança e desconfiança que dificultava o contato, a aproximação e o diálogo livre, tão desejado em qualquer pesquisa

¹²O deslocamento interno ou “*desplazamiento*” na Colômbia é um fenômeno altamente complexo atrelado ao conflito armado. Desde finais dos anos 60 e com o aumento do conflito e sua configuração atual, as populações rurais estão sendo deslocadas de forma violenta de seus territórios (por enfrentamentos entre atores armados, ameaças contra suas vidas ou integridade física, assassinatos, e outras formas de violência) por atores armados entre paramilitares, guerrilha e pelo exército nacional. Até Março de 2011 o governo nacional tinha um registro de mais de 3,7 milhões de deslocados internos no país, enquanto a Organização Não Governamental CODHES - Consultoria para os Direitos Humanos e o Deslocamento, considera que a cifra supera os 5 milhões de pessoas (para maior informação ver <http://www.codhes.org.co>).

¹³Uma apresentação detalhada do exército colombiano e da sua atuação nos Vales de San Nicolas é realizada no segundo capítulo, item 2.2.4.4 .

¹⁴Realizamos uma análise sobre os grupos paramilitares em San Nicolas no segundo capítulo, item 2.2.4.3.

¹⁵Durante a presidência de Alvaro Uribe Velez (2002-2010), o governo exerceu uma forte pressão ao exército para apresentar resultados positivos na guerra contra as guerrilhas, situação que possibilitou a criação de um conjunto de incentivos para os membros das milícias que apresentassem resultados “favoráveis” como: inimigos mortos em combate, descobertas de armas, drogas ou insumos para a realização das mesmas. Até novembro de 2011 a Procuraduría da Nação (órgão autônomo que representa os interesses civis frente ao Estado colombiano) pesquísava 1559 casos deste tipo com 2799 vítimas de ações nas que estavam envolvidos 3963 militares (http://www.eltiempo.com/justicia/ARTICULO-WEB-NEW_NOTA_INTERIOR-10801885.html Consultada em março 12 de 2012).

qualitativa. Porém, acreditamos que a realização das entrevistas e demais atividades do trabalho de campo foi possível devido a duas condições essenciais: a primeira é a natureza hospitaleira, acolhedora e gentil das famílias que moram nestas áreas, que, apesar das condições e histórias rudes com as quais convivem, elas mantêm esse ânimo solidário e atencioso que caracteriza quase todos os pequenos produtores das zonas rurais da Colômbia; A segunda condição foi que nossa “porta de entrada” à zona foi um técnico de Masbosques com uma longa história de trabalho, cooperação e solidariedade com as famílias de toda esta região, cuja referência permitiu aproximarmos de uma maneira muito confidencial, das pessoas entrevistadas para esta pesquisa.

Além das entrevistas, discussões informais e notas de campo realizadas com os agricultores nas suas casas ou terrenos, também foram entrevistados os líderes das organizações comunitárias das vilas e dos municípios. Bem como os técnicos e representantes da Masbosques e da Cornare. Com os funcionários dessas entidades foi possível passar várias horas por dia nos seus escritórios e áreas de trabalho, assim como algumas tardes e noites conversando nas suas moradias ou perto delas. No total foram feitas 20 entrevistas não estruturadas cuja descrição detalha-se na Quadro 1.

Outras fontes de dados usadas nesta pesquisa foram os diversos documentos gerados pelos atores da rede, como informes de avanços, informes técnicos, documentos informativos, comunicados públicos, etc. Também considerados como atores não humanos do REDD. Alguns desses documentos foram fornecidos por pessoas vinculadas a essas instituições, porque fizemos um pedido oficial ou porque foram entregues de maneira informal como parte das entrevistas ou conversas realizadas. Dessa forma, a Masbosques e a Cornare deram-nos a maioria dos informes técnicos sobre o projeto REDD e os projetos que o antecederam. Também achamos bastante informação nos sites da OIMT, do Fundo BioCarbono do Banco Mundial, da Masbosques e da Cornare.

Usamos um vasto material produzido sobre o mecanismo REDD em geral: relatórios do IPCC, informes da *Subsidiary Body for Scientific and Technical Advisor* (SBTSA), das COP nas que o REDD foi relevante, relatórios do mercado de carbono, informes que tentam contabilizar as iniciativas de projetos deste tipo no mundo e documentos gerados pelas organizações sociais contrárias ao mecanismo. Também usamos documentos sobre REDD produzidos na Colômbia, como manuais governamentais, informes das entidades ambientais e trabalhos de universidades.

Finalmente, fizemos um acompanhamento especial do portal REDD-monitor¹⁶ que semanalmente faz uma compilação das principais notícias sobre REDD no mundo, o que nos ajudou a manter sempre atenção nas princi-

¹⁶<http://www.redd-monitor.org>

Quadro 1 – Entrevistados

(1a) Proprietários das terras com florestas

Referência	Local	Data (dd-mm-aaaa)
PF1	El Carmen de Viboral, Antioquia	22-09-2011
PF2	El Carmen de Viboral, Antioquia	23-09-2011
PF3	El Carmen de Viboral, Antioquia	23-09-2011
PF4	El Carmen de Viboral, Antioquia	24-09-2011
PF5	El Carmen de Viboral, Antioquia	25-09-2011
PF6	El Carmen de Viboral, Antioquia	25-09-2011
PF7	El Carmen de Viboral, Antioquia	23-09-2011
PF8	El Carmen de Viboral, Antioquia	24-09-2011
PF9	El Carmen de Viboral, Antioquia	25-09-2011
PF10	El Carmen de Viboral, Antioquia	23-09-2011
PF11	El Retiro, Antioquia	23-08-2011
PF12	El Retiro, Antioquia	20-08-2011
PF13	El Retiro, Antioquia	20-08-2011
PF14	El Retiro, Antioquia	21-08-2011
PF15	El Retiro, Antioquia	21-08-2011

(1b) Técnicos da Masbosques e da Cornare

Referência	Local	Data (dd-mm-aaaa)
TMC16	El Santuario, Antioquia	22-09-2011
TMC17	El Carmen de Viboral, Antioquia	23-09-2011

(1c) Membros de JAC e ASOCOMUNAL

Referência	Local	Data (dd-mm-aaaa)
MJ18	El Retiro, Antioquia	19-09-2011
MJ19	Sem local	21-09-2011
MJ20	El Carmen de Viboral	18-09-2011

Para proteger a identidade dos entrevistados não vamos a usar seus nomes, para citar seus depoimentos ao longo desta dissertação usamos a referência PF (Proprietários das Florestas), TM (Técnicos de Masbosques) e MJ (Membros das JAC e ASOCOMUNAL) mais o número da entrevista.

pais discussões e debates que estavam acontecendo enquanto realizávamos a pesquisa.

A REGIÃO DE SAN NICOLAS

O projeto REDD analisado tem lugar na sub-região Vales de San Nicolas, que se encontra na região do Oriente¹⁷, no sudeste do departamento de Antioquia, no extremo norte da Cordilheira Central dos Andes colombianos, entre os 1800 e 2700 metros de altitude, entre os 5° 48' 51" e 6° 24' 19" N e 75° 07' 09" e 75° 34' 03" W. Os vales de San Nicolas são uma região composta por nove municípios: El Carmen de Viboral, El Retiro, El Santuario, Guarne, La Ceja, La Unión, Marinilla, Rionegro e San Vicente (Figura 1). Está conformada por um território de montanhas e vales que abarcam a bacia alta do rio Negro-Nare e parcialmente as bacias dos rios Medellin-Porce, Samana Norte e Piedras-Buey. A sub-região é atravessada pela via Medellin – Bogota que liga os dois principais centros urbanos e industriais do país. Nela se encontra o aeroporto internacional José María Córdova, que é o segundo aeroporto mais importante da Colômbia e o principal da cidade de Medellín.

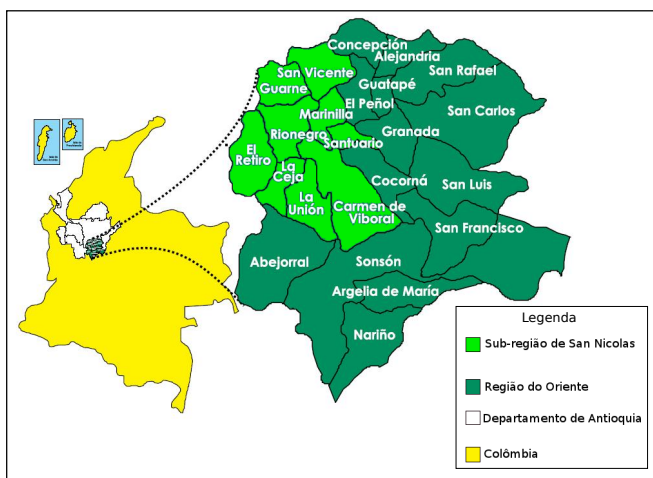


Figura 1 – Localização da sub-região dos Vales de San Nicolas

Fonte: Mesa de Trabajo por los Derechos Humanos del Oriente Antioqueño (2007)

Obs. Foram destacados os municípios de San Nicolas.

Ainda que haja alguns municípios mais afastados que outros, em geral a região é muito próxima à cidade de Medellín, capital do departamento, que

¹⁷O departamento de Antioquia está dividido administrativamente em nove regiões que agrupam os municípios por sua proximidade e características geográficas. O Oriente é a região que fica no leste do departamento. Devido a que ela é conhecida como *Oriente Antioqueño* optamos por manter o nome original em espanhol para possibilitar a referência à região.

é a segunda cidade mais populosa do país, se levada em conta sua área metropolitana denominada Vales de Aburra¹⁸. Os municípios que compõem San Nicolas têm algumas condições em comum mas, antes de constituir um território unificado e particular definido por suas condições biogeográficas, sua homogeneidade social ou política, eles foram aglomerados pelas autoridades ambientais e governamentais do departamento, com o propósito de favorecer a gestão e o planejamento departamental. Nesse sentido, San Nicolas é uma região heterogênea e os nove municípios que a integram são bastante diferentes uns dos outros.

San Nicolas converteu-se nos últimos anos em um centro de concentração urbana, comercial e produtiva no interior do Oriente de Antioquia, posicionando-se como a sub-região que tem a maior participação na atividade econômica do Oriente. É importante ressaltar que todo o Oriente, que também inclui outras quatro sub-regiões, é a segunda região que mais aporta ao PIB departamental (GOBERNACION DE ANTIOQUIA, 2008). As principais atividades produtivas em San Nicolas são a agricultura, silvicultura e a pesca, seguido dos serviços sociais, comunais e pessoais, da indústria manufatureira e do comércio, hotéis e restaurantes (RAMÍREZ, 2010). A proximidade de San Nicolas à área metropolitana de Medellín, com a qual mantém ativas relações comerciais e as facilidades de transporte, armazenamento e de comunicações (RAMÍREZ, 2010), são algumas das características que possibilitaram estas condições.

Segundo a projeção para o ano de 2010 do censo nacional realizado em 2005, San Nicolas tem uma população aproximada de 378.343 pessoas assim distribuídas: 63% na área urbana e 37% na rural (DANE, 2005), concentradas principalmente nos municípios de Rionegro, Marinilla e La Ceja. Concentra-se em San Nicolas mais de 50% da população total como se observa no quadro 2. E é de longe a sub-região que concentra a maior população do Oriente do departamento (LOPEZ, 2006).

Além de concentrar a maior população do Oriente de Antioquia e ter uma importante participação na economia do departamento, San Nicolas abriga várias bacias hidrográficas que abastecem a numerosa população da região, e que também alimentam o complexo hidroelétrico que gera 33% da energia elétrica da Colômbia. Devido a suas condições físico-geográficas os municípios de San Nicolas provêm espaços naturais para recreação e turismo, principalmente dos habitantes da zona metropolitana de Medellín, o que também vem provocando a localização de novas moradias campestres utilizadas como segunda residência ou lugar dormitório de quem trabalha nos Vales de

¹⁸É a bacia natural do rio Medellín e conforma a sub-região do centro-sul do departamento de Antioquia limitando com San Nicolas. Fazem parte dela os municípios de Barbosa, Girardota, Copacabana, Bello, Envigado, Itagüí, Sabaneta, La Estrella, Caldas e a cidade de Medellín.

Aburra (LOPEZ, 2006).

Quadro 2 – Dados gerais dos municípios de San Nicolas

Município	Extensão (km2)	Distância a Medellin	População*
Carmen de Viboral	448	54	43835
El Retiro	273	33	18081
El Santuario	75	57	26754
Guarne	151	24	43576
La Ceja	131	41	49523
La Union	198	56	18564
Marinilla	115	47	49361
Rionegro	196	48	110329
San Vicente	243	49	18330

Fonte: Construção própria com dados do DANE (2005) e do site dos municípios <http://antioquia.gov.co/directorio-municipal> Consultado em setembro 7 de 2012). *A população por município é da projeção para 2010 do Censo de 2005

Toda a sub-região encontra-se na jurisdição da autoridade ambiental Cornare, que atua no sudeste do departamento de Antioquia. A definição dos Vales de San Nicolas como uma sub-região do departamento de Antioquia, obedeceu a um processo de planejamento das instituições do Estado com o objetivo de conseguir a administração e o ordenamento territorial e ambiental para além dos municípios. Nos primeiros documentos de ordenamento territorial (CORNARE, 2001) a sub-região era denominada como o Planalto do Oriente já que constituía uma das áreas semi-planas e elevadas que estão distribuídas pelos Andes do departamento de Antioquia. Mas, como a sub-região também inclui zonas muito pouco planas, caracterizadas por ter um relevo extremamente abrupto, como o cânion do Rio Melcocho e do Rio Santo Domingo no sul do município de El Carmen de Viboral, que têm as ladeiras quase verticais, nos últimos exercícios de planejamento a sub-região é chamada Vales de San Nicolas (LOPEZ, 2006).

O projeto REDD estudado acontece especificamente nas áreas com florestas da sub-região de San Nicolas, as quais estão espalhadas pela zona. Será descrito nos seguintes capítulos, quais são essas florestas, onde elas estão e qual é a quantidade de hectares que ocupam, pois essas questões não estão definidas com precisão. Pelo contrário, esses dados estão sendo definidos e redefinidos junto com o processo de desenvolvimento do projeto. Não obstante, segundo o mapa de cobertura de uso do solo do ano 2005 há 24.326 hectares de florestas naturais na região, sendo que o maior fragmento destas florestas, com uma área de 14.973 hectares, encontra-se no cânion do

rio Melcocho nas *veredas*¹⁹ de El Porvenir e La Cristalina no município de El Carmen de Viboral (MORA et al., 2005). Nessa região Masbosques fez a maioria das atividades do projeto REDD com os proprietários dos terrenos dessas florestas. Foi justamente nessa zona e com esses proprietários que realizamos a maior quantidade de entrevistas e passamos a maior parte do tempo do trabalho de campo.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em 3 capítulos. No primeiro apresentamos o processo de surgimento do projeto REDD em San Nicolas enquanto fruto de dois processos paralelos: Por uma lado, a construção do REDD como um mecanismo de solução ao problema ambiental do aquecimento global; Por outro lado, a emergência do problema ambiental do desmatamento na sub-região, com a gestão e as ações das instituições do Estado e principalmente da Cornare. Na terceira parte do capítulo descrevemos os projetos florestais que surgiram como tentativa de solucionar tais problemas ambientais emergentes, projetos estes que possibilitaram o encontro e o surgimento dos diversos atores do projeto REDD em San Nicolas.

Este capítulo apoia-se principalmente na teoria ambiental construtivista com o enfoque de Hannigan (2009), de modo a propiciar as bases para a análise do REDD como uma ação positiva do problema do aquecimento global; e na teoria do Ator-Rede (ANT), que nos permitiu entender o REDD como uma caixa preta em construção e, por tanto, como uma rede de atores (humanos e não humanos), tentando se “estabilizar”.

No segundo capítulo analisamos as arenas de conflito do projeto REDD nos seus diferentes cenários. Com foco na arena local mapeamos os atores relevantes que interagem com os proprietários e habitantes das áreas com florestas. Utilizamos a teoria do Ator Orientado (LONG, 1992, 2007, 2002) para sustentar nossa análise, considerando o projeto REDD de San Nicolas como um processo continuado, socialmente construído e negociado, que implica a conformação de uma rede de atores com interesses, valores e formas de vida diversas e, às vezes, divergentes.

No terceiro capítulo descrevemos os conflitos que existem nas interfaces entre os habitantes das florestas e os demais atores relevantes do REDD no cenário local, especificamente na arena que chamamos de “veredas”, e o

¹⁹As veredas são as menores unidades administrativas territoriais da Colômbia que compõem os municípios nas zonas rurais. Jaramillo et al. (1986) definem a vereda como uma aglomeração comunitária de base territorial e como o principal espaço de sociabilidade comunitária caracterizada pela proximidade residencial de seus membros, o sentido de pertença e identidade comum e o predomínio das relações primárias.

processo de “tradução” que acontece nestas interfaces. Realiza-se uma análise das acomodações, translações e traduções que têm lugar nestes espaços sociais de interação destacando os temas de conflito nestas interfaces como: a propriedade, valor e uso da terra; os discursos e práticas sobre as florestas; a ação dos atores armados em relação às práticas de desmatamento e conservação; e sobre os benefícios e os beneficiários do projeto REDD de San Nicolas.

Finalmente analisamos a disputa pela construção da identidade dos proprietários das florestas considerando as redes de atores que tentam definir esta identidade de maneira diferente à que a Cornare/Masbosques lhes pretendeu definir no projeto REDD. Consideramos assim, os discursos, valores, interesses e projetos que estão em disputa em cada uma dessas interfaces.

1 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO REDD EM SAN NICOLAS: ENTRE O AQUECIMENTO GLOBAL E O DESMATAMENTO E A DEGRADAÇÃO DAS FLORESTAS

O surgimento do projeto florestal de redução de emissões de carbono na sub-região de San Nicolas obedeceu a um conjunto de situações, negociações e acordos entre diversos atores tanto no plano local, quanto no global. O projeto faz parte de dois processos relativamente simultâneos. De um lado a construção do mecanismo como parte da solução ao “problema” ambiental do aquecimento global. E do outro lado, a emergência regional do problema do desmatamento e a degradação das florestas. Estes processos, que começaram de maneira independente, foram-se juntando e entrelaçando através de diversas formas e estratégias. Neste capítulo apresentamos esses dois processos que possibilitaram o encontro dos principais atores que fazem parte da iniciativa. Descrevemos os projetos florestais que surgiram em San Nicolas como tentativa de solucionar os problemas ambientais emergentes. E detalhamos a forma que os principais atores do projeto surgiram dentre este panorama.

1.1 O REDD COMO UM MECANISMO EM CONSTRUÇÃO PARA “SOLUCIONAR” O PROBLEMA AMBIENTAL DO AQUECIMENTO GLOBAL

Consideramos que o mecanismo REDD surgiu como uma ação positiva, uma “solução ao problema” do aquecimento global, que começou a ser construída há uma década aproximadamente. Aliás, é atualmente um fator central na popularização e legitimação de um novo acordo mundial de mitigação pós-Quioto que está sendo discutido internacionalmente desde o ano 2005. Especificamente REDD visa responder ao problema do desmatamento das florestas tropicais, que foi definido como uma das causas do aquecimento global, e que não é atingido pelos acordos internacionais de mudança climática atuais.

O REDD não é resultado de uma relação linear entre desmatamento e mitigação do aquecimento global. Mas, é um processo de construção em que se relacionam as diversas considerações e questões. As quais estão sendo construídas e reconstruídas através de um complexo processo de negociação entre diversos atores.

Há um longo processo de construção do aquecimento global como um problema ambiental. No interior dele um conjunto de questões que levaram a definir o desmatamento como uma das suas maiores causas. E sobre a base

dessas duas construções, a tentativa de gerar uma estratégia de mitigação, que além de responder a essa relação causal, obedeça a um conjunto de interesses econômicos, históricos e políticos dos atores envolvidos. Então, mais do que um resultado ou um mecanismo acabado e pronto, o REDD é um elemento em construção. Ele tenta se posicionar como uma estratégia de mitigação do problema ambiental do aquecimento global.

Abordamos o aquecimento global seguindo a perspectiva da sociologia ambiental construtivista e, especialmente, a partir do enfoque proposto por Hannigan (2009) e também seguido por Guivant (1998b), Guivant (1998a) e Gonçalves (2010). Dentro da teoria da sociologia ambiental, um dos principais debates acontece entre a perspectiva realista e a perspectiva construtivista. Para os realistas os problemas ambientais devem ser compreendidos de maneira independente da percepção dos atores, ou seja, são entendidos como objetivos. A perspectiva construtivista foca sua atenção nas representações sociais sobre os problemas ambientais, dando ênfase à definição, significação e representação que lhes dão os atores (GUIVANT, 2005).

Para Hannigan, os problemas ambientais não dependem de critérios fixos ou evidentes. Eles são bastante semelhantes aos demais problemas sociais, porém com algumas diferenças importantes. Os problemas ambientais têm uma base física mais contundente que os problemas sociais. E em casos como o aquecimento global, a perda da biodiversidade e a contaminação com pesticidas, estão mais ligados a descobertas científicas. Hannigan identifica três tarefas importantes que caracterizam a construção de problemas ambientais: juntar, apresentar e contestar os argumentos ambientais.

Juntar os argumentos ambientais implica uma descoberta inicial e a definição de um problema incipiente. É necessário lhe dar um nome ao problema, diferenciá-lo de outros problemas similares, determinar as bases científicas, técnicas ou morais do argumento e decidir quem é o responsável pela tomada de ação (HANNIGAN, 2009, p.105). A apresentação dos argumentos ou, das exigências ambientais, implica de um lado atrair a atenção mostrando o problema como novo e compreensível (especialmente em termos visuais e dramáticos). E do outro lado legitimar o argumento. A terceira tarefa identificada é a de contestar os argumentos. Ela implica a realização de ações para consolidar as políticas públicas que contestem a problemática. Hannigan identificou seis fatores para a construção social de um problema ambiental bem sucedido:

1. Uma autoridade científica para a validação dos argumentos;
2. A existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência;
3. A atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e

importante;

4. A dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
5. Incentivos econômicos para uma ação positiva;
6. Recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade.

Com a identificação destes fatores, Hannigan não quer gerar uma receita para construir problemas ambientais exitosos. Ele procura estabelecer uma estratégia analítica que possibilite a análise deste tipo de problema. Assim, como foi descrito por Gonçalves (2010) é possível identificar estes fatores em relação ao aquecimento global:

1. O Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas pode ser situado como a autoridade científica. Ele está validando os argumentos sobre o aquecimento global e todas as questões relativas a ele.
2. Diversas ONGs ambientais como o Fundo Mundial para a Natureza (*World Wild Found for Nature* (WWF)) e Greenpeace, assim como o político Al Gore¹ podem ser reconhecidos como exemplos dos popularizadores. Eles como empresários da causa contribuíram para popularizar a preocupação com a mudança climática mundial.
3. Há duas décadas a mídia começou a dar uma grande importância aos temas relacionados com o aumento da temperatura do planeta. A temática ganhou especial ênfase em revistas, documentários, filmes, noticiários e jornais.
4. A dramatização em termos simbólicos e visuais acompanha permanentemente essa cobertura midiática.
5. A aparição de mercados de carbono, a mobilização de recursos econômicos entre países e diversas ações de mitigação (entre essas o REDD), dão conta do quinto fator identificado por Hannigan.

¹ Al Gore foi senador e vice-presidente dos Estados Unidos do governo de Bill Clinton, também foi candidato presidencial no ano 2000. Tanto como parte do governo dos Estados Unidos, como de maneira independente, Al Gore contribuiu de diversas formas para a divulgação e popularização de várias questões ambientais e especialmente do aquecimento global. Em 2006 estreou o documentário “An inconvenient truth” (uma verdade inconveniente) dirigido por Davis Guggenheim, filme que ganhou o Oscar como melhor documentário em 2007, e que trata sobre as alterações no clima do planeta causadas pelas atividades humanas. Também em 2007 Al Gore ganhou junto com o IPCC o prêmio Nobel de Paz por “seus esforços para disseminar a informação sobre a influência do homem nas alterações climáticas e por suas contribuições para mitigá-las” (<http://www.nobelprize.org>).

6. E a CQNUMC com suas COP, junto com o Protocolo de Quioto, evidenciam o patrocinador institucional.

O REDD é entendido como uma ação positiva, ou seja, como parte da tarefa de contestar os argumentos dentro do processo de construção do problema ambiental. Como descreve Hannigan (2009, p.112), o chamado para a ação dentro de um argumento ambiental procura o efeito legal e a mudança política. Nesse sentido, o problema é principalmente contestado dentro da arena política. Levando isso em conta, vamos a examinar a seguir porque o REDD aparece como uma ação positiva dentro do processo de construção do problema ambiental do aquecimento global.

Ainda que nos últimos anos o problema do aquecimento global tenha chegado a uma situação de consenso científico. Que ele seja apresentado com cada vez mais evidência e aceitação, este tema vem se construindo e se consolidando a meados da década de 80. Nessa década, diversos atores sociais passaram a trabalhar com um discurso relativamente homogêneo sobre a ocorrência de mudanças climáticas (GIDDENS, 2010; HANNIGAN, 2009).

Segundo diversos estudos geológicos, a temperatura média anual do planeta está crescendo. A terra está aquecendo especialmente nos últimos 100 anos, com um aumento de aproximadamente 0,6 °C ou 0,7 °C mais do que na época pré-industrial (GIDDENS, 2010; IPCC, 2007). Ainda que as análises mostrem que a temperatura do planeta nunca foi estável - pelo contrário, passou por diversos ciclos climáticos com períodos glaciais e interglaciais longos, com uma média de duração de 80 mil anos (VEIGA, 2008) -, parece existir uma unanimidade entre os cientistas de que o aumento das emissões de gases do Efeito Estufa na atmosfera, durante o século XX, foi a causa do aumento da temperatura média do planeta. E, dessa forma, o aquecimento global seria o resultado da ação antrópica (GIDDENS, 2010; IPCC, 2007).

Por mais que exista significativo consenso sobre a origem antrópica do aquecimento global, há um grupo minoritário de cientistas que se opõe e postula que existem diversas causas naturais que estão influenciando a mudança climática². Entre elas se destacam as variações na atividade solar, as erupções vulcânicas e as variações dos parâmetros orbitais (CHANG, 2009).

²O IPCC (IPCC, 2007, 2001) usa o conceito de Mudança Climática para se referir à variação estatística do estado meio do clima que se mantém por longos períodos de tempo, e que pode ser o resultado de processos naturais ou antrópicos. Para a CQNUMC, o conceito de Mudanças Climáticas limita-se unicamente às variações do clima como resultado direto ou indireto das atividades humanas. Devido a existência de um consenso científico significativo de que as variações do clima mundial tendem ao aumento da temperatura, e, nesse sentido, ao aquecimento do planeta, muitos atores (ONGs, Governos, empresas, agricultores etc.) e pesquisadores (GIDDENS, 2010; HANNIGAN, 2009; CHANG, 2009) usam o conceito do aquecimento global como sinônimo de mudanças climáticas. Isso também foi feito ao longo deste texto. Porém, reconhecemos que existem diferenças entre os conceitos que dão conta das disputas, ainda não fechadas, sobre as mudanças climáticas.

Mas, nas discussões atuais, o ponto principal de embate centra-se nas políticas e processos de solução e mitigação da problemática. O que fazer para deter o aquecimento global ou para diminuí-lo tem se convertido, ultimamente, no centro de divergências entre cientistas, instituições, ONGs governos nacionais e outras organizações.

Giddens (2010) denominou céticos a este grupo de opositores que vem criticando não só as bases teóricas e analíticas que sustentam os relatórios do IPCC, mas também os interesses, conflitos e tensões existentes no seu interior, evidenciando-o como um órgão político e burocrático (LOMBORG, 2008; GIDDENS, 2010). Embora o problema do aquecimento global seja amplamente reconhecido e suas causas antrópicas sejam cada vez mais aceitas entre os diversos atores, existem numerosas divergências sobre as estratégias que devem ser desenvolvidas para conseguir sua mitigação ou solução. Talvez seja neste ponto onde atualmente concentra-se o maior embate entre os cientistas, as instituições, as partes participantes das COP, as ONGs e os demais atores.

Estratégias de mitigação estão sendo pensadas, discutidas e negociadas há vários anos, no âmbito da (CQNUMC) adotada na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992. A CQNUMC tem o objetivo de conseguir a estabilização da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, num nível que impeça as interferências antrópicas perigosas no sistema climático. Esse objetivo deve ser alcançado num prazo suficiente para permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente à mudança climática, que não ameacem a produção alimentícia e que permitam o desenvolvimento econômico de maneira sustentável. Fazem parte da convenção quadro 194 países, que se reúnem periodicamente no que se conhece como Conferências das Partes. A primeira realizada em Berlim, Alemanha em 1995, e a última realizada em Durban, (África do Sul) em 2011, num total de 17 reuniões.

O principal resultado destas Conferências foi o Protocolo de Quioto, acordo assinado na terceira COP realizada em 1997. Ele tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa numa porcentagem aproximada de 5% menos do que as emissões totais do ano 1990. O Protocolo estabeleceu metas concretas para os países que mais geraram emissões na atmosfera no passado (conhecidos como países do Anexo 1³). E estabeleceu metas flexíveis para os países ditos em desenvolvimento que voluntariamente quiserem reduzir suas emissões. Este acordo tem um período de cumprimento das metas de 4 anos, entre 2008 e 2012.

Também no Protocolo foram estabelecidos três mecanismos de flexi-

³Refere-se aos países do Anexo 1 da CQNUMC no qual estão listados 35 países ditos industrializados que se comprometeram a limitar suas emissões de GEE. No entanto não todos os países da lista ratificaram o protocolo, como foi o caso dos Estados Unidos.

bilização com o objetivo de reduzir os custos de mitigação do efeito estufa nos países com compromissos. O primeiro é a implementação conjunta, que permite que os países do Anexo 1 financiem projetos de redução de emissões em outro país do Anexo 1 e assim, reduzir os custos de cumprimento de seus compromissos. O segundo é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que permite aos países do Anexo 1 financiar projetos de redução de emissões em países ditos menos industrializados, e receberem créditos como forma de cumprir seus compromissos. E o terceiro é o Comércio Internacional de Emissões, que permite aos países do Anexo B⁴ comercializar entre si quotas de emissão (CHANG, 2009).

As ações de mitigação estabelecidas pelo Protocolo de Quioto centram-se na diminuição dos GEE originados pela queima de combustíveis fósseis. Este acordo considera muito pouco as emissões geradas pelo desmatamento, que causam quase 20% do total, segundo o IPCC (WATSON et al., 2000). Esta questão ficou estabelecida nos Acordos de Marraqueche⁵ na COP-7, nos quais foram adotadas, entre outras coisas, as regulações sobre o Uso da Terra, mudança no Uso da Terra e Atividades Florestais (*Land Use, Land-Use Change and Forestry* (LULUCF)) e temas associados. Nestes acordos determinou-se que não poderia ser incluído o sequestro de carbono como parte dos MDL, com o objetivo de não atentar com o princípio de integridade ambiental reconhecida no Protocolo. Por este motivo só as atividades de florestação e reflorestação foram aceitas dentro dos MDL e ficaram excluídas as atividades consideradas de “conservação” ou desmatamento evitado.

Ainda que o tema do desmatamento evitado como estratégia de mitigação da mudança climática foi discutido nas negociações internacionais a final da década dos 90, o conceito REDD surgiu da proposta de “Redução Compensada de Emissões” apresentada por um conjunto de cientistas na COP-9 em Milão, Itália em 2003. Segundo este conceito, os países menos industrializados e com florestas tropicais seriam compensados pela redução de suas emissões originadas pelo desmatamento. Assim, o país geraria créditos que poderiam ser vendidos nos mercados de carbono. O conceito de redução compensada tornou-se a base da discussão do REDD nos anos seguintes.

Na COP-11, ocorrida em Montreal, Canadá, em 2005, as delegações de Costa Rica e Papua Nova Guiné, em representação da Coalizão das Nações Tropicais, apresentaram uma proposta baseada no conceito de “Redu-

⁴Os países do Anexo B são os países chamados desenvolvidos que concordam com ter metas de redução de emissões. Incluem todos os países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, Europa Central e do Leste e a Federação Russa. Mas não incluem Turquia e Bielorrússia (CHANG, 2009).

⁵Os acordos compilam os princípios, natureza, escopo, modalidades e procedimentos dos mecanismos de flexibilização. Procurando a operacionalização do Protocolo de Quioto e dar início quase imediato ao desenvolvimento de projetos MDL.

ção compensada de emissões”. Esta proposta tinha por objetivo negociar algumas formas de incentivar economicamente a redução do desmatamento nos detentores de florestas tropicais. Esta iniciativa fez que, oficialmente, o REDD fosse incluído na pauta das negociações internacionais.

A COP-13 realizada em Bali, Indonésia em 2007, foi decisiva para a consolidação do mecanismo. A temática foi discutida em dois espaços no interior da conferência: dentro do SBTSA⁶ e na Decisão 1/CP13, conhecida como “Plano de Ação de Bali”. Esta última foi pensada como um mapa de rota para definir as ações que seriam realizadas pelos países no período pós 2012. No documento final da COP conseguiram-se três acordos que foram determinantes para o REDD (UNFCCC, 2008):

1. A necessidade de fornecer “incentivos positivos” para a redução de emissões de carbono por desmatamento nos países florestais, vindos especialmente dos países do Anexo 1.
2. A criação de um plano de trabalho para definir a amplitude dos incentivos positivos e que permitisse estabelecer as políticas necessárias para lidar com o mecanismo dentro da Convenção.
3. A adoção de umas diretrizes metodológicas iniciais que possibilitassem o desenvolvimento de ações demonstrativas imediatas.

Nos dois anos seguintes foram realizadas reuniões com o objetivo de avançar nos documentos de discussão gerados em Bali. Pretendia-se que eles fossem aprovados na décima quinta conferência, que aconteceu em Copenhague, Dinamarca em 2009. Existia uma grande expectativa nessa reunião, já que se esperava que fosse aprovado um documento vinculante que regulamentaria o período pós-Quioto. Porém, ao final de vários dias de discussões, as partes não conseguiram chegar a acordos claros sobre o REDD, nem tampouco sobre outras questões importantes, como as metas específicas de redução de GEE. No entanto, delinearam-se algumas das questões que estavam sendo discutidas, especialmente relacionadas aos incentivos positivos do desmatamento evitado.

Na conferência seguinte celebrada em Cancun em 2010, criou-se um fundo destinado ao REDD, denominado Fundo Verde. Sua meta é atingir 100 bilhões de dólares até o ano 2020, e é financiado principalmente pelos Estados Unidos, o Japão e a União Europeia (UNFCCC, 2010).

Na COP-16 e na COP-17 não foi assinado um acordo vinculante que determinasse o caminho a ser percorrido em relação à mudança climática

⁶É o corpo oficial da CQNUMC que reúne os principais negociadores de cada país para a discutir e acordar tecnicamente os temas específicos a serem adotados posteriormente pelas COP.

depois que terminar o Protocolo de Quioto. Por isso o REDD ainda não é um mecanismo oficialmente incluído nos acordos mundiais de mitigação.

As negociações continuarão nas próximas COP. A próxima acontecerá na cidade de Doha, Qatar a final de 2012. O financiamento do REDD e outros sete temas trabalhados no interior da SBTSA seguirão sendo discutidos. Estarão na pauta das negociações as seguintes questões: as orientações para a avaliação técnica dos níveis de referência das emissões florestais ou de referência florestal; Os sistemas de medição, verificação e seguimento, assim como, os sistemas de monitoramento das florestas; Os sistemas de informação de salvaguardas⁷; as causas e motores do desmatamento e degradação das florestas; o papel e funcionamento do Fundo Verde; a forma e nível em que os países poderão cumprir suas metas de redução através do REDD; e se este mecanismo entrará a formar parte do MDL, ou não.

Todo este conjunto de discussões, debates e decisões ajudou na criação do REDD como um dos mecanismos de mitigação da mudança climática. E com base nos seus princípios surgiu um conjunto de projetos nos países menos industrializados detentores de florestas, baseados nos seus princípios.

1.1.1 O desmatamento e a Mudança Climática

As decisões e negociações acontecidas nas COP foram também resultado dos discursos emergentes de diferentes atores sobre desmatamento e sua relação com o aquecimento global. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) existiam 4 bilhões de hectares de florestas no mundo (Figura 2) até o ano 2010. Elas estão localizadas principalmente em cinco países (a Federação Russa, o Brasil, Canadá, os Estados Unidos e a China) os quais concentram mais do 50% das florestas do planeta. Mas, a cada ano essa quantidade diminui. Estima-se que há uma perda aproximada de 10 milhões de hectares de floresta por década. Assim, na década dos anos 90 perderam-se aproximadamente 16 milhões de hectares e entre o ano 2000 e o 2010, perderam-se aproximadamente 13 milhões de hectares (FAO, 2010).

Há uma certa aceitação de que o desmatamento implica na perda de um conjunto de funções ecológicas como: a manutenção do ciclo da água, a estabilização local do microclima, a melhora da qualidade do ar, o habitat para espécies biológicas, e a estabilização do solo. E também de funções sociais como: ajudar a regular o ruído, prover produtos não madeiráveis, proteger

⁷Na COP-16 incluíram-se algumas medidas de proteção das questões ambientais e sociais para o desenvolvimento e implementação de ações REDD. Algumas delas são: o respeito ao conhecimento e direitos de povos indígenas e membros de comunidades locais; o direito à participação efetiva dos atores interessados relevantes; e a garantia de que as ações realizadas sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e da biodiversidade.

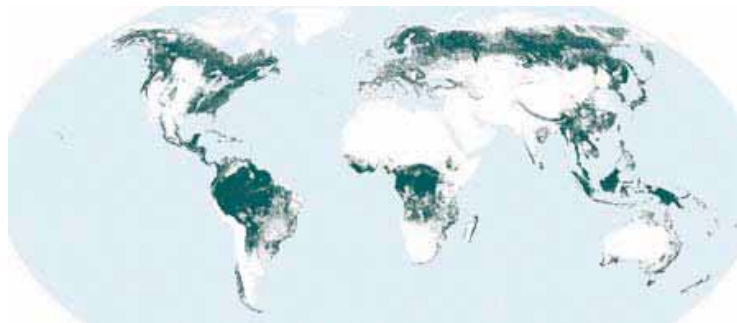


Figura 2 – Florestas do mundo

Fonte: (FAO, 2010)

contra o vento e a areia as cidades e mitigar de diversas maneiras a poluição do ar (DIMITROV, 2004). Porém, os cientistas não têm dados exatos, nem provas concretas sobre este tipo de questões qualitativas relacionadas ao desmatamento, assim como também em relação as suas causas.

Existe um certo acordo de que a principal causa atual da perda da floresta no mundo são as atividades humanas. Especialmente as atividades relacionadas com o crescimento da população e o desenvolvimento como: a exploração florestal comercial, a agricultura, a cria de gado, os programas de colonização, a mineração, a construção de hidroelétricas e as atividades militares (DIMITROV, 2004; FAO, 2001). Porém, o desmatamento não é um fenômeno novo e a floresta nunca foi estável. Desde sua formação depois da última era glacial há 10.000 anos aproximadamente, ela mudou continuamente tanto na suas características, quantidade e cobertura, quanto na sua disposição sobre a terra. E não mudou só por efeito dos homens mas, principalmente, por questões associadas à mudança do clima e das condições ambientais do planeta (WILLIAMS, 2006).

Até a década de 80 não existia uma preocupação global sobre a perda da floresta no mundo. Antes dessa data, o desmatamento não era um problema das dimensões atuais. Existiam algumas preocupações relacionadas com a silvicultura, seu valor estético e a proteção das fontes de água. Mas sua consideração como um problema ambiental global surgiu junto a outros dois grandes problemas: à perda da biodiversidade e à mudança climática.

A relação entre o desmatamento e a mudança climática foi construída paralelamente ao processo de construção do problema ambiental do aquecimento global. Foram os cientistas e, essencialmente o IPCC quem fizeram esta relação. No primeiro relatório publicado pelo IPCC em 1990 o Painel ressaltou que entre 1980 e 1990 o desmatamento, a queima de biomassa (in-

cluindo lenha) e outras práticas e mudanças no uso da terra, libertaram CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano) e N₂O (óxido nitroso) à atmosfera. E que estas atividades compreendem aproximadamente 18% (com um ramo de incerteza de 9 a 26%) do total de gases de efeito estufa libertados à atmosfera (HOUGHTON et al., 1990).

Segundo o IPCC a maioria do carbono terrestre está armazenado nas florestas. Elas cobrem cerca de 30% da superfície da Terra, e são essenciais para manter o ciclo de carbono no mundo⁸. O desmatamento está alterando os reservatórios ou estoques de carbono da Terra, assim como a circulação que existe entre estes e a atmosfera (IPCC, 2007). Na última avaliação dos recursos florestais do mundo feita pela FAO (2010), fala-se que a vegetação florestal mundial contém aproximadamente 650 gigatoneladas de carbono, assim divididas: 44% na biomassa, 11% na madeira e folhas mortas e 45% no solo. O desmatamento dos últimos séculos nas latitudes médias e altas e do último século nos trópicos libertou uma grande quantidade dele na atmosfera contribuindo para a concentração do dióxido de carbono e para a potencialização do efeito estufa (IPCC, 2001, 2007).

O IPCC argumenta que as florestas tropicais, que ocupam pouco menos da metade da área florestal do mundo, guardam 50% mais de carbono por hectare que as demais. Pois elas possuem mais carbono tanto em sua vegetação quanto nos solos. As taxas de desmatamento equivalente nos trópicos liberam mais carbono do que a perda da floresta no resto do planeta (HOUGHTON, 2005). Aliás, segundo a FAO, a maior taxa de desmatamento acontece justamente nos países e áreas tropicais (FAO, 2011). A América do sul é a região que mais floresta perdeu na década de 2000 - 2010 com aproximadamente 4 milhões de hectares anuais, seguida da África, que perdeu 3,4 milhões.

A perda das florestas no mundo e, especialmente das tropicais, é considerado um problema importante. Em menos de duas décadas as florestas tropicais passaram a ser consideradas um ator central dentro de qualquer iniciativa de mitigação da mudança climática. As discussões das COP e os informes do IPCC colocaram esses argumentos para enfatizar a necessidade de se concentrar especialmente no desmatamento das florestas tropicais. Tudo isso porque esta seria uma das situações que mais gases de efeito estufa estariam liberando à atmosfera. E assim, junto com as discussões sobre o clima, o REDD emergiu e se legitimou como uma importante ação positiva em relação ao problema ambiental do aquecimento global.

⁸Processo em que o carbono circula através dos oceanos, da atmosfera, da biosfera e litosfera terrestre num ciclo biogeoquímico. Este ciclo pode ser dividido em dois, um geológico ou lento e um biológico ou rápido (IPCC, 2001).

1.1.2 Os incentivos econômicos

Como ressalta Hannigan (2009) para obter ação num problema ambiental tem que haver incentivos econômicos visíveis. Ou seja, para que o REDD seja uma ação positiva deve mobilizar recursos econômicos que permitam seu desenvolvimento. Na atualidade, a principal fonte de financiamento de REDD são os programas e projetos bilaterais entre países seguidos dos fundos especializados e da inversão privada (entre a que se encontra o mercado voluntário de carbono) (STRECK, 2012). A partir da aparição do mecanismo nas COP ele mobiliza altas quantidades de dinheiro. Em 2009 no desenvolvimento da COP-15 em Copenhagem os países mais industrializados comprometeram 3,5 bilhões de dólares para dar início à implementação de REDD e esses compromissos aumentaram ao longo de 2010 e 2011 até chegarem a 4,17 bilhões (STRECK, 2012).

O surgimento, crescimento e fortalecimento dessas formas de financiamento evidenciam não só a importância do REDD como uma ação de mitigação importante, mas essencialmente o êxito do aquecimento global como um problema ambiental bem sucedido.

Segundo a *Climate Funds Update*⁹, desde 2008 até novembro de 2011, foram aprovados 446 milhões de dólares para financiamento de projetos REDD através de fundos climáticos, dos quais já foram desembolsados 252 milhões de dólares. Dessa forma, o REDD representa 13% do financiamento total do clima através dos fundos. No Quadro 3 são apresentados os principais fundos dirigidos ao REDD.

Estes fundos públicos estão encaminhados ao que na COP-16 realizada em Cancun, se chamou fase de preparação (*Readiness*). Esta fase consiste em um processo nacional de planificação ou preparação para a consolidação do mecanismo REDD no período pós-2012. O *readiness* é focado na elaboração de estratégias nacionais para a redução de emissões através de consultas às partes interessadas no nível local. Também ele inclui capacitação técnica, elaboração e implementação de relatórios de monitoramento e verificação das florestas, do desmatamento e das emissões de GEE florestal, o desenvolvimento de sistemas nacionais para a definição de uma linha base de referência sobre emissões de GEE e o esclarecimento de questões relacionadas com a propriedade da terra e das florestas.

Mas o financiamento também vem do mercado. Os projetos são negociados dentro do mercado de carbono, de uma forma parecida ao que atual-

⁹Iniciativa conjunta da fundação estadunidense *Heinrich Böll Stiftung* e do Instituto britânico *Overseas Development Institute*. Ela monitora os fundos dedicados à mudança climática a partir da fase em que os doadores aprovam o financiamento até o desembolso efetivo para os projetos (<http://www.odi.org.ukwww.odi.org.uk>. Consultada em 13 de fevereiro de 2012.).

Quadro 3 – Fundos de financiamento de REDD

Fundo	Descrição
Programa UN-REDD	Criado por três agências das Nações Unidas: PNUMA, PNUD e FAO. Tem o objetivo de ajudar os países da América Latina, da Ásia e África a implementar os programas nacionais de preparação para o REDD. Até Setembro de 2011 tinha distribuído 63 milhões de dólares para 14 programas nacionais.
Parceria para o Carbono Florestal (FCPF)	Programa piloto do Banco Mundial lançado na COP de Bali em 2007. Com o objetivo de capacitação para o REDD e do pagamento de incentivos para um grupo pequeno de países piloto, até março de 2012 participavam nele 37 países.
Fundo para a floresta da Bacia do Congo (<i>Congo Basin Forest Fund - CBFF</i>)	É um fundo de múltiplos doadores que tem como objetivo apoiar as pessoas e instituições dos países da Bacia do Congo para gerenciar suas florestas. O CBFF é gerido pelo Banco Africano de Desenvolvimento.
Fundo Amazônia	Foi criado pelo governo do Brasil com o propósito de ajudar a prevenir, monitorar e combater o desmatamento, bem como para promover a conservação e o uso sustentável das florestas da Amazônia.
Programa de Investimentos Florestais (<i>Forest Investment Programme - FIP</i>)	Programa do Banco Mundial que começou a operar em 2009. Diferentemente do FCPF, este fundo brinda recursos em grande escala para o desenvolvimento e execução de estratégias nacionais de inversão florestal em poucos países piloto. Até Setembro de 2011, os países piloto eram Burquina Faso, Ghana, Indonésia, Laos e Peru.
Fundo Fiduciário de Mudança Climática da Indonésia (<i>Indonesia Climate Change Trust Fund - ICCTF</i>)	Foi criado pelo Governo da Indonésia em 2009 para financiar projetos REDD. Em novembro de 2011, no entanto, apenas 1,25 bilhões de dólares foram aprovados para um projeto de silvicultura para aumentar o sequestro de carbono e mitigação das emissões de gases de efeito estufa.
Iniciativa climática internacional das florestas (<i>International Forest Climate Initiative - IFCI</i>)	Ainda que este programa do governo da Noruega, não seja exatamente um fundo, tem realizado financiamento de longo prazo para a implementação de programas REDD através de canais bilaterais para fundos nacionais no Brasil, na Guiana e na Indonésia.
Iniciativa de carbono florestal da Austrália (<i>Australia's International Forest Carbon Initiative</i>)	Iniciativa centrada na criação de capacidades para o monitoramento de REDD. Trabalha principalmente na Indonésia e Papua Nova Guiné.

Fonte: Construção própria com dados da *Climate Funds Update* (www.climatefundsupdate.org)

mente acontece com outros mecanismos de mitigação da mudança climática. O mercado de carbono apareceu como efeito do Protocolo de Quioto, especialmente graças à criação de mecanismos de flexibilização desenhados para diminuir os custos da implementação do acordo.

O Comércio Internacional de Emissões funciona dentro da lógica *cap-and-trade*, que se pode traduzir como limite e negociação. Nele, uma instituição, normalmente o governo, limita a quantidade de GEE que determinado setor ou grupo (por exemplo uma empresa) pode emitir, baseando-se nos limites acordados internacionalmente. Posteriormente os setores ou grupos podem negociar com os valores que estejam acima ou abaixo desses limites. As empresas que geram mais emissões do total que podem produzir, são obrigadas a comprar das empresas que ficaram abaixo das metas a quantidade necessária para se manterem dentro dos limites.

O Mecanismo de Desenvolvimento limpo consiste na implementação de projetos de redução de emissões de efeito estufa nos países que não fazem parte do Anexo 1 da CQNUMC. Além disso tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável local (UNFCCC, 1998). A ideia é que os países do Anexo 1, que não conseguem atingir suas metas de redução de emissões substituindo as fontes de energia, melhorando a eficiência energética ou controlando a poluição, podem alcançar as metas financiando este tipo de projetos. Nos MDL, cada tonelada de CO₂ equivalente que deixa de ser emitida ou que é retirada da atmosfera transforma-se em uma unidade de crédito de carbono, que se chama Redução Certificada de Emissão ou *Certified Emission Reductions* (CER), e pode ser negociada no mercado mundial.

Desta forma, o Protocolo de Quioto e, em geral, o aquecimento global como um dos problemas ambientais mais relevantes da atualidade, contribuíram para o surgimento do mercado internacional de carbono. Mas ele vai além do protocolo, pois, paralelo às regulações das Nações Unidas, existe também um mercado não regulado chamado voluntário. Chama-se mercado voluntário porque as empresas ou entidades que participam dele não têm metas de redução de emissões estabelecidas e, portanto, sua participação no mercado é voluntária. Funciona de uma forma parecida ao regulado: as organizações, empresas ou indivíduos que querem neutralizar suas emissões de GEE financiam projetos que procuram reduzir as emissões de carbono, através da compra de créditos chamados Reduções Verificadas de Emissão (*Verified Emission Reductions* (VER)), e que equivalem também a uma tonelada de CO₂eq que deixa de ser libertado ou que é captado da atmosfera.

O mercado de carbono, tanto o regulado quanto o voluntário, cresceu ano após ano. Hoje, o comércio de carbono do mundo inclui mercados na União Européia, os Estados Unidos e Nova Zelândia, o que representa mais de 140 bilhões de dólares em volume negociado e até 5 gigatoneladas de

Quadro 4 – Volumes e valores globais transacionados no mercado voluntário de carbono

Ano	Volumem (Toneladas de CO ₂ eq)	Valor (Milhões de Dólares)
2010	131	424
2009	98	415
2008	123,4	705
2007	66	335,3
2006	24,6	96,7

Fonte: (DIAZ et al., 2011; HAMILTON et al., 2009)

emissões por ano (LINACRE et al., 2011). No começo, o preço do carbono no mercado regulado alcançou até 31 euros por tonelada, e o mercado cresceu rapidamente no período compreendido entre 2003 e 2008. Assim, por meio de projetos foram negociadas aproximadamente 337 toneladas métricas de CO₂eq em 2008, superando em mais do dobro o ano de 2007, que já tinha aumentado em mais de 40% dos negócios do ano de 2006 (GIDDENS, 2010).

Nos últimos dois anos o mercado vem sofrendo uma significativa retração. O valor do carbono caiu consideravelmente alcançando o recorde de 5,30 euros, em novembro de 2011, sendo o menor valor já registado¹⁰. O Banco Mundial, num relatório sobre o estado e as tendências do mercado de carbono em 2011 (LINACRE et al., 2011) disse que após cinco anos de forte crescimento, o mercado de carbono global caiu em 2010, terminando o ano sendo menor do que era em 2005.

Os informes e análises sobre mercado voluntário mostram que, contrário ao mercado regulado, ele não só continua crescendo, mas atingiu recordes de negociação em 2010, chegando a 131 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, estimado em 424 milhões de dólares (PETERS-STANLEY et al., 2011). Entretanto o valor do carbono neste mercado também caiu em 2009 depois que o valor das transações alcançou o máximo de 705 milhões de dólares em 2008, como se observa no Quadro 4.

Neste mercados negociam-se muitos tipos de projetos, principalmente de energia renovável, manufatura e indústria química, agricultura, transporte, manejo florestal, aflorestação e reflorestação, tratamento de águas residuais e de captura de metano. Por sua parte, os projetos florestais¹¹ crescem permanentemente no mercado de carbono. Em 2010 tiveram o maior volume de créditos negociados na sua história, superando os anos 2008 e 2009 que já tinham atingido recordes. O valor total estimado das transações em 2010 foi

¹⁰<http://www.reuters.com/article/2011/11/25/carbon-idUSL5E7MP0WE20111125>

¹¹ Entre os projetos florestais de mitigação de GEE incluem-se os de Florestação e reflorestação e os de manejo florestal e redução de emissões por desmatamento.

de 178 milhões de dólares, com projetos impactando mais de 7,9 milhões de hectares em 49 países de todas as regiões do mundo. Como em anos anteriores, 90% dessas negociações ocorreram no mercado voluntário e com estes valores, as transações de carbono florestal neste mercado representam agora mais de 40% (DIAZ et al., 2011).

Como o REDD não é um mecanismo de flexibilização dentro do protocolo de Quioto, ainda não é negociado dentro do mercado regulado, mas, como se pode ver na Figura 3, até 2011 constituiu 33% do total das transações do mercado voluntário, sendo o tipo de projeto mais negociado. A participação cada vez maior do REDD neste mercado evidencia o que Hannigan (2009) denominou como incentivos econômicos para uma ação positiva do que, neste caso seria o problema do aquecimento global. Ainda que, seja do mercado voluntário e não do regulamentado, onde os projetos REDD obtêm seu financiamento (ou pelo menos uma parte dele), resulta claro que foi a construção com êxito da mudança climática como um problema ambiental nas últimas décadas, o que possibilitou tanto a aparição do mercado de carbono, quanto a alta participação do REDD nele.

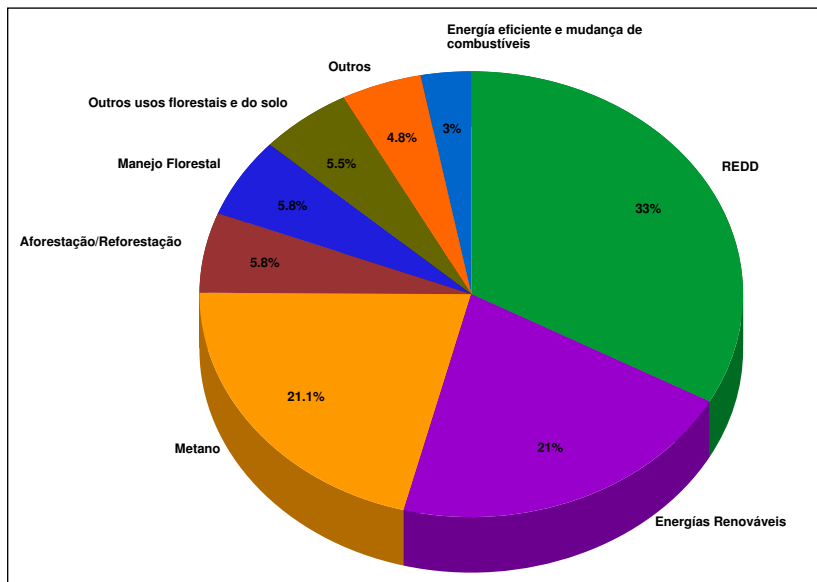


Figura 3 – Tipos de projetos negociados no mercado voluntário
Gráfico construído pela Ecosystem Marketplace (PETERS-STANLEY et al., 2011) com dados do Relatório sobre o estado do mercado voluntário de 2011 (DIAZ et al., 2011) e outros dados da instituição

Contudo, imensas somas de dinheiro foram e estão sendo mobilizadas nos mercados de carbono e nos fundos climáticos em nome do REDD. No caso do mercado voluntário, por exemplo, este mecanismo é, desde o ano 2010, o tipo de projeto mais negociado e dentro dos fundos climáticos, é uma das prioridades. Este panorama evidencia que o REDD tem um papel cada vez mais central na mitigação do aquecimento global e também que é uma ação positiva cada vez melhor sucedida.

1.1.3 As controvérsias abertas sobre REDD

Que o aquecimento global seja um problema ambiental bem sucedido, e que o REDD surtisse como uma ação positiva mobilizando grandes quantidades de recursos econômicos, não quer dizer que ele seja um mecanismo pronto ou livre de controvérsias. Pelo contrário, o REDD é um tema em discussão e debate, pois ainda que no nível internacional se lograssem acordos sobre sua estrutura geral e se posicionasse no interior das COP como um elemento chave do período pós-Quito, há muitíssimas vozes discordantes, algumas das quais debatem a forma e o conteúdo do mecanismo e outras, mais radicais, desacreditam totalmente que o REDD seja um mecanismo efetivo de mitigação do aquecimento global.

Hannigan (2009) esclarece que, a tarefa de juntar, apresentar e contestar os argumentos ambientais é um processo complexo, em que diversos atores e discursos tentam se posicionar uns sobre outros. Parte do êxito do problema depende da magnitude do apoio público mobilizado ao redor dos argumentos. Assim, o consenso e o apoio público são elementos essenciais na consolidação de problemas ambientais. Ainda que o aquecimento global já tenha atingido um momento de consenso e aceitação pública relativamente estável, o REDD, por outro lado, apenas está em processo de lográ-lo, ou não.

Seguindo este argumento, consideramos que é possível entender a construção do REDD como a construção de uma “caixa preta” utilizando a ANT (LATOURE, 2000). Dentro do campo denominado Estudos de Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies* - STS) no interior da Sociologia, da Filosofia, da História e da Antropologia, Latour recolhe o princípio teórico metodológico que separa a ciência em construção da ciência pronta ou acabada. A ciência em construção está cheia de incerteza, trabalho, decisões e controvérsias, enquanto a ciência pronta, mostra caixas-pretas certinhas e indubitáveis (LATOURE, 2000, p.16). Latour traz da cibernética a expressão caixa-preta para se referir a um fato plenamente aceito, ou um objeto não problemático. Ou seja, as alegações e objetos que deixaram de ser criticados e questionados consolidaram-se como um fato científico. Quando deixa

de haver discussão e a afirmação, a alegação ou o objeto são aceitos e usados para sustentar outras alegações, se tem um fato científico. Latour (2000, p.72) define este último como “...algo que é retirado do centro das controvérsias e coletivamente estabilizado quando a atividade dos textos ulteriores não consiste apenas em crítica ou deformação, mas também em ratificação”.

Para que uma alegação ou afirmação seja estabilizada é necessária a reunião de forças humanas e não humanas organizadas de tal forma que sustentem as ligações e conexões que fazem que uma afirmação se torne verdadeira. São muitas as associações que devem ser desenvolvidas para vencer as mais variadas controvérsias. A força da caixa preta vai depender de sua capacidade para se defender dos que discordam e dos que não acreditam, que poderiam desestabilizar ou dissolver as conexões que sustentam as afirmações. Para se defender dos discordantes, os construtores de fatos reúnem um amplo conjunto de elementos: estudos estatísticos, laboratórios bem equipados, instituições interessadas em financiar pesquisas, cientistas, entre outros. E tentam convencer e trazer para seu lado a maior quantidade de aliados criando de certa maneira um “exército” para vencer os discordantes.

A criação de caixas pretas implica a construção de redes conformadas por relações estabelecidas entre pessoas e objetos, entre atores humanos e não humanos. Essas relações não são fixas, estão em constante processo de negociação entre os diferentes atores envolvidos dentro de uma determinada rede. A solidez da rede está ligada ao número de atores mobilizados, ou de “aliados”, e à força das associações que ligam esses mesmos aliados (LATOUR, 2000).

Se consideramos o REDD como uma caixa-preta em construção, veremos uma estratégia, uma afirmação, um mecanismo que tenta ganhar aliados e se defenderem de uma ou outra forma, dos que discordam dele. Veremos como são mobilizados diversos elementos como: estatísticas (sobre a captação de carbono das florestas, os níveis de desmatamento no mundo, a emissão de GEE etc.); gráficos sobre emissões e captação de carbono; organizações dispostas a financiar os projetos e as pesquisas relacionadas a ele; biólogos, ecologistas e ambientalistas que o relacionam com outras problemáticas; mapas e dados sobre florestas tropicais, entre outros. E, principalmente, escutaremos diversos debates e controvérsias que o questionam e que discutem alguns dos seus componentes e princípios.

Se a rede sobre REDD vai se ampliando e o mecanismo vai ganhando mais aliados, essas controvérsias serão cada vez mais escassas, e é possível que cheguem um dia ao fim. Porém, como coloca Latour (2000, p.99), “esse fim não é natural, mas cuidadosamente urdido, como o fim de uma peça de teatro, de um filme”. Ou seja, é um fim que é lentamente elaborado, construído a partir de diversos fatores que são gerados nas relações entre os atores

que compõem a rede.

Quando se mergulha com atenção nos documentos, sites de Internet, comunicados oficiais e publicações de ONGs ambientalistas, do IPCC, da CQNUMC, dos movimentos indígenas dos países florestais, dos centros de pesquisa sobre mudança climática e sobre florestas tropicais, encontra-se um conjunto extenso e diverso de críticas, debates e oposições ao REDD.

Como a ANT coloca, o processo coletivo de elaboração de fatos, neste caso de um mecanismo de solução a um problema ambiental, faz-se evidente e possível de analisar quando as controvérsias estão vivas, enquanto o debate está ainda “quente”. Por isso, vamos a apresentar a seguir as principais controvérsias que atravessam o REDD, com o propósito de deixar em evidência como o mecanismo está ainda em debate e a rede está se construindo.

Para organizar essas controvérsias, foram agrupadas em quatro eixos:

1. As que se centram nos aspectos técnicos que debatem a forma em que devia ser implementado o mecanismo.
2. As que questionam a centralidade do REDD no carbono e se preocupam com a biodiversidade e o equilíbrio ecológico das florestas.
3. As que discutem sobre a propriedade da terra e das florestas, assim como pelos direitos e participação das comunidades locais que moram e usam as florestas tropicais.
4. As que consideram que o REDD não é um mecanismo de mitigação, mas é um tipo de compensação que não resolve o problema do aquecimento global.

1.1.3.1 Sobre a implementação de REDD

A maioria das polêmicas sobre a implementação do REDD defende o mecanismo como resposta ao aquecimento global. Mas, este grupo de críticas questionam algumas das formas que o caracterizam como: o tipo de financiamento, as escalas de implementação, o cenário de referência, as linhas de base sobre as quais seriam calculadas as reduções de emissões e as metodologias usadas para avaliar os benefícios diversos dos projetos. Os principais atores que lideram estas críticas são as grandes organizações ambientais como Greenpeace e WWF. Elas apoiaram a maioria das decisões internacionais das COP que determinaram a forma como se negocia atualmente o REDD, mas focam suas críticas em questões pontuais.

O cenário de referência ou linha base, entendido como a situação *business-as-usual* ou o cenário que representa a ausência do projeto, é um dos pontos mais críticos. Inclusive segundo Greenpeace esta questão define se o REDD irá fortalecer ou enfraquecer o esforço global para evitar uma mudança climática catastrófica (GREENPEACE, 2011b). Existem basicamente duas opções sendo discutidas nas COP sobre linhas base de referência: uma

que leva em conta as médias históricas do desmatamento (considera as taxas de desmatamento em períodos passados e as projeta linearmente para o futuro); e as projeções e modelagens de simulação que consideram as atividades socioeconômicas que podem interferir na dinâmica do desmatamento futuro, como a construção de infraestrutura, políticas governamentais e o aumento da população. (CENAMO et al., 2010). Para a Greenpeace as opções de modelagem junto com o financiamento do mercado de carbono, poderiam levar à inflação dos dados gerando assim a contagem de falsas reduções e, por isso, a que o mecanismo do REDD não cumpra com seu objetivo (GREENPEACE, 2011b).

Outro ponto “quente” tem a ver com as metodologias e diversas formas com as quais se avaliam os benefícios dos projetos REDD, tanto no monitoramento sobre a redução das emissões, quanto outros tipos de benefícios sociais e ambientais que alguns dos projetos propõem dentro do que se denominou como REDD+. ¹².

1.1.3.2 Sobre a biodiversidade e a gestão sustentável das florestas

A Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992 definiu a biodiversidade como a variabilidade entre os organismos vivos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte, compreende a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Quando a perda da biodiversidade construiu-se como um problema ambiental global (HANNIGAN, 2009, p.194-195) também ganhou grande importância o desmatamento. Sua relação baseia-se no princípio de que as florestas são o habitat mais rico em biodiversidade no mundo e portanto, a perda de floresta implica na perda de biodiversidade. Mas, ainda que as florestas em geral sejam o lar de grande quantidade de espécies, são especialmente as florestas tropicais as que maior diversidade de espécies abriga (CBD, 2001). Este argumento colocou as florestas num patamar importante em relação à conservação da diversidade biológica mundial. No entanto, uma

¹²Sobre este ponto vale a pena destacar a crítica que Greenpeace está fazendo à curva de custos criada pela empresa de consultoria McKinsey & Company. Nesta curva baseia-se o Banco Mundial para desenvolver e financiar políticas para a implementação de programas REDD em diferentes países, através da Parceria para o Carbono Florestal (FCPF) e do Investimento de Programa Florestal (FIP). Segundo a Greenpeace, a curva de custos McKinsey é uma “caixa preta”, já que a empresa não publicou a metodologia com a qual a criou. Nesse sentido, a ONG considera que existe uma grande imprecisão nas cifras usadas pela empresa (análise baseada na aplicação do modelo de curva McKinsey para o REDD da Indonésia). Também esta ONG considera que a curva exclui “os custos sócio-culturais” e se centra na estimativa dos custos locais de oportunidade, questão que levaria, em última instância, a um maior desmatamento e não a sua diminuição. Para maior informação ver GREENPEACE (2011a).

das principais críticas feitas ao REDD, inclusive nas suas primeiras aparições dentro das COP, é que o mecanismo deixa de lado estas considerações e se centra unicamente no papel que cumprem as florestas no ciclo terrestre e no sequestro de carbono.

As variações do nome do mecanismo evidenciam essas disputas sobre desmatamento, florestas e biodiversidade. Em 2005, quando começou a se discutir o tema dentro das COP, falava-se só de desmatamento evitado e, por isso, a proposta foi chamada de Redução de Emissões do Desmatamento (RED). A centralidade estava unicamente no desmatamento como fonte de emissões de GEE. Isso gerou um conjunto de questionamentos por algumas partes participantes da conferência, que consideravam a degradação como uma questão essencial para atingir as metas climáticas, pois se argumentava que a degradação, entendida como a redução da densidade da floresta, também produz emissões de carbono significativas.

A CQNUMC define a floresta como uma área com cobertura de copa de no mínimo 10% - 30% e, assim, as florestas podem ser significativamente degradadas, ou seja, perder até 90% de sua cobertura de copa antes de serem consideradas desmatadas (LAWLOR et al., 2010). Levando em conta este argumento, na Conferência das Partes em Bali 2007, surgiu o segundo D da sigla e apareceu o REDD como Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação.

Porém, o mecanismo continuou gerando debates. A principal crítica era que mantendo o conceito em termos negativos (degradação e desmatamento) só beneficiaria os países e as iniciativas que mais teriam afetado negativamente suas florestas, deixando de lado aqueles que mais as conservaram. Aliás, questionamentos sobre a falta de consideração sobre a biodiversidade e o manejo sustentável das florestas começaram a ser colocados por várias ONGs, organizações indígenas e outros atores em diversos cenários, o que levou a incluir o papel da conservação, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono no REDD. Isto levou à colocação de um + (plus) junto com sua sigla na COP14 em Poznam, Polônia.

REDD+ então é o conceito adotado pela CQNUMC já que ele inclui todas as versões anteriores. E ainda que, por exemplo, um projeto só se centre na redução do desmatamento sem considerar questões sobre a degradação, o manejo sustentável ou o enriquecimento da floresta, fala-se de REDD+.

Mas, ainda que o REDD incluísse estes aspectos, pelo menos no seu conceito, a polêmica sobre sua centralidade no carbono ainda está sobre a mesa. São principalmente organizações ambientais focadas na pesquisa e acompanhamento das florestas tropicais, assim como na biodiversidade, as que ressaltam esta questão (LAWLOR et al., 2010). Algumas das principais preocupações sobre biodiversidade e REDD estão resumidas na Figura 4.

Outras organizações mais radicais, que também se opõem ao mercado como estratégia de financiamento do REDD, como *Amigos de la Tierra*, *Carbon Trade Watch* ou *World Rainforest Movement*, consideram que a lógica do mercado pode levar a que o preço do carbono considere da mesma forma qualquer tipo de floresta sem importar sua riqueza biológica e sua integridade ecossistêmica (AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL, 2010; CARBON TRADE WATCH, 2011).



Figura 4 – Oportunidades e riscos para a biodiversidade com REDD
Fonte: (The International Institute for Environment and Development (IIED), 2011)

1.1.3.3 Sobre os beneficiários e a propriedade das florestas

As críticas em relação à propriedade da terra, das florestas e do carbono florestal são umas das mais fortes questões debatidas sobre o REDD. Organizações ambientais e movimentos indígenas e camponeses como Via Campesina, *Amigos de la Tierra*, *Carbon Trade Watch*, *Indigenous Environmental Network*, *World Rainforest Movement*, *Global Florest Coalition*, *Glo-*

bal Justice Ecology Project lideram as principais vozes destas críticas. Estas organizações argumentam que o REDD é uma estratégia que beneficia principalmente os poluidores (empresas ou países que historicamente mais emitiram GEE à atmosfera), as ONGs ambientais, e os intermediários. E segundo estas organizações o REDD prejudica as comunidades locais proprietárias das florestas ou que moram e vivem delas.

Segundo a FAO (2010), 80% da propriedade das florestas do mundo é pública. Num estudo realizado nos 30 países com mais florestas publicado em 2008 (SUNDERLIN et al., 2008) encontrou-se que, 74,3% das florestas são administradas pelos governos, 3,3% são propriedades do governo, mas administradas por comunidades, 9,1% são propriedades de comunidades e 14,2% são propriedades de indivíduos ou empresas. Porém, nos países menos industrializados, 27% das florestas são propriedades de comunidades. As organizações e movimentos que criticam o REDD dizem que essas comunidades diretamente vinculadas às florestas ou que são suas proprietárias ou administradoras, não fazem parte das discussões e reuniões internacionais nas quais o mecanismo está sendo definido. Argumentam, também que a forma como as compensações para evitar o desmatamento estão sendo realizadas leva a que essas comunidades, que dependem das florestas, percam seus direitos de propriedade ou de uso, atentando, dessa forma, contra seus direitos fundamentais (CABELLO; GILBERTSON, 2010).

Assim, enquanto na COP-13 os documentos oficiais integravam o REDD como um mecanismo integral dos acordos pós-Quito, o Foro Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança Climática (CABELLO; GILBERTSON, 2010) dizia:

O REDD não vai beneficiar os Povos Indígenas, na realidade levará a mais violações dos Direitos dos Povos Indígenas. Aumentará as violações de nossos direitos humanos e nossos direitos a nossas terras, territórios e recursos. Roubará nossas terras e causará expulsões. Impedirá o acesso à terra e ameaçará as práticas agrícolas indígenas. Destruirá a biodiversidade e a diversidade cultural e provocará conflitos sociais. Em nome do REDD os Estados e os comerciantes de carbono terão um maior controle sobre nossas florestas.

Estas organizações discordantes vem publicando diversos documentos expondo esses argumentos contra o REDD (AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL, 2010; CABELLO; GILBERTSON, 2010; AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL, 2008; CARBON TRADE WATCH, 2011), muitos deles dirigidos ao público leigo e especialmente às comunidades indígenas dos países com florestas tropicais (ver Figura 5).

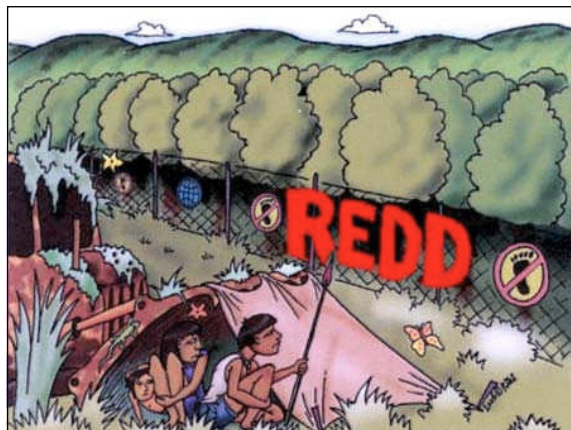


Figura 5 – Ilustração contra o REDD
 Imagem de uma cartilha contra REDD dirigida aos povos indígenas.
 Fonte: www.ienearth.org

1.1.3.4 Sobre o REDD como compensação e não como mitigação

Talvez estas sejam as críticas mais radicais feitas ao REDD. Elas desacreditam que esse mecanismo seja realmente útil como solução ao problema da mudança climática e do desmatamento. As críticas deste tipo atacam o REDD por diversas frentes:

- Argumentam que o REDD não responde às principais causas do desmatamento e, por isso, não pode evitar as fugas, ou seja, que enquanto se deixa de desmatar uma área outra área é desmatada.
- Enfatizam nas incertezas científicas sobre: o papel que cumprem as florestas no ciclo do carbono terrestre, as dificuldades para contabilizar e padronizar a captura de carbono e a previsibilidade da vida das árvores.
- Criticam a definição ambígua de floresta das Nações Unidas. Dizem que esta dificuldade leva a não consideração das particularidades ecológicas das florestas naturais e as coloca no mesmo nível que as florestas plantadas e as monoculturas de árvores, o que poderia gerar maiores problemas ambientais.
- Consideram que o REDD é apenas um mecanismo de compensação que permite que os países e empresas que deviam diminuir suas emissões de

GEE, trocando suas fontes energéticas, continuem poluindo. As críticas acreditam em que o mercado de carbono tem servido especialmente para estes fins, movimentando grandes quantidades de dinheiro, que é muito pouco invertido em ações reais para diminuir o desmatamento.

As principais entidades que se opõem radicalmente ao REDD e que vem se pronunciando em diversos espaços públicos são organizações indígenas ou camponesas internacionais, organizações ambientalistas dirigidas à conservação da biodiversidade e das florestas tropicais, assim como organizações defensoras de direitos humanos focadas na comunidades rurais. Entre elas destacam-se: a Via Campesina, *Amigos de la Tierra*, *Carbon Trade Watch*, *Indigenous Environmental Network*, *World Rainforest Movement*, *Global Forest Coalition*, *Global Justice Ecology Project*¹³.

1.1.4 A execução de projetos REDD

Como vimos até agora, o REDD é uma ideia uma estratégia em desenvolvimento debatida em vários cenários principalmente no internacional. Na arena nacional, o REDD é ainda um tema emergente. Enquanto os governos nacionais dos países com florestas tropicais estão desenhando planos preparatórios para o REDD e melhorando suas condições institucionais para isso, diversas ONGs estão avançando no desenvolvimento de projetos REDD no plano sub-nacional.

É difícil definir com exatidão a forma como se desenvolvem os projetos REDD no mundo, pois como ainda não há um formato único estabelecido pelas diversas entidades envolvidas e ainda é uma ideia em construção, há diversas formas de executar este tipo de iniciativas. Seguindo a definição feita por Sills et al. (2010, p.296-297) entendemos um projeto REDD como uma atividade que têm duas características principais:

1. Tem como objetivo quantificar e informar sobre qualquer mudança nas reservas de carbono seguindo as orientações do IPCC e/ou de outras diretrizes que também têm ampla aceitação; e, possivelmente, visam realizar transações de créditos de carbono.
2. Operam em lugares definidos geograficamente, com limites predeterminados como sugeridos pelas diretrizes da CQNUMC. Incluem ati-

¹³Recentemente no site redd-monitor Kjell Kühne compilou e publicou as principais declarações anti-REDD. Estas incluem diversas ONG ambientais, movimentos indígenas, sindicatos, cooperativas de agricultores e organizações defesa de direitos humanos. (<http://www.redd-monitor.org/2012/11/14/guest-post-redd-resistance-around-the-world/> . Consultada em 12 de novembro de 2012).

vidades que têm como objetivo incorporar o carbono nas decisões e na gestão do uso da terra em paisagens heterogêneas em escala sub-nacional.

Kshatriya et al. (2012) documentou mais de 340 projetos REDD+ que se desenvolvem em 52 países. Alguns deles surgiram antes da COP de Bali, em 2007, onde apareceu o conceito REDD+ e, portanto, conhecidos com outros nomes, como desmatamento evitado, enriquecimento de florestas ou de captura de carbono florestal, mas guardam o mesmo princípio que o REDD. Outros começaram a ser desenvolvidos após Bali e entendidos como iniciativas piloto ou demonstrativas.

Não existe um modelo ou estrutura desenhada para a execução de projetos REDD. Há diversas formas em que os projetos estão sendo realizados e variam as entidades que os executam, as fontes de financiamento, os tipos de atividades que se realizam, as formas de certificação e o monitoramento. Mas, como uma iniciativa de intervenção, o REDD não é um projeto com limites claros de tempo e espaço como o definem as entidades que os implementam ou as entidades governamentais. Eles formam parte de uma cadeia ou fluxo de eventos localizados numa estrutura mais ampla de atividades das entidades interessadas, e “...a maioria das vezes são motivo de lutas interinstitucionais ou representam arenas onde se livram batalhas sobre metas percebidas, competências administrativas, atribuição de recursos e limites institucionais”¹⁴ Long (2007, p.78).

Mais que um plano de ação pré-especificado com resultados esperados, um projeto REDD é um processo continuado, socialmente construído e negociado. Nele interagem um conjunto de instituições, comunidades, entidades do governo entre outros atores interessados. Assim, mais que um processo linear ou cíclico simples de formulação de um programa de intervenção ou uma política, de sua implementação e a geração de resultados, este tipo de projeto é mais um conjunto de interações que fazem parte de um processo continuado de negociação, adaptação e transformação de significados que acontecem entre atores específicos.

Um projeto REDD é um conjunto de espaços sociais, de conjunturas ou arenas decisivas, nas quais se encontram, confrontam e interpenetram mundos de vida diferentes, ou seja atores com valores, interesses, perspectivas, conhecimentos e trajetórias diferentes e, as vezes, divergentes. Isto leva a que os projetos, programas e políticas transformem-se permanentemente durante todo o processo de aplicação gerando contínuas descontinuidades e permanente heterogeneidade (GUIVANT, 1997; LONG, 2007; ALVES, 2008). A

¹⁴No original: “...la mayoría de las veces son motivo de forcejeos interinstitucionales o representan arenas donde se libran batallas sobre metas percibidas, competencias administrativas, asignación del recurso y límites institucionales”.

partir desses pressupostos consideramos a iniciativa de San Nicolas como um projeto REDD em que convergem, confrontam-se e se articulam um conjunto de atores diversos, como detalharemos no segundo capítulo desta dissertação.

1.2 A EMERGÊNCIA DO “PROBLEMA” AMBIENTAL EM SAN NICOLAS: A PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS

Esse complexo panorama, que apresentamos no item anterior, também tem lugar nos vales de San Nicolas, na Colômbia. Da maneira como ele emergiu nesta região particular ocupamos-nos a seguir.

Os Vales de San Nicolas são atualmente um pólo de concentração urbana, comercial e produtiva do Oriente de Antioquia. Essas condições em conjunto com as obras de infraestrutura que ali se encontram, a proximidade à cidade de Medellin e sua área metropolitana e sua riqueza ambiental, vem configurando San Nicolas numa das regiões mais importantes do departamento. Porém, estas condições que caracterizam hoje San Nicolas são recentes. Só nos últimos 30 anos o crescimento urbano, o aumento da população, o desenvolvimento das indústrias, e a construção das grandes obras de infraestrutura começaram a se consolidar na região.

Três décadas atrás, os centros municipais em crescimento existiam em função da produção agropecuária familiar realizada em pequenas propriedades e fortemente ligada ao mercado regional. Essa era a principal atividade produtiva da região que abastecia boa parte da demanda da população local e do vale de Aburra. A conformação de San Nicolas como uma região de sustento agrícola havia começado desde o século XVIII, quando se constituíram alguns dos centros municipais do departamento ligados à mineração do ouro (que foi a principal atividade produtiva do departamento de Antioquia até começos do século XIX) e, posteriormente, à agricultura do café que foi, durante o século XX, a primeira atividade produtiva em quase toda Antioquia e o principal produto de exportação do país.

O café começou a se produzir nos municípios de San Nicolas graças a um processo de colonização que aconteceu em Antioquia e outros departamentos próximos, conhecido como “*Colonización Antioqueña*”. Nesse processo as famílias produtoras das regiões povoadas do departamento começaram a procurar novas terras para cultivar e novas rotas comerciais, erigindo assim, os principais municípios de San Nicolas e do departamento. Essa colonização teve efeitos sociais, econômicos e políticos tanto para Antioquia quanto para o país, porque possibilitou a expansão da fronteira agrícola, gerou processos produtivos para alimentação das famílias e para a troca e, ainda, posicionou o café como principal produto de exportação (PEREZ, 2010). A

colonização mudou a forma da propriedade da terra, pois, as grandes concentrações latifundiárias, que caracterizavam a conquista e a colônia, foram substituídas por minifúndios com economias de tipo familiar, que ainda caracterizam os Vales de San Nicolas.

A agricultura do café, de hortaliças e a criação de gado que esse processo de colonização trouxe, caracterizou a economia de San Nicolas durante quase todo o século XX. No entanto a partir da década de 70 aconteceram mudanças importantes que afetaram toda a região e, especialmente, as áreas rurais. Essas mudanças estavam associadas à expansão urbana, que vinha da área metropolitana do Vale de Aburra, e à ocupação da terra, antes dedicada à produção agropecuária, por novas atividades e novos habitantes.

Desde começo do século XX iniciou-se no Oriente do departamento um conjunto de obras de infraestrutura. Estas foram parte da estratégia de planejamento, de desenvolvimento regional e de melhoramento da qualidade de vida da população executada pelo Estado colombiano e a administração de Antioquia. Iniciaram-se, desta forma, a construção de obras como a via férrea, estradas, projetos de geração de energia e o aeroporto, as quais estavam associadas ao crescimento e manutenção das cidades e que geraram mudanças relevantes nos últimos 30 anos.

Até os primeiros cinquenta anos do século XX, Medellin foi o principal centro industrial do país, rótulo que depois ganhou Bogotá, a capital da Colômbia. Os centros urbanos dos municípios de San Nicolas captaram parte da população migrante atraída pelo crescimento econômico da região vizinha e, na década de 1970 começaram a receber as indústrias vindas de Medellin que procuravam terras e mão de obra mais barata. Instalaram-se na zona empresas de químicos, borrachas, alimentos, papel, metalmecânica e agroindústria.

A chegada das empresas esteve associada a duas obras de infraestrutura: a construção da estrada Medellin-Bogotá, que atravessa parte do território de San Nicolas, iniciada em 1957 e terminada ao final da década de 70; e a construção do aeroporto internacional *José María Córdova* em Rionegro, terminado em 1980 (LOPEZ, 2006). Estas duas obras conectaram San Nicolas com o centro do país. Esta condição junto com a construção de um conjunto de barragens e hidroelétricas no oriente de Antioquia, geraram uma série de processos de transformação territorial como o aumento do valor da terra, (que levou à substituição de atividades agrícolas e pecuárias por usos complementares à atividade industrial), bem como o fortalecimento do processo de urbanização que já estava em andamento há várias décadas.

Neste contexto, geraram-se intensas demandas por espaços para a construção de infraestrutura rodoviária, hidroelétrica, e aeroportuária; para a produção industrial de bens manufaturados e produtos de exportação como flo-

res, tecidos e alimentos; para a construção de grandes redes de transporte de energia e abastecimento de água potável; para as atividades de ócio e recreação; e para a localização de novas moradias campestres utilizadas como segundas residências ou lugares dormitório da população dos vales de Aburra (LOPEZ, 2006). Os centros municipais de San Nicolas converteram-se em importantes centros urbanos e a população camponesa, dedicada ao cultivo do café e de outros produtos, foi deslocada para áreas rurais mais afastadas. E, as zonas rurais mais próximas configuraram-se como lugares de descanso das elites políticas e econômicas de Medellin e de Rionegro, associadas à indústria e ao comércio.

Essas demandas não conduziram *per se* à preocupação pelo desmatamento ou pela conservação das florestas. Foi a construção das represas do El Peñol-Guatapé, San Lorenzo, Playas e Punchiná e as hidroelétricas Guatapé, Playas, San Carlos e Jaguas, nos municípios próximos de San Nicolas, aproveitando os rios Nare e Guatapé (Figura 6) que começou a configurar o que hannigan2009 chama de “problema ambiental incipiente”. Processo que faz parte do processo de construção de um problema ambiental que implica juntar, apresentar e contestar os argumentos ambientais como analisado no item anterior (ver item 1.1).



Figura 6 – Localização das represas e hidroelétricas do Oriente de Antioquia
Fonte: construção própria

Estas obras foram o resultado de vários anos de estudos e planejamento por parte do município de Medellín. O governo regional procurava cobrir a demanda por maior quantidade de energia elétrica para abastecer as empresas que se localizavam na região. E, ainda que se tenham feito várias obras sobre os rios Santa Helena e Grande, encontrou-se nos rios Nare e Guatape um amplo potencial hidroelétrico, segundo os estudos técnicos realizados nas primeiras décadas do século XX.

O complexo hidroelétrico do Oriente foi desenvolvido por três entidades: A *Empresas Públicas de Medellín (EPM)*¹⁵, *Empresa de Interconexiones S.A. (ISA)*¹⁶ e *ISAGEN*¹⁷. É importante ressaltar que a represa de El Peñol-Guatape é a maior do país, alaga 6.240 hectares dos municípios de Guatape, El Peñol, San Rafael, San Vicente e Alejandria, e tem uma capacidade total de 1.236 bilhões de metros cúbicos (BIRD, 2011). A usina de San Carlos é a de maior capacidade instalada no país com 1240 Megawatts. Aliás todo esse complexo gera 33% da energia elétrica da Colômbia (LOPEZ, 2006; ECHEVERRI; NARANJO, 2003).

A construção do complexo hidroelétrico trouxe um novo interesse em San Nicolas. Por parte das instituições do Estado e das empresas privadas, pois a bacia alta do rio Nare¹⁸, que é o principal afluente das represas, localiza-se em seus municípios. Sua preservação passou a ser um objetivo de interesse não só regional, mas nacional, pois dele dependia uma terceira parte da energia do país.

Depois da construção das hidroelétricas, da estrada Medellín-Bogotá e do aeroporto a região passou a ser um dos núcleos mais intensos do conflito armado do país. Pois os atentados contra estas obras têm relevância nacional como incomunicar as duas principais cidades colombianas e deixar sem

¹⁵Entidade pública do município de Medellín criada em 1955. Ela brinda serviços públicos de energia, água, gás e telecomunicações a todo o departamento de Antioquia e é a empresa de serviços públicos mais grande do país.

¹⁶Entidade criada em 1967 através de um acordo entre as principais empresas energéticas regionais do país. Em 1995, a empresa foi convertida em uma entidade econômica mista com uma participação de 76,89% do Estado Colombiano, 12,5% da EPM, 5,04% da Empresa de Energia do Pacífico S.A. (EPSA), 2,5% da Empresa de Energia de Bogotá (EEB), 2,40% da Corporação Eléctrica da *Costa Atlántica (CORELCA)* e 0,20% de outros.

¹⁷Empresa mista de geração e comercialização de energia, constituída como uma sociedade anônima e vinculada ao Ministério de Minas e Energia do país. Surgiu nos primeiros anos da década de 90 como efeito de um conjunto de leis que possibilitavam a participação privada na geração e comercialização de energia.

¹⁸O rio Negro-Nare nasce no município de El Retiro no alto de San Miguel. Em sentido oeste - nordeste passa pelos municípios de Rionegro, Marinilla, San Vicente, El Peñol, Guatape, Concepción, Alejandria, Santo Domingo, San Roque, San Rafael, San Carlos, Caracoli, Puerto Berrio e Puerto Nare e desemboca no rio Magdalena cobrindo um total de 1328 quilômetros quadrados (CADAVID et al., 2010). A bacia do rio Negro-Nare concentra a maior população e indústrias da região do Oriente.

eletricidade quase a terceira parte da população do país. Por isso, a final da década de 80 o Oriente de Antioquia virou um objetivo militar disputado pelas guerrilhas, o exercito nacional e os grupos paramilitares.

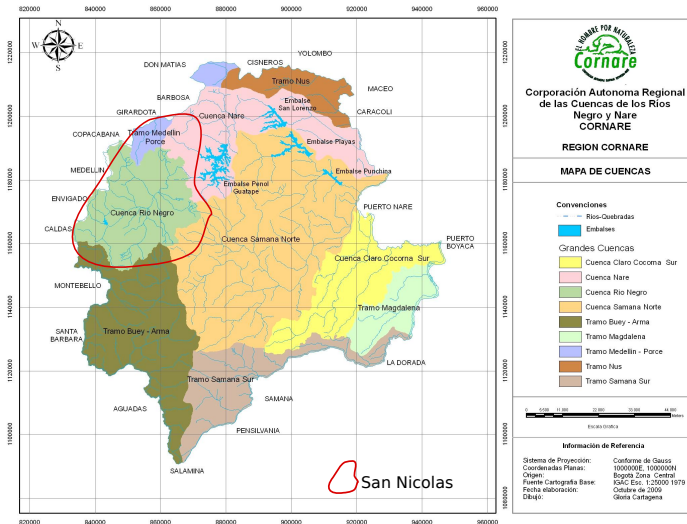


Figura 7 – Bacias hidrográficas em jurisdição da Cornare

Fonte: Sistema de Información Ambiental Regional, SIAR. Cadavid et al. (2010).

Destacou-se a localização aproximada de San Nicolás.

Com a construção das represas e hidroelétricas, o governo nacional e as administrações do departamento de Antioquia e da cidade de Medellín, criaram um conjunto de instituições, definiram ações específicas e dirigiram fundos econômicos para regular, organizar e controlar a zona alta e toda a bacia dos rios que alimentam o complexo hidroelétrico. Ainda que em San Nicolás há partes de outras bacias importantes (Figura 7), o interesse regional e nacional centrou-se principalmente na bacia do rio Negro-Nare. Com o objetivo de organizar e manejar a zona criou-se a *Corporación Autónoma Regional del Río Negro y Nare - Cornare*, através da lei 60 de 1983¹⁹. A Cornare nasceu como uma entidade descentralizada de ordem nacional ligada ao Departamento Nacional de Planejamento, com a missão de “promover e direcionar o desenvolvimento econômico e social da região de sua jurisdição, mediante a plena utilização dos recursos humanos, naturais e econômicos, a

¹⁹Com a que se definem as competências das entidades territoriais e da nação segundo o disposto na Constituição Política de 1991

fim de obter o máximo nível de vida da população”²⁰.

Nesse sentido, a pressão que o crescimento comercial, industrial e urbano estava gerando sobre as áreas rurais e a sustentabilidade dos recursos ambientais, especialmente das fontes de água, passaram a ser um problema central para o governo departamental e nacional. A definição de políticas públicas, planos de ordenamento do território, análises e pesquisas e definição, elaboração e execução de estratégias para conseguir manter o desenvolvimento da região conservando os recursos ambientais e, especialmente, a bacia alto do rio Negro - Nare, ficou nas mãos da recentemente constituída entidade ambiental Cornare.

1.2.1 Da preservação das águas à preservação das florestas: a descoberta inicial

Tendo a Cornare como instituição protagonista, realizaram-se vários estudos e iniciativas de planejamento em San Nicolas. Elas tinham o objetivo de identificar problemas e de definir potencialidades. Levando em conta a nova importância da sub-região para Antioquia e para o país era necessário gestionar o uso do solo, as atividades produtivas, os assentamentos urbanos e os usos e conservação dos recursos naturais, com especial ênfase no recurso hídrico.

Com a Lei 99 de 1993, que cria o Ministério de Meio Ambiente e organiza o Sistema Nacional Ambiental, define-se um novo direcionamento para a Cornare, estabelecendo sua função enquanto entidade ambiental autônoma e focando sua atuação na administração eficiente dos recursos naturais e a biodiversidade do Oriente de Antioquia. A partir deste momento, a Cornare deixou de estar articulada ao Departamento Nacional de Planejamento e passou a responder ao Ministério de Ambiente.

Entre 1994 e 1999, em San Nicolas aconteceram duas grandes iniciativas de planejamento: o projeto “Pueblos” liderado pela Cornare entre 1994 e 1996; e o “Projeto Estratégico de Simultaneidade” liderado pela organização de *Municipios Asociados del Altiplano del Oriente Antioqueño* (MASORA)²¹, entre 1999 e 2000. O projeto “Pueblos” surgiu do Protocolo para o Desenvolvimento Regional e, especialmente da ideia de elaborar planos de desenvolvimento e ordenamento para as diferentes sub-regiões do Oriente de Antioquia, criando desta forma as bases para o ordenamento territorial de San

²⁰Lei 60 de 1983.

²¹Organização criada em 1992 como uma entidade de gestão com a tarefa de juntar esforços em relação a um esquema regional de planificação e de procurar um desenvolvimento sub-regional equilibrado. Está conformada pelos municípios de El Retiro, Rionegro, Marinilla, El Santuario, La Union, La Ceja, San Vicente, El Carmen de Viboral e Guarne.

Nicolas.

Como resultado destes dois projetos realizou-se um conjunto de planos de ordenamento específico que regulamentou e definiu as formas de atuação em relação a várias questões. Definiram-se os planos de desenvolvimento agrícolas e pecuários, as áreas de manejo especial da bacia alta do rio Negro, a elaboração e implementação de planos integrais de desenvolvimento municipal, a definição da cobertura e uso atual e potencial dos solos dos municípios. Também se criou um sistema de informação sub-regional, uma metodologia para o ordenamento ambiental do território do Oriente de Antioquia (LOPEZ, 2006).

Neste contexto, as florestas de San Nicolas, que até começo da década do 70 eram quase irrelevantes para os diversos atores da região, começaram a aparecer nos diferentes mapas de ordenamento territorial. Elas passaram a serem estudadas, quantificadas e delimitadas nos municípios da sub-região e a serem definidas suas formas de conservação e de uso, pois sua preservação foi considerada uma das principais estratégias de preservação do recurso hídrico. Com esse espírito criou-se a Área de Manejo Especial na Bacia Alta do Rio Negro, expedida em 1991, argumentando que na sub-região gerou-se “..um rápido e desorganizado processo de urbanização e industrialização que levou a uma pressão desmesurada sobre a água os solos e as florestas²²”. Foi delimitada uma área de 441 quilômetros quadrados da bacia do rio Negro e definido o uso do solo, dando especial ênfase nas florestas (Figura 8).

Mas, além de gerar modelos de referência para serem levados em conta pelos entes territoriais, o objetivo da Cornare focava, desde sua constituição, em conservar as fontes de água. Sua atuação em San Nicolas centrou-se no desenvolvimento de um conjunto de programas e projetos de conservação dos ecossistemas das zonas altas dos rios de toda a região. A instituição ambiental começou a trabalhar em algumas zonas altas dos municípios de San Nicolas, que classificou como ecossistemas estratégicos, criando áreas de preservação permanente e realizando atividades com os habitantes das zonas próximas, enfatizando no uso, cuidado e conservação das fontes de água. Merece ser ressaltado, que a ênfase da preservação dos ecossistemas esteve atrelado à preservação das florestas, especialmente às classificadas como florestas naturais ou nativas (ROBLEDO; TOBÓN, 2008).

A partir deste momento, as florestas de San Nicolas começaram a ganhar um reconhecimento especial; passaram a ser o centro de interesse de instituições governamentais; foi ressaltada sua função em relação à conservação das fontes hídricas que alimentam um dos complexos hidroelétricos mais importantes do país, começaram a se desenvolver pesquisas para definir suas características, assim também como projetos, iniciativas e acordos regionais

²²Resolução 1326 pela qual se aprova o Acordo 019 de 2 de Novembro de 1990.

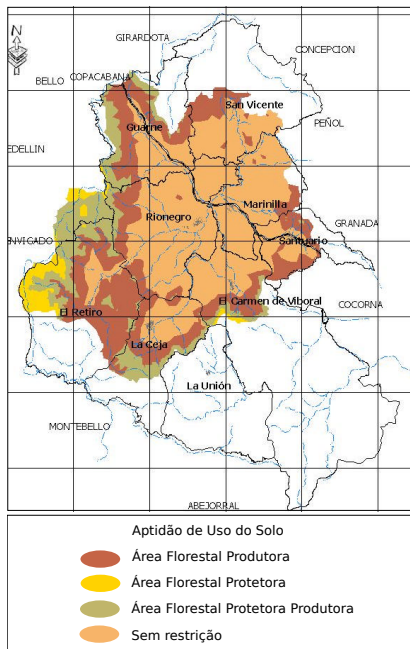


Figura 8 – Zonas definidas pelo Acordo 019 de 1990

Fonte: Lopez (2006)

para organizar seu uso e para preservá-las. O valor, a importância e relevância que elas começaram a ter no final da década de 90 foi efeito das relações e interesses entre atores diversos e, especialmente, da relação com a Cornare, cujo objetivo principal de preservação do recurso hídrico relacionado com a geração de energia para boa parte do país, permitiu o surgimento das Florestas e que elas fossem vistas como relevantes e importantes para outros atores e contextos.

1.2.2 Juntando e apresentando o argumento

Desde finais da década de 80, a Cornare liderou na sub-região de San Nicolás vários exercícios e propostas de ordenamento territorial. Ela dispôs aos entes territoriais e demais organizações interessadas um conjunto de ferramentas para definir suas atuações em relação ao uso dos recursos naturais. Como um dos resultados desse empreendimento surgiu o Acordo 016 de 1998, com o qual a Cornare adotou os delineamentos e definiu os direcio-

namentos ambientais para efeitos do ordenamento do território (CORNARE, 1998). Com esse acordo, a Cornare apresentou aos entes territoriais uma série de mapas de definição das zonas relativas ao uso potencial e às zonas agroecológicas e exigiu que fossem utilizados para classificar, regulamentar e afetar os usos do solo. Entre outras coisas, esses mapas deixavam “ver” um panorama das florestas que a entidade achava importantes de serem conservadas, assim como também as áreas que segundo a Cornare tinham aptidão florestal. O Acordo também definiu as zonas de conservação e restringiu o seu uso segundo as seguintes características:

- Inclinação superior a 75%
- Alto risco de desastre
- Cobertura de floresta natural primária
- Áreas de retiro dos canais da rede hídrica
- Relevo escarpado com condições de susceptibilidade alta à deterioração.

O Acordo 016 também estabeleceu umas áreas de conservação florestal (Figura 9) que serão a base sobre a qual a Cornare começará a delimitar e definir as áreas e florestas potenciais para serem incluídas no projeto REDD. Com estes antecedentes, a Cornare começou a desenhar uma estratégia unificada de preservação e uso sustentável das florestas de toda a sub-região, considerando também a necessidade de atuar sobre as zonas com solos degradados próximas às florestas e às fontes de água (ROBLEDO; TOBÓN, 2008).

O contexto em que se criou o Acordo 016 de 1998 foi também um dos anos de maior apogeu das preocupações mundiais sobre o aquecimento global. Justamente no final do ano de 1997 tinha-se elaborado o Protocolo de Quioto. Nele aprovou-se o desenvolvimento de projetos de redução de emissões de carbono nos países menos industrializados, financiados pelos países mais industrializados, através do MDL. Ainda que posteriormente a CQNUMC definisse com detalhe as atividades que poderiam ou não fazer parte dos MDL e deixasse de fora as atividades de conservação da floresta, o Protocolo de Quioto abriu uma série de possibilidades de financiamento para projetos florestais, como o mercado regulado através do MDL, com as atividades de florestação e reflorestação e o mercado voluntário, que permitia outro tipo de atividades, entre elas a conservação.

Neste panorama, a Cornare encontrou uma possibilidade de financiamento “alternativo” para levar adiante seus objetivos e cumprir com os lineamentos estabelecidos no Acordo 016 de 1998 (ROBLEDO; TOBÓN, 2008).

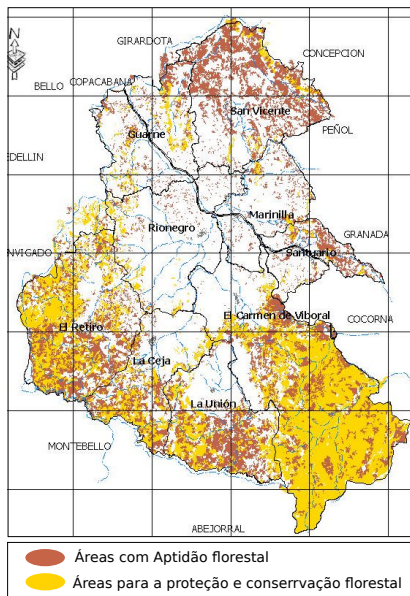


Figura 9 – Áreas florestais e de conservação segundo o Acordo 016 de 1998
Fonte: Lopez (2006)

Porém, até esse momento, a ênfase dos documentos, das políticas e da informação realizada pela Cornare havia se focado na “proteção” das florestas em relação à preservação das fontes de água, não pontualmente no desmatamento ou nas emissões de carbono florestal da região. Assim, para conseguir ter acesso a essas novas fontes de financiamento, a Cornare teve que criar nova informação técnica, reunir argumentos científicos e argumentar o desmatamento em San Nicolás.

1.2.2.1 Legitimando o problema do desmatamento

Para “evidenciar” o desmatamento na região, a Cornare teve que cooptar dois tipos de atores: uma autoridade científica que lhe ajudasse a validar os argumentos e um financiador que interessado nos possíveis resultados, financiasse a construção dessas evidências. Foram convocadas duas entidades financiadoras: a EMPA, que já tinha financiado outras iniciativas da instituição, e a OIMT. A Universidade Nacional, especificamente o programa de Engenharia Florestal do campus da cidade de Medellín (que é um dos programas

mais reconhecidos no país), foi o ator chamado a gerar as bases científicas do desmatamento em San Nicolas.

A Universidade Nacional e a Cornare usaram imagens de satélite, fotografias aéreas, cartografia digital elaborada pela Cornare, e dados de visitas a campo realizadas pelos estudantes da Universidade, para construir três mapas de usos do solo dos anos de 1986 ((Figura 10), 2000 ((Figura 11) e 2005 ((Figura 12). Com essa informação “demonstraram” que entre 2000 e 2005 foram desmatadas 12000 hectares dentro da área de proteção estabelecida pelo Acordo 016.

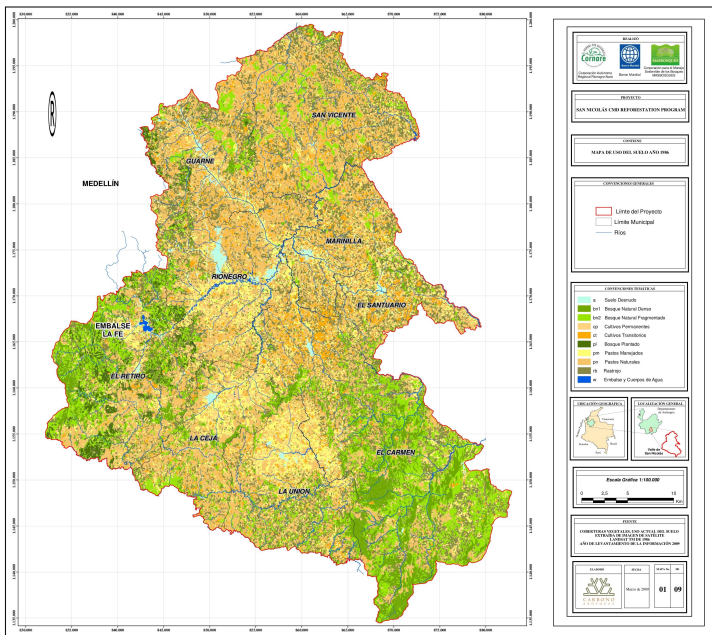


Figura 10 – Mapa de usos do solo em 1986
Fonte: (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010)

Com esta informação e estes dados, a Cornare junto com alguns outros atores, conseguia mostrar visualmente e com dados cientificamente validados que o desmatamento em San Nicolas era uma problema crescente. Também ela demonstrava que esse problema atingia a prioridade regional e nacional de proteção das fontes de água para a geração de energia, assim como o problema global da mudança climática. Assim, a Cornare colocava suas preocupações e necessidades de conservação da floresta em San Nicolas como um problema de dimensões globais.

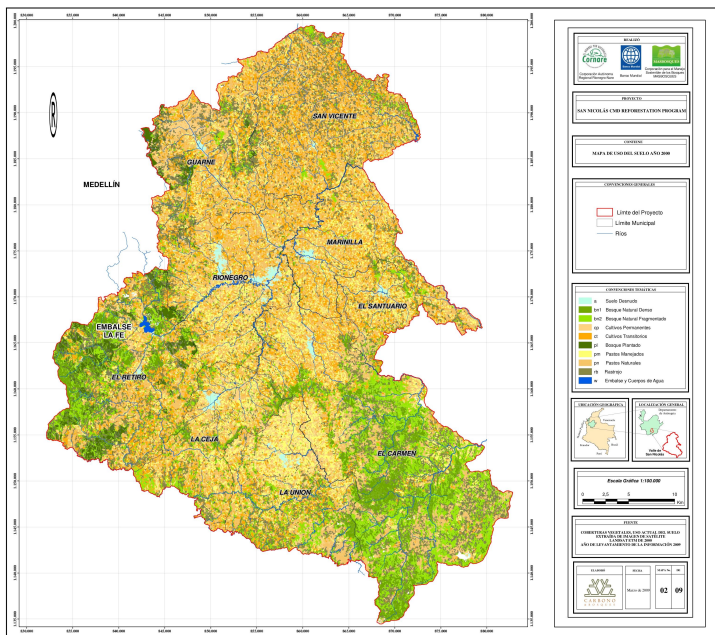


Figura 11 – Mapa de usos do solo em 2000
 Fonte: (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010)

A justificativa para realizar ações positivas que levassem a contestar este problema também estavam explicadas. Já os exercícios de planejamento regionais, liderados pela Cornare encaminhavam-se nesses objetivos ao restringir e organizar os usos do solo em toda a região. Porém, ao “evidenciar” o desmatamento a Cornare centrava-se pontualmente nas áreas com florestas e conseguia fazer um link entre essas inquietações pontuais relacionadas a San Nicolas com essas novas formas de financiamento de projetos que surgiam desde os debates internacionais sobre mudança climática.

Ao delimitar o problema desta forma a Cornare conseguiu se posicionar como um eixo que articula essa problemática com as suas soluções possíveis e legitimou suas atuações em relação às florestas. Definiu também um conjunto de atores a serem convocados para conseguir atingir os objetivos propostos. Porém, devido às restrições de lei que a Cornare tinha como autoridade ambiental, não era possível que ela atuasse como o executor das atividades. Por essa razão a Cornare criou uma ONG chamada Masboques especializada em desenvolver os projetos florestais emergentes que procurariam contestar a esse novo problema ambiental.

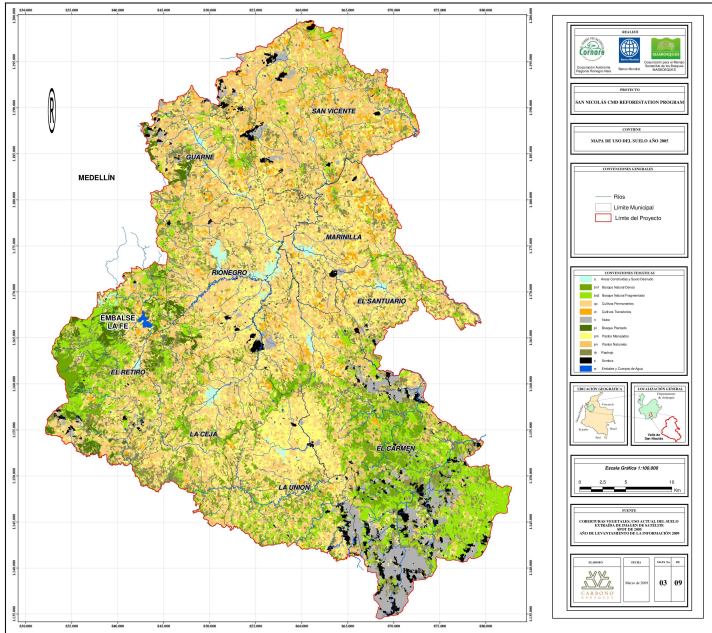


Figura 12 – Mapa de usos do solo em 2005
 Fonte: (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010)

1.3 CONTESTANDO O PROBLEMA AMBIENTAL: OS PROJETOS FLORESTAIS DE CARBONO

Seguindo a análise de Hannigan (2009) a terceira tarefa identificada na construção de problemas ambientais é a de contestar os argumentos, ou seja, implica realizar ações, estratégias, programas e/ou políticas públicas que procurem contestar e resolver essa problemática. Como disposto pelo mesmo ator, os dois fatores essenciais nesta tarefa são: a mobilização de incentivos econômicos e o recrutamento de uma instituição que garanta a continuidade e legitimidade do processo. A instituição criada, neste caso, foi a Masbosques que graças ao apoio da Cornare encarregaria-se de todo o concernente à conservação das florestas de San Nicolas. Por sua vez os incentivos econômicos foram buscados no Fundo BioCarbono do Banco Mundial, na OIMT, na EMPA e no governo nacional, através da Cornare.

Com esse panorama criou-se o projeto Modelos de Financiamento Alternativo para a Gestão Sustentável das Florestas de San Nicolas (MFAGSF)

que segundo o site da OIMT tinha o propósito de:

Reduzir a degradação dos recursos naturais, através do desenho de um modelo de financiamento que combine a gestão sustentável das florestas naturais com fontes de financiamento alternativas, como a participação dos diferentes setores da indústria e as possibilidades que poderia oferecer a inclusão do setor florestal dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. (Fonte: <http://www.ittorolac.org.co>)

Segundo o site da OIMT, este projeto começou a ser executado em 2001 e foi financiado por esta organização até 2007. É importante assinalar que o processo de construção do problema ambiental não é estritamente linear e nosso interesse de apresentá-lo da forma que o fizemos tem a ver com uma questão analítica, mas do que cronológica. Nesse sentido, ressaltamos que foi no contexto deste projeto que se desenvolveram várias das ações anteriormente relatadas que permitiram a emergência do problema ambiental em San Nicolas, como a construção de mapas do usos do solo, a análise de mudanças do uso e a definição da quantidade de emissões de CO₂eq sequestradas pelas florestas.

O principal argumento da Cornare para procurar uma forma de financiamento alternativa da gestão das florestas tinha a ver com as formas tradicionais de financiamento deste tipo de ações. Elas encontravam-se atreladas às temporalidades e delineamentos dos governos municipais e do governo departamental e nacional, que são trocados cada quatro anos. Segundo a Cornare, essa condição somava-se às deficiências do mercado nacional, como a inadequada valoração dos produtos e serviços florestais (ROBLEDO; TOBÓN, 2008). A possibilidade de gerar fontes de financiamento alternativas tinha sido definida numa metodologia para o financiamento de longo prazo do manejo sustentável das florestas, elaborada pela EMPA em 1998, que, segundo Robledo & Tobón (2008, p.4) :

...permitiu avaliar e incluir tanto os interesses da população local quanto os de diferentes investidores internacionais, assim como combinar sistemas de financiamento tradicionais com aqueles oferecidos pela valorização dos serviços ambientais das florestas, especialmente aqueles relacionados com o sequestro, fixação e redução de emissões de CO₂ nas massas florestais.

Esse projeto propôs uma área de manejo sustentável de 72000 hectares na sub-região. Nela se misturavam floresta natural, floresta secundária, floresta plantada ou produto da reflorestação, e áreas com aptidão florestal que

tinham sido desmatadas ou sujeitas à mudança de uso²³. Os principais objetivos e resultados obtidos, segundo o informe final apresentado à OIMT foram: a definição de um subprojeto MDL, e de um subprojeto denominado “Áreas não Quioto”, que focava nas atividades florestais que não eram possíveis de se negociar dentro do Protocolo (Figura 13).

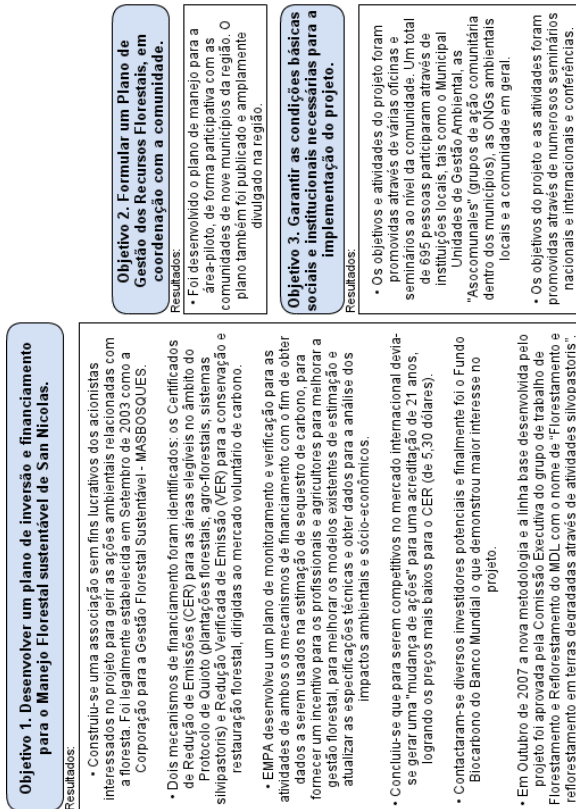


Figura 13 – Principais objetivos e resultados do projeto realizado com a OIMT

Fonte: Elaboração própria com informação da OIMT e da CORNARE (CORNARE; OIMT, 2009)

No marco do projeto foram gerados quatro documentos centrais: um inventário florestal de San Nicolas, realizado em parceria com a Universidade Nacional de Medellin (CORNARE et al., 2004); o Plano de Gestão das

²³Ver uma descrição detalhada sobre as florestas de San Nicolas no Capítulo 2 item 2.2.7

Florestas que define a forma de implementação do ordenamento florestal da sub-região (CORNARE et al., 2004); quatro informes parciais e um informe final de execução do projeto; e o Plano de Monitoramento e verificação financiado pela EMPA e realizado pela empresa Ecosecurities Ltda (CORNARE et al., 2004).

O Plano de Manejo das Florestas de San Nicolas (CORNARE et al., 2004) é o documento central de todo o projeto e é a base do trabalho da Masbosques a partir do momento da sua criação. Os técnicos dessa entidade chamam o documento como “a bíblia”, já que consideram que é a guia que dirige as atuações do trabalho em todas as ações relacionadas com as florestas, e porque, segundo eles, nela se explicam e aclaram as razões pelas quais se fazem muitas das coisas que são feitas pela instituição (TM-16, El Santuario, 22/09/2011).

A OIMT financiou este projeto desde junho de 2001 até 2007. Inicialmente estava concebido por 18 meses, por um valor total de \$798.529 dólares, mas em maio de 2002 aprovou-se uma extensão de \$83.704 dólares para a execução de uma segunda fase e, posteriormente, foram aprovadas extensões sequenciais em Janeiro de 2004, Agosto de 2005, Agosto de 2006, Agosto de 2007, Junho de 2008 e Junho de 2009 sem fundos adicionais (CORNARE; OIMT, 2009), só aumentando o tempo de execução das atividades.

A partir de 2007 o trabalho da Masbosques centrou-se na execução das duas atividades propostas: o projeto MDL de florestamento e reflorestamento; e a iniciativa de preservação e enriquecimento das florestas denominada “Áreas não Quioto”. As duas financiadas pelo fundo BioCarbono do Banco Mundial e agrupadas com o nome de projeto de Sequestro de Carbono e recuperação de espécies Arbóreas em San Nicolas (SCREA), aprovado em 2007 pelo Banco Mundial e com 10 anos de duração, começando em 2007 e finalizando em 2017.

1.3.1 “Sequestro de Carbono e recuperação de espécies Arbóreas em San Nicolas”

Em 2007 a Masbosques e a Cornare junto com a EMPA apresentaram ao Fundo BioCarbono a proposta do projeto SCREA que foi aprovado nesse mesmo ano. O principal objetivo do projeto, disposto no documento aprovado pelo Fundo BioCarbono (BANCO MUNDIAL, 2007), é a criação de sumidouros de carbono por meio de duas estratégias: de um lado, o florestamento e reflorestamento de 1310 hectares de pastagens abandonadas e, do outro lado, a regeneração induzida e o desmatamento evitado de 1000 hectares de floresta remanescente dos vales de San Nicolas. Além do mais, visa à proteção

da biodiversidade através da recuperação e proteção de espécies arbóreas consideradas ameaçadas ou vulneráveis. O Fundo BioCarbono pretende adquirir até 280.000 Reduções Certificadas de Emissões temporais (RCEts) do MDL e até 80.000 toneladas de VER resultantes do desmatamento evitado.

Note-se que nesse mesmo ano em que começou o projeto financiado pelo Fundo BioCarbono aconteceu em Bali a COP13, na qual o REDD entrou como um dos possíveis mecanismos a serem incluídos num acordo pós-quioto se ele chegasse a existir. A data do projeto aprovado pelo Banco Mundial é de junho, enquanto a COP aconteceu em dezembro. Antes de Bali, esse tipo de projeto florestal era chamado de “Desmatamento Evitado”. Depois da COP acordou-se usar o conceito de RED e REDD para esse tipo de projeto. Por isso a iniciativa de San Nicolas consta como desmatamento evitado no documento, como também no projeto assinado entre a Masbosques e o Biocarbono. De qualquer forma, é importante esclarecer que no site do Fundo BioCarbono esse mesmo projeto é denominado como REDD²⁴ e, como veremos a seguir, especificamente o componente denominado “Áreas não Quioto” ou desmatamento evitado entra nas diretrizes da CQNUMC e do IPCC como um projeto REDD.

Masbosques junto com o Banco Mundial desenharam em 2010 um novo documento (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010) e, de certa forma, um novo sub-projeto com atividades diferentes e levando em conta novas áreas de floresta, denominado literalmente “REDD de San Nicolas”. Em síntese, temos um grande projeto MFAGSF destinado a conservar e enriquecer áreas de florestas naturais (componente áreas não Quioto), e a reflorestar zonas que foram desmatadas no passado (componente MDL). O primeiro componente entra nas especificações de projetos REDD, segundo o estabelecido pelas instituições relevantes da arena internacional, mas houve também uma nova tentativa da Masbosques e do Banco Mundial por construir um projeto chamado literalmente REDD, que está sendo desenvolvido desde 2009.

Construímos duas figuras que detalham e organizam esses três projetos. Na primeira (Figura 14) apresentamos os três projetos em paralelo, considerando para cada um: o ator que o executa, quem financia, o ano que começa e que finaliza e o objetivo geral. Na segunda segunda (Figura 15) utilizamos a linha do tempo para organizar o desenvolvimento dos projetos. Nesta última consideramos o cenário local e internacional, levando em conta os acontecimentos que ajudaram a estabelecer cada uma das iniciativas.

Nesse sentido, o REDD de San Nicolas não é um projeto completamente diferente ou novo. Ele surgiu dentro de um dos componentes da iniciativa desenhada pela Cornare e a EMPA no final dos anos 90 e que foi se adequando às exigências e etiquetas do cenário internacional. Para explicar

²⁴<http://wbcarbonfinance.org/> Consultada em 15 de março de 2012.

Nome do projeto	Entidade executora	Financiamento	Ano de início e finalização	Objetivo
Modelos de financiamento Alternativo para a Gestão Sustentável das florestas de San Nicolas	CORNARE e EMPA	OIMT	2001 - 2007	Desenhar um modelo de financiamento para a gestão sustentável das florestas naturais, através da participação dos diferentes setores da indústria e as possibilidades que poderia oferecer a inclusão do setor florestal dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
Sequestro de Carbono e recuperação de espécies Arbóreas em San Nicolas	MASBOSQUES	FUNDO BIOCARBONO DO BANCO MUNDIAL	2007 -2017	Criação de sumidouros de carbono, por meio de duas estratégias: de um lado o florestamento e reflorestamento de 1.310 hectares de pastagens abandonadas, e do outro a regeneração induzida e o desmatamento evitado de 1000 hectares de floresta remanescente de San Nicolas.
REDD de San Nicolas	MASBOSQUES	FUNDO BIOCARBONO DO BANCO MUNDIAL	2009 -2018	Reduzir o desmatamento numa área de 14.646 hectares durante um período de 20 anos.

Figura 14 – Projetos realizados nas florestas de San Nicolas
 Fonte: Elaboração própria

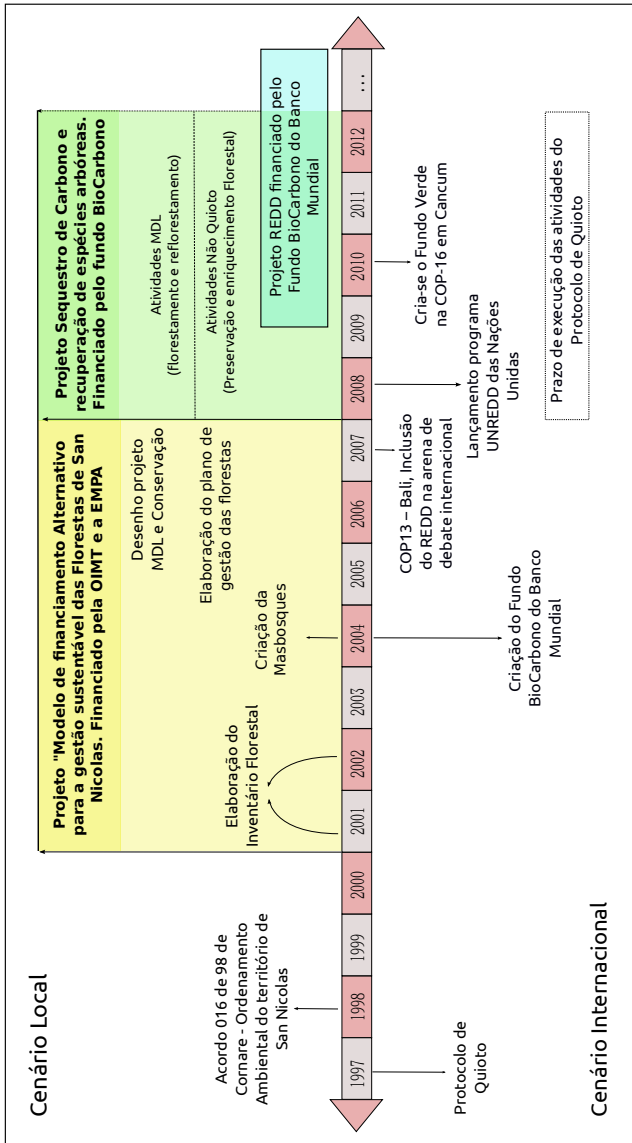


Figura 15 – Linha do tempo dos projetos desenvolvidos nas florestas de San Nicolas

Fonte: Elaboração própria

esta questão vamos analisar os dois componentes do projeto SCREA e descrever o que entendemos como projeto REDD de San Nicolas para o caso particular desta dissertação.

1.3.1.1 O MDL de San Nicolas

Para o desenvolvimento deste componente determinaram-se as áreas de aplicação cuja cobertura vegetal permaneceu com pastagem não manejada entre o período de avaliação de 1986 até 2000. Segundo o Protocolo e os acordos de Marraqueche as áreas apropriadas para projetos de florestamento e reflorestamento são aquelas que não tiveram coberturas de florestas ou plantações antes de dezembro de 1989. Assim, a Masbosques e a Cornare calcularam 11.300 hectares potenciais onde poderiam se realizar atividades de florestamento e reflorestamento. Segundo alguns critérios que estas entidades chamam de socioeconômicos, definiram-se os terrenos de minifúndio para serem incluídos no projeto. Ou seja, que a área *stricto sensu* do projeto é a soma das áreas potenciais dedicadas por seus donos às atividades do projeto. Essas áreas definem-se mediante contratos individuais entre os donos dos terrenos e a Masbosques. Desta forma, dos 11.300 hectares potenciais estabeleceram-se 1310 hectares para o desenvolvimento das atividades florestais, com a expectativa de reduzir 280.000 toneladas de CO₂eq (BANCO MUNDIAL, 2007).

As atividades do MDL consistem principalmente no florestamento e reflorestamento com plantações florestais e sistemas agroflorestais com diversas espécies como: *Alnus acuminata* (conhecido como Aliso ou fresno), *Pinus tecunumanii* (tipo de pinheiro originário do continente Americano), *Pinus oocarpa* variedade *maximinoi* (tipo de pinheiro nativo do México, Guatemala e El Salvador), *Guadua angustifolia* (também conhecida como tacuara), *Persea americana* (Abacate), *Podocarpus rospigliosi* (Pinheiro Colombiano), *Citrus limon* (Limoeiro), *Cedrela montana* (cedro de montanha), *Erythrina edulis* (conhecido na Colômbia como chachafruto ou balú, é originário dos Andes tropicais e dele se obtém uma espécie de feijão gigante), *Solanum sp.* (conhecido na Colômbia como *Lulo*), *Eucalyptus nitens* (Eucalipto originário de Austrália), *Acacia mearnsii* (árvore conhecida como Acácia Preta), *Borojoa patinoi* (árvore originária da floresta tropical do pacífico do Panamá e oeste da Colômbia), *Annona muricata* (graviola), *Quararibea cordata* (conhecido no Brasil como sapota-do-solimões), *Cariniana pyriformis* (conhecida na Colômbia como Abarco, é uma espécie de árvore que está ameaçada por falta de habitat), *Cordia alliodora* (árvore conhecido como Laurel Blanco ou Freijó), *Tabebuia rosea* (Roble morado), *Cedrela odorata* (cedro-cheiroso

ou cedro americano), plátano (tipo de banana), cana e café (BANCO MUNDIAL, 2007).

Segundo o diretor executivo da Masbosques este é o principal projeto que a ONG estava desenvolvendo até agosto de 2011. É importante ressaltar que a execução de algumas das atividades deste componente fizeram-se ao mesmo tempo que as atividades de conservação ou das áreas “não-Quioto”, especialmente o que os técnicos chamam de “socialização”, que consistiu num conjunto de reuniões com as *Asociación Municipal de Juntas de Acción Comunal* (ASOCOMUNAL) de todos os municípios, com os habitantes das veredas das áreas potenciais e com os técnicos da entidade ambiental, para expor as características básicas do projeto e para contatar os interessados. Segundo o último relatório apresentado ao Banco Mundial foram realizadas 60% das atividades totais deste projeto.

1.3.1.2 O componente “Áreas não Quioto”

O segundo componente do projeto financiado pela OIMT, denominado de Conservação ou Áreas não Quioto, tinha duas atividades centrais. De um lado, a preservação de umas áreas de floresta nativa e secundária, que, segundo o Plano de Manejo, ocupava quase 40.000 hectares da sub-região. E, por outro lado, o enriquecimento de florestas degradadas através do reflorestamento com algumas espécies nativas que se encontravam ameaçadas de extinção.

Segundo o previsto no Plano de Manejo, as atividades relacionadas com a preservação das florestas estavam orientadas a investigar, inventariar e monitorar as áreas com florestas existentes, levando em conta os dados obtidos pela *Universidad Nacional* de Medellin no inventário florestal de San Nicolas (CORNARE et al., 2004).

No Plano de Manejo entendia-se que estas atividades seriam efetuadas paralelamente aos demais componentes do projeto e, dessa forma, seriam complementares. Assim, junto com as ações do MDL gerariam opções de aproveitamento florestal e agroflorestal sem afetar as florestas nativas. Porém, como no momento de desenvolvimento do Plano de Manejo não havia um acordo internacional que incluísse a conservação das florestas naturais ou o desmantamento evitado dentro dos projetos de redução de emissões financiáveis através da CQNUMC, deixavam-se “em aberto” estas atividades para serem definidas em detalhe em anos posteriores.

No projeto aprovado pelo Banco Mundial, este componente está mais desenvolvido. Ainda que leva em conta a área potencial de 40.000 hectares de floresta nativa e secundária, foca-se nas florestas de dois municípios: San

Vicente e El Retiro delimitando uma área de 1.019 hectares e propondo a redução de 80.000 toneladas de CO₂eq (BANCO MUNDIAL, 2007). Destaca-se neste projeto, a proposta de uma metodologia detalhada para a definição da linha base sobre a qual se devia definir a quantidade de emissões que o projeto evitaria ao prever o desmatamento, e deixa em aberto a possibilidade de extrapolar este modelo para o resto dos municípios e áreas de florestas potenciais de San Nicolas.

Até setembro de 2011 para a Masboques este componente do projeto financiado pelo Banco Mundial era pouco representativo, e a maioria das atividades projetadas nele foram feitas em 2008. Para tal, realizaram-se atividades como: georeferenciar as áreas com florestas, realizar inventários florestais através de parcelas e realizar reuniões e oficinas com os donos dos terrenos para socializar o projeto.

Este componente de preservação é parte do que consideramos nesta dissertação como projeto REDD de San Nicolas. Ele começou antes da Conferência das Partes em Bali em 2007, na que a proposta do mecanismo REDD entrou à pauta de negociações da CQNUMC, porém a iniciativa segue as diretrizes dos projetos REDD como detalhados no item 1.1.4.

O que chamamos como projeto REDD de San Nicolas nesta dissertação está conformado por este componente denominado “Áreas não Quioto” ou “Conservação Evitada” executado pela Masbosques e financiado pelo Fundo BioCarbono do Banco Mundial. E também está conformado pela iniciativa criada em 2009 chamada literalmente projeto de “Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação de REDD de San Nicolas”.

1.3.2 O REDD

Depois que o conceito de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação REDD apareceu na COP-13 o componente de conservação ou “Não Quioto” começou a ser chamado de projeto REDD pelo Banco Mundial e pelas instituições que analisam projetos piloto de REDD nos países tropicais. Mas, em 2009, a Masbosques, a Cornare e o Banco Mundial criaram um novo projeto chamado “Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação de REDD de San Nicolas” levando em conta áreas de florestas diferentes, contagens captura de CO₂ novos e contemplando novas atividades a serem realizadas.

Inicialmente o REDD propôs conservar as florestas localizadas em 5 áreas nas que a floresta estava melhor conservada. Essas áreas chamadas resgatam algumas das zonas de conservação dispostas na declaração de Áreas de Manejo Especial na Bacia Alta do Rio Negro, as áreas de preservação

definidas no Acordo 016 e outras áreas relacionadas com a preservação do recurso hídrico. E correspondem às seguintes descrições:

- Área Alto El Órgano, município de Guarne. Inclui as veredas de El Colorado, El Palmar, Guapante, Juan XXIII, La Charanga, La Clara, la Mejía e Yolombal. O nodo parte do Alto da Águila no El Palmar, segue pelo Alto de Morrito, Alto El Roble, Alto La Mesa, Alto do Órgano e finaliza no Alto Las Cruces localizado na vereda El Colorado. Está presenta uma zona aproximada de 967 hectares, das que 591 têm cobertura florestal.
- Área Cuchilla Santa Isabel – Los Cachos, Município de San Vicente. Conformado pelas veredas de San José, Las Frías, Santa Isabel, El Canelo, Montegrande, La Magdalena e Corriente. Tem uma área aproximada de 1.317 hectares, das quais 646 têm florestas.
- Área Cuchilla dos Cedros, municípios de El Santuario e Marinilla. Inicia no município de Marinilla, atravessando as veredas de Montañita, Santa Cruz, La Milagrosa, La Inmaculada e Yarumo, e ingressa no município de El Santuario passando pelas veredas de Pavas, Pantanillo, Bodegas, La Aurora, El Salto, Buenavista, Portezuelo, Alto del Palmar, Palmarcito e Socorro. Tem uma área aproximada de 1.058 hectares, 653 de florestas.
- Área Cañones, município de El Carmen de Viboral. Inclui as veredas La Honda, Santa Rita, El Roblal, La Cascada, La Represa, La Enzimada, Palizada, Cocorná, La Linda, Juntas, Quebradona, San José, El Brasil, La Confusa, Cúcuta, Belén Cocorná, Chaberras e San Lorenzo; Tem uma área aproximada de 8.066 hectares, e 7.167 têm floresta.
- Área município de El Retiro. Conformado pelas veredas La Honda, La Hondita, Puente Pelaéz, La Miel, El Carmen, Normandía, Los Salados, Carrizales, Santa Elena e Las Palmas; Tem uma área aproximada de 7.819 hectares, 5.589 com florestas.

A área total do projeto é a soma das área, ou seja, 19.227 hectares, que segundo os mapas e as representações feitas pela Cornare, são 14.646 de florestas. O mapa da Figura 16 é o principal documento que representa essas áreas. Diante desse cenário, espera-se reduzir o desmatamento desses 14.646 hectares de florestas durante um período de 20 anos, começando em janeiro de 2009. Para definir as emissões de carbono que seriam evitadas nestas áreas a Masbosques optou por considerar os dados históricos de desmatamento diferenciados para cada área. A ONG levou em conta as emissões dos usos do solo que substituiriam as florestas considerando o período entre 2000 e 2005 e

projetando os valores para os anos seguintes. Com estes dados a Masbosques estimou que, nos primeiros 9 anos desmatariam-se 2.834 hectares por ano, e que depois esse valor diminuiria a 2.077. Com esse pressuposto, calculou que se reduziriam 57.404 toneladas de CO₂eq por ano e 1.148.084 toneladas de CO₂eq em total nos 20 anos de duração do projeto.

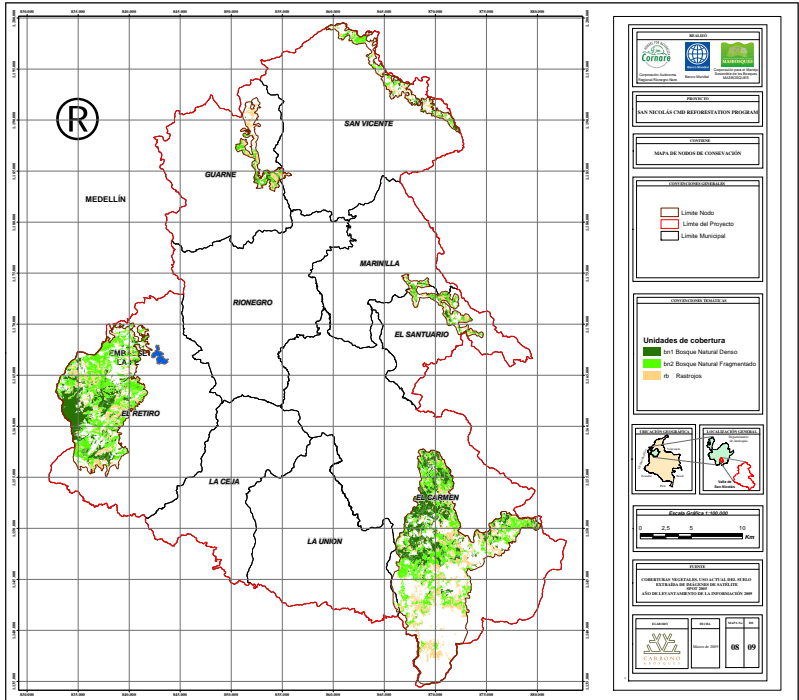


Figura 16 – Áreas e nodos de preservação do projeto REDD

Fonte: (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010)

Porém devido a diferentes conflitos e tensões entre os técnicos da Masbosques e os representantes do Banco Mundial em relação às atividades do projeto, a restrição das zonas florestais não se restringiu a essas áreas. E ficou em aberta a possibilidade de reunir em toda a região a quantidade de hectares necessárias para cumprir com a meta de redução. Por isso, as principais ações do projeto realizaram-se seguindo os critérios dos técnicos da Masbosques. Eles consideraram que, segundo sua experiência, era melhor procurar as pessoas que tinham terrenos com florestas conservadas nas zonas florestais. Assim, foram contatando um a um os proprietários, especialmente, da

zona conhecida como Cânion do rio Melcocho. Nessa zona havia um remanescente amplo de florestas naturais e um histórico de trabalho comunitário da Cornare, especialmente, nas veredas de El Porvenir e La Cristalina, município de El Carmen de Viboral (MORA et al., 2005).

As principais atividades propostas no documento que esboça o REDD são:

- Enriquecimento das florestas com espécies econômicas nativas, ou seja, com árvores que podem ser vendidas ou usadas comercialmente depois de cumpridos os prazos do projeto.
- Enriquecimento com espécies de recuperação e de valor ecológico.
- Tratamentos silvícolas que consistem em intervenções seletivas e a promoção e regeneração em vários estados de desenvolvimento de algumas árvores.
- Conservação ativa que contempla ações como a descrição da situação inicial das florestas, isolamentos e o pagamento direto por serviços ambientais aos proprietários dos terrenos.
- Monitoramento e fortalecimento da entidade ambiental.

Algumas destas ações fazem parte das realizadas no componente “Não Quioto” e seu financiamento vem do Fundo BioCarbono do Banco Mundial. Entretanto, três anos depois de iniciado o projeto, ele ainda está numa fase iniciante, como quase todos os projetos REDD do mundo (CENAMO et al., 2010; WERTZ-KANOUNNIKOFF; KINGPHAN-APIRAK, 2009). Até dezembro de 2011, a Masbosques estava construindo os documentos de apresentação com a caracterização das áreas florestais, definindo as melhores estratégias para desenvolver algumas das atividades propostas e provando algumas espécies de enriquecimento. Mas, encontrava-se, principalmente, atraindo novas fontes de financiamento e proprietários de florestas dentro da sub-região interessados na iniciativa.

1.3.3 A inter-definição dos atores

Em todo esse processo de construção da problemática e definição de soluções Cornare/Masbosques se colocaram como ponto de passagem de vários elementos definidos como estratégicos. Ao definir um conjunto de estratégias agrupadas com o nome de “gestão sustentável das florestas”, “Áreas não Quioto” ou “projeto REDD”, a Cornare e a Masbosques definiram os elementos chave a serem envolvidos no projeto como: as florestas, o dióxido de

carbono e o carbono, os donos dos terrenos com florestas, as fontes e motores de desmatamento, as universidades, os centros de pesquisa e os fundos de financiamento de iniciativas florestais de carbono.

Além do mais, a Cornare/Masboques definiram a identidade e os papéis que cada um desses atores devia desenvolver nessa estratégia, e que podemos resumir da seguinte forma:

1. Os proprietários das terras com florestas são produtores agropecuários que trabalham a terra sem consideração com as florestas. Eles derrubam árvores para cultivar ou construir. São uns dos principais responsáveis pelo desmatamento na atualidade. Por eles serem os proprietários das terras devem ser atores chamados a conservar a floresta. Estes proprietários querem melhorar suas condições de vida e aumentar seus lucros, por isso estão interessados no projeto.
2. As florestas de San Nicolas têm três características importantes: ajudam a remover os GEE da atmosfera, armazenam grandes quantidades de carbono, e se são derrubadas ou degradadas liberam dióxido de carbono à atmosfera. Elas se encontram nas zonas rurais afastadas da região, especialmente na denominada zona baixa. Sua conservação ajuda à preservação das fontes de água e das nascentes da bacia alta do rio Negro-Nare.
3. O Fundo BioCarbono, a OIMT e a EMPA são entidades que financiam projetos de conservação, uso sustentável da floresta e de diminuição da degradação e do desmatamento. O Fundo BioCarbono está interessado nas estratégias de mitigação do aquecimento global, dentro das diretrizes definidas pela CQNUMC e do IPCC.
4. A Universidade Nacional (especificamente a faculdade de Engenharia Ambiental) e as ONGs Ecovera e Carbono & Bosques são entidades especializadas em pesquisa e extensão. Elas são entidades reconhecidas na geração de informação e análise das florestas e sua relação com o carbono. Estão interessadas em melhorar seus conhecimentos sobre as florestas de San Nicolas.
5. As prefeituras são a autoridade máxima de cada município. Todas as atividades que envolvam acordos sobre o uso da terra, ou de preservação das áreas, deve ter seu apoio.

Nesse processo, a Cornare e a Masbosques revelaram quem eram e o que queriam. A Cornare apresentou-se como uma entidade preocupada com a gestão dos recursos naturais de San Nicolas, especialmente com a proteção da bacia alta do rio Negro-Nare. Assim, evidenciou sua capacidade como autoridade

ambiental para definir e controlar os usos dos recursos, especialmente do solo através de acordos e políticas.

Por questões operativas, a Cornare criou a ONG Masbosques como uma entidade aparentemente autônoma, mas permanentemente influenciada por ela. A Masbosques se apresentou como uma organização dedicada à gestão sustentável das florestas de San Nicolas. Evidenciou seu interesse em promover e implementar ações derivadas do Protocolo de Quioto e de outros acordos sobre o clima ratificados pela Colômbia. Esta ONG se mostrou preocupada com as condições de vida das pessoas vinculadas às florestas.

Ao definir estas identidades e papéis, Cornare/Masbosques mostraram como os interesses dos outros atores não só eram concordantes, mas convergiam com o projeto por eles proposto. Assim, para que as florestas fossem associadas com o carbono, para que os habitantes das zonas melhorassem suas condições de vida e seus lucros, para que as fontes de água se mantivessem e ainda para que o Fundo BioCarbono conseguisse impulsionar mais atividades que ajudassem a mitigar o aquecimento global, o projeto REDD de San Nicolas encaminhado à diminuição do desmatamento e à conservação das florestas devia ser realizado.

Porém, esse foi o “mundo” que a Cornare e a Masbosques construíram. Eles agruparam e deram papéis a estes elementos segundo seus critérios, sem se importar com os interesses, objetivos ou as identidades e papéis que esses elementos tinham. Relacionaram-os da forma que consideraram apropriada para o projeto REDD sem considerar as relações que eles já tinham.

Mas, como os atores têm agência e por isso atribuem significado, interpretam e reagem às diversas situações, mante-los nas identidades e papéis propostos pela Cornare-Masbosques não é uma questão automática ou livre de vicissitudes. Pois cada um deles pode aceder a se integrar no plano estabelecido ou pelo contrário “recusar a fazer concessões e definir sua identidade, metas, orientações, projetos, motivações ou interesses de outra maneira”²⁵ (CALLON, 1986b, p.207).

No próximo capítulo vamos detalhar quem são esses atores, em que espaços eles se movimentavam e com que outros atores se relacionam. Descreveremos as arenas em que o REDD está sendo negociado e também os atores que participam nelas.

²⁵No original: “... refuse the transaction by defining its identity, its goals, projects, orientations, motivations, or interests in another manner”.

2 AS ARENAS DE CONFLITO E OS ATORES DO REDD

Neste capítulo analisamos as arenas de conflito do projeto REDD nos seus diferentes cenários. Com foco na arena local mapeamos os atores relevantes que interagem com os proprietários e habitantes das áreas com florestas. Usamos principalmente a teoria do Ator-Orientado para conceitualizar nossa análise considerando que o projeto REDD de San Nicolas é um processo socialmente construído e negociado.

Como já foi apresentado no capítulo anterior, consideramos que os encontros face a face entre os diferentes atores ocorre em arenas, que são situações sociais em que “...os atores confrontam-se entre si, mobilizam relações sociais e exibem meios culturais discursivos e outros meios culturais para a consecução de fins específicos, incluindo talvez só permanecer no jogo”¹ (LONG, 2007, p.125). Essas arenas são espaços que têm lugar as lutas entre diferentes práticas e valores. Também são espaços sociais nos quais podem se resolver as diferenças das interpretações de valores e de incompatibilidade entre os interesses dos atores (LONG, 1992).

É nas arenas que identificamos os atores envolvidos no projeto e as relações que eles estabelecem entre si. Usamos o conceito de ator da teoria do Ator-Orientado (LONG, 2007, 1992) e da ANT (LATOUR, 2000; CALLON, 1986a, 1986b). Segundo estas duas perspectivas, a condição que caracteriza um ator é a agência, que “...podemos reconhecer quando ações particulares produzem uma diferença num estado preexistente de assuntos ou curso de eventos - está encravada nas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas”² (LONG, 2007, p.50). Um ator é assim considerado enquanto tem agência, ou seja, na medida que pode modificar o estado das coisas, e o curso de ação dos demais atores. Mas, a agência não é o resultado de ter e usar um tipo de poder de persuasão ou alguma forma de carisma. Ela emerge nas relações sociais e reside essencialmente na conformação de uma rede de atores que são parcialmente alistados no projeto de um ou uns dos elementos da rede (LONG, 1992) e, onde cada um dos agentes dessa cadeia translada ou traduz esses projetos de acordo com os próprios (LATOUR, 1986). Nesse sentido, um ator é aquele que modifica e que é modificado dentro de uma rede.

A agência requer a geração/manipulação de uma rede de relações so-

¹No original “...los actores se confrontan entre sí, movilizan relaciones sociales y despliegan medios culturales discursivos y otros medios culturales para el logro de fines específicos, incluyendo quizá sólo permanecer en el juego”.

²No original: “... que podemos reconocer cuando acciones particulares producen una diferencia en un estado preexistente de asuntos o curso de eventos - está encarnada en las relaciones sociales, y sólo puede ser efectiva a través de ellas”.

ciais e a canalização de um conjunto de itens específicos como demandas, ordens, bens, instrumentos e informação através de certos pontos de interação (LONG; VILLAREAL, 2004). Nesses pontos de interação, que são espaços sociais de encontro ou interfaces entre os diferentes atores, é onde acontecem as traduções e acomodações que fazem os diferentes atores, para aproximar os projetos dos outros aos seus próprios projetos³.

Interessa-nos descrever os atores que conformam a REDD pois seus diversos valores, interesses e projetos entram em conflito nos pontos de interação que há entre eles, gerando o que Long (1992) chama de “Campos de Batalha do Conhecimento”. Nesses espaços acontecem processos de acomodação em que os diferentes atores tentam tornar compatíveis essas divergências. Assim, apresentar esses atores, suas características e alguns dos seus interesses e projetos, vai nos permitir analisar essas traduções que acontecem no cenário local entre os habitantes das florestas.

Ainda que focamos no cenário local, consideramos que os espaços de interação local ou de pequena escala se entrelaçam com os domínios, campos e redes de relações mais amplos (LONG, 2007). Nos encontros e negociações que acontecem entre os atores presentes em alguns encontros face a face, também se encontram os ausentes, que influenciam a situação e afetam as ações e os resultados (LONG, 2007, p.42). Desta forma nosso, foco nos atores locais do projeto REDD com o enfoque teórico-metodológico já apresentado na introdução, visa também evidenciar essa complexa forma de relação que tem lugar entre o local e os campos e redes mais amplos do REDD.

A condição de agência permite-nos envolver tanto humanos como não humanos dentro do conceito de ator. Porém, há algumas particularidades que merecem ser destacadas entre uns e outros. Os atores humanos são participantes ativos de todo tipo de intervenção, projeto ou iniciativa. Cada um dos atores humanos do REDD participa ativamente do projeto e, não só recebe e interpreta as informações, mas define as estratégias nas suas relações com os diferentes atores locais, com as instituições e atores de planos mais amplos (LONG, 2007). Ou seja, eles atuam reflexivamente, aprendem, reinterpretam e reagem sobre os planos, programas e escopos do projeto, redesenhando-os ao longo do seu desenvolvimento. Dessa forma, os atores exercem algum grau de agência política, criam situações diferenciadas e dão significados diferentes a questões e circunstâncias que parecem homogêneas.

No caso dos atores humanos, a noção de agência atribui ao ator individual/institucional a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, mesmo nas mais extremas formas de coerção (LONG, 2007, p.49). Ou seja, os atores sociais têm a capacidade de saber

³Uma conceitualização mais profunda sobre as interfaces sociais e sobre as traduções que acontecem nelas será realizada no capítulo seguinte.

e a capacidade de atuar, tentam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos ao seu redor e, dentro das possibilidades, encontram-se cientes de suas próprias ações, observando como os outros reagem a sua conduta e tomando nota das várias situações contingentes (GIDDENS, 2009). Assim, também os atores são capazes de processar e sistematizar de maneira consciente ou inconsciente suas experiências vividas e atuar nelas.

As pessoas têm a capacidade de aprender de sua própria experiência e dos outros, mas também de organizar, processar e dar significado a essas experiências. Nessa perspectiva, há diferentes compreensões e interpretações das experiências. Por esse motivo, o conhecimento não pode ser entendido como uma estrutura unificada, hegemônica e coerente, mas envolve modos de compreensão e ordenação do mundo diferentes.

Entendemos que o conhecimento emerge de uma complexa interação de elementos sociais, cognitivos, culturais, institucionais e situacionais e portanto, é provisório, parcial e contextual (GUIVANT, 1997; LONG, 2002, 1992). As pessoas trabalham com uma pluralidade de entendimentos, crenças e compromissos. Essa diversidade é o resultado dos diversos “modos de vida” ou mundos sociais vividos dos atores, que são produto de processos constantes de reorganização e reavaliação de significados e experiências dos indivíduos e que incluem ações, interações e significados (LONG, 2007). Modos de vida que lhes permitem a construção de “processos de conhecimento” (maneiras de apreender o mundo), baseado nas próprias experiências ou nas dos outros. Mas, o conhecimento não se gera e transforma em abstrato; ele surge nas contingências e lutas cotidianas que constituem a vida social, ou seja, que não se dá por compromissos institucionais ou por forças de poder e autoridade, mas é o resultado de interações e negociações nas situações de interface.

Os atores não humanos também têm algumas dessas características. A conceituação da agência dos atores não humanos é um dos aportes principais da ANT. Ainda que esta teoria surgisse dentro dos estudos sociais da ciência e da tecnologia, e que uma boa parte de seus estudos se centrem no desenvolvimento de objetos tecnológicos e “descobrimientos científicos”, a adoção do princípio de simetria generalizada por parte de seus autores abriu a porta para a análise de todo tipo de situações.

O princípio de simetria foi cunhado inicialmente por David Bloor, dentro do que se chamou o Programa Forte no início dos anos 70. Ele propôs quatro diretrizes metodológicas para analisar as práticas científicas; a simetria era uma delas. Para Bloor a sociologia do conhecimento científico devia ser simétrica no seu estilo de explicação. Os mesmos tipos de causas explicariam tanto o conhecimento falso quanto o verdadeiro (BENAKOUCHE, 1999). Como explica Callon (1986b, p.200) a teoria de ator-rede generalizou

o princípio da seguinte forma:

O segundo princípio é o de simetria generalizada, similar ao princípio de simetria de D. Bloor mas consideravelmente ampliado. Seu objetivo não é só explicar os pontos de vista e argumentos enfrentados numa controvérsia científica ou tecnológica nos mesmos termos, pois sabemos que os ingredientes das controvérsias são uma mistura de considerações sobre a natureza e a sociedade. Por esta razão requeremos que o observador use o mesmo repertório quando as descreve [...] a regra que devemos respeitar é não mudar de registro quando nos movimentamos dos aspectos técnicos do problema estudado aos sociais.⁴

Assume-se nesta lógica, que tanto sociedade como natureza são efeitos de complexas negociações, alianças e contra-alianças que formam parte da atividade dos construtores de fatos. Assim, as duas, antes de serem causas, são consequências. Nada é auto-evidente e alheio à necessidade de ser explicado, nem as distinções, tão aparentemente fundamentais, como a distinção entre humanos e não humanos. Mas, este princípio só se entende se levar em conta que os elementos das redes, sejam humanos ou não humanos, não existem por si próprios. Eles estão constituídos nas redes das quais fazem parte. Dessa forma objetos, entidades, pessoas e processos são conjuntos de relações entre relações, efeitos e produtos.

Em cima desses pressupostos identificamos e descrevemos na próxima seção as arenas e os atores que conformam o projeto REDD em San Nicolas. Descrevemos os atores identificados e considerados estratégicos pela Masbosques/Cornare, e também todos os atores que interagem com eles e afetam de alguma maneira seu envolvimento no REDD. Incluímos neste mapeamento os elementos que mudam o curso de ação dos outros e os que conseguem definir suas identidades de maneira diferente à proposta pela Masbosques/Cornare.

2.1 AS ARENAS DO PROJETO

Há diversas arenas em que é negociado e construído o REDD. Estas incluem tanto o cenário local quanto o global. Nestes espaços sociais os

⁴No original: “The second principle is one of generalized symmetry. It is similar to D. Bloor’s principle of symmetry but is considerably extended. The goal is not only to explain conflicting viewpoints and arguments in a scientific or technological controversy in the same terms. We know that the ingredients of controversies are mixtures of considerations concerning both Society and Nature. For this reason we require the observer to use a single repertoire when they are described [...] the rule which we must respect is not to change registers when we move from the technical to the social aspects of the problem studied”

atores identificados e organizados pela Cornare/Masbosques encontram-se e negociam face a face. Brockhaus & Angelsen (2012) criaram um quadro de análise para o REDD considerando as diversas arenas em que se encontram os atores interessados e envolvidos no mecanismo. Apropriamos e adaptamos esse modelo para nossa análise e consideramos as seguintes arenas:

1. As negociações internacionais sobre a mudança climática: Esta é uma das arenas principais onde o REDD vem sendo desenvolvido. O principal ator que atua nela é a CQNUMC através das suas Conferências das Partes, que se reúnem periodicamente para discutir sobre a mudança climática. Foi principalmente nesta arena que apareceu o REDD como conceito, como ideia.
2. Assistência (AID arena): paralelamente às negociações da CQNUMC, os atores da assistência têm influenciado fortemente o desenvolvimento do REDD. A maior parte do financiamento está sendo definido nesta arena por acordos bilaterais, por organismos multilaterais e pelas grandes ONGs. Destacam-se, por exemplo, iniciativas como a FCPF do Banco Mundial que começou a funcionar em 2008 e, a UN-REDD também lançada em 2008.
3. Política nacional: nesta arena o governo nacional, através do Ministério do Ambiente, é o principal ator. Neste cenário está sendo construída uma estrutura nacional para o desenvolvimento de projetos REDD, chamada R-PP, com a participação e financiamento do FCPF do Banco Mundial.
4. Projeto de San Nicolas: Nesta arena participam atores como a Masbosques, a Cornare, os habitantes das zonas rurais, organizações comunitárias, as florestas e o fundo BioCarbono. Nela se desenvolvem as principais atividades do projeto na região de San Nicolas.

Nessas arenas atuam diversos atores, com suas ideias, interesses e discursos; debatem tanto o REDD como ideia, quanto prática, a partir de quatro questões: seus objetivos, o tipo de políticas e práticas a serem realizadas, a escala e lugares em que se executa e o seu financiamento. Na Figura 17 detalhamos essas arenas.

Este quadro nos brinda um panorama amplo sobre o REDD e nos permite delimitar nossa análise. Assim, no primeiro capítulo desta dissertação analisamos como surgiu o REDD na arena das negociações da CQNUMC e na arena da assistência. Também apresentamos os principais atores que operam nelas e as questões debatidas no cenário internacional. Ainda que desde 2008, estejam acontecendo diversos debates em relação ao REDD e estejam sendo

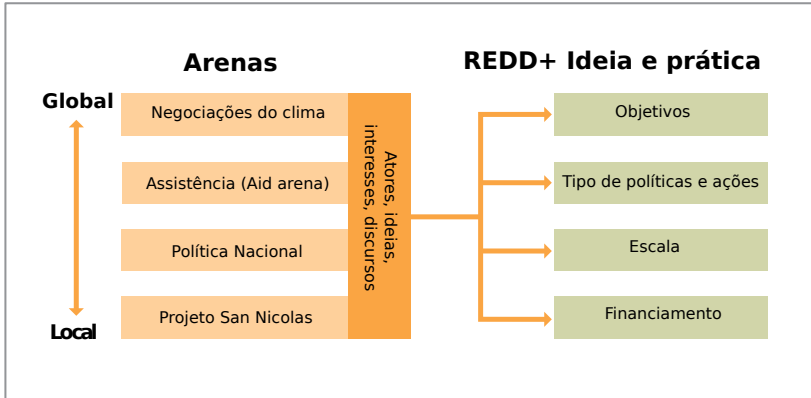


Figura 17 – Arenas de negociação do REDD
 Fonte: adaptado de Brockhaus & Angelsen (2012, p.64)

geradas diversas estratégias para desenvolver projetos no país, a iniciativa de San Nicolas não passa por esta arena, ou pelo menos, não de maneira significativa. Isso porque ainda não existe um modelo nacional para a execução de projetos e as iniciativas sub-nacionais são independentes das instituições governamentais centrais.

A arena do projeto de San Nicolas constitui nosso centro de interesse, porém ela é também altamente complexa, ampla e diversa. Consideramos que há quatro arenas principais de encontro e conflito entre os atores do REDD de San Nicolas no cenário local que podem ser definidas da seguinte forma:

1. Planejamento e financiamento: Neste espaço social desenhou-se o escopo do projeto REDD conjuntamente entre os membros da direção executiva da Masbosques, representantes da Cornare e do Fundo Bio-Carbono do Banco Mundial. É nesta arena onde se definem questões relacionadas com o financiamento e a gestão dos recursos em geral. Também aqui se discutem e se debatem questões relacionadas aos tempos e atividades a serem realizadas, assim como se avaliam os avanços e metas alcançadas.
2. Arena da assessoria técnica: Nesta arena atuam os representantes das instituições que ajudam a construir informações sobre as características e distribuição das florestas, preços do carbono, índices de captura de carbono florestal e aplicação de métodos de monitoramento. Conforam esta arena os especialistas das instituições dedicadas à geração de informação relacionada com em florestas e mudança climática nos

seus encontros face a face com os representantes da Masbosques e da Cornare.

3. Arena dos municípios: conformam esta arena os encontros entre os membros representantes das instituições governamentais regionais e as organizações comunitárias municipais com os técnicos e membros da direção da Masbosques e técnicos da Cornare. Aqui convergem os representantes das autoridades municipais, especialmente das prefeituras, e os líderes das organizações comunitárias como as ASOCOMUNAL. Nesta arena debatem-se e definem-se questões relacionadas com as atividades a serem realizadas em cada município e a forma diferenciada de execução do projeto segundo as particularidades de cada um.
4. Arena das “veredas”: Nesta arena, as florestas, os agricultores e suas famílias são os principais atores. Eles se encontram com alguns dos técnicos da Masbosques e da Cornare que vão até os terrenos para realizar as atividades do projeto. Esses encontros também ocorrem nas casas dos agricultores ou nos centros das pequenas vilas, e deles participam os membros das Juntas de Ação Comunal que representam cada vila. Nesta arena atuam outros atores que influenciam o REDD, embora não estejam identificados como participantes do projeto.

As arenas permitem-nos identificar os atores individuais e institucionais que estão envolvidos no projeto de San Nicolas, assim como documentar os temas, recursos e discursos que estão implicados no projeto em geral e em cada situação particular de discordância ou disputa (LONG, 2007).

2.1.1 Os atores e suas relações nas arenas

Masbosques/Cornare são os únicos atores presentes nas quatro arenas de conflito do projeto e, por isso, são os pontos que interligam os demais atores entre as arenas. Mas, não é a Masbosques como um bloco homogêneo que participa nestas arenas, são pessoas diferentes representando a instituição, que se relacionam com os outros em cada arena. Na Arena do “Planejamento e financiamento” são os diretores executivos das duas entidades que se encontram com os representantes do Fundo BioCarbono e da EMPA. O diretor e os técnicos mais capacitados da Masbosques atuam com o sub-diretor de gestão ambiental da Cornare na arena da “Assistência técnica” y dos “Municípios”. E são apenas os técnicos da Masbosques os que operam na arena das “Veredas” (Figura 18).

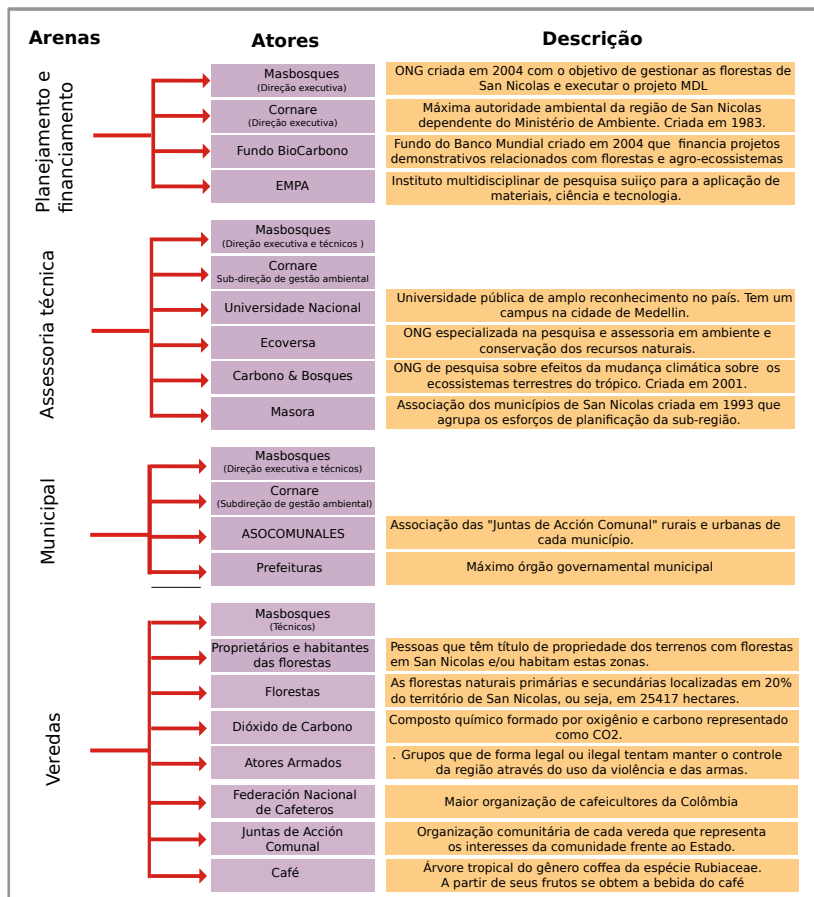


Figura 18 – Arenas locais e atores do REDD de San Nicolas
Construção própria

OS ATORES DA ARENA DO “PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO”

A EMPA é uma instituição que financia projetos de diversas categorias e temáticas na Colômbia, mas o projeto de San Nicolas é o único projeto enquadrado como aquecimento global que a instituição tem na sua base de dados⁵. Ainda que esta instituição tenha sido um financiador importante do

⁵Disponível no site oficial da instituição <http://www.empa.ch/> consultado em 19 junho de 2012.

projeto MFAGSF, no projeto SCREA aporta menos recursos, e seus encontros e presença na arena local é cada vez menos relevante. No chamado projeto REDD, a EMPA não aparece como entidade financiadora.

O Fundo BioCarbono, como veremos nas páginas seguintes, é um fundo especializado do Banco Mundial. Opera desde 2004 e financia projetos demonstrativos de carbono relacionados com mudanças do uso da terra. Esta instituição tem um escritório na cidade de Bogotá e há uma pessoa delegada para o projeto de San Nicolas, que também representa outros projetos financiados pelo Banco Mundial na Colômbia. A pessoa representante desta instituição mantém contato com a Masbosques, especificamente com seu diretor executivo, de maneira relativamente permanente através do correio eletrônico ou do telefone. Os encontros face a face são mais esporádicos: às vezes o representante do Banco reúne-se com o diretor executivo da Masbosques no escritório desta última entidade, que fica dentro das instalações da Cornare no município de Santuario Antioquia. E em outros casos, os representantes da Masbosques deslocam-se até o escritório do Banco em Bogotá.

O Fundo BioCarbono é um ator que atua também em outras arenas do REDD no mundo. É um ator estratégico do mecanismo REDD não só na Colômbia, mas no mundo. É interessante ressaltar que, por mais que sua presença no projeto de San Nicolas limite-se à arena de Planejamento e Financiamento, o Banco Mundial influencia a rede do REDD de San Nicolas e também interage com os habitantes dos territórios com florestas, ainda que não de maneira direta ou face a face. Por isso, incluímos-lo na nossa análise.

OS ATORES DA ARENA DA “ASSISTÊNCIA TÉCNICA”

Há quatro atores nesta arena que se encontram com o diretor executivo e os técnicos mais qualificados da Masbosques, como também com o sub-diretor de gestão ambiental da Cornare. Estes quatro atores estão dedicados a fornecer assessoria e informação especializada relacionadas com as florestas e o carbono. São os seguintes: A *Universidad Nacional de Colombia*, do campus de Medellin e, especialmente, o programa de Engenharia Florestal; As ONGs Ecovera e Carbono & Bosques; e a organização de *Municipios Asociados del Altiplano del Oriente Antioqueño* MASORA.

A Universidade Nacional atuou nesta arena de maneira mais constante dentro do projeto MFAGSF. Docentes de diversos programas, especialmente de Engenharia Florestal e estudantes da graduação e do mestrado, desenvolveram pesquisas na região de San Nicolas caracterizando as florestas e avaliando sua dispersão na zona. Parte das pesquisas realizaram-se em campo, ou seja, diretamente nas florestas, outra parte fez-se através de imagens de satélite e de

mapas aéreos. Assim, a Universidade Nacional atuou na arena da assistência técnica ativamente no momento de caracterização das florestas.

A Ecoversa e a Carbono & Bosques atuaram nesta arena desde que iniciou o projeto SCREA, assistindo a construção de mapas de distribuição e uso da terra e do estado das florestas da região. Estas organizações também ajudaram a definir e caracterizar o desmatamento, a classificar as florestas e a determinar a quantidade de carbono sequestrado por elas. A Masora participa nesta arena de forma esporádica e, especificamente, na construção de mapas do uso da terra e do estado das florestas.

OS ATORES DA ARENA “MUNICIPAL”

Na arena dos municípios encontramos dois atores que se encontram com a Masboques e a Cornare: a prefeitura e a ASOCOMUNAL de cada município.

São nove prefeituras representadas principalmente por suas secretarias de ambiente e, eventualmente, por seus prefeitos. E são também nove ASOCOMUNAL que, como organizações comunitárias, representam à população civil, especialmente os proprietários e habitantes das florestas.

OS ATORES DA ARENA DAS “VEREDAS”

Neste cenário os proprietários das florestas e as florestas são os atores principais. Ali eles interagem com os técnicos da Masbosques, com o carbono, e com outros atores que também influenciam o projeto. Encontramos neste cenário outros cinco atores importantes para o REDD. Eles estão ajudando ou dificultando o envolvimento das florestas e/ou dos proprietários no projeto. Esses atores são: os grupos armados (legais e ilegais), o café, a *Federación Nacional de Cafeteros* (FNC), as ONGs de direitos Humanos e as *Junta de Acción Comunal* (JAC).

2.2 OS ATORES DA ARENA LOCAL

2.2.1 Proprietários e habitantes das florestas

Os proprietários e habitantes das florestas são as pessoas que têm títulos de propriedade das terras com florestas denominadas primárias e secundárias em San Nicolas. Também são as pessoas que, sem títulos de propriedade,

tomam decisões sobre estas áreas. Isso porque são suas proprietárias, ainda que não tenham um documento formal que possa evidenciar essa condição, ou porque são familiares ou amigos próximos dos proprietários legais e foram designados por eles para cuidar e administrar as terras.

No Acordo 016 de 1998 referenciam-se 72.367 hectares estratégicos para o manejo sustentável das florestas. Com base nesse dado e no mapa de densidades de áreas construídas realizado pela Masora (ECHEVERRI; NARANJO, 2003), a Universidade Nacional e a Cornare calcularam que há aproximadamente 14.000 habitantes nessas áreas considerando 4,5 habitantes por residência.

A Masbosques, considerando as cinco áreas de ecossistemas estratégicos que cobrem 14.646 hectares de florestas na região, estimou com dados sobre a propriedade dos terrenos das zonas rurais, que há em total 1.980 terrenos pertencentes a 1.627 pessoas (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010). Este é um dado apenas estimativo, pois, como reconhecem os funcionários da entidade: “alguns municípios não têm atualizados os dados sobre as propriedades rurais, não se levam em conta neste dados as pessoas que não regularizaram formalmente suas propriedades frente à instituição municipal e não se fizeram análises em campo para ver se esse dado corresponde à realidade” (TM-16, El Santuario, 22/09/2011).

Apesar das dificuldades para definir o número de proprietários, há um consenso em considerar que os principais proprietários e habitantes das florestas são agricultores que trabalham em terrenos menores que 3 hectares (LOPEZ, 2006). Eles formam parte da população camponesa tipicamente andina que se estabeleceu no Oriente de Antioquia. Caracterizam-se por terem pequenas propriedades, empregarem essencialmente mão de obra familiar e estarem ligados à cultura do café e à agricultura de produtos permanentes e anuais, como batata, feijão, milho, repolho, cenoura e amora.

Como foi descrito na introdução, nossa pesquisa focou-se nos pequenos proprietários das florestas localizados na zona do cânion do rio Melcocho, especialmente nas veredas de El Porvenir e La Cristalina, no município de El Carmen de Viboral. Nessa área encontra-se o maior fragmento de florestas da região, com uma área de 14.973 hectares que representam mais de 60% das florestas naturais totais de San Nicolas. Devido a essas duas veredas concentrarem a maior parte das florestas da região e onde focou-se a maior parte do trabalho que a Cornare e a Masbosques realizam, escolhemos realizar a pesquisa desta dissertação com os proprietários das florestas destes locais.

2.2.1.0.1 Os habitantes das veredas de El Porvenir e La Cristalina

El Porvenir e La Cristalina estão encravadas no meio das montanhas do sul do município do El Carmen de Viboral. Junto com as veredas de El Roblal, El Cocuyo, El Retiro, La Honda, Santa Rita, La Cascada, La Represa, La Enzimada, Palizada, La Linda, La San José, El Brasil, Belen de Chaberras, San Lorenzo, Santo Domingo, El Estio e Agua Bonita conformam uma pequena sub-região no caniôn do Rio Melcocho, que é atravessada pelo rio do mesmo nome. El Porvenir e La Cristalina são umas das veredas mais afastadas da zona e, possivelmente, também das mais distantes do centro urbano municipal, não pela distância que as separa, mas pelas dificuldades de acesso, já que não há infraestrutura rodoviária até elas e só é possível chegar a pé ou a cavalo.

A dificuldade no transporte é uma das razões pelas quais os habitantes destas veredas comercializam muito pouco seus produtos agrícolas e produzem principalmente para o auto-consumo. Tanto as pessoas quanto os produtos agrícolas e derivados devem ser transportados por mulas ou cavalos por 3 e 4 horas até El Retiro e, de lá, até Cocorná no transporte público chamado *Escalera*⁶. O valor final dos produtos no mercado não é rentável considerando os custos de transporte. Esta é também uma das razões pelas quais a madeira das florestas nessas zonas não é comercializada, pois ainda que algumas espécies de árvores tenham mercado, as dificuldades de transporte não motivam sua extração.

Até 2007, segundo os dados oficiais do município de El Carmen na vereda de El Porvenir, viviam 90 pessoas (24 famílias) e na La Cristalina, 76 pessoas (19 famílias). Mas, segundo o presidente da Junta de Ação Comunitária de La Cristalina, até setembro de 2011 havia só 12 famílias nessa vila (MJ-20, El Carmen de Viboral, 18/09/2011). As casas habitadas por estas famílias estão dispersas ao longo do território, cercadas de florestas. Na vereda El Porvenir há um pequeno centro mais povoado onde se encontram umas 10 casas, a escola básica, o centro de saúde e uma loja que vende alguns produtos básicos (Ver Figura 19). Na La Cristalina as casas estão mais dispersas ao longo da montanha (ver Figura 20).

As pessoas que habitam El Porvenir estão dedicadas a cultivar milho, aipim, banana, feijão e café. Eles se dedicam à criação de gado, especial-

⁶É um tipo de transporte público rural adaptado artesanalmente com a tração de caminhão e com espaços adaptados para carregar animais, bagagens de todo tipo e passageiros. Chamam-se de “escaleras” porque têm uma “escalera” (escada em espanhol) de madeira na parte traseira que serve para acessar à parte superior (o teto) onde se carregam as bagagens e, as vezes, também alguns passageiros. São típicas dos Andes e em algumas regiões da Colômbia são o único meio de transporte.



Figura 19 – Vista geral de El Porvenir

Observa-se no centro da imagem a escola e o posto de saúde. Fonte: Autora (Setembro 17 de 2011)

mente de vacas, para a produção de leite e de derivados como o queijo, que serve para o consumo familiar e que é comercializado nas vilas e centros municipais próximos. Estas pessoas também produzem ovos, frangos e perus, assim como algumas frutas como goiaba, fruta do conde e *borojo* (*Borojoa patinoi*). Em La Cristalina, as famílias dedicam-se à agricultura de subsistência e à criação de gado; a maioria também cultiva cana e produz rapadura.

Em nenhuma das duas veredas há energia elétrica, serviço de aqueduto ou de esgoto. Cada unidade familiar ou casa colhe água para uso doméstico de fontes naturais que nascem nos próprios terrenos. A água é levada até as caixas de água das casas através de um sistema artesanal composto de mangueiras. Cada casa têm um sistema de esgoto artesanal ou fossa séptica. As famílias contam com uma bateria que é recarregada com um pequeno painel solar e que serve apenas para acender uma lâmpada ou para carregar um celular. O único meio de comunicação existente é o celular, mas o sinal é intermitente.

Cozinha-se em fogões à lenha, que foram feitos em cada casa através do projeto “Fogões eficientes”, realizado pela Cornare desde início do ano 2000, com o propósito de diminuir o consumo de madeira para a preparação de alimentos e de diminuir a emissão de gases prejudiciais para a saúde.

Em cada uma das veredas há uma escola oficial que tem até o quinto ano do ensino fundamental. Cada uma conta com uma professora que dá aula para todos os cursos e onde estudam entre 20 e 30 alunos. As duas escolas têm um programa de educação média especial para as zonas rurais, em que os



Figura 20 – Vista geral de La Cristalina

Fonte: Autora (Setembro 18 de 2011)

alunos recebem aula duas ou três vezes por semana e há uma única professora que atende as duas veredas. O máximo nível de educação alcançado pelos habitantes destas vilas não supera o ensino fundamental, no caso das pessoas menores de 20 anos. Para os mais velhos o máximo nível alcançado é o quinto ano do ensino fundamental. É importante levar em conta que a maioria das pessoas entrevistadas nesta dissertação não sabiam ler nem escrever.

2.2.2 JAC e ASOCOMUNAL

As *Juntas de Acción Comunal* foram criadas pela lei 19 de 1958, com o objetivo de promover a participação da comunidade nas políticas do Estado e, assim, diminuir os custos dos programas sociais e prevenir as ações violentas que afetavam todo o país. Atualmente se encontram regidas pela Lei 747 de 2002, que regulamentou o artigo 38 da Constituição Política de 1991. Assim, segundo o estabelecido pela lei, a JAC

...é uma organização civil, social e comunitária de gestão social, sem fins lucrativos, de natureza solidária, com reconhecimento jurídico e patrimônio próprio, integrada voluntariamente pelos moradores de um lugar que juntam esforços e recursos para procurar um desenvolvimento integral e sustentável com fundamento no exercício da democracia participativa⁷. (Lei 743 de

⁷No original : ...es una organización cívica, social y comunitaria de gestión social, sin ánimo

2002 página 3).

Cada JAC realiza suas ações num território definido, que pode ser um bairro, uma vereda ou um conjunto residencial. Por esse motivo, elas se denominam segundo o nome do local que representam e só pode existir uma JAC em cada território. Elas estão conformadas por pessoas que moram no território de ação da organização e que tenham mais de 14 anos de idade. A afiliação se faz através de uma inscrição num livro destinado para tal fim. Cada pessoa pode pertencer só a uma JAC.

O órgão de direção é a “Junta diretiva” integrada por: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e coordenadores dos comitês de trabalho. Esses comitês são definidos segundo as necessidades e interesses e os mais comuns são: saúde, educação, esporte e obras. Há também comitês com caráter mais temporal como: pró-natal, pró-energia elétrica e pró-estrada. A “Junta diretiva” é eleita por assembleia geral uma vez a cada quatro anos, que corresponde com o primeiro ano do mandato dos prefeitos municipais.

Ainda que as JAC foram criadas pelo Estado, e sejam a forma através da qual o Estado realiza atividades de investimento social local, elas ganharam bastante autonomia ao longo de sua história e se encontram numa dupla posição: ser uma organização comunitária e, ao mesmo tempo, do Estado.

Segundo o Ministério do Interior há umas 45.000 JAC no país, constituindo uma das organizações sociais mais estáveis e com mais ampla representação⁸. Como disposto na Constituição Política, as JAC devem-se agrupar para atuar no município conformando a Associação Municipal de Juntas de Ação Comunitária ASOCOMUNAL, que, por sua vez, devem se juntar para atuar no departamento conformando as Federações Departamentais e, finalmente, conformar a Confederação Comunal Nacional.

A ASOCOMUNAL é uma organização civil, social e comunitária de gestão social sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e recursos próprios, que agrupa as JAC urbanas e rurais de cada município e que, também, está regida pela Constituição Colombiana e pela Lei 743 de 2002. Mais do que um espaço de deliberação é um espaço informativo, onde o representante de cada JAC (normalmente a pessoa que exerce o cargo de presidente) comparece para se informar sobre diversos temas importantes para os municípios. A grande maioria das ASOCOMUNAL tem escritório no centro municipal de cada município. Segundo o Ministério do Interior existem em 800 municípios do país, tendo uma cobertura de 75%⁹.

de lucro, de naturaleza solidaria, con personería jurídica y patrimonio propio, integrada voluntariamente por los residentes de un lugar que aúnan esfuerzos y recursos para procurar un desarrollo integral, sostenible y sustentable con fundamento en el ejercicio de la democracia participativa

⁸<http://www.mij.gov.co> Consultada em 16 de outubro de 2012.

⁹Ibidem

Segundo Masboques, no projeto REDD de San Nicolas estão envolvidas as ASOCOMUNAL dos municípios de La Ceja, Rionegro, El retiro, Marinilla, Guarne e San Vicente e a JAC da Vereda El Porvenir do El Carmen de Viboral.

2.2.3 MASBOSQUES

Masbosques é uma associação mista público-privada sem fins lucrativos, criada oficialmente em setembro de 2003 e registrada como pessoa jurídica em 2004. Sua sede está localizada no interior do prédio da CORNARE no município de Santuario, Antioquia.

O objetivo da Masbosques, segundo os seus estatutos, é (MASBOSQUES, 2003, p.1):

a conformação de um sistema de trabalho interinstitucional, intersetorial e interdisciplinar que permita, através da harmonização, análise e execução de projetos, promover nas diferentes regiões o manejo sustentável das florestas e realizar a implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo de acordo com as regulamentações derivadas do Convênio de Marco Climático e o Protocolo da Quioto, e os demais acordos que sobre o tema realizem-se e sejam ratificados pelo governo de Colômbia. Assim, também, apoiar a criação, fomento, desenvolvimento e financiamento de empresas que incorporem inovações de infraestrutura, científicas ou tecnológicas aplicáveis à produção nacional, ao manejo do meio ambiente ou ao aproveitamento dos recursos naturais, propiciando principalmente a conservação das florestas, o manejo adequado dos recursos naturais e o melhoramento da qualidade de vida dos habitantes das regiões que estão vinculadas às atividades da corporação.¹⁰

¹⁰No original: "...la conformación de un sistema de trabajo interinstitucional, intersectorial e interdisciplinario que permita, a través de la concertación, el análisis y la ejecución de proyectos promover en las diferentes regiones el manejo sostenible de los bosques y realizar la implementación del Mecanismo de Desarrollo Limpio de acuerdo a las reglamentaciones derivadas del Convenio de Marco Climático y el Protocolo de Kyoto, y los demás acuerdos que sobre el tema se celebren y hayan sido ratificados por el Gobierno de Colombia. Así como apoyar la creación, el fomento, el desarrollo y el financiamiento de empresas que incorporen innovaciones de infraestructura, científicas o tecnológicas aplicables a la producción Nacional, al manejo del medio ambiente o al aprovechamiento de los recursos naturales; propiciando principalmente la conservación de los bosques, el manejo adecuado de los recursos naturales y el mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes de las regiones que se encuentran vinculadas a las actividades

Segundo o disposto no seus estatutos (MASBOSQUES, 2003), a estrutura de funcionamento da entidade está sustentada numa assembleia geral integrada por todos os representantes legais das entidades associadas, cujas decisões devem ser obrigatórias para todos os sócios. Esta assembleia é o principal órgão de direção da entidade. Administrativamente há uma Junta Diretiva conformada por 7 membros definidos pela Assembleia e está encabeçada por um presidente e um vice-presidente. Há também um Diretor Executivo que, como representante legal de Masbosques, tem voz mas não voto nas reuniões da Junta.

No organograma disposto no site de Internet da entidade (ver Figura 21) coloca-se que há uma área técnica, uma social e uma contábil e financeira, que estão subordinadas às estruturas já mencionadas. Mas, apesar da relativa autonomia e organização, esta ONG depende em termos econômicos e administrativos da Cornare. No site da Cornare, a Masbosques aparece como uma de suas dependências e o “Programa para o Manejo Sustentável das Florestas” aparece como um dos projetos que fazem parte da “Estratégia Institucional da Cornare de Sustentabilidade Ambiental para a competitividade”.

Organograma da Corporação Masbosques

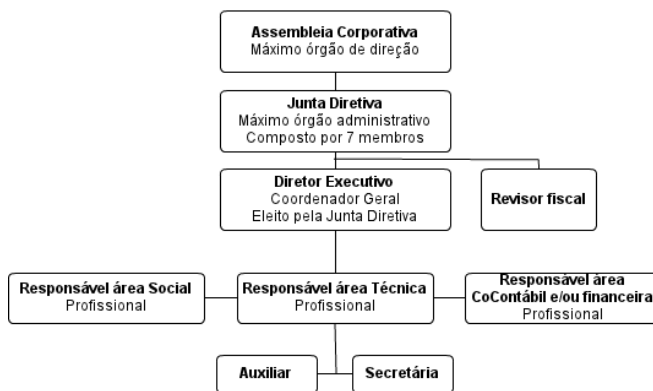


Figura 21 – Organograma de MASBOSQUES

Fonte: Site da organização (<http://www.masbosques.org.co> consultada em janeiro 22 de 2012)

No período em que se desenvolveu esta pesquisa, Masbosques contava com um Diretor Executivo que estava permanentemente no escritório de El Santuario, uma coordenadora técnica com formação em engenharia florestal, quatro técnicos com formações técnicas em áreas florestais e agrícolas, uma

advogada e um revisor fiscal. As funções do pessoal técnico estão relativamente subdivididas por zonas no interior de San Nicolas. Ainda que todos os técnicos podem trabalhar em todos os municípios ou para atividades em comum do projeto eles costumam estar mais localizados numa área específica. Isso porque eles conhecem muito bem o lugar e já têm contato com as pessoas que participam no projeto nas zonas, ou porque são originários desses setores. Por mais que existem momentos em que vários funcionários da entidade trabalham de forma coordenada e conjunta, há atividades que cada técnico desenvolve na sua área e com relativa autonomia.

2.2.4 Atores armados

Um dos atores envolvidos, mesmo seja indiretamente, no REDD são os atores armados, como a guerrilha, os paramilitares, os bandos emergentes e as forças militares do Estado. Estes atores transitam e, em certas situações, permanecem em San Nicolas, especialmente nas suas áreas rurais. Além de se movimentarem pelas áreas com florestas da região, eles também interatuam intermitentemente com os proprietários e habitantes das florestas afetando suas ações.

Incluímos estes atores dentro da rede, porque eles ajudam na definição da identidade dos habitantes das florestas de uma forma diferente à proposta pela Cornare/Masboques. Também porque, devido as suas ações permanentes nas décadas de 90 e 2000, ajudaram as florestas de San Nicolas a se aliarem, de maneira temporária e frágil, com o carbono, como será analisado no Capítulo 3.

A construção das grandes obras de infraestrutura no Oriente de Antioquia, como o Aeroporto Internacional José María Cordova, a estrada Medellín - Bogotá e, especialmente, o complexo hidroelétrico, levou à concentração de alguns atores armados em toda a região do Oriente, que passou a ser uma zona estratégica para o tráfico e para realizar sequestros e ataques à infraestrutura. Como consequência disso, também aumentaram os assassinatos seletivos, os massacres, os combates entre os diversos grupos e os deslocamentos forçados.

Ainda que houvesse presença da guerrilha na região desde início dos anos 70, foi só no final dos anos 80 que começaram a se concentrar na zona grupos armados como, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), as *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) e o Exército Nacional.

As décadas de 80 e 90 no Oriente de Antioquia e, particularmente, nos municípios de San Nicolas, foram marcadas por uma permanente disputa ter-

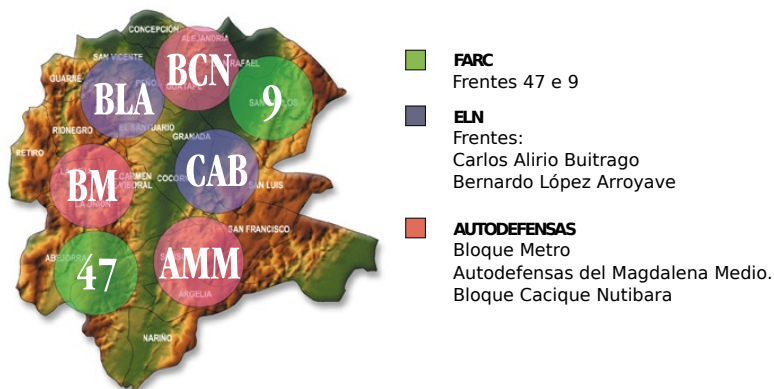


Figura 22 – Localização dos atores armados ilegais no Oriente de Antioquia até 2006

Fonte: OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH (2004)

ritorial por parte destes atores, com maior presença das guerrilhas. A partir de 2002, os grupos paramilitares e o exército chegaram à zona e começaram a realizar diversas ações contra as guerrilhas. Isto levou ao aumento do número de grupos armados no município (ver Figura 22) e agravou o conflito na região. Depois de 2006, a presença das guerrilhas e dos paramilitares diminuiu, mas apareceram novos grupos, como as chamadas *Bandas Criminales* (BACRIM). Elas não têm uma presença tão significativa como tiveram os paramilitares desde o ano 2000 ou o ELN na década de 90. Mas, esses grupos estão em expansão e são cada vez mais referenciados pelas autoridades locais e a mídia.

É importante ressaltar que a complexidade e as particularidades do conflito armado colombiano dificulta a descrição deste tipo de atores. Isso porque os dados sobre quantidade de combatentes, suas estruturas, suas atuações e as regiões onde operam são temas delicados dentro do conflito. Ainda há a presença permanente desses atores nas áreas onde se desenvolve o REDD¹¹. Eles exercem pressão através da violência física contra alguns dos atores locais do projeto, o que dificulta o acesso à informação e gera um ambiente relativamente hostil para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas com o tema.

¹¹ Estas zonas são estratégicas geograficamente, porque circundam a estrada que liga as duas cidades mais importantes do país. E porque elas estão fora do controle do Estado.

Descrevemos a seguir alguns dos principais grupos armados que permanecem nas áreas do projeto REDD, ou que historicamente estiveram presentes e que, de diversas formas, relacionaram-se com os demais atores do projeto e mudaram suas ações. Assim, entendemos o ator armado como um ator coletivo que, de forma organizada e com uma estrutura hierárquica, usa a violência física através do uso das armas para levar a cabo diferentes tipos de atividades.

2.2.4.1 FARC

As Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) é uma guerrilha de origem camponesa fundada em 1964 e que atua em quase todo o país. Sua origem vem de grupos de autodefesa camponesa que se organizaram contra a violência generalizada nos departamentos de Tolima, Huila e Cauca, entre 1940 e 1950, e que tinham como objetivo lutar pela terra e a construção de economias de tipo familiar. Alguns desses grupos se converteram em guerrilhas móveis e, especificamente, a partir da resistência armada de um desses grupos que se opôs à operação Marquetalia¹², nasceram as FARC(MEDINA, 2010).

Até 1980, as FARC cresceram lentamente sem fazer maiores incursões bélicas e atuando mais nas zonas afastadas dos centros urbanos, com pouca presença do Estado. A partir dos anos 80, a guerrilha mudou radicalmente suas formas de atuação e traçou novos objetivos: aumentou o número de frentes para posicionar uma em cada departamento; começou a envolver outros atores como estudantes, sindicalistas, trabalhadores, intelectuais; passou a operar nas cidades; e começou a procurar novas formas de financiamento, como a extorsão e, posteriormente, a cobrança de “impostos” sobre os cultivos de coca no sul do país .

Em várias oportunidades, as FARC e o governo tentaram dialogar e chegar a acordos para conseguir um processo de paz, mas diversas e complexas situações não permitiram que essas tentativas se consolidassem como ações de longo prazo ou levassem à integração dos membros da guerrilha à vida civil¹³. Desde sua formação até a atualidade, as FARC cresceram, se

¹²Foi uma ação militar realizada pelo governo nacional, entre maio e junho de 1964, contra um grupo de camponeses que se auto-denominavam “autodefesa camponesa”. Eles estavam situados em Marquetalia, um pequeno território do município de Planadas no departamento de Tolima, onde estavam localizados desde 1958, mais de 1.200 pessoas (além das pessoas armadas, havia também mulheres, crianças e outros civis), formando o que eles chamavam o Movimento Agrário de Marquetalia (MEDINA, 2010).

¹³Duas tentativas são emblemáticas: A primeira foi o acordo assinado com o governo colombiano na presidência de Belisario Betancur na década de 1980. Acordo que deu lugar à formação

fortaleceram e ampliaram suas formas de ação, incluindo o sequestro como forma de sustento econômico e como estratégia política. Entre suas ações, incluem-se os combates diretos com a força pública e os paramilitares, sequestro, extorsão, ataque a obras de infraestrutura, recrutamento forçado, uso de armas não convencionais, entre outras. São acusados pelo governo dos Estados Unidos e o Nacional de usar o narcotráfico como sustento econômico e, também, foram denominados como terroristas por alguns Estados, entre esses, a Colômbia.

Atualmente há 69 Frentes distribuídas em 24 departamentos do país (VALENCIA; ÁVILA, 2011) e ainda que seja difícil estimar quantos membros compõem esta guerrilha, o exército declarou em 2010 que as FARC tinham menos de 18.000 membros¹⁴, enquanto as FARC afirmam que são mais de 20.000¹⁵. Anualmente realizam centenas de ações armadas, sendo que desde 1995 até 2010, foram mais de 800 por ano (Ver Figura 23). Ainda que não fosse o principal objetivo da ação, as FARC atacaram, em várias oportunidades, à população civil com o uso de armas não convencionais, como minas antipessoais e diferentes tipos de bombas artesanais. Também sequestraram soldados, civis e políticos, assassinaram, recrutaram pessoas (muitas delas crianças) de forma forçada, controlaram as ações de populações inteiras por meses e até anos, e realizaram outras tantas ações violentas.

As FARC chegaram ao Oriente de Antioquia na década dos anos 70 e 80, depois que decidiram ampliar suas zonas de atuação. Assim, a Frente 9 começou a atuar nos municípios de San Rafael e San Carlos e, posteriormente, também nos municípios de San Luis, Cocorná, Concepción e Alejandria. A Frente 47 começou a operar no sul de Argelia, Nariño, Sonson e San Fran-

da *Unión Patriótica* (UP), partido de oposição que surgiu com o objetivo de permitir à guerrilha o direito de se incorporar à vida civil. O rompimento dos diálogos, motivado pelo não cumprimento dos acordos por ambas as partes, gerou uma situação tensa entre as partes que resultou no assassinato de quase todos os membros do partido por obra da extrema direita (entre eles morreram dois candidatos presidenciais, onze prefeitos, sessenta e nove congressistas e mais de três mil dirigentes e milhares de militantes de base). Também foram registrados mais de mil desaparecidos e muitos outros que tiveram que sair do país ou trocar sua identidade para proteger suas vidas (CEPEDA, 2006). Recentemente, a Corte Interamericana condenou o Estado colombiano pela morte do ex-senador da *Unión Patriótica*, Manuel Cepeda Vargas, ocorrida em 1994. A segunda, foi o Processo de Paz empreendido pelo governo do presidente Andres Pastrana que criou uma zona desmilitarizada de 40.000 km no sul do país, com o objetivo de realizar um processo de paz. A zona foi desmilitarizada por quase quatro anos (1998-2002), sendo que igualmente as partes acusaram-se mutuamente de descumprimento dos acordos, acabando com a tentativa de acordo.

¹⁴Comunicado do comandante (da época) das Forças Militares colombianas Edgar Cely à mídia no dia 26 de dezembro de 2010 (<http://www.noticiascaracol.com/nacion/articulo-201523-farc-estan-golpeadas-no-derrotadas-admite-jefe-de-fuerzas-militares>. Consultada em janeiro 21 de 2011)

¹⁵informação tomada do Site oficial das FARC <http://www.resistencia-colombia.org> Consultada em 19 janeiro de 2012

Figura 23 – Número de ações armadas realizadas pelas FARC entre 1997 e 2010 na Colômbia

Fonte: Valencia & Ávila (2011)

cisco, todos municípios próximos a San Nicolas. Durante os anos 80 e 90, as FARC fizeram várias incursões na Estrada Medellin-Bogota e tiveram alguns combates com o exército em áreas rurais. Depois de 2002, os paramilitares e o exército nacional atacaram fortemente as FARC na zona, dispersando e desagregando as duas Frentes.

Em San Nicolas, segundo o Observatório de Paz de Oriente (OBSERVATORIO DE PAZ Y RECONCILIACIÓN DEL ORIENTE ANTIOQUEÑO, 2006), as FARC estão em El Santuario (límites com Granada, Corcuná, El Peñol e Marinilla), no sul do El Carmen de Viboral (límites com San Francisco e Sonsón) e no sul de La Ceja (límites con Abejorral). Zonas nas quais são acusados de assassinatos seletivos, ameaças à população, extorsão e uso de minas antipessoais.

2.2.4.2 O ELN

O “Ejército de Liberación Nacional” (Ejército de Libertação Nacional) é um grupo de guerrilha, fundado em 1964 por líderes estudantis e camponeses fortemente influenciados pela revolução cubana. Declaram-se marxistas-leninistas e tiveram uma importante influência da teologia da libertação dos anos 60. Mantêm uma estrutura centralizada no Comando Central (COCE) integrado por cinco comandantes e está organizado em frentes de guerra, que têm presença em quase todos os departamentos do país. Estima-se que o ELN tem entre 2.000 e 4.000 homens armados e sua principal tática de guerra foi atacar as empresas de petróleo estrangeiras, mas também lucram do sequestro e da extorsão. Este grupo tem realizado várias tentativas de negociação e desmobilização com diferentes governos nacionais desde a década de 80 (MEDINA, 2010).

Nos primeiros anos de existência e até os primeiros anos da década de 80, o ELN obteve seu financiamento por “aportes voluntários” ou forçados dos camponeses, assaltos à Caja Agraria¹⁶ e roubos ao orçamento das entidades públicas. Depois de 1983 encontrou nas companhias petrolíferas e nos sequestros uma nova fonte de financiamento, por meio dos quais conseguiu um crescimento significativo durante as duas décadas seguintes (VELEZ, 2011). Nos anos 90, esta guerrilha teve maior presença nos centros urbanos e chegou a fazer ações em quase todo o país, posicionando cinco Frentes de Guerra formadas por várias frentes guerrilheiras rurais e estruturas urbanas.

No Oriente de Antioquia, esta guerrilha apareceu com a Frente Carlos Alirio Buitrago nos primeiros anos da década de 90, especificamente na área rural dos municípios de San Carlos e Granada, de onde se expandiu a San Luis e Cocorná, nos limites da área de confluência das FARC (OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2004). Depois, apareceu a Frente Bernardo López Arroyabe, que atuou em vários municípios do Oriente.

Na década de 90, em toda a região do Oriente e, especialmente, nos municípios de San Nicolas onde se encontra a estrada Medellin-Bogota, o ELN realizou várias incursões, realizando retenções ilegais, sequestros, ataques constantes à infraestrutura hidroelétrica e de petróleo e extorsões. Depois do ano 2000, com a chegada dos paramilitares, esta guerrilha foi bastante atacada e dispersada às zonas mais afastadas. Assim, segundo dados oficiais, as ações armadas realizadas pelo ELN no Oriente de Antioquia, passaram de 69 registradas em 2000, a 3 em 2003 depois da chegada dos paramilitares (OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2004). Alguns autores apontam que esta guerrilha ficou tão debilitada nesta região, que houve muitas deserções de seus membros e que, inclusive, alguns deles passaram a formar parte das FARC e dos paramilitares (GARCÍA et al., 2011).

2.2.4.3 Paramilitares

O paramilitarismo é um fenômeno complexo no contexto colombiano e, ainda que desde finais dos anos 80 seja um tema bastante analisado, não há entre os pesquisadores um consenso sobre suas características e condições particulares. Porém, os analistas concordam que foi na década de 80 que o paramilitarismo se conformou da maneira como é hoje conhecido. Apesar de ter dimensões nacionais, comporta-se de maneiras diversas no nível regi-

¹⁶Criada em 1931, foi por um tempo a maior carteira bancária colombiana, pois estava presente em grande parte do território nacional.

onal e, nele se articulam diferentes e múltiplos atores (RODRÍGUEZ, 2007), características que dificultam sua análise e conceitualização¹⁷.

Uma das principais correntes de análise coloca que foi o Estado, através de suas forças militares e em conjunto com setores sociais, econômicos e políticos regionais, quem promoveu e atuou como agente dinamizador da formação do paramilitarismo (MEDINA, 1990). Dessa forma, ao longo da história colombiana teceram-se diversas e complexas relações entre o paramilitarismo, o Estado e o narcotráfico. O paramilitarismo não é um fenômeno estático, múltiplas são as variações que possuiu nos últimos anos e variados os fenômenos e características da sociedade colombiana, que lhe permitiram e lhe permitem manter-se e se desenvolver. O paramilitarismo aconteceu como um processo de privatização do exercício da força, da lei e da justiça por setores afins aos propósitos e razões do Estado, ante a incapacidade do mesmo de operar nos contextos regionais dentro dos parâmetros institucionais existentes (MEDINA, 1990).

Estes grupos surgiram formalmente nos anos 1965 e 1968, com o decreto 3398 e a Lei 48, que geraram as bases legais que permitiam a criação de organizações de defesa civil. Entre 1970 e 1980, criaram-se grupos de auto-defesa que, para além de defender seus territórios, gados e culturas com apoio das forças militares, como estabelecia a lei, decidiram combater a guerrilha. Eles acabaram servindo a alguns setores econômicos determinados, tendo fortes vínculos com o narcotráfico. Entre 1986 e 1990, já se contavam mais de 200 organizações paramilitares na Colômbia e, posteriormente quando o Governo Nacional apoiou legalmente as *Asociaciones Comunitarias de Vigilancia Rural* CONVIVR, com os Decretos 2535 de 1993 e 356 de 1994, que tinham a função de contribuir com atividades de inteligência para as forças armadas, os grupos paramilitares cresceram e se fortaleceram em todo o país.

Em 1997 unificaram-se a maioria destes grupos nas Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), que juntaram as Autodefensas Campesinas de Cordoba y Uraba (ACCU), com suas 20 frentes do norte do país, as *Autodefensas de los Llanos Orientales*, que operavam no sul, as Autodefensas de Ramón Isaza e as Autodefensas de Puerto Boyacá, que operavam na região do Magdalena Meio. As AUC contaram com uma estrutura relativamente centralizada, reuniram mais de 30.000 homens e usaram o narcotráfico como sua principal fonte econômica. Os paramilitares são identificados como os responsáveis por uma enorme quantidade de massacres, desaparecimentos, assassinatos e outros crimes praticados contra os direitos humanos. O Ministério Público tem documentados 173.183 homicídios, 1.597 massacres, 34.567 desaparecimentos, 3.527 casos de sequestro, 3.532 casos de extorsão, 68 de narco-

¹⁷Para maior informação sobre o paramilitarismo na Colômbia ver Medina (1990), Jaramillo (2005) e Tobon et al. (2009).

tráfico e 28.167 casos de outros delitos não definidos contra as AUC¹⁸.

Entre 2002 e 2006, as AUC participaram de um processo de reintegração à vida civil, conhecido como processo de “*desmovilización*”. Ele foi um acordo com o governo nacional através do qual se desarmaram e se entregaram à justiça 34 blocos com 31.671 paramilitares (MAPP-OEA, 2011). Este processo também permitiu evidenciar os nexos destes grupos com as forças militares, políticos e funcionários públicos¹⁹.

Antioquia foi um dos departamentos centrais das operações das AUC. A região do Oriente foi um território onde as ações destes grupos concentraram-se. Seu principal objetivo na zona foi combater o ELN e as FARC, que desde os anos 70 estavam na região e que realizavam frequentemente sequestros, extorsões e atentados contra diversas obras de infraestrutura.

Primeiro apareceram as Autodefensas del Magdalena Medio. Posteriormente apareceu o Bloque Metro e o Bloque Héros de Granada, os dois pertencentes às Autodefensas Campesinas de Cordoba e Uraba. Estes grupos se estabeleceram no território do Oriente, como se detalha na Figura 24.

Ainda que o objetivo militar dos paramilitares fosse a guerrilha, o combate direto não foi a única forma de atuação. Eles usaram a violência física, como massacres, repressão, desaparecimento e extorsão contra o que eles considerassem a “base social da insurgência”, ou seja, líderes sociais, sindicalistas, estudantes, militantes da esquerda, camponeses e outros habitantes das áreas rurais de San Nicolas e de todo o país.

Os dois grupos paramilitares deixaram as armas e entraram no processo de “*desmovilización*” com o governo em 2006. Porém, não todos os combatentes entregaram-se, nem entregaram todas as armas, muitos deles conformaram novos grupos, ou passaram a fazer parte dos que não se entregaram à justiça. Desde 2006, a presença dos paramilitares diminuiu, mas há relatos de sua presença e de diversas ações realizadas por eles em municípios próximos a lugares onde acontece o projeto REDD, como San Francisco, Cocorná, San Luis e Nariño.

2.2.4.4 Forças militares da Colômbia

Este ator faz referência às forças militares do Estado Colombiano conformadas pelo Exército, a Armada e a Força Aérea. Elas estão subordinadas ao Ministerio de Defesa e, junto com a polícia, faz parte da força pública do

¹⁸<http://www.elespectador.com/noticias/judicial/articulo-244826-fiscalia-tiene-documentados-173183-homicidios-cometidos-paras>, Consultada em 22 de janeiro de 2012

¹⁹O Ministério Público tem documentados 429 políticos locais, regionais e nacionais, 381 membros das forças armadas e 155 funcionários públicos que estão sendo investigados por relação com estes grupos.

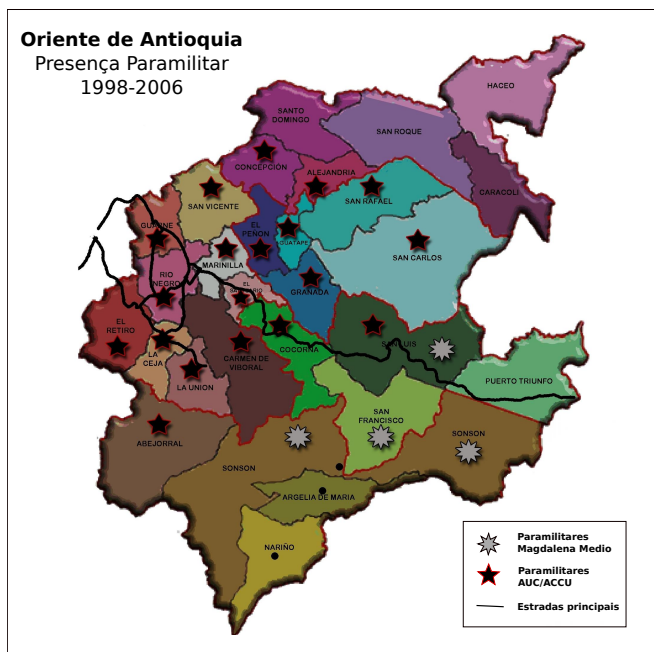


Figura 24 – Presença dos paramilitares no Oriente de Antioquia 1998 - 2006
 Fonte: Tomado de Garcia et al. (2011) construído com dados do Banco de dados do CINEP e da Vicepresidencia de la República.

país. Até 2010, tinha 276.776 membros ativos²⁰.

Na região de San Nicolas e no Oriente de Antioquia em geral está principalmente o Exército, que, às vezes, recebe ajuda da Força Aérea. Em todo o país, o Exército está organizado em 8 divisões, sendo que a Sétima Divisão opera na região de San Nicolas. Esta divisão é composta por cinco Unidades Operativas menores, das quais só a Quarta Brigada, com sede em Medellín - Antioquia, atua na área de San Nicolas²¹.

Ainda que as forças militares estivessem em San Nicolas desde muito tempo antes, sua atuação vai ser relevante na zona especialmente a partir do ano 2000, época em que o ELN e as AUC realizaram mais ações na região. Nesse período, o papel do exército foi de proteção aos projetos de infraestrutura, como as hidroelétricas e a estrada Medellín-Bogotá. Mas, foi desde o ano 2002, quando Alvaro Uribe Vélez assumiu a presidência do país e mu-

²⁰Dado obtido do site oficial do Ministério de Defesa (<http://www.mindefensa.gov.co>, consultado em 23 de janeiro de 2012).

²¹Informação do site <http://www.ejercito.mil.co>, consultado em 23 de janeiro de 2012.

dou a estratégia de ação das forças militares em todo o território nacional, e também no Oriente de Antioquia, que este ator começou a ser relevante na região.

O governo de Uribe traçou uma nova política de ação, chamada de “Segurança Democrática”. Ela estava baseada na ideia de que para retornar a segurança à Colômbia, era necessário fortalecer e ampliar os órgãos de segurança em todo o país e toda a sociedade devia cooperar para combater os grupos armados ilegais. A política incluiu a criação de redes de cooperantes com incentivos de recompensas, o fortalecimento e aumento de “efetivos” das forças armadas, o aumento do orçamento destinado à defesa nacional e a estimulação de deserções dentro da guerrilha e dos paramilitares.

Com esta nova estratégia, realizam-se em 2002 duas operações militares no Oriente de Antioquia. A primeira chamada de “*Meteoro*” tinha como objetivo a “recuperação” da estrada Medellín-Bogotá, posicionando 2.500 militares que estabeleceram postos de controle a cada três quilômetros apoiados por um caminhão de artilharia e um tanque de guerra. Em 2003, realizou-se a “Operação Marcial” que retomou as atividades contra-guerrilha, realizando entre 2003 até 2008, mais de 141 combates contra as frentes 9 e 47 das FARC, e contra o Carlos Alirio Buitrago e Bernardo López Arroyabe do ELN (OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2004).

Ainda que a atuação das forças militares se dirigisse contra os atores armados ilegais, também incluiu ações violentas que afetaram a população civil. Segundo o Observatório de Paz de Oriente (OBSERVATORIO DE PAZ Y RECONCILIACIÓN DEL ORIENTE ANTIOQUEÑO, 2006, p.151-152), uma das estratégias mais generalizadas usadas pelas forças militares nos municípios de San Nicolas são: “a rede de informantes, exceto os casos em Marinilla e El Retiro, lugares onde não há dados específicos sobre suas ações. Além disso, reporta-se para o Exército o bloqueio de alimentos aos camponeses no El Carmen de Viboral, execuções extrajudiciais no El Santuario, Rionegro e San Vicente e combates na La Union, El Carmen de Viboral e Marinilla”²².

Depois de 2005, após todas as operações militares realizadas para “recuperar” o controle da zona, o exército nacional é o ator armado que mais ações unilaterais vem realizando no Oriente de Antioquia (Figura 25).

²²No original “...la red de informantes, excepto en Marinilla y El Retiro donde no se tienen datos concretos sobre su accionar. Además, para el Ejército se reporta el bloqueo de alimentos a campesinos en el Carmen de Viboral, ejecuciones extrajudiciales en Santuario, Rionegro y San Vicente y enfrentamientos en La Unión, El Carmen de Viboral y Marinilla”.

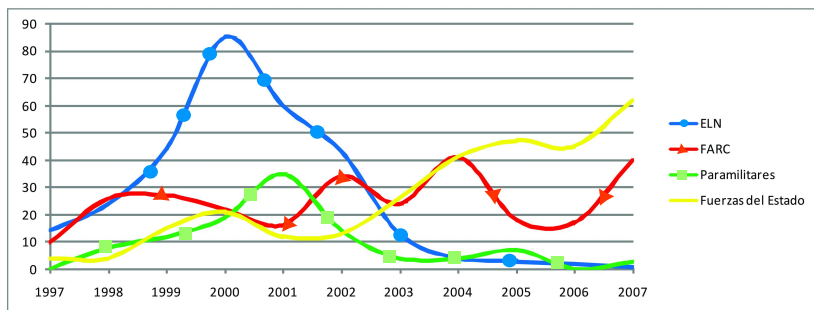


Figura 25 – Ações unilaterais de grupos armados no Oriente de Antioquia entre 1997 e 2007

Fonte: García et al. (2011) com dados do CERAC

2.2.5 O Banco Mundial

Como organismo especializado das Nações Unidas, o Banco Mundial é uma fonte de assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento e tem o objetivo de ajudar na redução da pobreza através de projetos em diversas áreas temáticas²³. Sua incursão em projetos de redução de emissões de carbono começou em 1999, quando criou o Fundo Prototipo de Carbono para apoiar as ações de mercado que surgiram do Protocolo de Quioto. Posteriormente, abriu a Unidade de Financiamento de Carbono (CFU), que utiliza os recursos dos países da OCDE (*Organization for Economic Cooperation and Development*) e que maneja atualmente 12 fundos dedicados exclusivamente a sustentar projetos relacionados com a redução de emissões de carbono e a combater a mudança climática.

Há dois fundos principais gerenciados pela CFU que financiam projetos REDD: a FCPF e o Fundo BioCarbono (*Biocarbon Fund*).

A Parceria para o Carbono Florestal é um fundo lançado em 2007 na COP realizada em Bali e que começou a operar em Junho de 2008. Esta parceria tem dois objetivos principais: o fortalecimento de capacidades nos países em desenvolvimento para a implementação de projetos REDD e a realização de atividades em países piloto, com o propósito de preparar o cenário para um sistema de financiamento maior no futuro.

O Fundo BioCarbono fornece financiamento para projetos demonstrativos que sequestram ou conservam gases de efeito estufa em florestas e agroecossistemas. Através dele, o Banco Mundial oferece opções de financi-

²³ Ver <http://web.worldbank.org/>

amento a países menos industrializados que, segundo seu critério, têm poucas oportunidades para participar em projetos de MDL ou de Implementação Conjunta, no marco do Protocolo de Quioto. O BioCarbono tem como objetivo demonstrar que com projetos do Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Atividades Florestais (LULUCF) pode-se reduzir emissões de carbono tipo CER ou VER de alta qualidade, com benefícios ambientais e sociais que podem ser medidos, monitorados e certificados e que podem permanecer ao longo do tempo ²⁴.

Este fundo está composto por duas frentes. A primeira, criada em 2004, com um capital de 53,8 milhões de dólares, que visa investimento em projetos dentro das diretrizes do Protocolo de Quioto. E a segunda, criada em 2007, com um capital de 36,6 milhões de dólares que tem foco nos projetos de uso da terra que não fazem parte do protocolo, entre os quais se encontram os projetos REDD. Atualmente, este fundo financia dois projetos REDD, um em Madagascar, chamado “*Andasibe-Mantadia* Corredor de Biodiversidade” e o projeto da Colômbia, chamado pelo Banco Mundial como “*San Nicolas Agroflorestal*”, que é o objeto de estudo desta dissertação.

A incursão do Banco Mundial no mercado de carbono e seu interesse no apoio a projetos de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa pode ser entendido no relatório anual de 2010 (BANCO MUNDIAL, 2010). Nele, o Banco detalha as ligações entre mudança climática e desenvolvimento, estabelecendo relações entre o aquecimento do planeta e as dificuldades dos países em desenvolvimento para reduzir a pobreza. Nesse informe, a instituição detalhou as razões pelas quais centrou parte de suas ações no financiamento de projetos que ajudam à redução dos Gases de Efeito Estufa nos países menos industrializados. O Banco argumentou que a mudança climática seria um fator que acentuaria as dificuldades para combater a pobreza em alguns países, e que levaria, em alguns casos, à impossibilidade do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, adotados pelos países das Nações Unidas na Declaração do Milênio.

O Banco Mundial é membro da Equipe de Mudança Climática da Secretaria das Nações Unidas e um participante do coletivo “Acting on the Climate Change: The UN Delivering as One”. Através dele os diferentes órgãos das Nações Unidas orientam suas ações coletivamente em relação à mudança climática. Em 2008, o Banco adotou um Marco Estratégico para o Desenvolvimento e a Mudança Climática determinando, entre outras linhas de ação, as seguintes: mobilizar financiamento adicional com condições favoráveis e inovadoras (Fundos de Inversão Climática); facilitar o desenvolvimento de mecanismos de financiamento baseados no mercado; direcionar recursos do

²⁴<http://wbcarbonfinance.org/Router.cfm?Page=BioCFft=About>, consultada em fevereiro 23 de 2012

setor privado; realizar pesquisas sobre política pública e conhecimento; fortalecer iniciativas para a criação de capacidades nos países (CABELLO; GILBERTSON, 2010).

Além do projeto de San Nicolas financiado pelo Fundo BioCarbono, na Colômbia o Banco Mundial financia a R-PP através da Parceria para o Carbono Florestal desde o ano 2010, projetando que sua implementação aconteceria entre julho de 2011 e julho de 2014. Os principais resultados esperados do R-PP são: o fortalecimento das capacidades dos atores relevantes; estruturação e adequação do marco institucional normativo e técnico que permita a implementação de atividades REDD; desenvolvimento de protocolos de monitoramento de coberturas vegetais e conteúdos de carbono; identificação de possíveis impactos sociais, ambientais e econômicos na implementação de projetos REDD; e, finalmente, a construção de uma estratégia participativa de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação, conservação, manejo sustentável e melhoramento do estoque de carbono das florestas (REDD+) nacional (ORTEGA; LAGOS, 2011).

2.2.6 *Federación Nacional de Cafeteros (FNC)*

É uma organização sem fins lucrativos, que surgiu em 1927 a fim de agremiar as famílias produtoras de café no plano nacional. A FNC tem como objetivos melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras e o desenvolvimento de zonas rurais de produção de café na Colômbia.

Esta entidade presta diversos tipos de serviços aos produtores de café. Durante sua história desenvolveu várias linhas de ação e construiu diversas entidades que prestam serviços especializados encaminhados aos fins da Federação. Suas principais linhas de ação são:

- **Inovação e transferência:** com dois componentes, um de pesquisa e outro de extensão técnica. Para tal fim criou-se em 1938, o Centro Nacional de Pesquisas de Café (CENICAFE por suas siglas em espanhol) que desde sua fundação procura desenvolver tecnologias para a produção de café no país. O serviço de extensão se faz através de 3 métodos: o individual (dirigido ao cafeiteiro e sua família e que se realiza no seu terreno produtivo); o grupal (dirigido a grupos de produtores, que se realiza com grupos de vizinhos e amigos nas veredas); e massivos (que usam is meios massivos de comunicação, como o rádio, a televisão e a Internet.
- **Garantia de compra e comercialização:** tentando diminuir os intermediários, a FNC compra diretamente o café dos produtores através de

34 cooperativas e 540 pontos de compra nos municípios produtores. A FNC comercializa o café nacional e internacionalmente usando diversas estratégias. Além do mais, através do Fundo Nacional do Café criado em 1940, a Federação ajuda a estabilizar os lucros dos cafeicultores controlando as variações do valor no mercado internacional.

- Promoção e publicidade: esta organização desenvolveu estratégias de publicidade nacionais e globais, criando marcas como “Juan Valdez²⁵” e “100 café de Colômbia”²⁶, abrindo lojas de luxo em várias cidades do mundo, entre outras ações.
- Ações comunitárias e ambientais: com contribuições dos governos departamentais, do nacional e de fontes internacionais, a FNC desenvolve projetos de educação, segurança alimentar, saúde, conectividade e infraestrutura nas regiões produtoras de café.

Desde sua criação, este ator construiu uma ampla rede de alianças que vão desde os cafeicultores e suas famílias até organizações internacionais, passando por organizações sociais, governos municipais, departamentais e nacionais, instituições de pesquisa e de educação, empresas e mercados. Ela tem um papel importante na economia e política nacional, pois reúne quase 30% das exportações colombianas de café e conta com o 563.000 associados e suas famílias. Pelo número de integrantes, é a maior ONG rural do mundo.

A FNC no país conta com quase 2.700 trabalhadores, dos quais 1.500 são técnicos de extensão. Seu capital vem das contribuições dos associados, das vendas do café, das regalias por uso da marca e de contribuições privadas e do governo.

A Federação atua nos departamentos através de regiões e dentro delas com os *Comités Municipais Cafeteros* que funcionam nos municípios onde existem pelo menos 400 cafeicultores com “cédula cafeteira”²⁷ e sua produção anual está acima dos 750000 quilogramas de café. Esses Comitês estão encarregados da organização e representação dos cafeicultores no seu município e atuam como representantes deles no Comitê Departamental.

Em Antioquia há 72 *Comités Municipais Cafeteros* e, segundo o Sistema de Informação Cafeteira SICA, há 90.000 cafeicultores no departamento, dos quais 81 % são homens, 71% têm entre 15 e 60 anos de idade, 26% têm

²⁵ Imagem lançada em 1960 para atrair o consumidor estrangeiro a consumir café colombiano.

²⁶ É uma marca de origem que faz referência que os grãos usados no produto são 100% de origem colombiano.

²⁷ Como estratégia para identificar os associados, a FNC usa um cartão que serve de identificação, como cartão bancário, e lhes permite participar dos processos de votação nas eleições da Federação.

mais de 60 anos e 3% são menores de 25. Em San Nicolas, só há Comitê Municipal em La Ceja.

2.2.7 As florestas

Seguindo a perspectiva da ANT, consideramos que as florestas de San Nicolas são um elemento não humano da rede do REDD e, como tal, podem modificar o estado das coisas e o curso de ação dos demais atores. As florestas são um ator na medida que fazem parte da rede, ou seja, enquanto são representadas, traduzidas e se encontram relacionadas com os demais atores (LATOURET, 2000; CALLON, 1986b).

As florestas são um ator chave do projeto REDD, pois das associações que elas fazem com outros atores estratégicos no cenário local, como o carbono e os proprietários, depende a conformação e estabilização da rede.

A definição do que é uma floresta é bastante complexa. Segundo uma compilação realizada desde 1998 e atualizada frequentemente, encontraram-se mais de 1500 definições de floresta levando em conta as definições de dicionários e glossários da comunidade Internacional, assim como, as definições nacionais e estaduais, provinciais ou definições locais (LUND, 2002).

As características e distribuição das florestas do país estão relacionadas às condições geológicas da região na qual se encontram. Assim, no caso de San Nicolas, estas condições correspondem a uma porção do território andino da cordilheira Central. Esta região está dividida em duas zonas claramente diferenciadas: uma vertente montanhosa, muito úmida voltada para o Rio Magdalena e outra que contempla o resto do território, com um clima moderado e formada por planaltos. A vertente do Rio Magdalena é um relevo mais abrupto, formado por pendentes montanhosas altas, rios que fluem por cânions profundos e vales em forma de V. Assim mesmo, segundo a classificação feita pelo Instituto Geográfico Agustín Codazzi²⁸, na região de San Nicolas há dois tipos de zonas de vida ou formações vegetais²⁹: O Bosque Húmido Montano Baixo e o Bosque Húmido Tropical (ESPINAL; MONTE-NEGRO, 1963). O primeiro, localizado nas zonas altas da região ou planalto

²⁸Entidade governamental encarregada de produzir o mapa oficial e a cartografia básica da Colômbia; elaborar o cadastro nacional da propriedades; realizar o inventário das características dos solos; realizar pesquisas geográficas como apoio ao desenvolvimento territorial; capacita e forma profissionais em tecnologias da informação geográfica e coordena a infraestrutura colombiana de dados espaciais (Tomado de <http://www.igac.gov.co>. Consultada em 12 março de 2012).

²⁹As Zonas de Vida neste caso fazem referência ao sistema de classificação das diferentes áreas terrestres segundo o comportamento global bio-climático, como desenvolvido por o botânico e climatólogo Leslie Holdridge, publicado pela primeira vez em 1947 e atualizado em 1967 (IDEAM et al., 1997).

e, o segundo, na zona baixa do Rio Melcocho (CORNARE et al., 2004).

O Bosque Húmido Montano Baixo, típico da região dos Andes³⁰ tem uma temperatura média entre 12 e 18°C e uma média de chuvas entre 1000 e 2000 mm. Devido às características e ao fácil acesso desta zona, ali se desenvolveram os centros urbanos com maior densidade demográfica de San Nicolás. Este crescimento levou à fragmentação da cobertura vegetal florestal, deixando apenas alguns remanescentes de bosque espalhados. Na zona baixa, caracterizada por ter condições de Bosque Húmido Tropical, há remanescentes maiores de bosque com uma grande riqueza de flores e com árvores que alcançam grandes altitudes. Isso deve-se às condições montanhosas e abruptas do território, que só permitiram o desenvolvimento de povoados pequenos, com pouca densidade populacional.

Segundo um estudo da Universidade Nacional, na zona há espécies como: *Alchornea verticillata*, *Clethra fagifolia*, *Clusia* cf. *multiflora*, *Cyathea arborea*, *Hedyomenon bonplandianum* e *Quercus humboldtii*. Na Zona Baixa há pelo menos 48 famílias diferentes e 219 espécies no total. As famílias mais presentes são Rubiaceae, Lauraceae, Melastomataceae, Moraceae, Myrtaceae, Clusiaceae e Euphorbiaceae (CORNARE et al., 2004).

Segundo o mapa de coberturas de uso do solo de 2005, há na região 17.837 hectares de florestas classificadas como bosque secundário, 6.489 como bosque natural primário e 11.091 como bosque plantado, dos 174.972 hectares totais que compõem a região. Assim, as florestas em geral cobrem 35.417 hectares, sendo aproximadamente 20% do território, enquanto as florestas naturais primárias e secundárias cobrem só 14% da região. Segundo um estudo de fragmentação realizado pela Universidade Nacional de Medellín, o maior fragmento de florestas da região tem uma área de 14.973 hectares e se localiza nas zonas menos degradadas no sudoeste, especialmente no cânion do rio Melcocho, nas veredas de El Porvenir e La Cristalina, no município de El Carmen de Viboral (MORA et al., 2005).

2.2.8 O Dióxido de Carbono

O dióxido de carbono, também conhecido como gás carbônico ou anidrido carbônico, é um composto químico conformado por dois átomos de oxigênio e um de carbono, representado como CO₂. Começou a ser reconhecido como um ator importante para a vida no planeta desde que se encontrou com o químico escocês Joseph Black em 1754, que é conhecido por “descobri-

³⁰A classificação e distribuição dos tipos de florestas nos Andes encontra-se geralmente definida pelo critério de elevação já que deste depende a temperatura e a precipitação (Armenteras, 2003 em Gálmez & Kómetter (2009)).

lo". Desde essa data começou a ser analisado e relacionado com as diferentes formas de vida.

Segundo os químicos e biólogos, o Dióxido de Carbono é essencial para a vida no planeta, pois tem a função de ajudar a transformar a energia solar em energia química, o que é conhecido como fotossíntese, e constitui a base da cadeia alimentar dos seres vivos. Esse processo faz parte do Ciclo do Carbono na Terra, em que o Carbono, o quarto elemento mais abundante do planeta, circula através da atmosfera, dos oceanos e do interior da Terra num ciclo biogeoquímico.

Ainda que o CO₂ tenha um papel importante na vida do planeta, tornou-se um grande vilão nas últimas décadas quando foi relacionado por vários outros atores, como o IPCC e a CQNUMC com o problema ambiental do aquecimento global. Segundo o IPCC, o aumento da queima de combustíveis fósseis e as mudanças nos usos da terra, causados pelo homem nos últimos séculos, levaram ao aumento da concentração de CO₂ na atmosfera. Com isso, vem se acentuado o efeito estufa, que segundo a maioria dos cientistas, está gerando a elevação da temperatura do planeta, com graves consequências para a humanidade e para a sustentabilidade da Terra (IPCC, 2007). Assim, o dióxido de carbono passou a conformar a lista dos compostos mais nocivos para o planeta e para a humanidade, junto com outros gases que também têm o mesmo efeito na atmosfera, como o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), os clorofluorcarbonos e as substâncias que contém cloro e brometo (IPCC, 2001).

É importante esclarecer que o efeito estufa não é, em si, ruim para a vida no planeta. De fato, se a atmosfera não tivesse os GEE, a temperatura da Terra seria 15 graus Celsius mais fria, e de nenhuma maneira poderia ter existido a vida da forma como a conhecemos (LOMBORG, 2008). Então, é a acentuação deste efeito pelo aumento na concentração dos GEE na atmosfera, o que é considerado como parte integral do problema ambiental do aquecimento global.

Por convenção, os GEE são medidos em termos de CO₂e ou CO₂eq, fazendo referência à quantidade equivalente em termos de Dióxido de Carbono e, por isso, é o gás de referência em relação ao qual se medem os demais gases de efeito estufa. A concentração de CO₂ na atmosfera é medido em Partes Por Milhão (PPM) e, junto com o vapor de água, representam menos de 1% do volume da atmosfera. Mas, as emissões anuais de CO₂, segundo o consenso dos cientistas, causadas pelo homem levaram ao aumento da sua concentração em 36% mais do que na época pré-industrial (LOMBORG, 2008).

Segundo o IPCC, as concentrações de CO₂ na atmosfera em 2005 foram de 379 PPM, excedendo os valores que se encontraram nos últimos

650.000 anos. Na Colômbia, a queima de combustíveis fósseis também é a principal fonte de emissões, seguida das atividades agrícolas e de mudança do uso do solo (ver Figura 26), sendo que para o ano 2004 o IDEAM calculou um total de 176.650,47 CO₂eq para o país (GARCÍA-GUERRERO et al., 2010).

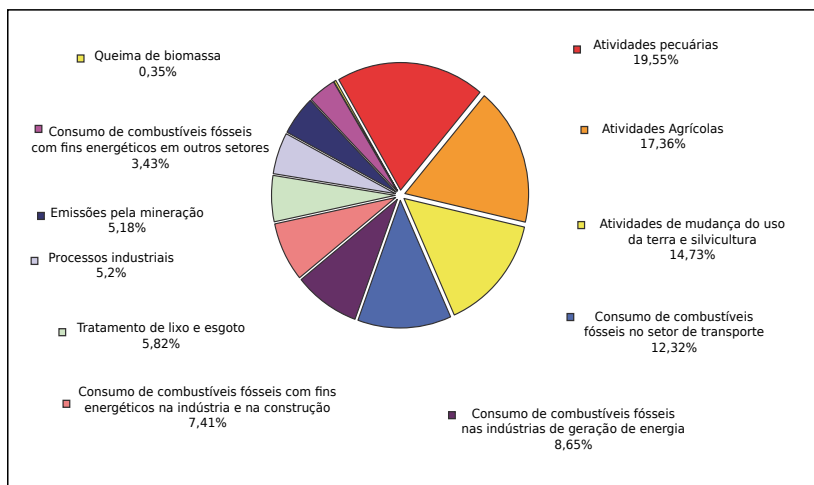


Figura 26 – Percentagem das emissões de GEE para Colômbia em 2004

Fonte: IDEAM 2009 em García-Guerrero et al. (2010)

Nas últimas décadas, também aconteceu uma relação importante entre as Florestas, o Carbono e o Dióxido de Carbono, como vimos no capítulo anterior. Devido a sua condição de seres vivos e as suas particularidades, as florestas contêm uma enorme quantidade de carbono, tanto na madeira, quanto nas folhas e no solo, sendo que no total, as florestas do mundo guardam 650 gigatoneladas de carbono aproximadamente, segundo o IPCC (2007). Com o desmatamento das florestas, o carbono não teria mais com quem se aliar e ficaria solto na Terra procurando novas alianças, e segundo os especialistas, esse carbono passaria a se aliar com moléculas de oxigênio, formaria o Dióxido de Carbono, manteria-se na atmosfera e elevaria a temperatura do planeta.

Há também uma relação entre as florestas e o CO₂. Através do processo de fotossíntese que as árvores realizam para viver, capturam o Dióxido de Carbono da atmosfera e liberam oxigênio. Assim, os ecossistemas terrestres, principalmente as florestas, absorvem aproximadamente 2,6 milhões de toneladas de CO₂eq, que são mais do que as emissões do desmatamento anual, os quais somam aproximadamente 1,6 milhões de toneladas de CO₂eq (IPCC, 2007).

Sem dúvida, os GEE e, principalmente, o Dióxido de Carbono, são um ator essencial do REDD e de qualquer projeto relacionado com a mudança climática, como apresentada no primeiro capítulo. Se o CO₂ e outros Gases de Efeito Estufa não se associam com as florestas de San Nicolas, muitas das outras alianças e relações entre atores não poderiam se estabelecer e a rede do REDD não se sustentaria. O CO₂ então é um ator importante na medida que suas ações afetam e são afetadas pelos demais atores do projeto florestal.

2.2.9 O Café

Árvore pequena das regiões tropicais, do gênero *coffea*, da espécie *Rubiaceae*. Pode chegar a medir até 10 metros em estado silvestre (nas culturas se mantêm apenas entre 3 e 6 metros) e cresce entre os 900 e 2000 metros de altitude. Existe uma grande variedade de espécies silvestres, mas apenas quatro são produzidas comercialmente: café-arábico (*Coffea arabica*), café-robusta (*Coffea canephora*), café-libérica (*Coffea liberica*) e café-recemosa (*Coffea racemosa*).

A árvore começa a florescer desde o terceiro ou quarto ano de crescimento. Suas flores são auto-fertilizadas, no caso do café-arábico, e polinizadas por insetos no caso do robusta. Da semente de seus frutos, torradas e moídas, se produz a bebida do café, altamente estimulante por ter uma alta dose de cafeína.

O café-arábico é o mais produzido no mundo, seguido do café robusta, enquanto as outras duas variedades são muito pouco cultivadas. Do arábico gera-se uma bebida mais cheirosa e fina que o robusta, porém com menos cafeína. O robusta, por sua vez, gera uma bebida mais forte e ácida. Em situações favoráveis, a árvore de café produz fruto durante 60 anos, rendendo entre 800 e 1400 quilos por hectare.

Estima-se que para 2012 a produção mundial será de 148 milhões de sacas de 60 quilogramas³¹. Depois do petróleo é o produto mais comercializado mundialmente e é produzido em vários países tropicais sendo que o Brasil é o maior produtor mundial seguido do Vietnã e da Colômbia. Ainda que exista grandes plantações cafeeiras, a maior parte da produção mundial é feita em terrenos pequenos, de menos de 10 hectares, e se caracteriza por ser de tipo familiar. A qualidade do café também depende do lugar em que é cultivado, por isso a denominação de origem é um dos atributos que determina sua qualidade e seu valor.

³¹Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, por suas siglas em inglês) disponíveis em <http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx> consultado em 12 de Outubro de 2012.

Na Colômbia, o café começou a ser cultivado desde finais do século XVIII, mas só no final do século XX sua produção aumentou e começou a ser exportado. Inicialmente, a produção se realizava em grandes plantações. No século XX, a principal forma de produção é em pequenos terrenos que não superam 2 hectares e só 5% dos produtores têm plantações de mais de 5 hectares. A forma de produção é essencialmente familiar.

O Café é cultivado ao longo dos vales inter-andinos, desde o sul do país, na fronteira com Equador, até a o mar Caribe, no norte, ocupando 20 departamentos. Calcula-se que há 563.000 famílias cafeicultoras distribuídas em 588 municípios de 20 departamentos. Na Colômbia só se produz café arábico de seis variedades: típico, Borbon, Tabi, Caturro, Castillo e Colômbia. Esses últimos dois, desenvolvidos pela CENICAFE são resistentes à *roya*³² e são atualmente os mais cultivados.

Há um tipo de cultivo tradicional caracterizado pelo uso de variedades arábico, típico e borbon, que é cultivado e mantido à sombra, o que permite a coexistência e alternância com a banana e outras culturas. Há também um tipo de cultivo chamado tecnificado, introduzido pela FNC, que usa as variedades Caturro, Castillo e Colômbia e que pode ser cultivado ao sol (JUNGUITO; PIZANO, 1991).

O departamento de Antioquia é o maior produtor de café do país. Segundo o Sistema de Informação Cafeteira há 131.245 hectares cultivados no departamento, representando 14% do total do país³³. Desses hectares 58% são de tipo Colômbia e Castillo, 40% Caturro e 2% Típica e Borbon. Os municípios de San Nicolas não são os que mais aportam à produção de café departamental, mas, este produto ocupa até 1,45% do território do El Retiro, La Ceja, El Carmen de Viboral, Marinilla e San Vicente.

2.2.10 A Mesa de Direitos Humanos e Proteção Humanitária do Oriente de Antioquia

As organizações de direitos humanos começaram a aparecer no Oriente de Antioquia quando o conflito armado agravou-se no final da década de 80. Estas organizações têm o objetivo de ajudar, apoiar e defender os direitos das populações civis. A Mesa de Direitos Humanos é uma organização de coordenação da ação pública, acompanhamento a comunidades e geração de informação. Nasceu em 2004 como resultado da preocupação de várias organizações sociais respeito à violação de direitos humanos, a situação humani-

³²É um dos principais fungos que atacam a planta do café.

³³Estatísticas da base de dados da *Federación Nacional de Cafeteros* disponíveis no site <http://www.federaciondefcafeteros.org>, consultado em setembro 23 de 2012.

tária e a violação do Direito Internacional Humanitário. Na mesa convergem instituições governamentais, organizações sociais e algumas entidades internacionais como a cruz vermelha internacional.

Esta organização colocando na agenda pública a importância da promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos, assim como a aplicação efetiva de políticas que levem à restituição dos Direitos e à dignidade dos habitantes do Oriente. A Mesa, também faz um monitoramento da situação dos Direitos Humanos na região produzindo desde o ano de 2005 quatro relatórios (Mesa de Trabajo por los Derechos Humanos del Oriente Antioqueño, 2011).

Esta Mesa é conformada por várias entidades governamentais, religiosas, comunitárias, coletivos de advogados e ONGs como: a Agência Presidencial para la Ação Social e a Cooperação Internacional, a Assembleia Provincial do Oriente, a Associação de camponeses de Antioquia, a Associação de Mulheres do Oriente, a Associação de *Personeros* do Oriente, a Associação Provincial de Vítimas, *Conciudadanía*, a *Corporación Jurídica Libertad*, a *Corporación Vida, Justicia y Paz*, a Secretaria do Governo Departamental, a Direção de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, o Laboratório de Paz da Colômbia, o Instituto Popular de Capacitação, o Ministério do Interior e da Justiça, o Projeto de Atenção às Comunidades em risco, *Prodepaz* e a Unidade Móbil de Direitos Humanos do Oriente de Antioquia.

3 INTERFACES E TRADUÇÕES DO REDD DE SAN NICOLAS

No capítulo anterior analisamos as arenas de conflito e os atores que constroem e debatem o projeto que se desenvolve em San Nicolas, o que nos permitiu ter um panorama dos espaços sociais do REDD que pesquisamos. Em seguida iremos centrar nossa análise nas interfaces e nas traduções que acontecem nesses espaços de interação. Conforme apresentamos na introdução, o conceito de interface nos oferece uma forma de entender e analisar os diversos conflitos que fazem parte dos processos de desenvolvimento do projeto de San Nicolas, pois a interface acontece quando diferentes campos sociais se cruzam, formando um espaço em que visões diversas competem na validação de seus pontos de vista (ALVES, 2008).

O desenvolvimento do projeto REDD e, em geral, os projetos de gestão das florestas que começaram a desenvolver a Cornare e posteriormente a Masbosques, criaram interfaces entre os atores antes descritos. As interfaces acontecem quando as interações entre os atores orientam-se em torno do problema de se acomodar, fazer pontes ou lutar contra mundos sociais e cognitivos diferentes (LONG; VILLAREAL, 2004).

Entendemos as interfaces como pontos críticos de interseção entre diferentes e frequentemente conflitantes sistemas sociais, campos, domínios ou níveis de ordem social onde se localizam descontinuidades baseadas em diferenças e divergências de interesses, valores, conhecimento e poder (LONG, 2007). Nas interfaces as interações giram em torno dos problemas de relacionar, acomodar, segregar ou disputar pontos de vista social, avaliativos e cognitivos. Sua análise permite elucidar tipos e fontes de descontinuidade e vinculação social presentes nestas situações e identificar os meios organizacionais e culturais para reproduzi-los ou transformá-los (LONG, 2002). As interfaces como espaços sociais de conflito e acordo, são “campos de batalha do conhecimento”(LONG, 1992), pois neles os interesses, valores e experiências de alguns atores são confrontadas com as dos demais.

O conceito de interface permite-nos compreender as lutas e diferenças de poder que se dão entre os atores, mas também revelar a dinâmica da acomodação cultural que faz possível a interação entre várias e diferentes visões de mundo. Em outras palavras, a análise das interfaces oferece-nos a possibilidade de estudar os momentos em que os distintos interesses, projetos e mundos dos atores se confrontam, adequam e se unificam.

Long (2007, p.142-147) ressalta os seguintes elementos como chaves para fazer uma análise utilizando a perspectiva da interface:

- É uma entidade organizada de relações e intencionalidades entrelaçadas. Ela foca as ligações e redes que se desenvolvem entre os indiví-

duos e as partes, pois a interação continuada desenvolve fronteiras e expectativas compartilhadas que, com o tempo, levam a que a interface vire uma entidade organizada de relações e intenções entrelaçadas.

- É um lugar de conflito, incompatibilidade e negociação. Ainda que ela pressuponha algum tipo de interesse comum, tende à gerar de(cortar) conflito pelos interesses divergentes e contraditórios e os objetivos e/ou relações de poder desiguais.
- Permite focar a produção e transformação das diferenças nas formas de ver a vida e nos paradigmas culturais. Ela evidencia o choque de paradigmas culturais.
- Destaca a centralidade dos processos de conhecimento, pois considera que o conhecimento é uma construção cognoscitiva e social que se forma a partir das experiências, encontros e descontinuidades que acontecem entre os modos de vida dos atores envolvidos.
- O poder resulta das lutas pelos significados e relações estratégicas. É o resultado de lutas complexas e negociações sobre autoridade, status, reputação e recursos, e implica a criação e manipulação de redes de atores.
- Permite-nos compreender como se encontram, endossam, transformam e desafiam os diversos discursos existentes. Assim, a interface está composta de múltiplos discursos.

A análise da interface permite-nos destacar as seguintes características no projeto REDD de San Nicolas:

- Ainda que os atores do projeto REDD de San Nicolas pareçam manter um discurso só, ele está composto por múltiplos discursos que estão sendo endossados, transformados e desafiados. Os discursos do IPCC, da CQNUMC ou da FAO sobre mitigação do aquecimento global e desmatamento, que parecem ser os discursos “dominantes” sobre REDD, juntam-se e se transformam no contato com outros discursos e podem se reificar dentro do projeto.
- Uma das questões principais para Long, dentro da teoria do Atores-orientado é analisar como os atores colocados em cenários comuns dão sentido a suas ações e experiências. Nos cenários de interação, as experiências, auto-representações e expectativas dos atores são um dos elementos que orientam a ação. No campo criado pelos projetos nas florestas de

San Nicolas e especificamente o REDD, os processos vividos e experiências anteriores dos atores envolvidos servem de guia para orientar suas ações.

- E, ainda que nosso foco seja no cenário local, empregamos a análise da interface porque ela nos permite considerar outros atores que participam, determinam e negociam o projeto sem interagir face à face com os demais atores. E, além do mais, porque uma das principais particularidades dos projetos REDD é que articulam de diversas formas os atores de cenários locais, nacionais e globais. Detalhar esse processo é também um dos objetivos desta dissertação.

O PROCESSO DE TRADUÇÃO E A INTERFACE

Um dos propósitos centrais da teoria do ator-orientado e a perspectiva da interface é esclarecer como os atores tratam de criar um espaço para seus próprios projetos e de determinar que elementos contribuem ou impedem a criação com êxito de um espaço de manobra (JINLONG, 2006). A análise da interface procura examinar as maneiras em que se constituem e reconstituem várias formas de poder de instituições do Estado (como Cornare), multilaterais (como o Banco Mundial), de Ongs (como a Masbosques) de organizações comunitárias (como as JAC ou ASOCOMUNAL) nos cenários e práticas da vida cotidiana. E tal análise ressalta os processos nos quais aqueles que parecem não ter poder, apropriam, manipulam e subvertem a autoridade externa nas suas lutas para defender e promover seus próprios interesses e projetos (LONG, 2007, p.167).

Articulamos, desta forma, os dois referenciais teóricos principais que norteiam esta dissertação. Considerando os pressupostos centrais da teoria do ator-orientado, expostos nos parágrafos anteriores, é nas interfaces que podemos analisar o processo de tradução, proposto pela ANT, que acontece no projeto REDD de San Nicolas.

A ANT é também conhecida como sociologia da tradução e dá ênfase aos deslocamentos e transformações que acontecem no processo de conformação de uma rede de atores. A tradução acontece em todos os momentos de conformação de uma rede de atores e é um processo complexo e delicadamente urdido. Para que os diversos atores que confluem no projeto de San Nicolas possam se articular num mesmo “projeto” devem fazer diversos deslocamentos nos pontos de interseção. Ou seja, nas interfaces acontecem diversos tipos de deslocamentos (de metas, interesses, necessidades, histórias, recursos, leituras de realidade e de valores) em que uns atores passam a frequentar outros espaços e visões de mundo (CALLON, 1986b, 1986a;

ALVES, 2008).

Há um ator em particular que consegue organizar e articular os demais atores que são necessários para atingir seus objetivos, utilizando diversas estratégias para convencer esses atores de que seus objetivos confluem. Esse ator passa a ser um ponto de passagem obrigatório para que os diversos atores atinjam tais objetivos legitimados na rede. Esse ator, chamado de ator-mundo, organiza, classifica, unifica e desloca os atores em novas realidades e papéis, traduzindo seus interesses na suas linguagens e virando seu porta-voz.

Callon (1986b) distingue quatro momentos do processo de tradução: a problematização, o interessamento (*interessement*), o alistamento (*enrolment*) e a mobilização (Ver Box 1.) . Momentos que constituem o processo geral da tradução em que se negocia a identidade dos atores, suas possibilidades de interação e suas margens de manobra. Desta forma, traduzir é “atribuir a um elemento de uma rede de atores uma identidade, interesses, um papel a ser representado, um curso de ação a ser seguido, um projeto a ser posto em prática”(BENAKOUCHE, 2005, p.93). No final dos momentos da tradução, temos uma rede de relações, caracterizada por uma continuidade de deslocamentos e transformações que acontecem em todas as fases antes apresentadas. Temos uma aparente homogeneidade em que vários atores com modos de vida diferentes falam em uníssono, compartilhando os mesmos interesses e encaminhados num mesmo objetivo.

Box.1. Momentos do processo de tradução segundo Callon (1986b)

A problematização: É o processo pelo qual um ator (o candidato a ser o ator-mundo) se situa como ponto de passagem obrigatória de uma rede de relações constituída por ele. A problematização tem dois momentos: por uma parte a definição de uma questão ou problema e a construção de propostas de solução pelo ator-mundo. E por outra, a determinação de um conjunto de atores relacionados às soluções, assim como a atribuição de identidades e de ligações entre eles.

O interessamento: É o momento pelo qual se tenta manter no seu lugar aos atores identificados e definidos na problematização. Ou seja é o conjunto de ações através das quais o ator-mundo tenta impor e estabilizar a identidade atribuída aos demais atores. Interessar aos demais é constituir mecanismos para evitar que outras entidades possam definir de maneira diferente as identidades dos atores detectados na problematização.

O alistamento: É o momento em que se mobilizam diferentes recursos e se usam diversas estratégias para manter aos atores nos papéis definidos no interessamento. Existem diversas estratégias e maneiras de alistar aos atores como: violência física, sedução, concessões e consenso sem discussão.

A mobilização: Refere-se ao processo de escolha de porta-vozes (ou supostos porta-vozes) que representam coletividades, e que se colocam nos pontos de passagem definidos na problematização. A mobilização alude às diversas estratégias usadas pelo ator-mundo para assegurar que os porta-vozes falem em nome dos outros, o que implica silenciar a aqueles pelos que falam; e além do mais, assegurar que mantenham a fidelidade na tradução do discurso proposto pelo ator-mundo.

A seguir analisamos como isso acontece em San Nicolas entre os atores descritos no capítulo anterior e dentro do panorama global apresentado no primeiro capítulo. Inicialmente nos centramos na forma em que a Cornare e a Masbosques tentam se posicionar como ator-mundo. Depois, identificamos e analisamos as principais lutas e conflitos nas interfaces da arena das veredas do projeto considerando quais são as principais ambivalências e dissonâncias no interior da iniciativa floresta.

A TENTATIVA DA CORNARE E DA MASBOSQUES PARA SER ATOR-MUNDO

No REDD de San Nicolas até 2004, unicamente a Cornare era o candidato a ser o ator que tenta identificar, organizar e relacionar os demais atores envolvidos na iniciativa florestal. Quando começou a execução do projeto MFAGSF, a Cornare já era um ator reconhecido e creditado por um patrimônio de poder formado ao longo da sua história desde seu surgimento em 1983. Este patrimônio foi constituído tanto no trabalho de gestão ambiental e ordenamento do território na região de San Nicolas, como em seu trabalho de preservação e gestão sustentável dos recursos naturais, especialmente das fontes de água. Além do reconhecimento municipal e regional, a Cornare conectou-se com diversas redes nacionais e internacionais que lhe deram mais poder simbólico e financeiro para integrar os atores locais no seus projetos.

O desafio deste ator foi construir uma agenda de trabalho com atores de “outros mundos”, com dinâmicas, valores e interesses diferentes e divergentes. E ainda que todos os atores tivessem interesses ligados ao projeto, cabia principalmente a Cornare a tarefa de envolver, convencer e resignificar o papel de cada um para fazer que o REDD funcionasse, colocando a rede em funcionamento. Com o apoio dos governos municipais e o financiamento das empresas de serviços públicos a Cornare realizou oficinas, reuniões e desenvolveu estratégias para preservar as florestas e a água em todo San Nicolas.

Os agricultores e as organizações comunitárias envolveram-se nestas iniciativas porque a água é um recurso básico. Isto favoreceu o alistamento destas pessoas nas iniciativas da Cornare. As empresas de serviços como ISAGEN e ISA também foram atraídas porque suas hidroelétricas dependiam da preservação da bacia alta do rio Negro-Nare.

A Cornare convocou e conseguiu envolver esses atores do cenário local e regional, ganhando reconhecimento e poder. Isto lhe permitiu atrair a atenção e legitimidade de organizações internacionais como a OIMT e a EMPA. Porém, seu interesse estava mais focado nas florestas tropicais e não no recurso hídrico. A Cornare teve que adaptar seus objetivos para se apro-

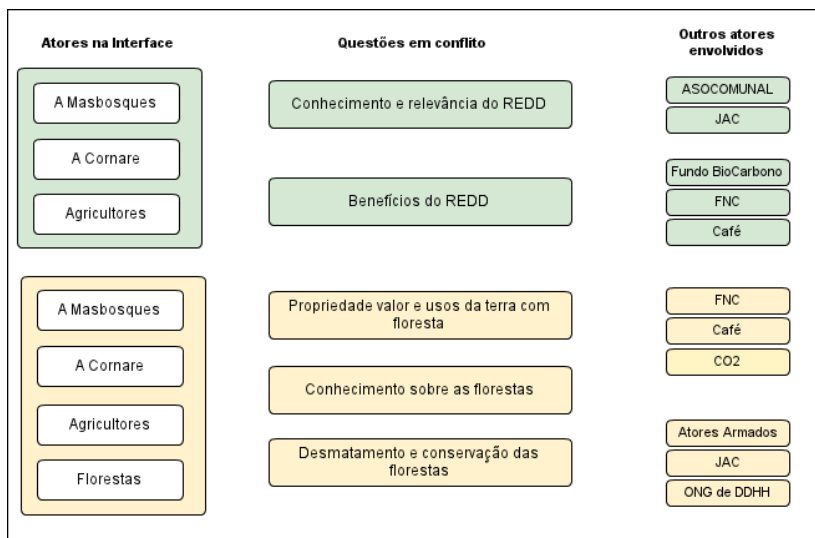


Figura 27 – Atores, interfaces e temas de conflito do REDD de San Nicolas
 Fonte: Construção própria

ximar das demandas e expectativas dos órgãos de cooperação internacional vinculados ao MDL e ao problema do aquecimento global. Para conseguir ter acesso a este tipo de financiamento a Cornare criou a ONG Masbosques e lhe delegou a gestão das florestas e a execução do projeto SCREA financiado pelo Banco Mundial.

A Masbosques passou a figurar como a instituição executora dos projetos florestais em San Nicolas, porém, continuou sendo a Cornare o ator central e o candidato a ator-mundo. Será que este ator consegue conformar a rede do REDD e ser seu ator-mundo? Para isto deveria traduzir os interesses dos diversos atores e assim ser seu porta-voz legítimo.

Para analisar como esse processo acontece, centramo-nos nas interfaces da Masbosques e da Cornare com os demais atores da arena local onde os atores encontram-se face a face. Mas só algumas interfaces e alguns dos temas de disputa são relevantes na rede do REDD.

Destacamos duas interfaces relevantes: a que acontece entre a Masbosques, a Cornare, as florestas e os agricultores; e a que ocorre entre a Masbosques, a Cornare e os agricultores. Identificamos cinco questões em conflito que tem lugar nessas interfaces: 1. A propriedade, valores e usos da terra. O conhecimento e a relevância do REDD. 2. Benefícios do REDD. 3. Desmatamento e conservação. 5. Conhecimento, usos e práticas sobre as flo-

restas. Nessas interfaces e nesses temas de conflito também participam outros atores que afetam, influenciam e determinam as lutas e convergências que ali ocorrem. Esses atores são: os atores armados, as JAC, as ASOCOMUNAL, a FNC, o café e as ONG de Direitos Humanos) (Figura 27). Salientamos estas interfaces e estas questões porque são nelas que se está negociando a identidade e os papéis dos atores definidos pela Masbosques e a Cornare na problematização. Detalhando esses conflitos podemos analisar como a Cornare tenta conformar a rede do REDD para se tornar seu ator-mundo.

3.1 A INTERFACE ENTRE A MASBOSQUES, A CORNARE, AS FLORESTAS E OS AGRICULTORES

3.1.1 Propriedade, valor e usos da terra

Ao definir o problema e o projeto REDD, a Cornare e a Masbosques identificaram que a propriedade das áreas florestais em San Nicolas encontrava-se nas mãos de proprietários privados. Esses proprietários tinham o duplo papel de serem os principais responsáveis pelo desmatamento e os possíveis encarregados de conservar as florestas. Uma tarefa essencial do projeto foi definir com clareza quais eram esses proprietários, como era a forma de propriedade da terra em San Nicolas e qual era o uso que eles faziam dela. Pois responder essas perguntas seria uma condição para definir as ações que se deviam realizar para evitar o desmatamento. Porém, nesta interface, a propriedade e o uso da terra é um tema em conflito. A valoração sobre a relação entre a propriedade da terra e a conservação das florestas é contraditória entre estes atores. O valor da terra é divergente entre eles e leva a práticas de uso contraditórias.

A definição, delimitação e clarificação do tamanhos das propriedades no projeto que iniciou a Cornare em 2001 fez parte de um processo que a entidade considerava importante para o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade que visasse à gestão sustentável das florestas. Para a entidade ambiental o esclarecimento sobre o tamanho das propriedades, sobre quem são os proprietários das terras, assim como a legalização em termos da titularidade da terra é uma condição essencial. Pois para a Cornare só através disso é possível conseguir reduzir o desmatamento e a degradação. Uma das conjeturas das entidades executoras do projeto REDD é que a incerteza na propriedade da terra contribui para o desmatamento.

Tal ideia levou a que a Cornare, e posteriormente a Masbosques, investissem uma boa parte dos seus recursos e seu tempo nesta tarefa de definição da propriedade da terra e em ajudar a esclarecer e avançar na titularidade

nas zonas com florestas. Isso também porque, segundo o princípio em que o REDD de San Nicolas funciona, os proprietários das florestas receberão um incentivo econômico em dinheiro, contraindo deveres e, portanto, assumindo responsabilidades em caso de não cumprir com sua parte.

Esse processo de definição, delimitação e clarificação da titularidade da terra, feito nos primeiros anos do projeto MFAGSF, levou a que os habitantes das vilas estudadas adquirissem por via legal a titularidade da maior parte das terras que reclamavam como próprias (CORNARE et al., 2004) e a que definissem os limites e extensão de suas propriedades. Por isso, a maioria das pessoas que entrevistamos se referiram à Cornare para responder nossa pergunta sobre a extensão de suas quintas. Assim respondeu um dos proprietários:

"Eu não sei, quantos hectares serão?, devem ser uns... podem ser... talvez... acho que está em torno de 40 hectares. É que um povo que veio de lá Cornare faz quase 12 anos disse que eram em torno de 40 hectares, porque tem muita montanha, há muito mato por ali"(PF-4, 01'51"a 03'38", El Carmen de Viboral, 24/09/2011)¹

Segundo os técnicos de Masbosques, o título de propriedade da terra é a principal exigência para fazer parte do projeto. Esse documento vai assegurar o terreno pelos próximos 20 anos ou mais, o mínimo exigido pelo REDD. Isto dá garantias a Masbosques e ao Banco Mundial para determinar a quantidade de carbono que vai ser contabilizado e posteriormente negociado, e também para realizar o prosseguimento geral do projeto (TM 16, El Santuario Antioquia 21-09-2011 e TM17, El Carmen de Viboral 18-08-2011).

Há uma valoração diferente em relação a este tema nessa interface. Os habitantes e proprietários destas zonas dizem reconhecer como significativo ter o título de propriedade de seus terrenos. Mas, a titularidade não necessariamente assegura a conservação da floresta e, pelo contrário, em algumas situações contribui para o desmatamento. Isso acontece porque em certos terrenos a indefinição na titularidade é uma das razões pela qual as pessoas disseram "não derrubar o monte" nem realizar atividades agrícolas.

Os agricultores argumentaram se sentir inseguros em relação a trabalhar (ou seja derrubar árvores, preparar o terreno e cultivar) nessas áreas. Porque ao não ter segurança sobre a titularidade da terra as culturas e o trabalho realizado poderiam ser reclamados por outras pessoas. Essa situação em particular só acontece com as florestas que se encontram em terrenos não

¹No original: "Yo no se cuántas hectareas será, eso será unas... pueden ser... tal vez... creo que por ahí unas 40. Es que eso una gente que vino de Cornare hace como 12 años ahí dijo que eso eran unas 40 hectáreas, porque eso tiene mucha montaña, eso tiene monte por ahí."

muito inclinados e que são avaliadas pelos agricultores como possivelmente boas para ser trabalhadas².

O argumento em relação a isto, segundo os entrevistados, relaciona-se com a ideia de que só as áreas que eles chamam “abertas”, ou seja, que estão desmatadas, e que foram cultivadas ou com pastagens, têm um valor agregado. Só as áreas desbravadas chamadas “*mejoras*”³ têm incluso um trabalho, um esforço, um tempo e recursos. Por outro lado, áreas com florestas, são chamadas de “*monte*”⁴ ou de “*rastrojo*”⁵, são áreas não trabalhadas, áreas em bruto e sobre as quais os agricultores não têm uma clara noção sobre sua extensão, localização ou exata titularidade. Assim nos relatou um dos entrevistados:

- Quanto terreno você tem?

- Pois aqui não sei, ou seja está por volta de...pois todo deve ser... pois uma parte é de 2 hectares, o que está no título de propriedade são como 2 hectares e meio e o outro está sem título e não sei quanto há pois não foi medido nem temos títulos disso.

- Você acha que é de quanto mais ou menos?

- Mais ou menos... por volta de mais 3 hectares mais ou menos, mas isso está sem título de propriedade e a maior parte é mato, porque lá eu tenho outro pedaço de cafezal e também pastagens, pastagens para manter por volta de 8 ou 10 cabeças de gado.

- o que tem cultivado?

- Pois no terreno há tudo, há de todas as culturas, há banana, tudo, café e muitas árvores frutíferas, e há tudo, há bastante pois a gente tem plantas lá fora por muitos lugares pela borda, aqui, por exemplo pela ravina acima tenho banana e muitas coisinhas, há cana, parcelas, pequenas, mas é quase todo só floresta". (PF-7, 02'22"a 3'52", El Carmen de Viboral, 23/09/2011)⁶

²Uma análise mais detalhada sobre os tipos de florestas, as avaliações e visões que os atores têm em relação a elas e as práticas de conservação e desmatamento é realizada no item 3.1.2.

³Em espanhol literalmente quer dizer “melhorias”.

⁴que literalmente pode ser traduzido como “mato”

⁵A expressão em português equivalente poderia ser “Matagal”, porém, quando os agricultores referem-se a zonas com *rastrojo* também querem dizer áreas que deixaram de ser cultivadas ou trabalhadas e nelas cresceram todo tipo de plantas agrestes. Assim que este conceito também poderia ser traduzido como “pousio”.

⁶No original: -¿cuánto es el terreno que tienes acá? - pues acá eso no se, mejor dicho deben de ser por ahí... pues por todo debe ser... pues una parte es de 2 hectáreas lo que hay en la escritura, son como dos hectáreas y media y lo otro que está sin escritura no se sabe cuánto habrá porque no lo han medido ni tenemos escritura de eso. - ¿tu crees que es de más o menos cuánto? - mas o menos por ahí otras 3 hectareas mas o menos, pero eso está sin escritura y la mayoría

Para essas pessoas o principal valor e uso da terra está associado à agricultura e à criação de gado, que é sua atividade produtiva fundamental, pois gera o sustento de suas famílias e é o ofício em que ocupam a maior parte de seu tempo. Por isso, quando questionados pela extensão de terra que têm para a agricultura ou, sobre a extensão das pastagens cultivadas para gado, os proprietários e habitantes das florestas entrevistados citaram dados exatos sem demonstrar receio.

Na interface entre os agricultores e a Cornare/Masbosques há duas formas diferentes de dar valor à terra. Os habitantes das florestas consideram valiosa a vocação agrícola e o trabalho humano que há investido na terra, ou seja, as “melhoras”. A Masbosques e a Cornare valoram a presença de florestas naturais e consideram relevante a ausência da atividade humana. Mais do que diferentes estas formas de valorização da terra são divergentes. Nos documentos escritos pela Masbosques em relação ao projeto, essas duas atividades aparecem como contrapostas, e o aumento da fronteira agropecuária é sempre colocado como uma das principais causas do desmatamento (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010). Por isso, segundo este ator, o aumento da fronteira agrícola é uma das práticas que devem ser controladas para conseguir o êxito do projeto REDD.

Esse é um ponto de debate permanente em relação aos projetos REDD. Recentemente foi publicado um relatório de uma entidade de consultoria financiada pelos governos britânico e norueguês para apoiar o trabalho do SBTSA. Relatório que, visando a ajudar na compreensão das causas do desmatamento e a degradação florestal para o REDD, afirma que, as atividades agrícolas comerciais e de subsistência são responsáveis por cerca de 80% do desmatamento no mundo (KISSINGER et al., 2012).

Nessa tensão existente entre as atividades agrícolas e a conservação florestal no mundo é a agricultura comercial a considerada como a causa principal de desmatamento na América Latina, ainda que a de subsistência também seja considerada como uma causa, mas em menor proporção.

Embora os proprietários das áreas com florestas em San Nicolas não apresentem um discurso estruturado em relação a isso, nas suas práticas é possível notar que não há uma contrariedade nestas duas atividades, que para eles são harmônicas e complementares. Eles conseguem ter nas suas propriedades áreas com florestas, culturas para o auto-consumo e culturas encaminhadas ao mercado como o café, dependendo da mão de obra que disponham

está en monte porque por allá tengo otro pedazo de cafetera y por ahí potrerito, potrero para sostener por ahí 8 o 10 reces. - ¿tienes sembrado qué aca? - pues en la finca eso hay de todo, hay de todo sembrado, hay plátano, de todo, café y muchos árboles frutales y de todo siempre hay mucho porque por todo como uno tiene platalitas por ahí por muchas partes, por ahí por la orillita, entonces por ejemplo por aquí por la quebrada arriba tengo plátano y hay muchas cositas, hay cañita por ahí, parcelitas pero la mayoría casi es puro bosque.

(número de filhos, trabalhadores por dia etc.), do tempo e das necessidades de subsistência que tenham.

No entanto, a Masbosques e a Cornare enfatizam na necessidade de controlar a expansão da agricultura e a restrição das atividades pecuárias. Tentando fazer uma ponte entre estas duas valorações e procurando traduzir na linguagem dos agricultores o projeto REDD, encontram-se os membros das ASOCOMUNAL e os técnicos de Masbosques. Eles estão nos pontos de interseção entre esses dois “mundos”. Para eles o problema resolve-se ao fazer que a “floresta em pé” seja tão ou mais rentável do que a atividade agrícola. Para eles uma das questões mais importantes para o desenvolvimento do projeto é a necessidade de “valorizar as florestas”, ou seja, fazer que a “floresta em pé” gere lucros consideráveis para os proprietários da terra. Segundo eles só assim ela vai ser preservada, como relata um dos entrevistados:

“...um proprietário de um pequeno terreno derruba o mato porque as árvores não lhe servem, as árvores não lhe produzem nada e não vê a floresta produtiva, eles dizem: eu tenho que cultivar para minha família, eu tenho que cultivar para gerar lucro para viver. Mas isso é o que temos que combater [...] os que têm floresta e não têm quase terra pois desmatam a floresta porque não têm mais do que viver. Então eu digo, se não se criam projetos em que **a floresta torne-se como a cultura do café que nos dá o sustento** então eu vou ver a floresta como algo que não é produtivo, que não serve para nada, assim como entendem muitas pessoas [...]. Porque as pessoas têm razão, se eu fosse proprietário de um terreno e se não tivesse mais do que viver pois tenho que derrubar o mato, porque não vejo outra possibilidade”. (MJ-18, 49°41' a 54°09", El Retiro, 19/08/2011. Grifo nosso.)⁷

É fundamental levar em conta que, no caso específico de San Nicolas a madeira e outros produtos obtidos da tala e do desmatamento não são comercializados no mercado, nem geram nenhum lucro para o proprietário do terreno. Essa é uma situação particular deste projeto REDD pois, em outras

⁷No original : "para nada un propietario de una pequeña finca tumba el bosque porque no le sirven los arboles no le producen nada no lo ven productivo ellos dicen yo tengo que vivir, yo tengo que cultivar para mi familia, yo tengo que cultivar para crear ingresos para vivir. Pero eso es lo que hay que combatir [...] los que tienen bosque y no tienen casi tierra pues tumban el bosque porque no tienen mas de que vivir, entonces digo yo si no se crean proyectos en que el bosque se vuelva como el cultivo de café que me da el sustento entonces yo lo voy a ver como algo que no es productivo que no me va a servir para nada, así lo ven muchas personas [...] porque pues la gente tiene razon porque si yo fuera propietario de una finca pues si no tengo mas de que vivir pues me toca tumbar el monte, porque no veo otra posibilidad".

regiões a comercialização e venda da madeira é o principal motor do desmatamento (BROCKHAUS; ANGELSEN, 2012).

O problema em relação a esta questão, nesta interface, passa a ser a negociação sobre os lucros que o projeto vai gerar aos proprietários. Pois, a eles a “floresta em pé” não lhes gera ganhos econômicos. Ao invés disso, em alguns casos, derrubar as árvores e usar a terra de outra forma é uma atividade rentável com a qual os agricultores estão familiarizados. Porém, não é toda floresta que se encontra em terrenos úteis para a agricultura, nem a relação dos proprietários com ela é, puramente, econômica ou material. Há também conhecimentos, usos e práticas sobre as florestas e os recursos florestais que estes atores desenvolveram ao longo de sua história e nas suas práticas e relações com outros atores. Esses conhecimentos, usos e práticas florestais também são um tema de conflito nesta interface.

3.1.2 Conhecimentos, usos e práticas sobre as florestas

As pessoas que moram nas zonas onde se desenvolve o projeto de San Nicolas gestionam e usam suas terras, seus terrenos e seus recursos com base nos seus entendimentos, nas suas próprias experiências e nas experiências dos outros atores com os que historicamente se relacionaram antes da iniciação dos projetos florestais. Com o surgimento dos projetos florestais e com o REDD, essas pessoas começaram a receber estímulos diversos para gerir e usar seus terrenos, recursos e florestas com base em entendimentos e relações cognitivas novas, construídas no processo de interação cotidiana com as aprendizagens, critérios, recursos e ideias dos outros atores que fazem parte do projeto.

O conhecimento sobre práticas de gestão das florestas que os habitantes das vilas estudadas têm e tinham, vem interagindo, lutando, debatendo e se relacionando com as novas práticas que estão sendo introduzidas pelos técnicos da Masbosques de acordo com o discurso sobre REDD que atores do cenário internacional, como a CQNUMC e o IPCC, empregam. Este processo implica simultaneamente a desconstrução de algumas visões, valores e ideias existentes e a conformação de novos esquemas de conceitualização e compreensão.

Em seus mundos de vida os atores têm a capacidade de processar as experiências sociais, de lidar com a vida, e de encontrar formas de se acomodar às diversas situações. Dessa forma os diferentes atores envolvidos no projeto, desenvolveram e têm um conhecimento próprio e uma forma de se relacionar com as florestas e com a gestão florestal. Isto constitui uma parte importante de suas opções de sustento. Os habitantes das áreas com florestas

desenvolveram um conhecimento particular baseado na sua relação e práticas nos seus mundos de vida, e nos diferentes encontros sociais com outros atores como técnicos das secretarias de agricultura das prefeituras municipais, de diversas ONGs e outras instituições. A Masbosques e a Cornare desenvolveram um conhecimento baseado nas suas pesquisas, intervenções e na relação com outros atores de outras arenas e cenários nacionais e internacionais.

Para os habitantes das áreas com floresta são as “melhoras” as que determinam o principal valor sobre a terra e, portanto, a ausência da ação humana que caracteriza as áreas com florestas lhes resta valor. Mas eles têm outras formas de classificá-las e avalia-las. Os tipos de árvores que compõem as florestas, a localização, as qualidades da terra na que se encontram são os critérios principais que determinam a forma em que os habitantes se relacionam com elas, e com os diversos produtos e recursos que nelas ou delas obtêm, e que implicam práticas de conservação ou de desmatamento.

Estes habitantes conhecem as árvores que há nos seus terrenos, reconhecem as diferentes espécies, têm uma ideia detalhada de onde se encontram certas árvores e acompanham seu crescimento. Mas isso não acontece com todas as árvores nem com toda a flora que compõe a floresta.

A classificação feita pelos habitantes divide tipos de árvores em duas categorias: as de “madeira fina” e as de “madeira branda ou branca”. “Madeira fina” denomina as árvores das que podem obter madeira para construções ou/e que são bem cotizadas no mercado, que em geral são árvores que alcançam alturas de mais de 15 metros e cuja madeira é resistente e durável. As árvores de “madeira branca ou branda”, a diferença das finas, não têm um valor de mercado nem uso para construção. São árvores caracterizadas por ter uma madeira mais leve, menos resistente e que alcançam pouca altitude. Esta classificação orienta algumas das práticas e usos. A “madeira branda” é usada, principalmente, como lenha para cozinhar e algumas ramas são usadas para enredar as plantas de feijão e para ajudar o crescimento da planta de mandioca. As árvores “finas” são usadas para a construção e concerto de cercas para o gado e, também, para a construção das casas que costumam ser feitas de tijolos, argamassa e madeira. Normalmente cada família faz uso das árvores “finas” de sua propriedade quando precisa fazer um concerto ou construir uma cerca. Se uma família não têm floresta, ou as árvores são ainda novas e não servem para o propósito, ela compra madeira a algum vizinho.

O principal critério para a escolha das árvores a serem derrubadas é o acesso e a facilidade para mobilizar o tronco até o lugar onde vai ser usado. Às vezes, algumas pessoas preferem comprar de um vizinho um tronco do que cortar uma árvore que se encontra dentro de sua propriedade, cujo acesso é muito difícil.

Há uma outra classificação, dos proprietários, determinada pela loca-

lização da floresta no interior do terreno e pela qualidade de sua terra. Esses dois fatores relacionam-se com o uso e a maneira em que são valoradas as florestas. Há florestas em terrenos considerados bons para serem “abertos” e convertidos em pastagens e/ou culturas permanentes como o café ou a cana. Outras florestas, especialmente as mais baixas, são boas para cultivar feijão ou milho sem necessidade de desmatar; outras são boas para ajudar a manter as fontes de água; e outras úteis para “ficar ali” como parte da paisagem, servindo de abrigo para alguns animais, gerando lenha para cozinhar e alguns troncos para construir cercas e casas.

Em outras palavras, não há uma floresta homogênea. Pelo contrário, há vários tipos de florestas e práticas de uso diferentes para cada um deles. Na Figura 28 sistematizamos essas tipologias usadas pelos proprietários dos terrenos junto com as práticas e usos que eles fazem das florestas em cada um dos casos.

Ainda que, esta classificação seja influenciada pelo uso possível da floresta e seus recursos, a necessidade é o principal fator que define a prática sobre a floresta. Em outras palavras, se o proprietário não precisa um espaço novo para cultivar, pastagens novas para seu gado ou mais lenha para cozinhar, então ele não derruba a floresta.

Essa classificação e esses conhecimentos leigos estão sendo desafiados pelo conhecimento perito que a Cornare e a Masbosques através do projeto REDD vêm construindo. Eles vem criando e juntando um acervo de informação em relação às mesmas florestas, com suas próprias classificações, determinando as particularidades e definindo quais devem ser seus usos e práticas.

O maior esforço deles para conhecer e caracterizar as florestas de San Nicolas foi o inventário florestal realizado dentro do projeto MFGSFSF feito em parceria com a Universidade Nacional de Colômbia do campus de Medellín, especificamente do departamento de engenharia florestal (CORNARE et al., 2004). O inventário teve como objetivo fazer uma caracterização das florestas da região com ênfase em quatro questões: os parâmetros mais representativos que incluíam o número de indivíduos, a área basal, o diâmetro meio quadrático, a altura média e o volume; a caracterização de espécies e indicadores de biodiversidade; um inventário de existências volumétricas; e um inventário de biomassa⁸.

⁸Medições, inventários e caracterizações específicas de uma análise florestal e que procuram determinar o seguinte: o número de indivíduos é o número de árvores existentes; a área basal é a medida de área em metros quadrados do corte transversal de uma árvore à altura do peito, ou seja a 1,3 metros; o diâmetro meio quadrático representa o diâmetro equivalente da árvore da área basal média ou seja levando em conta todas as árvores existentes na área estudada; as existências volumétricas fazem referência à quantidade em metros cúbicos de madeira que tem uma floresta; e a biomassa é a estimativa da quantidade expressada em peso por área ou volume da matéria orgânica de cada árvore ou da floresta em geral.

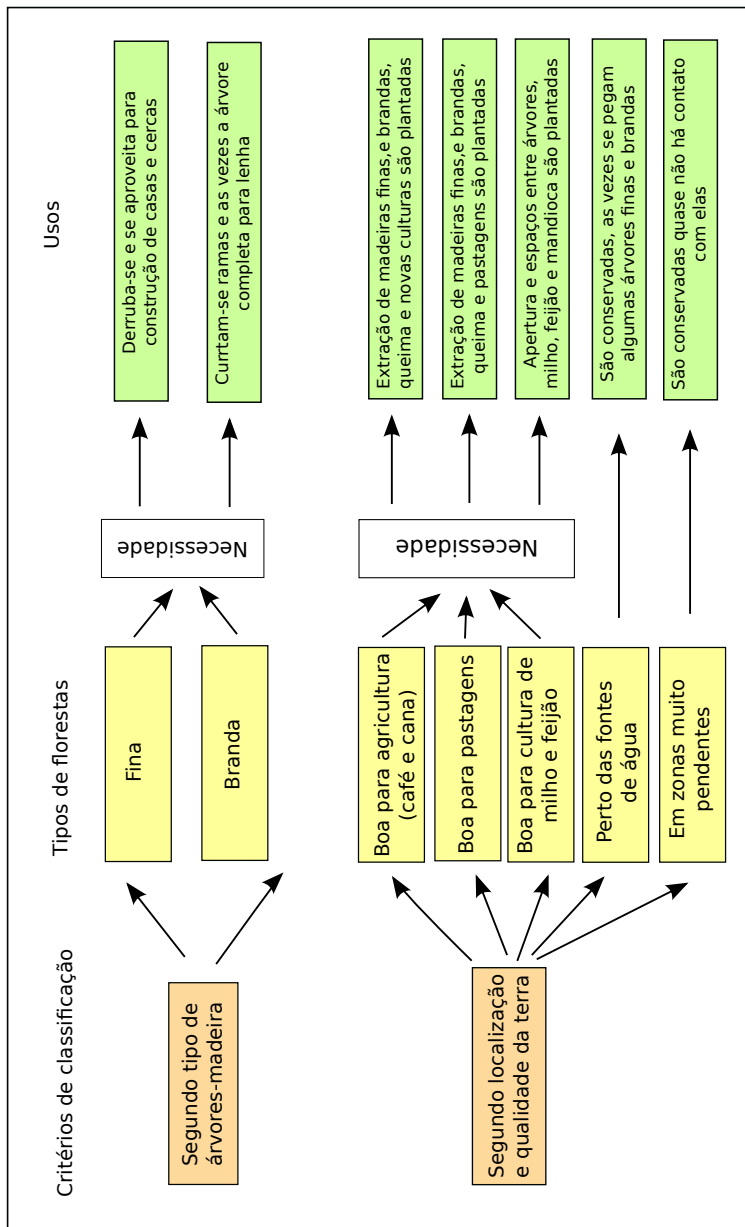


Figura 28 – Tipos de florestas e práticas de conservação e desmatamento
 Fonte: Construção própria

Há duas ênfases colocadas por estes atores nas informações e dados gerados em relação às florestas: uma no grau e o tempo de intervenção humana e a outra na captura e estoque de carbono dessas florestas. Há também uma classificação ou tipologia construída e usada pela Masbosques e pela Cornare que fala de uma floresta heterogênea e estratificada. A classificação divide a floresta em natural ou plantada, dando um valor maior à natural que, por sua vez, é definida pelo grau de intervenção humana em: natural densa, natural fragmentada, pousio alto e pousio baixo.

A segunda ênfase é na captura e o estoque de carbono que tem a floresta, que é a razão pela que ela entrou a formar parte do problema ambiental do aquecimento global. Há tipos de florestas que capturam mais ou menos CO₂ do que outras e que têm mais ou menos carbono na sua biomassa. Com as análises realizadas sobre biomassa no Inventário Florestal determinou-se que as zonas com cobertura de floresta natural densa têm mais biomassa e, portanto, mais carbono com dados de 342,19 toneladas por hectare, enquanto a floresta natural fragmentada tem apenas 217,33 t/ha e o pousio em geral 160,76 t/ha (CORNARE et al., 2004). O menor grau de intervenção humana na floresta implica maiores estoques de carbono. O tipo denominado “natural densa” é a mais valiosa para o REDD. Para organizar melhor esta classificação e características das florestas segundo Masbosques e Cornare a sistematizamos na Figura 29.

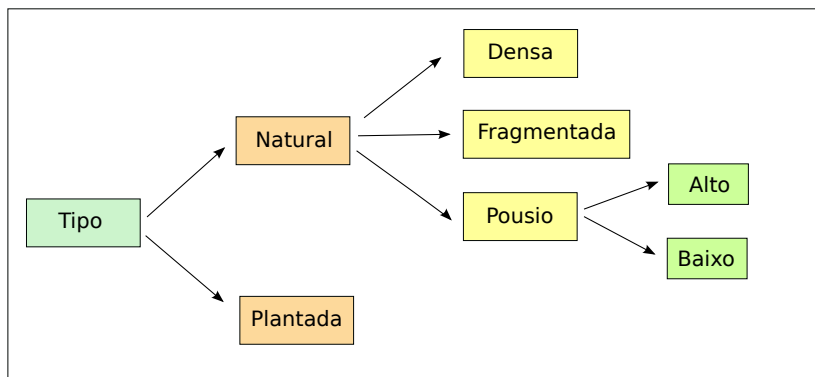


Figura 29 – Classificação das florestas segundo Masbosques e Cornare

Fonte: Construção própria com informação de CORNARE et al. (2004),
MASBOSQUES & BANCO MUNDIAL (2010).

Com esses dados e classificação a Cornare e a Masbosques construíram mapas, análises, estatísticas, quadros, e gráficos que são colocados em informes, propostas de projetos e apresentações de Power Point, e que são

Parâmetros de diagnóstico de cada cobertura. n = número de indivíduos / ha; G = área basal; Dq = diâmetro quadrático, H = altura média, volume V = . Sob cada valor mostra o desvio padrão

Parâmetro	ZONA ALTA						
	BN 1		BN 2		BN 3		
	D \geq 2,5 cm	D \geq 10cm	D \geq 2,5 cm	D \geq 10cm	H \geq 1m	D \geq 2,5 cm	D \geq 10cm
N/ ha	4318,66	988,06	4933,00	885,78	16473,5	5287	530,23+/-
	+/- 418,50	+/- 82,67	+/- 562,01	+/- 79,74	+/- 1878,8	+/- 690,77	105,4
*H	9,96	13,78	8,33	11,80	4,73	6,69	9,52
(m)	+/- 0,17	+/- 0,22	+/- 0,14	+/- 0,12	+/- 0,15	+/- 0,13	+/- 0,23
Dq	9,98	18,38	8,46	16,14	3,59	6,78	14,81
(cm \sqrt / ha)	+/- 0,54	+/- 1,04	+/- 0,48	+/- 0,65	+/- 0,30	+/- 0,69	+/- 1,34
G	34,62	26,23	28,21	18,35	19,762	18,2084	9,83116
(m \sqrt / ha)	+/- 2,88	+/- 2,98	+/- 2,51	+/- 2,22	+/- 2,422	+/- 2,477	+/- 2,441
**V	277,107	200,76	207,54	128,34	166,61	124,74	55,72
(m \sqrt / ha)	+/- 21,82	+/- 23,02	+/- 19,92	+/- 17,24	+/- 14,75	+/- 15,28	+/- 13,87
Parâmetro	ZONA BAIXA						
	BN 2		BN 3				
	D 2,5 a 10 cm	D \geq 10 cm	H \geq 1 m	D 2,5 a 10 cm	D \geq 10 cm		
n	2,057	804,8	5,145	3,340	679,5+/- 609,6		
(ar/ ha)	+/- 884,63	+/- 240,4	+/- 3,780	+/- 1402			
*H	6,10	13,93	2,19	5,73	11,31		
(m)	+/- 2,08	+/- 4,45	+/- 0,83	+/- 1,67	+/- 2,20		
Dq	5,49	21,59	1,42	5,28	13,66		
(cm \sqrt / ha)	+/- 0,51	+/- 3,95	+/- 0,36	+/- 0,50	+/- 2,01		
G	5,13	29,95	0,75	8,1	10,43		
(m \sqrt / ha)	+/- 2,77	+/- 13,48	+/- 0,48	+/- 3,87	+/- 8,98		
V	45,06	280,45	68,23	69,90	67,68		
(m \sqrt /ha)	+/- 21,41	+/- 166,95	+/- 49,92	+/- 28,89	+/- 59,38		

Figura 30 – Florestas de San Nicolas representadas no Inventário Florestal
Fonte: CORNARE et al. (2004)

transportáveis, reproduzíveis e facilmente compartilhados e difundidos. Todos esses elementos são mobilizados a outras arenas do projeto REDD pela Cornare e a Masbosques nas que esses dois atores falam das florestas de San Nicolas. Nas reuniões, eventos e convenções com atores das arenas dos municípios, da assistência técnica e do financiamento, a Cornare e a Masbosques mostram tabelas e gráficos (Figura 30) que representam as florestas. Neste processo, as florestas de San Nicolas são deslocadas para outros espaços, nos quais Cornare e Masbosques procuram se converter em seus porta-vozes (CALLON, 1986b).

Ao se designarem como porta-vozes Cornare e Masbosques colocam sua classificação por cima das outras, estratificam as ações que devem ser feitas em relação as florestas e as apresentam como suas aliadas em conjunto com outros atores como, por exemplo, o carbono ou o Dióxido de Carbono (CO₂). A quantidade de carbono que contêm as florestas na sua biomassa, sua diversidade e grau de intervenção determinam quão valiosas elas são e é a partir desses dados que se definiram e definem o valor em termos de dinheiro que essas florestas têm para o Banco Mundial ou no mercado levando em conta também informações da CQNUMC e do IPCC.

3.1.3 Práticas de conservação e desmatamento

A definição e realização das práticas e atividades dos habitantes em relação às florestas também está em conflito. Ainda que as questões básicas relacionadas ao projeto REDD como seus objetivos, princípios e conceitos parecem ser homogêneas e suavemente “transferidas” de uns atores para outros, implicam questões de poder, autoridade e legitimação. Na arena das veredas são os valores e conhecimentos dos proprietários os que predominam. Estes são divergentes e até contrários aos do candidato a ator-mundo. Os representantes da Masboscques assumem que, para atingir os objetivos do projeto, é preciso “mudá-los” ou desenvolver outro tipo de estratégias que leve a mudar as práticas consideradas de desmatamento e degradação das florestas.

Porém os conhecimentos e práticas não são estáticos nem isolados, são produto de relações entre diferentes atores e portanto vão se modificando e se transformando no contato com novos atores em novas interfaces. Em lugar de suplantar ou substituir esses conhecimentos e práticas, o que acontece é uma articulação dessas formas diferentes de entender e se relacionar com as florestas.

A relação entre a preservação das florestas para manter as fontes de água foi a razão inicial que levou a Cornare à construção de projetos que visassem a gestão ambiental de San Nicolas e que relacionou o interesse regional e nacional de preservação da água com o problema ambiental do aquecimento global. Esse discurso é frequente nas falas dos proprietários e dos técnicos entrevistados, e constitui uma das razões pelas que os proprietários dizem preservar algumas das florestas de seus terrenos, como vemos na seguinte fala:

“...deixamos esse mato porque de todas formas a gente não precisa dele. Se por exemplo eu abro isso e o deixo em pastagem pois não dá, porque para que vou derrubá-lo se a gente não vai usá-lo. Melhor a gente deixa isso por se precisamos madeira para o sustento do terreno, pode ser que eu precise um tronco para a casa ou madeira para fazer uma cerca, **além do mais também a gente deixa o mato para que não se seque a água**, lá há uma nascente de água então sem mato pode se secar”.(PF-9, 06’32”a 07’27”, El Carmen de Viboral, 25/09/2011. Grifo nosso)⁹

⁹No original : “...dejamos ese monte porque de todas maneras uno no lo necesita, si por ejemplo yo abro eso y lo dejo en potrero no sirve porque para que lo tumba uno si no lo va a usar, mejor lo deja uno, si necesita maderera para el sustento de la misma finca, de pronto necesito un palito para la casa o maderera para cercar y por otra parte uno deja el monte también para que no se seque el agua, que hay una parte que nace el agua entonces sin monte se puede secar”.

Apesar das diferenças, há pontos de tradução entre estes atores, ou seja, já houve um processo conjunto de construção de conhecimento em relação à preservação da água e do papel das florestas nela. Entretanto, o interesse na preservação da água também é diferente para os atores. Para a Cornare o objetivo é manter as represas. Para os proprietários, que não contam com serviço elétrico nem de água encanada nas suas casas, o interesse centra-se no próprio consumo e na produção agrícola. Mas, na interface entre agricultores, a Cornare e as florestas há mais desacordos que acordos.

A proposta do REDD da Cornare/Masbosques procura enriquecer a floresta e principalmente tenta que as áreas florestais inventariadas mantenham sua cobertura e continuem num processo “natural” de regeneração. As atividades de extração seletiva de algumas árvores e o desmatamento de alguns terrenos não são aceitáveis para os objetivos do REDD. Essa diferença de ações é evidente nas atividades propostas pela Masbosques no projeto REDD, ela propõe o seguinte:

...uma boa descrição da situação inicial do rodal¹⁰ e eventualmente o isolamento das florestas com arame farpado para impedir que o gado coma-se as rebrotas. É importante ressaltar que os acordos contratuais com os proprietários assim como a implementação das atividades anteriores, incluem incentivos econômicos diretos (pagos por serviços ambientais) aos donos da terra como principal estratégia de conservação. Outras ações complementares serão a implementação de um monitoramento e fortalecimento da autoridade ambiental para o controle do desmatamento.¹¹

A proposta de Masbosques exclui várias das práticas realizadas pelos proprietários nas florestas desde as mais radicais que implicam a mudança do uso da terra e o total desmatamento de um terreno, para ser usado na agricultura ou para ser convertido em pastagens, até as menos agressivas, como a extração seletiva de árvores finas ou brandas.

Uma das tentativas de conciliação destas diferenças a encontramos nas

¹⁰Termo florestal que se refere à agrupação ou conjunto de árvores de uma ou várias espécies determinadas estabelecido de forma natural ou artificial. Fonte: <http://www.elmundoforestal.com/terminologia/>, consultada em 10 outubro de 2012

¹¹No original : ...una buena descripción de la situación inicial del rodal y eventualmente un aislamiento de los bosques con alambre de púas para impedir que el ganado se coma los rebrotos. Es importante resaltar que los acuerdos contractuales con los propietarios así como la implementación de las actividades anteriores, incluyen incentivos económicos directos (pago por servicios ambientales) a los dueños de la tierra como principal estrategia de conservación. Como medidas complementarias a las anteriormente descritas, se implementará un monitoreo y fortalecimiento de la autoridad ambiental para el control de la deforestación. (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010, p.6)

falas dos representantes das ASOCOMUNAL que, usando o discurso sobre o ciclo do carbono e o papel das plantas em geral, questionam a ênfase do projeto nas florestas sem considerar a economia das famílias e propõem uma integração levando em conta a captura de CO₂ das culturas mais comerciais na região como: café, banana e mandioca. Vemos isto no seguinte depoimento:

"...nós não devíamos ser tão exigentes, porque se vemos todos os seres vivos pois as plantas fazem o mesmo processo de transformação uns mais rápidos do que outros, mas o projeto deveria ver mais por exemplo nas zonas agrícolas, faríamos um trabalho muito bom nas zonas agrícolas deveria se implementar o café, banana e mandioca, pois porque favoreceria muito a economia, faríamos um trabalho ótimo no mesmo processo porque todas as plantas vão pegar o dióxido de carbono para transforma-lo, disso vão se alimentando. Sempre pensam que segundo os estudos de eles as árvores capturam mais e é mais a longo prazo, mas eu considero que seria bom considerar a economia"(MJ-18, 61'23"a 64'11", El Retiro, 19/09/2011.)¹².

Como as restrições propostas pelo REDD tiram algumas das opções de geração ou aumento de lucros para as famílias proprietárias, os pagamentos do REDD convertem-se num ponto fundamental para conseguir envolver os proprietários no projeto. Até agora os pagamentos não se realizaram e há uma desconfiança e insegurança em relação a quando e de quanto vão a ser esses pagos, como relata um dos proprietários:

"...Eles disseram que nos iam pagar um dinheiro, mas até agora não é claro de quanto vão nos entregar. Isso é o que eu digo, a ver quando é que eles vão nos pagar para que possamos com mais tranquilidade e segurança deixar o mato"(PF-6, 03'50"a 5'11", El Carmen de Viboral, 25/09/2011.)¹³

¹²No original : "...nosotros no deberiamos ser tan exigentes, porque si nosotros vemos todos los seres vivos las plantas hacen el mismo proceso de transformación unos mas rapidos que otros, pero el proyecto deberia mirar mas por ejemplo en las zonas agricolas digamos deberia implementarse el café, platano, yuca, pues no se porque favoreceria mucho la economia, hariamos un trabajo muy bueno en el mismo proceso porque todas las plantas van a coger el dioxido de carbono para tranformarlo, de eso se van alimentando. Siempre piensan es que segun los estudios de ellos los arboles capturan mas y estan a mas largo plazo, pero pues seria bueno considerar la economia..."

¹³No original : "... decían que nos iban a pagar una platica pero hasta ahora no se ha aclarado cuanto nos vana a dar a nosotros, eso es lo que yo digo a ver cuanto es que nos van a pagar para que con mas tranquilidad y con mas seguridad dejar los montesitos



Figura 31 – Eventos do conflito armado no Oriente de Antioquia

Fonte: García et al. (2011) com dados do CERAC

Estes pagamentos são decisivos para os proprietários não unicamente como determinante para mudar suas práticas de desmatamento, mas essencialmente para se comprometer e participar voluntariamente do projeto. Porém esses pagamentos não estão definidos.

A tentativa da Cornare e da Masbosques de ser porta-voz das florestas também está sendo influenciada por outros atores. As Farc, o ELN, os paramilitares e o exército estão mudando o curso de ação dos proprietários das terras florestais e das florestas. Isso intervém nas práticas de conservação e no processo de envolvimento dos proprietários e das florestas na rede do REDD.

3.1.3.1 A ação dos atores armados no REDD

A presença de atores armados na região de San Nicolas começou na década de 80, mas foi a final da década de 90 que o conflito armado aumentou nas zonas rurais onde acontece o projeto REDD. Ou seja, os projetos florestais de compensação de emissões de carbono adiantados pela Cornare/Masbosques coincidiram com o auge do conflito armado nas zonas florestais. Como se observa na Figura 31, a partir do ano 1998 os eventos violentos começaram a aumentar até chegarem a 214 no ano 2004, quando no ano 1989 não superavam os 10.

Apesar desta grave situação, a relação ou influência da presença destes atores e do conflito armado no desenvolvimento do projeto não aparece referenciado nos documentos gerados pela Masbosques, pela Cornare ou pelo Banco Mundial e, quando mencionado, é um tópico apenas tratado breve e parcamente. No Plano de Gestão das Florestas (CORNARE et al., 2004), documento considerado “a bíblia” que guia o trabalho da Masbosques, não há nenhum comentário, cita ou referência ao conflito ou à presença de atores armados nessas florestas, embora entre 2001 e 2006 houvesse o maior regis-

tro de atos violentos realizados pelos grupos armados ilegais da história da região, e a maior quantidade de denúncias por violações aos direitos humanos na zona. Ou seja, que o plano foi criado num ambiente de guerra, pois o Oriente de Antioquia e especificamente San Nicolas são consideradas como uma das regiões de maior conflito armado da Colômbia (GARCIA, 2007; OBSERVATORIO DE PAZ Y RECONCILIACIÓN DEL ORIENTE ANTI-OQUEÑO, 2006; OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2004).

No documento que descreve o projeto SCREA (BANCO MUNDIAL, 2007), o conflito armado aparece como um possível risco à execução da iniciativa. Como estratégia para diminuir e conter este risco o documento coloca a participação comunitária (referindo-se ao apoio das organizações locais ao projeto) como uma maneira de contra-restar as possíveis dificuldades.

Já no documento do REDD o conflito armado é citado como um risco que pode "...afetar substancialmente a redução de emissões [...] [já que] a deterioração das condições de segurança na região, devido ao conflito armado [...] impediria o trabalho com a comunidade e os proprietários das terras, devido às restrições de acesso à área¹⁴ (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010, p.8)". Porém, usando uma publicação do Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos (2004) que só leva em conta dados até 2004, o documento afirma que, desde 2006 "não se registram ações violentas na região" (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010, p.54).

A Cornare/Masbosques considera que o ambiente de segurança, deixado pela diminuição de ações violentas, está levando ao restabelecimento das atividades produtivas dos agricultores e, também, à reativação da construção nas áreas rurais. O cese da violência, referenciada por esses atores, é considerada como uma das causas do desmatamento pois:

"A presença contínua de grupos armados na região gera medo nos habitantes. Pois eles estão expostos a retenções arbitrárias e sua integridade está em risco por conta de ataques contra a população civil, por lutas entre fações e/ou pelo estabelecimento de campos minados. Este medo leva ao confinamento das atividades em áreas pequenas de terra, ou ao despejo das propriedades. Em ambos os casos, o desmatamento pelos agentes é reduzido". (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010, p.54)¹⁵

¹⁴No original: "...afectar substancialmente la reducción de emisiones [...] [ya que] el empeoramiento de las condiciones de seguridad de la región debido al conflicto armado [...] impediría el trabajo con la comunidad y los propietarios de la tierra debido a las restricciones de acceso a la zona."

¹⁵No original : "La presencia permanente de actores armados en la región produce temor a

A Cornare/Masbosques tem duas visões contrárias em relação ao conflito armado: por um lado, que este afeta negativamente a redução de emissões de carbono e, do outro, que ajuda a reduzir o desmatamento. Quando questionados por esse tema os representantes da Masbosques entrevistados concordaram em que, o conflito e, especialmente, o deslocamento forçado ajuda a evitar o desmatamento em San Nicolas e favorece a regeneração natural das florestas. A pessoa que exerce o cargo de presidente da Masbosques também mencionou outra condição que favorece a conservação das florestas. A disposição dos proprietários, que foram deslocados pelo conflito e que por diversos motivos não retornaram a suas terras, para assinar os contratos e deixar os terrenos habilitados para o REDD.

A aliança entre o CO₂, o carbono e as florestas, construída para evitar a emissão de GEE à atmosfera e assim mitigar o aquecimento global, em San Nicolas beneficia-se do conflito armado como colocam os técnicos de Masbosques e como podemos analisar nas práticas dos proprietários das áreas florestais nas diferentes situações relacionadas ou inseridas no conflito armado, como analisamos a continuação.

3.1.3.2 Conservação florestal num contexto de guerra

Na década de 70 a guerrilha das FARC e do ELN transitava pelo Cãñon do rio Melcocho. Mas, foi desde 1987 que os chamados “elenos” (do ELN) da Frente Carlos Alirio Buitrago começaram a permanecer na zona. Ainda que os acampamentos ficassem longe das vilas, os guerrilheiros passavam constantemente no redor pedindo alguma coisa para beber ou comer. Eles perguntavam aos habitantes pela situação das veredas e lhes pediam ou compravam diversos produtos para se alimentar como frangos, porcos, vacas e produtos da agricultura. Durante quase toda a década de 90 os habitantes destas zonas “conviveram” numa certa “tranquilidade” com este ator.

No final da década de 80 e durante quase toda a década de 90, a guerrilha das FARC começou a frequentar a zona. Porém, foi nas veredas próximas e pertencentes aos municípios de Cocorna e San Francisco (que não fazem parte do REDD) onde esta guerrilha tinha maior presença e realizava mais ações e controles à população.

Durante este tempo a bonança do café movimentava as vilas do Melcocho e havia um intenso trânsito de pessoas por entre as trilhas e estradas

sus habitantes en la medida que están expuestos a detenciones arbitrarias y su integridad está en riesgo por cuenta de incursiones contra la población civil, por enfrentamientos entre facciones y/o por establecimiento de campos minados. Ese temor redundo en el confinamiento de actividades en pequeñas extensiones de tierra o en el desalojo de las propiedades. En ambos casos la deforestación causada por los agentes se reduce”.

que conectam esta região com os centros urbanos municipais de Cocorná e El Carmen de Viboral. A final da década de 90, as veredas do Cânion do Rio Melchocho começaram a ser objeto de disputa territorial e cenário de guerra. Isso ocorreu devido ao fortalecimento dos grupos paramilitares (que no final da década de 80 tinham presença em todo o Oriente de Antioquia) e com a mudança na ação das forças militares como efeito de uma nova política nacional.

Enquanto as guerrilhas, os grupos paramilitares e as milícias disputavam o controle do território ganhando ou perdendo espaços, realizando vários tipos de ações unilaterais e tendo combates entre eles, os habitantes das florestas do projeto REDD de San Nicolas, que ficaram no meio do conflito, encontravam-se com novas situações na sua vida cotidiana:

- **Restrição da mobilidade:** A liberdade para se mobilizar na zona foi restringida devido a duas condições. Por um lado, a que foram colocadas minas antipessoais em vários lugares estratégicos, onde os grupos armados proibiam a circulação. E por outro lado, à imposição de horários e rotas de circulação das pessoas definidas pelos mesmos grupos armados.
- **O trabalho forçado:** os habitantes começaram a ser obrigados a servir aos atores armados cada vez que estes últimos assim o quieram. Os habitantes destas zonas começaram a ser obrigados a carregar nos seus cavalos e muares ou nas próprias mãos bagagens, produtos e armamento dos grupos. Também foram obrigados a preparar comida para os combatentes, emprestar suas ferramentas de trabalho e assim por diante.
- **Falsas acusações, estigmatização e segregação:** Devido a que esta região se converteu em zona de trânsito de atores armados, e a que cada grupo forçava a trabalhar aos habitantes, estes começaram a ser acusados de colaboradores de uns ou dos outros grupos violentos. Além do mais, esta situação gerou um ambiente de desconfiança entre vizinhos, familiares e amigos, assim como também com as pessoas vindas de outras regiões como os representantes de organizações governamentais, de ONGs, pesquisadores etc.
- **Ameaças, sequestros e assassinatos:** As ameaças começaram a ser uma das estratégias principais dos atores armados para fazer cumprir sua vontade. Alvo delas eram os líderes e representantes comunitários mas, também, as mulheres, homens e jovens, cujas atividades cotidianas ou a localização de suas propriedades interferiam com os propósitos dos grupos armados. O sequestro começou a ser uma prática continua

usada como forma de ameaça e de intimidação. Os assassinatos seletivos passaram a ser frequentes. Matava-se quem não seguia as regras estabelecidas, aqueles a quem se “comprovasse” a colaboração com os outros grupos, e a alguns representantes e líderes comunitários cujas atuações podiam interferir com os interesses dos atores armados.

- Controle, retenção e roubo de alimentos, gado e outros bens privados: Os grupos armados começaram a roubar as vacas, porcos, galinhas, produtos da agricultura e outros bens privados dos habitantes das vilas. Os atores armados começaram a controlar a quantidade de alimentos, remédios, insumos de construção ou da agricultura que cada família podia ingressar à zona. Isso era com o fim de evitar que os demais atores armados pudessem roubar, reter ou aceder a eles. Da mesma forma, “retinham” os “excessos” dos produtos que eles consideravam ir além das necessidades dos moradores.

Nesse conflito, os habitantes destas vilas mudaram suas práticas produtivas, suas atividades cotidianas e alguns até abandonaram suas propriedades e foram morar nos centros municipais ou em outros municípios. O deslocamento forçado é um dos principais efeitos do conflito armado em toda Colômbia mas, historicamente, é o departamento de Antioquia onde mais pessoas foram deslocadas. O Oriente é uma das regiões que mais pessoas desloca (OBSERVATORIO DE PAZ Y RECONCILIACIÓN DEL ORIENTE ANTIOQUEÑO, 2006).

Desde o ano 2002 das vilas do Cânion do rio Melcocho deslocou-se a maior parte de seus habitantes. Das 1.249 pessoas que habitavam as vilas 1.175 foram descoladas e até 2009 haviam regressado apenas 486 (Quadro 5). Entre 2002 e 2007 algumas veredas ficaram totalmente abandonadas e outras com poucos habitantes. Em alguns casos, as famílias foram saído uma por vez, mas na maioria das vilas aconteceram deslocamentos coletivos, onde todos os habitantes saíram juntos carregando poucas coisas, deixando abandonadas suas casas, culturas e bens. Isto nos relatou um dos entrevistado se referindo à vereda de Santa Rita:

“...porque quando se deslocou o pessoal de lá arriba de Santa Rita isso foi muito forte. Nós tínhamos pena deles, nós tivemos que ajudar a essa gente a ir embora, porque eles eram de nossa família, eles choravam e diziam que não sabiam onde iam a chegar e houve muitas pessoas que saíram só com a roupa e deixaram tudo, deixaram tudo, e perderam tudo, porque o que deixaram essas pessoas [os atores armados] apoderaram-se disso, das galinhas, dos porcos,

Quadro 5 – Pessoas deslocadas forçadamente do Cânion do Rio Melcocho por veredas

Vereda	Habitantes	Pessoas deslocadas	Pessoas retornadas
La Honda	86	86	0
Santa Rita	75	75	0
El Roblal	78	50	30
La Cascada	76	76	0
La Represa	115	115	80
La Enzimada	SD	SD	SD
Palizada	121	115	3
La Linda	38	38	24
La San José	41	41	0
El Brasil	51	51	38
Belen de Chaberras	42	42	36
San Lorenzo	53	53	40
La Cristalina	135	120	70
El Porvenir	107	90	50
El Cocuyo	38	38	8
El Retiro	28	20	28
Santo Domingo	74	74	0
El Estio	22	22	10
Agua Bonita	69	69	69
TOTAL	1249	1175	486

Fonte: construção própria com dados de ALCALDIA DE EL CARMEN DE VIBORAL (2009)

dos animais que ficaram, do gado..."(PF-4, 26'03"a 28'12", El Carmen de Viboral, 24/09/2011.)¹⁶

A maioria dessas pessoas foi para o centro municipal do El Carmen de Viboral, a casa de familiares (os que tinham essa opção) e/ou de amigos. Empregaram-se em diferentes ofícios como: trabalhadores nas fábricas e floricultura, empregadas domesticas (as mulheres), pedreiros e zeladores. Muitos ficaram nos centros municipais e não voltaram a suas propriedades, como no caso dos habitantes de Santa Rita, La Honda, La Cascada, La Represa, Palizada e San José. Outros foram e voltaram depois de 2007. Alguns poucos voltaram ajudados pelas organizações de Direitos Humanos e pela prefeitura

¹⁶No original : "...porque cuando se desplazó la gente de arriba de Santa Rita eso fue muy duro a uno le daba era pesar, a nosotros nos toco ayudar a despachar esa gente, porque esa gente era familia de nosotros, esa gente lloraba y decian que no sabian a donde iban a llegar, y hubo mucha gente que salió sino con la ropita y dejaron todo, dejaron todo eso lo perdieron todo porque lo que dejaron esa gente se apodero de eso, de las gallinas, marranos, bestias que quedaban, ganado".

municipal. Mas a grande maioria o fez por sua própria iniciativa. Os poucos que ficaram estiveram numa situação de insegurança e medo sempre com a possibilidade latente de ir embora em qualquer, como nós contou um desses habitantes:

"Aqui [...] deslocou-se muita gente, porque isto aqui era muito povoado. Eram mais de 40 famílias acho, e quando nós viemos quedamos só 8 e pois eramos cada vez mais poucos, e o ponto era já iamos embora, iam embora uns ou os outros. Então, a gente dizia se vocês vão embora nós também vamos, então todos fazendo como resistência..."(PF-4, 18' 12" a 19' 36", El Carmen de Viboral, 24/09/2011.)¹⁷

Durante esse tempo o medo, a insegurança e a soçobra foram permanentes entre os habitantes. Esta situação fez que as famílias concentraram-se na produção para o auto-consumo e desistiram de cuidar as culturas e o gado que se encontrava mais afastado. O medo a ter que ir embora de um momento para outro, e assim perder o trabalho investido era a sensação que guiava as ações. Assim nós relataram dois dos moradores da zona:

PF-5: nós ficamos e graças a Deus aqui estamos
- e foi muito forte a situação?

PF-5: a vereda sim, nossa senhora!

PF-6: sim muito forte, porque esses anos nenhum de nós trabalhou, no foi?

PF-5: muito pouco, quase nada, é que para quê íamos a trabalhar se em qualquer momento tínhamos que ir embora.

PF-6: não é que para quê? Se a gente tinha que sair o dia seguinte ou nesses dias.

PF-5: isso se perdia

PF-6: sim foi muito pouco o trabalho.

PF-5: só o que tínhamos cultivado não mais, é que para que a gente ia cultivar mais? isso era para ficar com tudo na mão, mais perdas para a gente sair daqui, mas graças a Deus que já quando a gente viu que eles [os atores armados ilegais] tinham ido embora a vereda foi melhorando e já estamos mais a gosto graças a Deus...

¹⁷No original : "Es que aqui, cuando nos vinimos acá siempre se desplazó más gente, porque esto aquí era muy poblado, esto era más de 40 familias me parece y cuando nosotros no quedamos sino 8 y al menos y pues eramos cada vez más poquitos y mejor dicho era que nosotros ya arrancabamos, y los unos y los otros, entonces uno decía si ustedes se van nosotros también, entonces nosotros haciendo como resistencia...".

(PF-5 e PF'6, 16'22"a 20'56", El Carmen de Viboral, 25/09/2011.)¹⁸

Produzir apenas o mínimo necessário para sobreviver somado ao controle ingresso de alimentos à zona e o permanente assédio dos grupos para conseguir comida e obter outras “colaborações”, não precisamente voluntárias, levou também a que as famílias passassem fome. Também estas situações fizeram que os habitantes se sentissem humilhados e violentados pelos atores armados, até pelos soldados do exército nacional. Vemos isto no seguinte depoimento:

"...é que já depois com a guerra, isso foi muito forte, muito sofrido. É que a gente passou fome, porque nós tivemos que viver humilhados, porque chegavam essas pessoas [os atores armados] e era o que eles precisassem, "que preciso um almoço para tantas pessoas" e a gente tinha que fazer por obrigação e o pouco que a gente comprava ali ficava, eles diziam "depois lhes pagamos", mas não pagavam!

- quem a guerrilha?

Sim, e houve um tempo em que passamos muita fome. Nós comprávamos só o que mais precisávamos. E se a gente podia comprar um quilo de carne por semana, eles chegavam com 6 ou 7 pessoas. E depois os soldados [do exército nacional] quando eles começaram a chegar por aqui, pois com essa gente eu sofri muito, porque eles nós humilharam até que entrou Direitos Humanos.

- O quê faziam os soldados?

- humilhavam a gente, nós xingavam, faziam que a gente carregasse as coisas deles nos nossos cavalos e muares. E a gente ia e trazia e levava e voltava e carregava e descarregava e a gente suando e eles diziam "como à guerrilha sim lhe carregam as coisas". Esse é o problema nós estávamos obrigados, tínhamos que carregar as coisas da guerrilha e essa gente também não nós dava nada. A gente andava sempre cansada de andar de cá pra lá. E chegavam os outros [o exército] dizendo que venham e carreguem esta carga para

¹⁸No original : PF-5: nos quedamos y gracias a Dios aqui estamos. - ¿Y fue muy duro? PF-5: la vereda sí, ¡uy ave maria!. PF-6: sí muy duro, sí porque en esos años ninguno trabajamos ¿sí o qué? PF-5: muy poquitico, casi nada, que para que íbamos a trabajar que depronto nos toca salir. PF-6: no que para que si me salgo mañana o en estos días PF-5: que eso se pierde. PF-6: sí muy poquito fue el trabajo. PF-5: no mas lo que teníamos sembrado no más, es que para uno sembrar era más encartados, más perdidas para uno salir de acá, pero gracias a Dios que ya cuando uno vió que se fueron yendo ya mejorando más la vereda y ya estamos más amañados gracias a Dios.

lá cima, se a gente dizia que estava cansada, eles diziam "mas como sim podem com a guerrilha?". Então a gente tinha que ficar calada, calar a boca e seguir...". (PF-4, 32'24"a 41'16", El Carmen de Viboral, 24/ 09/ 2011.)¹⁹

Ainda que o principal foco militar da IV Brigada do exército nacional que atua em San Nicolas fosse os atores ilegais (guerrilhas, paramilitares e bandas Criminais), ela também realizou e ainda realiza várias ações violentas contra a população destas veredas como vemos no depoimento anterior. Contrário ao exposto no documento do projeto REDD (MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL, 2010), entre 2006 e 2011, em San Nicolas seguiram acontecendo ações violentas e violações aos Direitos Humanos, embora não sejam mais o ELN ou as FARC os principais executores delas e sim os paramilitares e o exército Nacional, como denunciado pelas organizações comunitárias e as ONG de Direitos Humanos da região²⁰.

A impossibilidade de se movimentar livremente nas suas propriedades implicava também a dificuldade ou impossibilidade de gestionar seus recursos. As minas antipessoais foram uma das principais razões pelas que se desistiu de pastorear o gado e de trabalhar as áreas mais afastadas. Como vemos no seguinte depoimento:

"...o que acontece é que nós nos deslocamos para este lado, mas nós tínhamos medo de falar que eramos *desplazados* pois porque era muito delicado e a gente falava assim como por baixo da mesa com manha porque isso era uma coisa muito delicada

¹⁹No original : "es que ya después con la guerra, eso fue muy duro, muy sufrido, pues es que yo puedo decir que por allá nos tocó pasar hambre, porque nosotros pues nosotros nos toco fue vivir humillados, porque llegaba esa gente ahí y lo que necesite, que necesito almuerzo por tantos y pues le tocaba a uno obligado y pues lo poco que uno compraba pues ahí le tocaba, que ah después le pagamos, ¡cuál pagamos!. - Quién la guerrilla? - si. Hubo un tiempo en que si pasamos hambre. Uno compraba como lo más lo que necesitaba uno. Y si uno podía comprar un kilito de carne por ahí a la semana pues llegaban por ahí 6 o 7. Dupues cuando los soldados cuando ya comenzaron a llegar por aquí, yo con esa gente sufrí mucho porque nos humillaron, hasta que ya se metió derechos humanos y ya. - ¿que hacian los soldados? - Pues lo humillaban a uno le arriaban madres y lo ponian a cargar esos equipos en las bestias de uno y uno voltee para allá y lleve y venga arree mas y venga y descargue y uno juagado y ellos le decian ah pero como a la guerrilla si le cargan, es que ese es el problema a la guerrilla le tocaba a uno mover cargas tampoco le daban a uno nada, uno se mantenía cansado de voltear de aqui para alla y llegaban los otros que fulano que me suban estos morrones arriba, ah que no que estoy cansado que no puedo ¿como com la guerrilla si puede? entonces le tocaba a uno calladito, callar la boca y seguir".

²⁰Um relatório completo da situação dos Direitos Humanos na região entre 2009 e 2010 foi feito pela Mesa de Trabajo por los Derechos Humanos del Oriente Antioqueño (2011). Algumas das denúncias feitas pelas ONG podem ser lidas em <http://www.colectivodeabogados.org/Lideres-del-Oriente-Antioqueno>, em <http://goo.gl/FYcHz> e em <http://goo.gl/gi04z>. Consultadas em 12 de setembro de 2012.

- foi muito delicado mesmo?
 - claro isso era que já minha cabeça ia rodar
 - Foi igual quando vieram ao El Porvernir?
 - Pois o que acontece é que lá operava uma frente e aqui operava outra diferente, então eu vim para este lado para ver se por acaso eles me deixavam tranquilo, e todas as coisas foram-se acalmando, mas eu não pude voltar pra lá sabe por quê? Porque o terreno foi todo minado, ou seja, só deixaram o caminho e pusseram minas bem do lado da casa e todo e então eram umas trampas muito perigosas para qualquer animal, então já tivemos que sair...".
- (PF-4, 21' 12" a 25' 18", El Carmen de Viboral, 24/09/2011.)²¹.

As práticas às que foram forçados os proprietários e habitantes das áreas florestais do projeto REDD tiveram como consequência impremeditada frear o desmatamento e favorecer a regeneração natural das florestas e assim, aumentar o sequestro de dióxido de carbono e diminuir a emissão dele à atmosfera. Analisemos esta afirmação com cuidado, levando em conta as diferentes características das florestas de San Nicolas.

Devido às dificuldades e restrições de mobilidade não se “abriram” novos terrenos de cultivo para produtos comerciais ou de auto-consumo. Ou seja, não foram desmatadas florestas, densas, fragmentárias ou pousios (usando a classificação de Masboques) ainda que essas florestas estivessem classificadas pelos proprietários como boas para desenvolver este tipo de atividades. Também não foram abertas novas pastagens para o pastoreio do gado em florestas consideradas boas para esse propósito. Isso porque houve uma redução na quantidade de gado, cavalos e muares que as famílias tinham, pois foram roubadas pelos atores armados.

O deslocamento forçado e as minas antipessoais levaram ao abandono das culturas, das casas, e dos terrenos da região. Nesse tempo os terrenos, as culturas e as florestas ficaram totalmente abandonadas, sem intervenção humana. Não foi extraída madeira usada como lenha para cozinhar, nem madeira fina para a construção de casas ou cercas. Pois, os proprietários não investiram tempo, nem trabalho nas suas culturas e terrenos, já que podiam

²¹No original : "...y lo que pasa es que nosotros nos desplazamos para este lado, pero a nosotros nos daba miedo decir que eramos desplazados pues porque era muy delicado y uno hablaba así como por debajo de cuerda con mañitica porque eso era una cosa muy delicada. - ¿estuvo muy delicado? - uff claro eso ya querian al final darme en la cabeza - ¿Incluso cuando vinieron aqui al Porvenir?- Pues lo que pasa es que allá operaba como un frente para aca operaba como otro, entonces yo me vine para este lado a ver si de pronto me dejaban tranquilo, y las cosas se fueron calmando, yo no pude volver por allá ¿sabe por que? porque la finca la minaron toda, o sea que dejaron si no el camino y pusieron minas ahí al lado de la casa y todo y entonces unas trampas muy asarozas pues para cualquier animal, entonces ya nos tocó fue salir..."

perder tudo em qualquer momento.

A floresta começou um processo de “regeneração natural”. As culturas e pastagens abandonadas, passaram pouco a pouco a serem pousios baixos. Os pousios baixos passaram a ser altos. A floresta fragmentada também foi se “recuperando” e a floresta densa preservou-se.

Quando as famílias começaram a retornar em 2007 e as condições de segurança melhoraram (em comparação com anos anteriores), o panorama nas vilas era outro bem diferente. As casas, as culturas e as “melhoras” estavam quase destruídas ou não existiam mais. Foi necessário “começar de novo”, como disseram algumas das pessoas que entrevistamos. Porém, as condições e possibilidades de sustento não eram as mesmas que existiam anos antes. A cultura do café, que era o principal sustento das famílias, não era tão rentável como antes, pois as árvores estavam velhas e cheias de doenças. Era necessário cultivar novas árvores e esperar alguns anos para obter grãos. Os caminhos que ligavam aos centros municipais estavam em más condições. O comércio dos produtos era mais caro e as famílias tinham poucos recursos (mão de obra, insumos e dinheiro) para investir. Com esse panorama, a acomodação das famílias de novo nestas zonas não tem sido um processo fácil.

Esta situação é um fator que favoreceu momentaneamente a tentativa da Cornare/Masbosques de ser o ator-mundo da rede do REDD. Pois, durante o auge do conflito e devido ao deslocamento e às estratégias que as famílias empregaram para se manter nas zonas, o carbono e o dióxido de carbono aliaram-se com as florestas de San Nicolas. E estas por sua vez confirmaram (frágil e momentaneamente) o que a Cornare/Masbosques disse delas: “que capturam o CO₂ e que têm um grande estoque de carbono”. Nesse sentido, os atores armados ajudaram que a Cornare/Masbosques se apresentasse como o porta-voz das florestas no cenário global e pudesse adquirir o financiamento dos atores internacionais.

Mas, essa relação carbono-florestas é muito frágil e desde o ano de 2007 que as famílias estão retornando à zona ela está sendo debilitada. Com isso também o poder de alistamento da Cornare/Masbosques.

3.2 INTERFACE ENTRE A MASBOSQUES, A CORNARE E OS AGRICULTORES

3.2.1 Conhecimento e relevância do REDD: EnREDDado e nebuloso

Com o propósito de envolver aos proprietários das terras com florestas no REDD o candidato a ator-mundo tenta fazer que esses atores reconheçam a iniciativa e se identifiquem com seus objetivos e propósitos. Para esse fim a

Cornare/Masbosques realizou um conjunto de reuniões, oficinas, palestras e outras atividades dirigidas ao que essas instituições chamaram de “socializar” o projeto. A socialização era a apresentação do projeto nas vilas florestais com a presença dos proprietários interessados ou nos centros municipais com a presença dos representantes das JAC e das ac{ASOCOMUNAL.

O conceito do REDD como mecanismo de mitigação da mudança climática e seus objetivos princípios e formas são bastante complexos, especializados e técnicos. Levando em conta o uso de conceitos, princípios, teorias e metodologias específicas da engenharia florestal, da química, da geologia, da economia que o conceito de REDD carrega, podemos dizer que o REDD aparece como uma questão cifrada por peritos e para peritos. Esse encontro entre o conhecimento e a linguagem perita e o conhecimento e a linguagem leiga cria conflitos e lutas entre estes atores nesta interface. Pois o REDD tem significados diferentes para os diversos atores envolvidos.

Quando perguntamos aos proprietários e habitantes das florestas sobre o REDD, sobre o que eles conheciam do projeto, quais eram seus objetivos e fins, encontramos que essas pessoas não sabem quase nada sobre ele. Os proprietários referenciados pela Masbosques como participantes do projeto que disseram conhecer a iniciativa afirmaram não saber bem seus objetivos ou fins. Quando usamos a palavra REDD para nos referir ao projeto ninguém entendeu do que estávamos falando, pois a iniciativa é conhecida como “o projeto de conservação de árvores” e não é associada a esse nome ou sigla.

Tampouco se diferenciam os diversos projetos desenvolvidos pela Cornare e a Masboques nos últimos 10 ou 12 anos. Para os proprietários há um projeto só iniciado pela Cornare faz alguns anos, e não há diferença em objetivos, fins ou entidades envolvidas. Não há nenhuma referência a Masbosques como executor ou responsável deste tipo de iniciativas. A Cornare aparece como a instituição encarregada de todos os projetos e poucos referenciam ao Banco Mundial. Também não há diferença entre o MDL e o REDD, questão que nos gerou uma dificuldade no trabalho de campo pois as vezes passávamos um bom tempo tentando entender a que se referiam nosso interlocutores.

Os objetivos e fins do projeto REDD são ainda mais vagos para os proprietários das florestas. Ainda que não todos eles falem da mesma maneira desses objetivos alguns dos agricultores entrevistados usam os conceitos de: “conservação e produção de oxigênio”, de “produção de Dióxido de Carbono”, e de “conservar e cultivar as florestas” como exposto nos seguintes depoimentos:

“...sim, vieram muitas pessoas e nos falaram disso [...] disseram que havia que cultivar as florestas porque uma montanha com todo despejado que isso não era bom, que tínhamos que cuidar as florestas porque isso

era bom para todos, porque as águas se secavam se a gente cortava essas florestas, que o oxigênio era muito pouco e então **que deixáramos a floresta para que cultiváramos oxigênio** e eu não sei que mais do oxigênio, então que tínhamos que deixar essas florestas, ou seja cultivá-las ..." (PF-5, 08'03"a 09'35", El Carmen de Viboral, 25/09/2011. Grifo nosso)²².

"...o objetivo é **produzir esse dióxido de carbono para conservar o ar** e por isso cultivamos essa floresta, mantemos ela, cuidamos dela para que produza isso". (PF-14, 23'12"a 23'50", El Retiro, 21/08/2011. Grifo nosso.)²³

É interessante notar que o conceito de REDD associasse ao de produção, no sentido que eles falam de estar se produzindo alguma coisa, até se fala de cultivar árvores ou floresta para gerar oxigênio ou dióxido de carbono. Também o projeto é associado com a venda de oxigênio a outros países, como nos relata um agricultor entrevistado :

"...era para tirar oxigênio e eu não sei que carambas mais daqui [...] para tirar oxigênio para outros países ...". (PF-5, 012'43"a 13'04", El Carmen de Viboral, 25/09/2011.)²⁴

O uso de algumas palavras do projeto REDD pelos agricultores expõe que o discurso perito foi apropriado por eles de uma forma peculiar. Há uma distância entre o significado das palavras para os peritos e para os leigos. Esses agricultores traduzem as palavras dentro de seu universo de significado. Porém essa tradução não é como esperada pelos peritos porque os conceitos não estão enraizados nas práticas cotidianas dos leigos.

Mas REDD tampouco é um conceito claro para os administradores nem para os técnicos da Cornare/Masbosques. Por mais que eles tenham uma ideia mais próxima ao IPCC ou a CQNUMC e de outras entidades do cenário internacional, não dominam questões mais detalhadas e precisas em relação ao mecanismo e ao projeto específico de San Nicolas.

²²No original : "...si por ahi a venido mucha gente y nos han venido a hablar de eso [...] dijeron que eso había que cultivar los bosques, que porque las montañas con todo eso pelado que eso nunca era bueno que teníamos que cuidar los bosques que porque eso era bueno para todos, porque las aguas se iban secando si uno cortaba esos bosques, que el oxígeno muy poquito y que entonces que los dejáramos que para que cultiváramos oxígeno y no se qué más del oxígeno entonces que si que teníamos que dejar esos bosques, pues cultivarlos mejor dicho..."

²³No original : "...el objetivo es producir ese dióxido de carbono para conservar el aire por eso cultivamos ese bosque, lo mantenemos lo cuidamos para que produzca eso.

²⁴No original : "...era para sacar oxígeno o yo no se qué hijueperras mas de por acá [...] era para sacar oxígeno para otros países.

Antes de realizar as entrevistas e o trabalho de campo acreditávamos que muitas das questões específicas do projeto como: quantos e quais eram os terrenos que tinham florestas, quem eram as pessoas vinculadas, qual era o valor dos incentivos que os proprietários receberiam pelas florestas em pé, qual o papel do Banco Mundial, etc., íamos respondê-las nas conversas com as pessoas envolvidas no projeto. Porém, a sensação que tivemos desde os primeiros encontros com os técnicos e administrativos de Masbosques foi que o projeto REDD de San Nicolas era uma “coisa” muito nebulosa, sensação que se manteve, e foi aumentando enquanto mais pessoas entrevistávamos e mais “avançávamos” no trabalho de campo.

Há acordos claros com o Banco Mundial em relação a algumas das florestas que ficariam dentro das áreas “não-Quito”, à quantidade de emissões de CO₂eq que a proteção dessas florestas evitaria e à titularidade dessas terras. Porém, o documento final apresentado ao Banco Mundial deixa em aberto a possibilidade de incluir novas áreas e fazer novas contagens de emissões evitadas. A iniciativa REDD inclui novos critérios para a seleção das áreas a serem incluídas, definindo as cinco áreas florestais que apresentamos no primeiro capítulo.

Essa possibilidade em aberto gera confusões entre no pessoal da Masbosques. Pois não há uma definição exata nem clara das florestas que fazem parte do projeto, ainda que há uma quantidade de emissões que se pretende evitar. Só até ter os contratos assinados com os proprietários a Cornare/Masbosques terá um mapa preciso das áreas cobertas pelo REDD. Assim falaram os técnicos quando perguntamos das razões pelas que foram escolhidas as áreas florestais do REDD:

TM-16: eu lembro muito desse trabalho que fizemos com esse moço de Bogotá [...] a manhã toda e depois do meio dia, que não dá para dizer que foi tempo perdido...

TM-17: perdeu-se sim porque igual isso não ficou claro

TM-16: não, não ficou e esse dia por exemplo a ideia com a que concluimos era que as partes de floresta natural que iam a ficar dentro do projeto REDD todas tinham que estar localizadas na mesma cordilheira, ou algo do tipo, todas tinham que fazer parte dessa cordilheira e devíamos cumprir com a meta de 1000 hectares. Com essa ideia fomos embora e fizemos o exercício para determinar quanto ia ser a compensação por hectare. Logo depois ficamos pensando que, se por exemplo na cordilheira de San Vicente as pessoas não concordassem? É que não é igual chegar a 100 terre-

nos e dizer "não, vocês não podem tocar essa floresta", e pois, nossa ideia sempre foi conseguir as pessoas que dizem "é que eu não vou entrar de novo a meu terreno e quero ter uma compensação porque tenho uma zona produtora de água e eu quero participar, o que é que tenho que fazer? Assinemos um contrato", essa é a ideia que nós sempre usamos, mas depois se falou que não era assim...

(TM-16 e TM-17, 00'02"a 04'59", El Santuario, 21/08/2011.)²⁵

Os pagamentos aos proprietários, como incentivo para manter as florestas “em pé”, é uma das questões mais “nebulosas”. Ninguém sabe com precisão quanto vai ser o dinheiro que os proprietários vão receber, se o pago vai ser cada mês, cada ano ou se vai ser um único pago, e nem quando vai ser o primeiro desembolso. Mas também não há clareza sobre quem é o responsável dessas decisões: se é o Banco Mundial, Masbosques, o mercado ou as decisões da CQNUMC. Esta indefinição é entendida por alguns dos proprietários como uma falta de vontade por parte das instituições que desenvolvem o REDD, pois eles asseguram que “faz tempo” está se falando dos pagamentos e “não passou nada” em relação a isso. Desta maneira a Cornare/Masbosques perde legitimidade e chances de ser ator-mundo.

Esta complexidade e ao mesmo tempo nebulosidade que tem o REDD dificulta o envolvimento dos proprietários no projeto. Ainda que para eles o conceito REDD seja uma questão muito vaga e nebulosa, assim como também as especificidades do projeto no contexto local sejam pouco claras (como quem é a entidade responsável, quais os compromissos a serem adquiridos, qual o objetivo da iniciativa etc.) há uma apropriação e resignificação que leva aos proprietários a se posicionar em relação a ele, e a interpretar as ações que devem ser realizadas no contexto do projeto.

A imprecisão nos pagamentos gera outra ambiguidade entre os pro-

²⁵No original : "TM-16 : yo recuerdo mucho ese trabajo que hicimos con ese muchacho de Bogotá, con Javier Blanco toda una mañana y hasta despues del medio día que no viene al caso decir que se perdió el tiempo por que no...TM-17 : si se perdió, porque igual no quedó claro. TM-16: no, no quedó claro y ese día por ejemplo la idea con la que concluimos era que los parches de bosque natural que iban a entrar dentro de este proyecto REDD todos tenían que estar ubicados digamolo así en una misma cordillera, todos tenían que hacer parte y con esa cordillera debíamos de cumplir con una meta de 1000 hectareas con esa idea nos fuimos todos hicimos el ejercicio cuando va a ser la compensacion por hectarea y luego nos quedamos pensando y si en esa cordillera en San vicente si la gente no está de acuerdo que? es que no es lo mismo llegar a coger 100 predios y decir no ustedes no pueden tocar ese bosque pues eso no era, entonces nuestra idea siembre ha sido conseguir a la gente que dice, no es que yo no voy a volver a entrar a la finca yo quiero de pronto tener una compensación porque tengo una zona productora de aguas yo me le apunto y qué hay que hacer, firmemos un contrato, esa es la idea que nosotros hemos manejado, entonces en ese orden de ideas ya despues se planteó que no era así"

prietários. Por um lado há uma esperança e expectativa nesses incentivos em relação ao aumento na renda familiar, que constitui uma razão que incentiva aos proprietários a se manterem no projeto. Mas, por outro lado, a demora e imprecisão sobre esses pagamentos desestimula sua participação e põe em xeque as possibilidades da Cornare/Masbosques passar a ser o ator-mundo da rede do REDD.

3.2.2 Benefícios do REDD

Para se tornar ator-mundo a Cornare-Masbosques deve fazer que os interesses particulares dos outros atores convirjam com os seus. Essa instituição deve atrair aos proprietários das florestas e traduzir os benefícios do REDD na linguagem deles. Para assim, conseguir que ao cumprir os objetivos do projeto todos os atores sintam que também conseguiram cumprir seus próprios objetivos. Porém transladar os objetivos e interesses destes atores não está sendo fácil.

Quando apresentamos no capítulo anterior uma descrição do Banco Mundial e seus interesses em relação ao mercado de carbono e ao carbono florestal, vimos que o interesse deste ator nas florestas de San Nicolas está associado ao financiamento de iniciativas de redução de emissões florestais, e indiretamente à redução da pobreza e à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Sem dúvida REDD é, essencialmente, um mecanismo de mitigação do aquecimento global para alguns dos principais atores do cenário internacional, como o IPCC e a CQNUMC e criado como uma ação positiva para mitigar esse problema ambiental. Mas, quando questionados sobre o projeto REDD os proprietários das florestas dão outro significado. Nenhum dos agricultores entrevistados para esta dissertação usou, nem uma vez, os conceitos de “aquecimento global”, “mudança climática” ou algum conceito relacionado, para se referir ao projeto REDD. Entretanto alguns deles usaram conceitos como “produção de oxigênio”, “dióxido de carbono” ou “poluição”. Tampouco usaram os conceitos de “degradação” ou “desmatamento” embora alguns usem o conceito de “derrubar o mato”.

Para os proprietários o REDD tem a ver principalmente com a conservação das florestas, que permite a conservação das fontes de água. O seu interesse no REDD tem a ver com à possibilidade de melhorar sua renda, ainda que de forma muito precária. A preservação da água é o benefício mais referenciado pelos proprietários. Para eles a conservação das fontes de água é uma ação que reconhecem importante e que realizam desde tempo atrás:

“...tinham-nos dito que era para proteger as águas e

todo isso. Nós sim sabemos que temos que conservar e o tempo todo a gente está conservando. Eu acho que sim nos falaram disso, mas como são as águas protegidas pois eles vêm que a gente está conservando e eles não vem a visitar isso"(PF-15, 08° 12" a 09° 36", El Retiro, 21/08/2011.)²⁶

Esse benefício relacionado com a conservação da água também está presente no discurso da Cornare e nos seus documentos. Como vimos no primeiro capítulo essa ideia está associada ao trabalho que Cornare realizou na região desde sua criação e pela que se formou esta instituição na zona, procurando cuidar a bacia alta do rio Nare. Mas aqui aparece um outro beneficiário do projeto, referenciado principalmente pelos membros das JAC e da ASOCOMUNAL: as empresas que prestam os serviços elétricos e de aqueduto, que operam o complexo hidroelétrico do rio Nare.

Neste tema identificamos uma discordância nos discursos dos membros das JAC e das ASOCOMUNAL em relação aos proprietários das florestas. Apesar que a ASOCOMUNAL represente as JAC das vilas de cada municípios e, por sua vez, as JAC representem aos habitantes das vilas, eles não têm um discurso homogêneo. A estratégia usada pela Masbosques foi envolver principalmente a ASOCOMUNAL para representar aos proprietários. Assim, estas organizações são as que habitualmente falam em nome dos proprietários e habitantes das florestas nas reuniões que Masbosques organiza em relação ao REDD e em geral em todas as atividades florestais que acontecem em San Nicolas. Também são as que traduzem os discursos do projeto REDD para os proprietários.

Há amplas diferenças, imprecisão e desconfiança destas organizações em relação aos benefícios que o REDD pode trazer às comunidades locais. Para algumas das JAC e ASOCOMUNAL a indefinição sobre os pagamentos e incentivos para os proprietários é entendido como uma falta de vontade, como um engano de parte da entidade responsável do projeto. Isto se relaciona com a ideia de que é a Cornare quem está recebendo os maiores benefícios da iniciativa, como relata um dos entrevistados:

"estamos conservando porque desde faz muitos dias a Cornare está dizendo que cuidemos, que vai vir para nós uma grana boa e com o tempo até poderemos ver disso. Então a gente sempre tem essa ilusão de que logo vão nos dar uma grana boa e a gente cuida.

²⁶No original : "... si nos han advertido que para proteger las aguas y todo eso pues nosotros si sabemos que tenemos que proteger y pues todo el tiempo uno está protegiendo. Yo creo que si nos han hablado de eso, pero como son las aguas protegidas pues ven que uno está protegiendo y no, no lo mantienen visitando"

Mas, as vezes a gente deixa de derrubar mato esperando uma grana boa, que vai nos ajudar, mas não chegou ainda, e como estão as coisas, eu acho que não vão existir mais florestas. É que já faz tempo que estão nos enganando. O que acontece é que eles vêm e fazem reuniões e passam e vêem que que nós não estamos derrubando então dizem: "só contando o conto eles estão deixando de derrubar" e há muitas pessoas incomodadas com isso. Porque nós estamos cuidando mas, o dia menos pensado, podemos derrubar bastante e pois estão nos enganando e não estão cumprindo [...] **Porque Cornare está se beneficiando de toda essa água que está descendo**"(MJ-20, 31'33"a 37'54", El Carmen de Viboral, 18/09/2011.Grifo nosso.)²⁷.

Houve no passado um trabalho da Cornare com os proprietários que “evidenciou” essa relação entre as águas que nascem nas ladeiras altas de suas propriedades com o abastecimento do complexo hidroelétrico e o serviço de energia emprestado pelas grandes empresas de serviços públicos. Para os membros das organizações comunitárias, as práticas de conservação que são realizadas pelos proprietários geram ganhos econômicos para essas empresas. De acordo com o depoimento do presidente de uma ASOCOMUNAL:

"...nós como protetores da floresta natural, ou cultivadores da floresta natural podemos fazer um projeto grande e podemos fazer algo importante. Porque há proprietários que têm quase todo em floresta natural e **no final são as grandes empresas as que se beneficiam a troca de nada**. Então eu digo vamos fazer isso, porque eles têm que dar os recursos porque se eles se beneficiam dessa água têm que aportar, porque as grandes empresas estão se beneficiando de nós e todas as entidades têm que inverter para que nós continuemos conservando."(MJ-18, 44'00"a 46'38", El Retiro, 19/08/2011.Grifo nosso.)²⁸

²⁷No original : "...estamos conservando porque desde hace muchos días me esta diciendo Cornare que cuidemos que nos va a venir una plata bueno y que con el tiempo hasta nos podemos sostener con eso, entonces uno como siempre con esa ilusion de que ya nos van dar una plata buena, entonces uno cuida, pero uno muchas veces deja de tumar bosquecito pues esperando una platica buena, que nos va a colaborar, pero no ha llegado todavia, pues al paso que va yo creo que no va a existir como los bosques, es que ya hace rato que nos estan como engañando mas bien, lo que pasa es que ellos vienen y hacen reuniones y hacen una pasada y ven que uno no esta tumbando entonces dicen con echarles el cuento estan dejando de tumar y entonces hay mucha gente en disgusto con eso, porque nosotros estamos cuidando pero el dia menos pensado podemos tumar bastante y pues nos estan engañando y no nos están cumpliendo [...] porque Cornare se está beneficiando de toda el agua que está bajando"

²⁸No original : "...es que nosotros como protectores del bosque natural, o cultivadores del

Segundo os membros das organizações comunitárias um dos problemas do REDD tem a ver com quem realmente recebe os ganhos das práticas de conservação que os proprietários das florestas realizam. Isso não parece ser uma questão que preocupe aos proprietários. Em síntese para as JAC e as ASOCOMUNAL o REDD é um projeto que beneficia grandes proprietários e as empresas hidroelétricas, porém gerando poucos benefícios aos proprietários das florestas.

Essa avaliação tem a ver com considerar como o principal interesse dos proprietários no projeto a possibilidade de melhorar sua renda. Para os proprietários é claro que o projeto lhes propõe pagamentos por manter as florestas “em pé” durante algum tempo, e aqui está seu interesse. Porém, eles não coincidem com os líderes comunitários, para eles a questão é de dar rentabilidade:

“...ele [o técnico de Masbosques] me falou de alugar um pedaço da floresta e eu lhe disse que ele tinha que me disser quanto pagariam. **Porque depende do que vão nos dar por não derrubar a floresta, porque melhor a gente deixa assim, e pega a madeira quando precise**, ou vai chegar o dia em que a estrada chegue mais perto e a gente poderá extrair madeira na hora que a gente quera. Porque assim não temos o compromisso de não fazê-lo. Eu lhe disse que **depende da grana que vão me dar, se eu vejo que é suficiente para deixar a floresta assim, pois eu a deixaria [...]** Eu lhe disse depende, porque melhor deixamos assim, porque a gente está cuidando e a gente pode pegar madeira na hora que a gente quer, pois a gente não vai derrubar todo mas, pelo menos, pode pegar a madeira mais fina”. (PF-3, 10’41”a 17’27”, El Carmen de Viboral, 23/09/2011.)²⁹

bosque natural pues podemos hacer un proyecto grande y nosotros podemos hacer algo importante. Porque hay propietarios que tienen casi todo en bosque natural, y al final son las grandes empresas las que se benefician, a cambio de nada. Entonces yo digo hagámolo, por que ellos tienen que dar recursos, porque si ellos se benefician de esa agua tienen que aportar, porque las grandes empresas se están beneficiando de nosotros y todas las entidades que tienen que invertir para que nosotros sigamos conservando”.

²⁹No original : “...pues este Carlos Andres me habia comentado de arrendar un pedazo pues de bosque y pues yo le dije que me dijeran que era lo que le daban a uno, porque depende que le dan a uno por dejar el bosque sin tumbarlo porque pues mas bien lo deja uno así y saca madera cuando uno necesite, o llega el día en que llegue la carretera más cerquita y pues uno ya puede sacar madera a la hora que uno quiera, porque así ya no tiene el compromiso que no. Ya le dije yo a él depende de la plata que le den a uno, si ve que aguanta para dejar el bosque así pues lo dejaría [...] yo le dije depende, porque si no, dejamos así, porque uno lo está cuidando y pues uno puede sacar madera a la hora que uno quiera, pues uno no lo va a tumbar del todo, pero por lo menos uno puede sacar la madera más fina”.

E quando lhe perguntamos por quanto dinheiro ele assinaria o contrato do projeto disse:

"...o que eu posso dizer, com o que possa comer será. É que ele [o técnico] também não falou de por quanto tempo, e eu lhe disse que preciso que me fale tudo isso porque se for para cuidar a floresta diariamente pois também o fazemos, a questão é que me fale isso. Porque de qualquer forma a gente está cuidando as águas e eu acho que eles nos deveriam dar [dinheiro] por todo, por cuidar as águas e as florestas...". (PF-3, 18°33"a 21°02", El Carmen de Viboral, 23/09/2011.)³⁰

Esta visão e interesse dos proprietários sobre o aumento da renda e as avaliações que eles fazem para considerar a forma em que vão “investir” suas terras, relaciona-se com sua visão do REDD. Eles consideram a iniciativa florestal como uma opção mais dentro de um leque de possibilidades que não se excluem. A possibilidade de deixar uma parte de seu terreno no projeto, porque não está lhe gerando lucros, é uma opção viável para o produtor, enquanto seja conveniente em termos econômicos e esteja acorde a seus planos de trabalho e de gestão de sua propriedade.

3.3 IDENTIDADES EM DISPUTA

Nas lutas que ocorrem nas interfaces estão em jogo os papéis e as identidades dos atores. O sucesso do rede do REDD depende de que o candidato a ator-mundo consiga manter os atores, definidos na problematização, nos papéis e identidades determinadas para eles. Ou seja, a identidade dos atores está em disputa enquanto a rede está se conformando. Neste item analisamos essa disputa de identidade dos proprietários das florestas considerando as outras entidades que tentam definir sua identidade de maneira diferente à que a Cornare/Masbosques lhes definiu.

Há outras duas redes nas quais os proprietários estão envolvidos, e que disputam com a Cornare e a Masboques a identidade desses atores. A primeira delas é a rede de cafeicultores na qual a FNC constitui o ator-mundo (Figura 32). A segunda é a rede de defensores dos Direitos Humanos na qual o ator-mundo é a Mesa de Direitos Humanos e Proteção Humanitário do Ori-

³⁰No original : "...a ver que le dijera, con lo que pueda comer será, es que el tampoco me dijo por cuanto tiempo, yo le dije que necesito que me diga todo eso porque si es para cuidarlo para diario pues también le hacemos la cuestion es que diga, porque de todas maneras uno está cuidando las aguas y pues yo creo que le deberian dar a uno por todo por cuidar las aguas y los bosques".

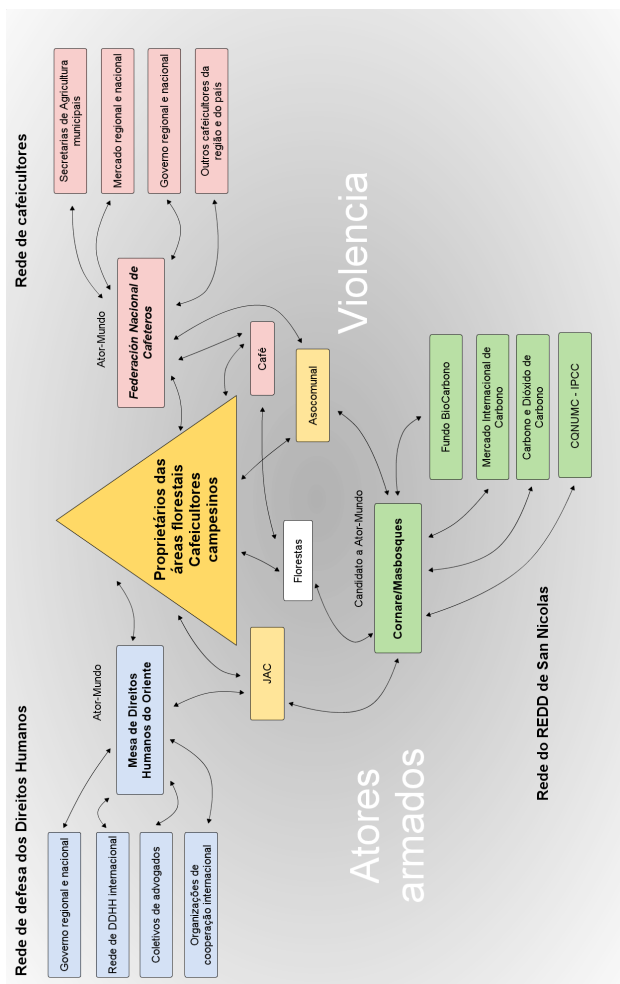


Figura 32 – Redes de atores que disputam a identidade dos proprietários das florestas

Fonte: Construção própria

ente de Antioquia. Da forma em que essa disputa está ocorrendo ocupamos-nos a seguir.

3.3.1 A rede dos cafeicultores

A cultura do café foi a atividade principal das famílias que habitam as vilas do Cânion do rio Melcocho até final da década de 90. Depois desse período, a produção de café teve alguns problemas relacionados a doenças, fungos e ao envelhecimento das árvores. Os habitantes destas áreas acomodaram seus terrenos, suas rotinas e suas formas de produção para se manterem sem esta cultura, porém eles têm uma relação relevante com o café.

Esses proprietários identificam-se como cafeicultores. Há quase 10 anos que eles não vendem café mas, continuam se sentindo e referindo a eles mesmos como cafeicultores mantendo esperança em que o café voltará a ser produtivo e lhes ajudará a melhorar seus lucros. Muitos deles têm plantações de café novas, sementeiras de diferentes variedades de café e mudas, de diversos tamanhos, quase prontas para serem transplantadas. É interessante notar a forma em que eles se referem ao café, sempre usando o diminutivo “cafezinho” e as vezes o possessivo “meu cafezinho”, expressões que dão conta da relação de proximidade e “afeto” que existe entre estes atores e o café.

Esses cafeicultores têm um conhecimento específico sobre o café construído sobre a experiência de vários anos de produção, herdada de seus familiares, e produzido e reproduzido no encontro com outros atores relacionados à produção de café na região e no país. Eles sabem sobre as variedades e técnicas de cultivo, reconhecem os solos que são aptos para a produção e os que não. Também eles discutem sobre os preços do café no mercado, sobre os incentivos do governo para o cultivo, sobre como o clima está afetando suas sementeiras ou mudas e sobre as atuações dos Comites Municipais da FNC.

Eles mantêm uma relação frequente com atores associados à cultura do café como a FNC que tem uma ampla gama de atividades e estratégias de apoio aos pequenos produtores de café da região. A FNC é um ator que tem uma relação contínua e intensa com os agricultores que habitam estas áreas. Esse ator é o ator-mundo de uma rede de atores consolidada durante vários anos e na que os proprietários e habitantes das florestas de San Nicolas encontram-se inseridos.

A Cornare e a Masbosques na sua tentativa de ser o ator-mundo da rede do REDD de San Nicolas procuram colocar uma nova identidade a estes atores chamando-os de “usuários das florestas” e tentando que a preservação das florestas seja a labor com a que eles se identifiquem. Há uma luta entre estas duas redes na disputam pela identidade dessas pessoas.

Desenvolveram-se poucas estratégias para conseguir este interessamento. Fizeram-se algumas reuniões nos centros das vilas com a participação de alguns dos proprietários com os técnicos da Masboques e da Cornare. Segundo os informes destas entidades, essas reuniões tinham como fim “explicar” o REDD e a importância de conservação das florestas fazendo bastante ênfase no papel “estratégico” dos atores locais, incluindo temas como o aquecimento global e a preservação da biodiversidade (ROBLEDO; TOBÓN, 2008). Mas, este discurso não chegou a fazer parte, de maneira relevante, das falas, razões e referências dos habitantes das florestas nas entrevistas.

A ação mais notável neste propósito é o desenvolvimento do componente MDL do projeto SCREA, que vem servindo de ponte para esta tentativa de reconstruir a identidade destas pessoas. Ele integra atividades de proteção e reflorestamento com atividades agrícolas, como a cultura do café. O florestamento e reflorestamento com espécies de árvores comerciais (principalmente pinheiros) e com espécies consideradas vulneráveis é alternado com culturas como a cana, banana, abacate e café, proposta chamada “sistema agroflorestal” pela Masbosques. Em relação a isto, quando perguntamos a um dos nossos entrevistados sobre o projeto florestal, ele deu a seguinte resposta:

- Eu tenho um terreninho com Cornare, tenho um terreninho que eu trabalho, esse que a gente estava olhado lá, esse é com Cornare.

- Quanta extensão tem esse terreno?

- Isso é...lá mediram um hectare, ali eu tenho café e árvores para madeira, abarco, nogal e guayacan.

- Faz quanto tempo que você plantou isso ali?

- Faz dois anos que eu a plantei

- Como está indo isso?

- Está indo bem é um projeto bom..."

(PF-7, 00'00"a 01'22", El Carmen de Viboral, 23 /09 /2011.)³¹

Ter café e árvores para madeira num só terreno foi uma das proposta do MDL para o que se chamou “sistemas agroflorestais” e que estão sendo desenvolvidos em diferentes terrenos de San Nicolas. Alguns desses terrenos coincidem com as propriedades que têm florestas e que estão dentro do projeto REDD. Quando questionados pelo projeto REDD muitas pessoas com as quais falamos referiam-se a ele como o projeto de árvores e café, e disse-

³¹No original : -Yo tengo una parcelita con Cornare, tengo una parcelita más o menos una parcelita que trabajo ahí, esa que estabamos mirando allá, esa es con Cornare. -¿Cuanto terreno es? - Eso es ahí midieron una hectárea, ahí tengo café y arboles maderables, abarco, nogal y guayacan. - ¿Hace cuánto tienes esa parcela? -Hace dos años que la sembré. - ¿Cómo te ha ido con eso? - Bien, bien, es un proyecto bueno...".

ram estar bastante interessadas nos projetos da Cornare/Masbosques, especialmente pelo café.

Consideramos que o MDL vem servindo como uma ponte que ajuda a ligar a identidade que os habitantes de San Nicolas têm com o café com uma nova identidade vinculada às florestas. Nas falas das pessoas que entrevistamos podemos reconhecer algumas expressões que tentam conciliar esta dupla identidade. Alguns deles disseram que com o projeto REDD eles estão “cultivando árvores” e acreditam em que a principal atividade que devem fazer é a de “manter, cuidar e abonar a floresta” e até fizeram algumas comparações ao trabalho que fazem com o café.

O interessamento dos habitantes das áreas com florestas de San Nicolas, como colocado por Callon (1986b), está longe de ser atingido. O MDL pode estar ajudando nesse processo, mas ainda há várias dificuldades para fechar estes atores nas identidades que a Masbosques e a Cornare traçaram quando ajudaram a definir o problema ambiental.

Esta dificuldade está relacionada com a falta de pagamento direito aos proprietários e até junho de 2012 não havia previsão de quando, como e de quanto seria esse pagamento. A situação em relação a esses incentivos é bastante “nebulosa”. Segundo um dos técnicos da Masbosques em 2008 a ONG realizou algumas reuniões com os proprietários do terrenos para esclarecer as condições dos contratos e do projeto em geral, mas nesse momento eles não tinham conhecimento de quanto seria o incentivo, nem como ia se realizar o pagamento. Os proprietários entrevistados, que falaram dessas reuniões, disseram que nunca se falou de um valor exato, mas eles tiveram a sensação de que poderia ser rentável se vincular ao projeto, já que o pagamento poderia chegar a melhorar seus lucros. Porém nem os técnicos nem os proprietários das florestas citaram um valor exato.

Segundo o diretor da Masbosques, houve dificuldades com o Fundo BioCarbono em relação a esses pagamentos. Pois, no orçamento inicial do projeto não se contou com alterações da metodologia que implicaram novos gastos. Ao fazer os reajustes, o valor dirigido aos proprietários ia ser muito pouco e portanto, esse tema ficou parado até que a ONG consiga definir as contas com o Banco Mundial. Esta situação não deteve o “desenvolvimento” do projeto, pois apesar disso outro tipo de ações continuaram se realizando na arena do planejamento e financiamento e na arena da assistência técnica, mas muito pouco continuou sendo feito na arena das veredas.

Inferimos que os pagamentos desses incentivos podem ser uma das estratégias e mecanismos que servem para interromper o envolvimento que estes atores têm com entidades que definem suas identidades de outra maneira, como no caso da FNC. Mas, por enquanto, estes problemas se somam à toda a dificuldade da Masbosques e da Cornare para traduzir esses objetivos

e propósitos dos atores globais como o Banco Mundial e a CQNUMC aos interesses dos atores locais.

Outra dificuldade para conseguir o interessamento tem a ver com os problemas próprios do projeto MDL que poderia ajudar a envolver aos proprietários no REDD. Porém, as questões e polêmicas que ainda existem no desenvolvimento do MDL geram em alguns proprietários insegurança e dúvidas em relação ao REDD e à Masboques. A falta de cumprimento dos pagamentos por manutenção das zonas reflorestadas aos que Masbosques comprometeu-se com os proprietários dos terrenos é uma das principais dificuldades. Também os proprietários referem-se às condições ruins das terras escolhidas pelo projeto para cultivar o café (se for o caso) ou as árvores frutíferas, como descrevem a continuação uns dos entrevistados:

"...esse projeto não serviu para mim, pois primeiro porque era um terreno ruim e eles não estavam cumprindo com o meu pagamento, então eu de todas formas lhes falei e disse que se eles não cumpriam com o pagamento então eu não podia me manter no projeto porque teria que pagar um contratista. Então eu lhes disse que eles tinham que ver se iam me pagar ou se não eu não continuava com isso. E além do mais, as árvores eram ruins morreram quase todas, e o café isso todo morreu, então não valia a pena trabalhar nisso..."(PF-2, 04' 16" a 04' 47", El Carmen de Viboral, 23/09/2011.)³²

"...aqui íamos a trabalhar num projeto de Cornare de café, mas não gostamos dele, porque queriam que cultivássemos nos terrenos mais ruins e a cerca de guadua e o arame seriam do material mais ruim, então não gostamos, pois tendo tanto pousio aqui queriam que cultivássemos nessas zonas tendo tanto pousio bom. Pois eu não vou cultivar num terreno ruim porque levantar o café em um terreno assim é muito difícil necessita de muito abono e por isso não quis trabalhar com eles ..." (PF-4, 08' 53" a 10' 39", El Carmen de Viboral, 24/09/2011.)³³

³²No original : "...ese proyecto no me sirvió pues primero porque era en un terreno muy malo y no me estaban cumpliendo con el pago, entonces yo de todas formas les dije a ellos que si no cumplían con el pago pues yo no podía mantenerlo porque me tocaba pagar contratista entonces ya les dije que ellos veían si me iban a pagar o si no yo no seguía con eso. Y además los arbolitos eran muy malos se murieron casi todos y el café eso todo se murió entonces qué le iba a meter trabajo a eso."

³³No original : "... aquí íbamos a trabajar un proyecto con Cornare de café pero no nos gustó porque nos querían poner en las mangas más malas a sembrar y el cerco de guadua y el alambre del mas malo también entonces no quisimos, pues habiendo tanto rastrojo bajito nos iban a poner

Os pagamentos dos salários do trabalho de manutenção dos terrenos reflorestados foi uma das principais propostas pelas quais muitos dos proprietários decidiram participar do MDL, pois o seu trabalho seria reconhecido em dinheiro. Eles questionam esse “incumprimento” pois é o único ganho que têm a curto prazo, já que a venda da madeira das árvores poderá ser realizada só 20 anos depois de iniciado o projeto. A venda do café e dos produtos das árvores frutíferas também foram pensados pela Masboques e a Cornare como uns dos benefícios que os proprietários teriam ao se vincular à iniciativa. Mas, essa vem sendo outra das dificuldades sentidas pelos proprietários dos terrenos. A condição de trabalhar só em certos terrenos (seguindo as regulamentações de uso da terra determinadas pela CQNUMC nos acordos de Marraqueche) leva a que sejam escolhidas, às vezes, as terras mais desgastadas e degradadas para cultivar (que é um dos objetivos do MDL), tendo uma ampla oferta de terrenos com “melhores” qualidades. Isto implica mais trabalho e esforço para o trabalhador da terra, sem maiores recompensas. Há também dificuldades de conseguir lucros das frutas das árvores inclusas nos chamados sistemas “agroflorestais”. De acordo com um dos entrevistados:

“... eu tenho um projeto pequeno de um quarto de hectare que me deram para cultivar essas árvores e árvores frutíferas com Cornare [...] mas o limão e a laranja quase se perdeu todo, também ficou algum, e havia que cultivar uma árvore de uma aqui e outra de outra do lado e assim, então assim a sapota³⁴ morreu, isso não serve, a graviola³⁵ essa está ali, o *borojó*³⁶ está ali mas para que? Que sentido tem? A gente cultivava todas essas árvores e toda essa fruta perde-se, veja esse *borojó* perdeu-se inteiro, porque imagine isso para uma pessoa só é muito, e além do mais tem pouca renda, a gente vai vender isso e isso vale muito pouco, não paga o transporte desde aqui, a gente tem que por 100 ou 200 quilos numa besta para recolher por ali 7 ou 8 mil pesos³⁷, isso não paga nem o frete do animal”(PF-6, 09°35'a 11'40", El Carmen de Viboral, 25/09/2011.)³⁸

a sembrar en esas mangas ahí habiendo rastrojo bueno y pues yo no voy a poner a sembrar en una manga mala, para ponerme a levantar el café en una manga que es muy duro para levantarlo, se necesita mucho abono entonces pues no quise trabajar con ellos”.

³⁴*Quararibea cordata*

³⁵*Annona muricata*

³⁶*borojoa patinoi*

³⁷na taxa cambiaria de 2011 seriam aproximadamente 7 ou 8 reais.

³⁸No original : “... yo tengo un proyectico chiquito de un cuarto de hectarea que me dieron para sembrar esos árboles y árboles frutales, con Cornare, [...] pero el limón o el naranjo casi se

Observamos que a Masbosques implementou poucas estratégias para envolver aos proprietários dos terrenos, sem conseguir traduzir os interesses locais dos proprietários nos papéis que foram definidos para eles no projeto. E assim, há uma dissonância entre os objetivos globais do projeto e os locais.

3.3.2 A rede de defensores dos Direitos Humanos

A outra rede com a que os proprietários e moradores identificam-se é a de Direitos Humanos. A Mesa de Direitos Humanos e Proteção Humanitária do Oriente de Antioquia acompanha e trabalha junto com eles desde que se agudizou o conflito na região. A identificação dos proprietários com esta rede relaciona-se com sua auto referência a serem camponeses. Nas nossas entrevistas, os moradores das áreas florestais se reconhecem como agricultores, como “campesinos”, e dizem viver da terra, ou seja de atividades como a pecuária e a agricultura. Quando eles usam o conceito “campesino” para se auto-referenciar querem fazer uma distinção em relação a outro tipo de produtores agropecuários do país³⁹ (e especificar sua forma de produção), mas principalmente para se diferenciar dos atores armados.

Forero (2003) define o tipo de produção campesina destacando como sua característica principal ser uma produção de tipo familiar, podendo ser comunitária, de auto-consumo ou altamente integrada ao mercado. Segundo este autor, a particularidade está em que as unidades de produção campesinas são ao mesmo tempo unidades de consumo, cuja finalidade é a reprodução da família ou da comunidade. É a comunidade ou a família a que determina a forma de produção. E ainda que a produção de tipo campesina possa estar baseada e dirigida principalmente à família, os produtores campesinos estão bastante integrados no mercado, sendo que a maior parte de seus lucros vem das vendas e seus meios de subsistência são derivados do mercado (FORERO, 2003).

perdió todo, también uno que otro quedó y había que sembrar un palo aquí de uno allí otro de otro y otro de otro y así entonces así el zapote se murió, eso no sirve, la guanabana esa si está ahí, borojó ahí estan, ¿pero que? ¿que gracia? uno siembra todos esos árboles y toda esa fruta se pierde, vea ese borojó eso se pierde enteramente, por que imagine eso para una persona sola eso es mucho, y tambien por el motivo de que tiene poca renta, va uno a vender eso y es que eso vale poquitico, eso no paga la sacada desde por aca hasta por allá. Uno echarle a una bestia 100 o 200 kilos para recoger por ahí 7 o 8 mil pesos, no paga ni el flete de la bestia”

³⁹Há um acervo de análise na antropologia, sociologia, a ciência política e economia que procura analisar, desde diferentes perspectivas, o que significa o conceito de campesino e a identidade campesina na Colômbia. Não queremos negar esse acúmulo de informação, porém mergulhar nesta questão é uma labor que supera consideravelmente os objetivos desta dissertação. No entanto, destacamos o trabalho realizado por autores como Absalon Machado, Jaime Forero, Orlando Fals Borda e Jaime Eduardo Jaramillo.

Há uma alta participação de elementos não monetários neste tipo de produção como a utilização de mão de obra familiar, do auto-consumo, que resolve uma boa parte da dieta alimentar da família, e do auto-abastecimento que continua tendo uma participação importante, ainda que a consecução de insumos dependa cada vez mais do mercado. Todavia, a referência a ser campesino também implica uma relação particular mediada pelo parentesco e a vizinhança, essenciais para a circulação de mão de obra, terra e capital. Exemplos deste tipo são as associações para cultivar ou para criação de gado, as trocas de produtos e insumos, e a troca ou o trabalho compartilhado (FORERO, 2003).

Nas zonas onde acontece o projeto REDD, a relação de parentesco e vizinhança é essencial para a produção e para o desenvolvimento da vida cotidiana, pois ainda que cada família tem seus próprios terrenos e suas culturas há uma permanente colaboração e cooperação para a realização das atividades diárias como cuidar o gado e levar os produtos até os centros urbanos para serem vendidos. São justamente esses aspectos, que os proprietários das áreas com florestas destacam quando se identificam como campesinos, como ressalta um dos entrevistados:

...nós somos agricultores, somos campesinos, porque trabalhamos a terra humildemente e com carinho e temos um cafezinho, uns cultivos para nossa comida e uma vacas para o leite. Não somos ganadeiros nem temos muita terra, e estamos sempre nos ajudando trabalhando para nossas famílias e por nossa comunidade, nós somos campesinos..."(MJ-19, 12'22" a 14'17", Sem local, 21/09/2011.)⁴⁰

Essa identidade de agricultores/camponeses vem sendo construída com a intervenção de ONG de direitos humanos que acompanharam ou acompanham algumas destas famílias desde que o conflito armado se agudizou na região, fazendo denúncias, documentando os atos violentos e emprestando ajuda humanitária. A organização mais atuante neste sentido é a "*Mesa de Derechos Humanos y Protección Humanitaria del Oriente Antioqueño*" que, em cada um dos comunicados e denúncias que faz sobre a zona, destaca a condição de campesinos e pequenos agricultores dos habitantes, como uma forma de reforçar sua condição de atores "neutrais" frente ao conflito armado e de proprietários legítimos e consuetudinários da terra.

Depois do retorno das famílias que foram deslocadas forçadamente pelo conflito armado, a identificação como campesinos apoiados pelas orga-

⁴⁰No original : "... nosotros somos agricultores, somos campesinos, porque trabajamos la tierra con humildad con cariño y tenemos cafecito y la agricultura par la comida y unas vaquitas para la leche, no somos ganaderos ni tenemos mucha tierra, y eso, estamos siempre ayudándonos trabajando para nuestras familias y por nuestra comunidad, nosotros somos campesinos

nizações de direitos humanos foi mais marcada entre os próprios habitantes e usada de forma estratégica pelos representantes das JAC para exigir ao governo apoios econômicos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e condições de segurança e de bem estar para se manter nos locais onde haviam retornado.

Nos documentos da Cornare do projeto MFAGSF referem-se aos habitantes destas zonas como campesinos, especificamente, quando se faz algum tipo de diferenciação com outras formas de produção agropecuária. Mas, nos documentos do projeto SCREA e do REDD “usuários das florestas” ou “usuários do projeto” e até “beneficiários do projeto” são as referências mais comuns para denominá-los. Estas expressões também as encontramos nas falas dos técnicos e dos representantes da Masbosques. Essa mudança nas expressões deve-se a necessidade de envolver a essas pessoas no REDD relacionando sua identidade com as florestas e tentando mantê-los no papel de cuidadores/usuários das florestas.

Então, as organizações de direitos humanos têm mais capacidade de mobilização: falam aos moradores como camponeses e não como usuários das florestas. A efetiva tradução da identidade não só se deve a motivos econômicos mas fundamentalmente ao papel que tem o conflito armado. Ao serem identificados como camponeses eles ficam fora de ser identificados como atores armados.

Os agricultores pertencem a duas redes nas que se reconhecem, se identificam e estão legitimamente representados. O alistamento dos agricultores e das florestas na rede do REDD está longe de ser alcançada. A Masbosques/Cornare perde suas chances de se tornar ator-mundo devido a todas as dissonâncias que ocorrem nas interfaces com os atores locais o que, em outras palavras, significa que há uma dificuldade deste ator para traduzir os interesses globais na linguagem dos atores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oito anos passaram a partir da COP-11 em Montreal em que REDD entrou a formar parte das negociações da CQNUMC. Desde então, fizeram-se outras seis Conferências nas que REDD ocupou um espaço significativo e graças às quais ganhou um reconhecimento mundial. Depois de 2012, há uma grande expectativa em relação a seu papel na política internacional de mitigação da mudança climática ano em que termina o período de implementação das primeiras atividades do Protocolo de Quioto. Para alguns especialistas sua possível inclusão num novo acordo mundial vinculante ou na definição de um novo período de implementação do Protocolo é a única forma de viabilizar o mecanismo e de assegurar o fluxo contínuo de recursos de uns países para outros.

Apesar das negociações e dos recursos, ainda as questões chave do mecanismo continuam sendo incertas e estão em processo de construção. A isto podem ser acrescentadas as muitas críticas ao REDD ou contra algumas de suas premissas. Muitas dessas críticas levam em conta critérios muito amplos e difusos em relação ao que acontece no plano local dos projetos. Acreditamos que nossa pesquisa possa ajudar a enriquecer este debate.

Propusemos-nos analisar o processo de tradução que acontece entre os proprietários das florestas e os demais atores relevantes no cenário local do projeto de San Nicolas. Para tal fim analisamos o REDD levando em conta três abordagens teóricas: a perspectiva da sociologia ambiental de John Hannigan, a ANT de Bruno Latour e Michel Callon, e a teoria do ator-orientado do Norman Long. Partindo desse referencial, encontramos que o projeto REDD de San Nicolas não é homogêneo, claro ou livre de problemas e controvérsias. Podemos identificar a este projeto como tendo constituído um espaço social heterogêneo em que tem lugar embates, conflitos, acordos e acomodações entre os atores envolvidos.

Usando a análise da interface proposta por Norman Long conseguimos destacar as seguintes características do projeto REDD de San Nicolas:

- Está conformado por um conjunto de interações continuadas entre técnicos de Masbosques, representantes de Cornare, habitantes das florestas, líderes das JAC e das ASOCOMUNAL através do qual vão se entrelaçando uns com os outros, criando a rede do projeto REDD.
- Por mais que os atores envolvidos no projeto de San Nicolas possam ter interesses e objetivos em comum, os encontros entre eles são espaços de luta e conflito. Isto porque cada ator tem objetivos, valores e interesses diferentes.

- Cada um dos atores que se encontra no projeto tem formas diferentes de ver a vida e opiniões diversas sobre a preservação das florestas, o aquecimento global, o desmatamento e o próprio projeto. Mas essas maneiras diferentes de ver a vida não são estáticas. Elas vão se recriando, acomodando, mudando ou se legitimando nesses espaços sociais de encontro.
- Há vários tipos de conhecimento envolvidos no projeto REDD e nos encontros e desencontros entre eles. Em tal contexto, o conhecimento perito dos técnicos da Masbosques, da Cornare, da Universidade e do IPCC confronta-se com o conhecimento leigo dos agricultores que habitam as florestas. E, é nesses “encontros de horizontes” que se criam e adotam novas informações e novas molduras de conhecimento sobre as já existentes.
- O REDD de San Nicolas é um espaço de lutas de poder, pois os atores envolvidos nele manobram de maneiras desiguais dentro de certas situações, e desenvolvem vários tipos de estratégias para conseguir mobilizar aos outros dentro de seus próprios projetos ou se acomodar estrategicamente dentro dos projetos dos outros. Não consideramos que alguns atores como Masbosques, os Exércitos legais e ilegais, ou o Banco Mundial tenham poder enquanto outros atores como os habitantes das Florestas, ou as florestas não têm. No projeto acontecem diversas acomodações, resistências e submissões estratégicas de uns atores em relação aos outros, dentro de certas circunstâncias. O poder resulta das lutas e negociações entre os atores e da conformação e mobilização de uma rede.

Também analisamos o REDD como uma caixa-preta em construção, ou seja, como uma rede de atores se estabelecendo ao redor de um projeto. Nesse processo vimos que a Cornare e, posteriormente, ela através da Masbosques, tentou-se estabelecer como ator-mundo da rede. Ela tentou traduzir os interesses dos diversos atores (identificados por ela na problematização) e ser seu porta-voz legítimo.

Porém, quando se criou a Masbosques e a Cornare reorientou seus interesses e objetivos, esta perdeu legitimidade no plano local. A conservação da água, que foi até 2004 o centro das atividades da Cornare, era um tema com ressonância nos atores locais e esta instituição conseguia traduzir seus interesses na linguagem de vários atores das diversas arenas. Mas, o novo objetivo sobre proteção das florestas, como estratégia para mitigar a mudança climática, não faz sentido para os agricultores. O aumento da temperatura da Terra por efeito do aumento dos GEE é um discurso complexo e alheio a seus interesses.

A interface entre a Cornare/Masbosques e os agricultores envolve temas e visões de mundo em conflito e muita dissonância, enquanto a interface entre Masbosques/Cornare e os atores-globais ocorre facilmente. A Cornare conseguiu envolver os atores globais (como a OIMT, a EMPA, o Banco Mundial e a CQNUMC) ao se orientar nos interesses deles. Porém, essa virada levou a uma perda do alistamento dos atores locais conseguida até o ano de 2004. Nesse sentido, não há uma rede do REDD estável em San Nicolas e a Cornare está longe de se estabelecer como ator-mundo.

As dissonâncias que acontecem na interface entre a Cornare/Masbosques e os proprietários das áreas florestais relacionam-se e aportam às principais críticas feitas ao REDD, que analisamos no capítulo 1 e que organizamos em referência a: implementação; biodiversidade e gestão sustentável das florestas; beneficiários e a propriedade das florestas; e REDD como compensação de emissões.

Na implementação do REDD de San Nicolas há várias questões problemáticas. Mas, a maioria delas tem a ver com o fato do projeto ser uma iniciativa aplicada de cima para baixo. Ou seja, o problema global da mudança climática e a solução proposta no cenário internacional é colocado sem uma tradução da linguagem perita nem dos problemas internacionais à linguagem leiga e às perspectivas locais.

Um bom exemplo dessa dissonância é a presença dos atores armados e a violência que faz parte do dia a dia das pessoas que habitam as florestas de San Nicolas. Apesar de esse fator influencia a relação dos proprietários com suas propriedades e com as florestas, este problema não é considerado relevante pelos atores que desenvolvem e financiam o projeto.

A convergência entre o conflito armado e o projeto REDD de San Nicolas não é um acaso. Há uma confluência entre a presença de atores armados nas áreas ricas em biodiversidade do país e das zonas rurais afastadas com uma baixa densidade de população, que é, justamente, onde as florestas nacionais se conservaram (LAVAUX, 2004). Apesar desta convergência, o tema é pouco discutido, analisado ou questionado pelos diversos atores envolvidos no REDD no cenário nacional o internacional. Por exemplo na proposta do R-PP que o governo nacional está desenvolvendo com o Banco Mundial, o conflito e a ação dos grupos armados é brevemente apresentado. Nessa proposta o conflito é apenas colocado como um dos possíveis riscos dos projetos, mas não é problematizado ou relacionado com os próprios objetivos da iniciativa.

Em relação à biodiversidade e gestão sustentável das florestas o projeto de San Nicolas tem várias questões a serem levadas em conta para enriquecer as críticas e debates. Consideramos que ao falar de “gestão sustentável” é necessário definir: o que vai ser sustentado? durante quanto tempo? e

para quem ou para que?.

Na construção do problema em San Nicolas houve uma ênfase na associação carbono-florestas como uma das condições essenciais para o sucesso do projeto. Essa relação é a que deve ser sustentada no mínimo durante 20 anos, tempo de execução da iniciativa. Porém ela foi conseguida de maneira frágil e temporária graças às estratégias de supervivência e de resistência realizadas pelas pessoas que ficaram nas áreas florestais no auge do conflito. Em outras palavras, essa associação conseguiu-se em troca de ameaças, assassinatos, deslocamentos forçados e outras violações aos direitos humanos. Como conseguir a sustentabilidade neste contexto e com estas condições?

A centralidade do carbono relega outras características, propriedades e funcionalidades das florestas. A conservação das fontes de água, que tem uma importância local, regional e nacional em San Nicolas, é uma das propriedades das florestas que ficou em segundo plano. Embora para a Cornare a razão da conservação das florestas seja uma estratégia para a preservação das fontes de água, o REDD orientou suas ações em áreas florestais diferentes a aquelas diretamente relacionadas com a proteção das águas. Assim, as áreas florestais a serem protegidas passaram de ser aquelas que estavam circundando os nascedouros da Bacia alta do rio Negro-Nare, por serem as que continham ou sequestravam maior volume de carbono.

Sobre os benefícios e a propriedade das florestas o projeto de San Nicolas faz aportes interessantes. Embora o discurso do REDD seja complexo e nebuloso para todos os atores envolvidos, como vimos no último capítulo, os proprietários das zonas com florestas conseguem apropriá-lo e se posicionar em relação a aquele. Eles avaliam, fazem contas, se acomodam e têm liberdade para assinar ou não os contratos e para decidir que áreas, no interior de suas propriedades, vão deixar disponíveis para o projeto. Seu interesse principal no REDD é o aumento de seus lucros, a sua supervivência e a de suas famílias. Por isso estas pessoas colocam este interesse por cima de qualquer proposta, projeto ou iniciativa. O REDD não vai levar per se a que esses proprietários percam a propriedade ou o direito sobre as florestas, como colocam algumas das críticas. Os proprietários acomodarão seus interesses e prioridades avaliando os ganhos e vantagens da forma que considerem mais apropriada para suas condições. Ou, simplesmente, como vem acontecendo, ficaram fora da iniciativa.

Finalmente REDD como solução dupla ao aquecimento global e ao desmatamento das florestas tropicais têm muitos desafios. O principal deles será conseguir lidar com a dissonância entre o local e o global. Traduzir os interesses, conceitos e problemas globais ao local é o grande desafio. Conseguir-lo passa pela necessidade de compreender melhor como é que essas relações entre o global e o local tem lugar nos espaços de interação dos

projetos. Acreditamos que nossa pesquisa faz um aporte significativo nesse esforço porém, a complexa relação existente entre os atores e questões locais e globais dos projetos REDD é ainda desconhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCALDIA DE EL CARMEN DE VIBORAL. **Plan Integral único para la atención a la población en situación de desplazamiento por la violencia en el municipio de El Carmen de Viboral.** 2009. Secretaria de Gobierno y Servicios Administrativos de El Carmen de Viboral.

ALVES, A. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná).** Tese (Doutorado) — UFSC, 2008.

AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL. **REDD myths: a critical review of proposed mechanisms to reduce emissions from deforestation and degradation in developing countries.** Dezembro 2008. Amigos de la Tierra Internacional. <http://www.Friends of the Earthi.org/en/resources/publications/pdfs/2008/redd-myths/at_download/file>.

_____. **REDD: la verdad en blanco y negro.** nov 2010. <www.foei.org/redd-realities-es>.

BANCO MUNDIAL. **Proposed purchase of emissions reductions by the Biocarbon Fund in the amount of up to US 1 million for the Colombia San Nicolas Carbon Sink and Arboreal species Recovery Project.** jun 2007.

_____. **Development and Climate Change.** [S.l.], 2010.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. **Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política UFSC**, v. 17, p. 3–21, Sep 1999.

_____. Redes, sociedades e territórios. In: _____. [S.l.]: UNISC, 2005. cap. tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico, p. 79–106.

BIRD. **Potencial Hidroeléctrico de Antioquia: Inventario, perspectivas y estrategias.** apr 2011. Banco de Iniciativas Regionales para el Desarrollo de Antioquia-BIRD Antioquia.

BROCKHAUS, M.; ANGELSEN, A. Analysing redd+ challenges and choices. In: _____. Bogor, Indonesia.: CIFOR, 2012. cap. Seeing REDD+ through 4Is. A political economy framework, p. 15 – 30.

CABELLO, J.; GILBERTSON, T. **No REDD, una lectura crítica**. nov 2010. Indigenous Environmental Network and Carbon Trade Watch.

CADAVID, J.; ECHEVERRI, J. D.; GOMEZ, A. E. Modelación índices de calidad de agua (ica) en las cuencas de la región cornare. **Gestión y Ambiente**, v. 13, n. 2, p. 7–24, 2010.

CALLON, M. The sociology of an actor-network: The case of the electric vehicle. **Mapping the dynamics of science and technology**, Macmillan Press, London, v. 23, p. 19–34, 1986. <<http://epl.scu.edu:16080/stsvalues/readings/Callon.pdf>>.

_____. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of st brieuc bay. **Power, action and belief: A new sociology of knowledge**, Routledge and Kegan Paul, London, v. 32, p. 196–233, 1986.

CARBON TRADE WATCH. **Argumentos Clave en contra de REDD+**. jun 2011. Carbon Trade Watch. <<http://www.carbontradewatch.org/publications-castellano/argumentos-clave-en-contra-del-esquema-redd.html>>.

CBD. **The Value of Forest Ecosystems**. Montreal, 2001. (CBD Technical Series no. 4).

CENAMO, M. C.; PAVAN, M. N.; BARROS, A. C.; CARVALHO, F. **Guía sobre Proyectos de REDD+ na América Latina**. 2010. 96 p.

MURDIYARSO, D.; HERAWATI, H. (Ed.). **Carbon Forestry: Who will benefit?** [S.l.]: CIFOR, 2005.

CEPEDA, M. Genocidio político el caso de la unión patriótica en colombia. **Revista Cetil**, v. 2, p. 101–112, 2006.

CERBU, G.; MINANG, P.; MEADU, V.; SMALLLOW, B. **Global survey of REDD projects: what implications for global climate objectives?** 2009. <<http://www.asb.cgiar.org/pdfwebdocs/ASBPB12.pdf>>.

CHANG, M. **Seqüestro florestal de carbono no Brasil: Dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas**. [S.l.]: Annablume, 2009.

CORNARE. **Acuerdo 016 de 1998. Por el cual se adoptan los lineamientos y se trazan las directrices ambientales para efectos de la ordenación del territorio en la subregión de los valles de San Nicolás**. 1998.

_____. **Resolución No. 1326 de 2001. Declaración de Áreas de Manejo Especial en la Cuenca Alta del Río Negro.** 2001.

CORNARE; EMPA; OIMT. **Plan de manejo sostenible y participativo de los bosques de San Nicolas.** 2004. Proyecto Modelo de Financiamiento alternativo para el manejo sostenible de los bosques de San Nicolas. PD 54/99 REV. 2 (F). <<http://www.ittorolac.org/proyectos/proyectos-completos/colombia/pd-054-99-rev-2-f/productos/articulos-y-publicaciones/2-condiciones-para-el-reconocimiento-ambiental-y-social/download>>.

CORNARE; OIMT. **Alternative Financing Model for Sustainable Forest Management in San Nicolas, Colombia (Colombia) Final report summary.** 2009. PD 54/99 Rev.2 (F).

CORNARE; OIMT; EMPA; UNIVERSIDAD NACIONAL. **Inventario Forestal en los valles de San Nicolas.** 2004. Modelo de Financiación Alternativo para el Manejo Sostenible de los Bosques de San Nicolás. <<http://www.ittorolac.org/proyectos/proyectos-completos/colombia/pd-054-99-rev-2-f/productos/articulos-y-publicaciones/36-portada-universidad-nacional-inventario-forestal.pdf/download>>.

DANE. **Censo General Colombia 2005.** 2005.

DIAZ, D.; HAMILTON, K.; JOHNSON, E. **State of the Forest Carbon Markets 2011. From Canopy to Currency.** [S.l.], 2011.

DIMITROV, R. S. Science and politics in the international environment. In: _____. [S.l.]: Rowman and Littlefield, 2004. cap. Lost in the woods: international forest policy, p. 173–202.

DYNGELAND, C.; ERIKSSON, H. A. **(NOT) A REDD LIGHT DISTRICT? REDD policies and Implementation of a REDD programme in Kilosa District, Tanzania.** Dissertação (Mestrado) — Department of International Environment and Development Studies. Norwegian University of Life Sciences., Noruega, 2011. International Environment and Development Studies.

ECHEVERRI, G. E.; NARANJO, B. C. **Las herramientas multicriterio para la evaluación de proyectos productivos sostenibles en los bosques de San Nicolás, Antioquia.** Dissertação (Mestrado) — Trabajo de Grado para Optar al Título de Economistas. Facultad de Ciencias Humanas y Económicas. Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín., Medellín, 2003.

ESPINAL, L. S.; MONTENEGRO, E. **Formaciones Vegetales de Colombia. Memoria explicativa sobre el mapa ecológico.** [S.l.]: Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 1963.

FAO. **State of the World's Forests.** [S.l.], 2001.
<<http://www.fao.org/forestry/sofo/en/>>.

_____. **Evaluación de los recursos forestales mundiales. Informe principal.** 2010. <www.fao.org/forestry/fra/fra2010/en/>.

_____. **Situación de los bosques del mundo 2011.** [S.l.], 2011.

FORERO, J. **La economía campesina Colombiana 1999 - 2001.** 2003. Cuadernos Tierra y Justicia 2. ILSA.

GÁLMEZ, V.; KÓMETTER, R. **Perspectivas y posibilidades de REDD+ en Bosques Andinos.** [S.l.]: Serie Investigación y Sistematización. 11. Programa Regional ECOBONA - INTERCOOPERATION, 2009.

GARCIA, C. I. **Conflicto, discursos y reconfiguración regional. El oriente antioqueño: de la Violencia de los cincuenta al Laboratorio de Paz.** mar 2007. Ponencia presentada al Primer Seminario Nacional Odecofi, Bogotá, marzo de 2007.

GARCÍA-GUERRERO, A.; ORTEGA, S. C.; RUÍZ, C. A.; SABOGAL, J.; VARGAS, J. D. **Deforestación Evitada. Una Guía REDD + Colombia.** 2010. Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial; Conservación Internacional Colombia; Fondo Mundial para la Naturaleza (WWF); The Nature Conservancy; Corporación Ecoversa; Fundación Natura; Agencia de Cooperación Americana (USAID); Patrimonio Natural - Fondo para la Biodiversidad y Áreas Protegidas y Fondo para la Acción Ambiental.

GARCÍA Lara I.; ARAMBURO, C. I.; BARAJAS, D. M.; VALDERRAMA, D.; ESPINOSA, N. **Geografías de la guerra el poder y la resistencia 1990-2008. Oriente y Urabá antioqueños 1990-2008.** [S.l.]: INER, Colciencias, Odecofi, 2011.

GIDDENS, A. **A Constituição da sociedade.** [S.l.]: Martins Fontes, 2009.

_____. **A política da Mudança Climática.** [S.l.]: Zahar, 2010.

GOBERNACION DE ANTIOQUIA. **Anuario Estadístico Antioquia 2008.** [S.l.], 2008.

GONÇALVES, V. **O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e a suinocultura no oeste catarinense: Análise da implementação do Programa 3S da Sadia no Município de Concórdia**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, 2010.

GREENPEACE. **Bad influence. How McKinsey-inspired plans lead to rainforest destruction**. 2011.

<<http://www.greenpeace.org.uk/sites/files/gpuk/Greenpeace-BadInfluence-Report-LOWRES.pdf>>.

_____. **Greenpeace submission to SBSTA on Reference Levels for REDD**. Sep 2011.

<<http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/REDD-Reference-Levels-Nov2011/>>.

GUIVANT, J. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação - um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz - SC**. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas., 1992.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável (knowledge heterogeneity among the rural sustainable development debate). **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 412 – 447, 1997.

_____. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: O caso da suinocultura. **Ambiente e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 101–123, 1998.

_____. Suinocultura e poluição no oeste de santa catarina: Os desafios de implementar uma política ambiental. **Raízes (Campina Grande), CAMPINA GRANDE**, v. 16, 1998.

_____. Mapeando os caminhos da sociologia ambiental. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 09–25, Oct 2005.

HAMILTON, K.; SJARDIN, M.; SHAPIRO, A.; MARCELLO, T. **Fortifying the foundation: state of the voluntary carbon markets 2009**. Ecosystem Marketplace & New Carbon Finance, 2009. <<http://ecosystemmarketplace.com/documents/cms-documents/StateOfTheVoluntaryCarbonMarkets-2009.pdf>>.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. [S.l.]: Vozes, 2009.

HARVEY, C.; ZERBOCK, O.; PAPAGEORGIU, S.; PARRA, A. **What is Needed to Make REDD+ Work on the Ground?: Lessons Learned from Pilot Forest Carbon Initiatives.** [S.l.]: Conservation International, 2010. 121 p.

HOUGHTON, J.; JENKINS, G.; (EDS.), J. E. **Report prepared for Intergovernmental Panel on Climate Change by Working Group I.** 1990. Cambridge University Press.

HOUGHTON, R. A. Tropical deforestation as a source of greenhouse gas emissions. In: _____. [S.l.]: IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2005.

IDEAM; GUHL; LEYVA. **Zonificación Ecológica de Colombia usando las Zonas de Vida de Holdridge.** CD. 1997. IDEAM.

IPCC. **Climate Change 2001: Synthesis Report. A contribution of working groups I, II and III to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** [S.l.]: Cambridge University Press, 2001. 398 p.

_____. **Climate Change 2007: Synthesis Report. A contribution of working groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** [S.l.]: IPCC, 2007. 104 p.

JARAMILLO, D. La relación del estado colombiano con el fenómeno paramilitar: por el esclarecimiento histórico. **Análisis Político: Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales IEPRI. Universidad Nacional de Colombia,** unico, n. 53, p. 58–76, 2005.

JARAMILLO, J.; MORA, E.; CUBIDES, F. **Colonización, coca y guerrilla.** Bogotá: Alianza Editorial Colombiana, 1986.

JINLONG, L. **FORESTS IN THE MIST. Livelihoods and Responses to the Natural Forest Protection Program in China.** Tese (Doutorado) — Wageningen University, 2006.

JUNGUITO, R.; PIZANO, D. (Ed.). **Producción de café en Colombia.** [S.l.]: Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo, Fondo Cultural Cafetero, 1991.

KISSINGER, G.; HEROLD, M.; SY, V. D. **Drivers of Deforestation and Forest Degradation: A Synthesis Report for REDD+ Policymakers.** Vancouver Canada, August 2012.

KSHATRIYA, M.; SILLS, E.; LIN, L. **Global database of REDD+ and other forest carbon projects**. jul 2012. Interactive map. <http://www.forestsclimatechange.org/redd-map/>. Visitado em 2 de julho de 2012.

LATOURE, B. Power, action and belief: A new sociology of knowledge? In: _____. London, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul., 1986. cap. The Powers of Association, p. 264–280.

_____. **Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. [S.l.]: EDUSC, 2001.

_____. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. 1. ed. [S.l.]: Mantantial, 2008.

LAVAUX, S. **Degradación ambiental y conflictos armados: las conexiones. Documento de investigación 7**. 2004. Grupo de Investigación sobre Seguridad. Facultades de Ciencia Política y Relaciones Internacionales. Universidad del Rosario.

LAWLOR, K.; JENKINS, A.; OLANDER, L.; MURRAY, B. **Expanding the Scope of International Terrestrial Carbon Options Implications of REDD+ and Beyond**. [S.l.], 2010.

LINACRE, N.; KOSOY, A.; AMBROSI, P. **State and trends of the carbon market 2011**. [S.l.], 2011.

LOMBORG, B. **En Frio: La guía del ecologista escéptico para el calentamiento global**. [S.l.]: Espasa, 2008.

LONG, N. **Battlefields of knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development**. [S.l.]: Routledge, 1992.

_____. Rural life improvement in asia. In: _____. [S.l.]: Asian Productivity Organization, 2002. cap. An Actor-oriented Approach to Development Intervention, p. 47 – 61.

_____. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. Guadalajara: CIESAS and El Colegio de San Luis, 2007.

LONG, N.; VILLAREAL, M. Beyond the impasse: New directions in development theory. In: _____. London: Zed Books Ltd, 2004. cap. Exploring development interfaces: From the transfer of knowledge to the transformation of meaning, p. 140–168.

LOPEZ, C. **Evaluación de los procesos de planificación y ordenamiento territorial del suelo productivo agropecuario en la subregión Valles de San Nicolás del Oriente Antioqueño**. Dissertação (Mestrado) — Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín. Escuela de geociencias y medio ambiente . Facultad de minas maestría en medio ambiente y desarrollo., Medellín, 2006.

LUND, H. G. c. **Definitions of Forest, Deforestation, Afforestation, and Reforestation**. Gainesville, VA., march 2002. This paper has been continuously updated since 1998. <<http://home.comcast.net/~gyde/DEFpaper.htm>>.

MAPP-OEA. **DÉCIMO QUINTO INFORME TRIMESTRAL DEL SECRETARIO GENERAL AL CONSEJO PERMANENTE SOBRE LA MISIÓN DE APOYO AL PROCESO DE PAZ EN COLOMBIA (MAPP/OEA)**. apr 2011. Misión de apoyo al Proceso de Paz MAPP-OEA. Organización de Estados Americanos.

MASBOSQUES. **ESTATUTOS DE LA CORPORACIÓN PARA EL MANEJO SOSTENIBLE DE LOS BOSQUES MASBOSQUES**. 2003. MASBOSQUES. <<http://www.masbosques.org.co/files/3813/2104/7732/EstatutosEspanol.pdf>>.

MASBOSQUES; BANCO MUNDIAL. Proyecto de reducción de emisiones por deforestación y degradación en bosques de san nicolás. Proposta para ser presentada à Voluntary Carbon Standard. feb 2010.

MEDINA, C. **Autodefensas, Paramilitares y Narcotráfico en Colombia**. [S.l.]: Rodríguez Quito Editores, 1990.

MEDINA, C. **FARC-EP Y ELN. Una historia política comparada (1958-2006)**. Tese (Doutorado) — Programa de Doctorado en Historia. Universidad Nacional de Colombia., 2010.

Mesa de Trabajo por los Derechos Humanos del Oriente Antioqueño. **Situación de los derechos humanos y el Derecho Internacional Humanitario en el Oriente Antioqueño 2006**. 2007. Instituto Popular de Capacitación. Observatorio de Derechos Humanos y Derecho Humanitario. Medellín, Colombia.

_____. **Informe sobre la situación de los Derechos Humanos, Derecho Internacional Humanitario y violencia social en el Oriente antioqueño 2009 - 2010**. 2011.

MORA, M. G.; ANAYA, J. A.; DÁVILA, E. Á. Análisis de fragmentación de los ecosistemas boscosos en una región de la cordillera central de los

andes colombianos. **Revista de Ingenierías Universidad de Medellín**, v. 4, n. 007, p. 13–27, july - december 2005.

OBSERVATORIO DE PAZ Y RECONCILIACIÓN DEL ORIENTE ANTIOQUEÑO. **Estudio de diagnóstico y contextualización de los 23 municipios del oriente antioqueño sobre la situación del conflicto político armado, los derechos humanos, el derecho internacional humanitario, las organizaciones sociales y la gobernabilidad democrática.** oct 2006. Observatorio de Paz y Reconciliación del Oriente Antioqueño.

OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH. **Panorama actual del oriente antioqueño.** jul 2004. Estudios Regionales. Programa presidencial de derechos Humanos y DIH.

ORTEGA, S. C.; LAGOS, A. **Propuesta para la Preparación de REDD.** Sept 2011. Fondo Cooperativo del Carbono de los Bosques (FCPF) and Programa de las Naciones Unidas para REDD (UN-REDD) and Ministerio de Ambiente Republica de Colombia. Documento de trabajo, Versión 5. Revisada.

PEREZ, S. E. **Territorio y desarrollo, Análisis de percepción en los municipios Rionegro y Sonsón - Oriente Antioqueño-**. Dissertação (Mestrado) — PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA, FACULTAD DE ESTUDIOS AMBIENTALES Y RURALES, 2010.

PETERS-STANLEY, M.; HAMILTON, K.; MARCELLO, T.; SJARDIN, M. **Back to the Future: State of the Voluntary Carbon Markets 2011.** [S.l.], 2011.

RAMÍREZ, F. A. **Hacia la región competitiva. La infraestructura de transporte para la competitividad. Exploración en el proceso de planeación del desarrollo de la zona de valles de San Nicolás.** Dissertação (Mestrado) — Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Arquitectura. Escuela de Planeación Urbano-Regional, 2010.

ROBLEDO, C.; TOBÓN, P. **Valoración de Bienes y Servicios Forestales en el Proyecto OIMT 54/99 (F): Modelo Alternativo de Financiación del Manejo Sostenible de lo Bosques de San Nicolás.** 2008. EMPA, CORNARE, OIMT.

RODRÍGUEZ, E. C. Los estudios sobre el paramilitarismo en colombia. **análisis político**, Unic, n. 60, p. 117–134, may-aug 2007.

ROYER, S. de. **REDD under implementation; new hopes for land, resource access and livelihood security. A case study of two Dayak**

customary communities in Kapuas Hulu/West Kalimantan. Dissertação (Mestrado) — Wageningen University - Department of Social Sciences, 2011. Rural Development Sociology Group.

SILLS, E.; MADEIRA, E. M.; SUNDERLIN, W. D.; WERTZ-KANOUNNIKOFF, S. La implementación de redd+: estrategia nacional y opciones de política. In: _____. Bogor, Indonesia.: CIFOR, 2010. cap. Las cambiantes características de los proyectos REDD+, p. 295–309.

STRECK, C. **Financing REDD+: matching needs and ends.**

Received 30 June 2012; Accepted 02 October 2012 2012.

<<http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2012.10.001>>.

SUNDERLIN, W.; HATCHER, J.; LIDDLE, M. **From Exclusion to Ownership? Challenges and Opportunities in Advancing Forest Tenure Reform.** 2008. Washington D.C.

The International Institute for Environment and Development (IIED).

Options for promoting high-biodiversity REDD+. Nov 2011. Series IIED

Briefing Papers. <<http://pubs.iied.org/17114IIED.html?c=biocon>>.

The Katoomba Group, Ecosystem Marketplace and Forest Trends.

Investing in Forest Carbon: Lessons from the First 20 Years. 2011.

<www.forest-trends.org/documents/files/doc_2677.pdf>.

TOBON, A.; GRANADA, S.; RESTREPO, J. Guerra y violencias en colombia: herramientas e interpretaciones. In: _____. [S.l.]: Pontificia Universidad Javeriana. Facultad de Ciencias Economicas Y Administrativas; Centro de Recursos Para El Analisis de Conflictos CERAC, 2009. cap. Neoparamilitarismo en Colombia: una herramienta conceptual para la interpretación de dinámicas recientes del conflicto armado colombiano, p. 467–499.

UNFCCC. **Protocolo de Quioto.** 1998.

_____. **Informe de la Conferencia de las Partes sobre su 13 período de sesiones. Celebrado en Bali del 3 al 15 de diciembre de 2007.** [S.l.], 2008.

_____. **Report of the Conference of the Parties on its sixteenth session, held in Cancun from 29 November to 10 December 2010.** 2010.

<<http://unfccc.int/cooperation-and-support/financial-mechanism/green-climate-fund/items/5869.php>>.

VALENCIA, L.; ÁVILA, A. **La nueva realidad de las FARC.** jul 2011.

Observatorio del conflicto armado. Corporación Arco Iris.

VEIGA, J. E. **Aquecimento global. Frias contendias científicas.** [S.l.]: SENAC, 2008.

VELEZ, M. A. Farc-eln: Evolución y expansión territorial. **Desarrollo y Sociedad**, v. 47, p. 151–275, 2011.

WATSON, R.; NOBLE, I.; BOLIN, B.; RAVINDRANATH, N.; VERARDO, D.; DOKKEN, D. **Land use, land-use change and forestry: a special report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** [S.l.], 2000. <http://www.ipcc.ch/ipccreports/sres/land_use/index.php?idp=0>.

WERTZ-KANOUNNIKOFF; KINGPHAN-APIRAK. **Reducing emissions from deforestation and forest degradation: a preliminary survey of emerging REDD demonstration and readiness activities.** [S.l.]: CIFOR, 2009.

WILLIAMS, M. **Deforesting the earth: from prehistory to global crisis.** Chicago: The University of Chicago Press, 2006.